

MARCIA CAMPOS ANDRADE

**O ENCONTRO DA LOUCURA COM O TRABALHO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA:
a produção de *práxis* de pré-incubagem através do dispositivo intercessor na Saúde
Mental**

**ASSIS
2013**

MARCIA CAMPOS ANDRADE

O ENCONTRO DA LOUCURA COM O TRABALHO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA:
a produção de *práxis* de pré-incubagem através do dispositivo intercessor na Saúde Mental

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e
Letras de Assis – UNESP – Universidade
Estadual Paulista para a obtenção do título de
Doutor em Psicologia (Área de Conhecimento:
Psicologia e Sociedade).

Orientador: Prof. Dr. Abílio da Costa-Rosa
Co-orientadora: Profa. Dra. Dulce Sauaya

ASSIS
2013

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

A553e Andrade, Márcia Campos
O encontro da loucura com o trabalho na economia
solidária: a produção de práxis de pré-incubagem
através do dispositivo intercessor na saúde mental /
Márcia Campos Andrade. - - Maringá, 2013.
297 f. : il. col., figs.

Orientador: Prof. Dr. Abílio da Costa-Rosa.
Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. Dulce Sauaya.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual
Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis,
Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2013.

1. Psicologia social. 2. Saúde mental. 3.
Economia solidária. 4. Praxis. 1. Costa - Rosa,
Abílio da, orient. II. Sauaya, Dulce, coorient.
III. Universidade Estadual Paulista. Faculdade
de Ciências e Letras de Assis. Programa de Pós-
Graduação em Psicologia. IV Título.

CDD 22. ed. 150

MGC-000510

MARCIA CAMPOS ANDRADE

O ENCONTRO DA LOUCURA COM O TRABALHO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA:
a produção de *práxis* de pré-incubagem através do dispositivo intercessor na Saúde Mental

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e
Letras de Assis – UNESP – Universidade
Estadual Paulista para a obtenção do título de
Doutor em Psicologia (Área de Conhecimento:
Psicologia e Sociedade).

Orientador: Prof. Dr. Abílio da Costa-Rosa
Co-orientadora: Profa. Dra. Dulce Sauaya

Aprovado pela banca examinadora em fevereiro de 2013.

Prof. Dr. Abílio da Costa-Rosa – UNESP/ASSIS
Orientador

Profa. Dra. Marília Veríssimo Veronese – UNISINOS
Membro

Profa. Dra. Ana Maria Rodrigues de Carvalho – UNESP/ASSIS
Membro

Prof. Dr. Murilo dos Santos Moscheta – UEM
Membro

Prof. Dr. Silvio Yasui – UNESP/ ASSIS
Membro

*À Teresinha e Sílvio (in memoriam), meus
pais, que me ofereceram a possibilidade de
viver e me cuidaram suficientemente bem
para que eu a aproveitasse.*

*Ao Zezé, meu irmão, (in memoriam) que
me apoiou e incentivou a ter um projeto
de vida.*

*Ao Márcio, meu amor, e aos nossos Tainã
e Deisy, Rodrigo e Lucas pelo afeto,
paciência, companheirismo e torcida para
que tudo desse certo.*

*Aos trabalhadores do Arte em Oficina -
um projeto em ação coletiva - pela
convivência e grande contribuição a esse
trabalho.*

AGRADECIMENTOS

À Universidade pública, gratuita e de qualidade. Que viva para sempre.

Ao Abílio da Costa-Rosa, meu orientador, por ter aceitado o desafio de contribuir com o acontecimento do projeto que agora se concretiza e me oferecer sua expertise no âmbito da Ciência tanto no campo da Saúde Mental quanto no campo do Trabalho. Além disso, sua força e coragem em viver são inspiradoras. Muito obrigada pelo privilégio de nossa convivência.

À Profa. Dra. Dulce Sauaya da Universidade de Buenos Aires/UBA, minha co-orientadora, muito obrigada por acompanhar-me na trajetória de construção da tese. Sua mão amiga está presente no cenário e na cena deste ato de defesa.

Aos membros das bancas de exame de qualificação e de defesa, professoras doutoras Marília Veríssimo Veronese e Ana Maria Rodrigues de Carvalho e professores doutores Murilo dos Santos Moscheta e Silvio Yasui, pela disponibilidade em aceitar o convite de participar e contribuir com a produção de conhecimento no encontro da loucura com o trabalho na economia solidária. Aos membros suplentes da banca de defesa, professoras doutoras Alejandra Astrid León Cedeño e Maria Therezinha Loddi Liboni, e o professor doutor Silvio José Benelli. É muito bom poder contar com vocês nesse momento tão importante.

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, seus professores que sustentam o cotidiano da formação acadêmica universitária no atual contexto brasileiro e aos funcionários que proporcionam as condições necessárias para que tudo aconteça da melhor maneira possível com dedicação, disponibilidade e bom humor. Muito obrigada a todos vocês.

Aos meus colegas do Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá (UEM) pela escuta de minhas incertezas, dificuldades e lamúrias de doutoranda, por compartilharem comigo suas experiências nessa condição e pelas discussões que tanto contribuíram para meus *insights* em relação ao andamento do processo. Além disso, agradeço a oportunidade, a mim concedida, de realizar parte do doutorado em regime de afastamento parcial.

À Michelle e ao Antônio da Pro-Reitoria de Pós-Graduação da UEM pela gentileza, atenção e acolhimento, a mim oferecidos, nos momentos instáveis do lidar com a burocracia necessária à Academia.

Às alunas e aos alunos que me acompanharam nessa empreitada de 2009 a 2012. Vocês são parte dessa história.

Aos colegas de doutorado pelos nossos projetos, inquietudes e afetos compartilhados que alimentaram o ânimo de contribuir com a vida através da Ciência. Em especial, à Andréia, com quem pude contar inúmeras vezes. Sua disponibilidade e afeto nos momentos críticos contribuíram para que fosse mais possível chegar ao final deste processo.

À Rosely, Sônia Mansano, Cida e Sueli, minhas queridas amigas, pelo carinho, cuidado, incentivo, apoio e discussões sobre a tese que vocês me ofereceram durante todo esse tempo.

À Gabriela, minha amiga, obrigada pela confiança e aposta no projeto. Seu convite a tentar produziu movimento e conquistas. Sigamos juntas.

À Dona Valdelina, à Eliliane, ao Ronaldo e ao Wilson, trabalhadores do *Arte em Oficina*, pela confiança e coragem em se lançar no campo das possibilidades. Com vocês, reafirmo a minha aposta no ser humano. Também, ao Sr. Cícero (*in memoriam*), seu amor ao trabalho e sua esperança de reconquistá-lo impulsionam meu intento em continuar a contribuir com a luta pelo direito ao trabalho produtivo.

Aos trabalhadores do CAPS I de Nova Esperança pelo vínculo construído a cada encontro possibilitando a constituição de um lugar para o projeto *Arte em Oficina* no conjunto das atividades realizadas pelo CAPS. Em especial, ao Sylvio por ter acreditado e assumido a proposta desde o começo. Sua participação transformou a possibilidade em realidade.

À Secretaria de Saúde do Município de Nova Esperança, na pessoa de Izabel Vasconcelos, e à Coordenação do CAPS I, psicóloga Célia, por aprovarem a realização do projeto. Muito obrigada pelo confiança.

À Carolina, Mariana, Juliana, Gisele e Érica por me cuidarem continuamente e não me deixarem “quebrar” no meio do caminho.

*Para quê vamos às instituições? Pichón
dizia: 'Para armar quilombo'. A saber,
para criar condições de possibilidade para
que o silenciado tenha palavra. Somente
isso, criar condições e não colocar nossa
palavra. Somente assim, os grupos, as
instituições, os coletivos escreverão suas
próprias histórias. Não vamos às
instituições para levar verdades que seus
atores não haviam descoberto, senão para
criar condições para que os coletivos
encontrem seus desejos de transformação;
alguns não os encontrarão. Outros não os
quererão. Ser 'agente de mudança', como
dizia Pichón, não é se constituir como
vanguarda; é ter a certeza de que, às
vezes, um dispositivo de escuta pode
possibilitar que este coletivo reformule
seus agenciamentos de desejo e (...)
encontre novos modos de articular seus
desejos e suas histórias, a saber, invente
suas políticas.
Só às vezes.*

*Ana María Fernández, 2004
(tradução nossa).*

ANDRADE, M. C. **O ENCONTRO DA LOUCURA COM O TRABALHO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA: a produção de *práxis* de pré-incubagem através do dispositivo intercessor na Saúde Mental**. 2013. 297 f. Tese (Doutorado em Psicologia). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

RESUMO

Partindo da premissa de que o trabalho constitui-se, no transcurso da história da loucura, como um dos eixos norteadores das práticas de atenção e cuidado em Saúde Mental tenciona-se, através desta tese, discutir e produzir conhecimento sobre esse tema, assim como operar como intercessor no intercâmbio entre Saúde Mental e Economia Solidária em curso no Brasil. Para isso, realizamos pesquisa bibliográfica sobre a relação entre loucura e trabalho no nascimento da Psiquiatria com o advento do tratamento moral; na Reforma Psiquiátrica Francesa tanto na Psiquiatria Social e de Setor quanto na Psicoterapia Institucional; na Reforma Psiquiátrica Italiana e sua Psiquiatria Democrática; na Reforma Psiquiátrica Brasileira e sua Atenção Psicossocial. Além disso, realizamos uma intercessão-pesquisa tendo como recurso metodológico o Dispositivo Intercessor em suas duas inscrições: como *práxis* de intercessão (DI) e como Meio de produção de conhecimento (DIMPC). A *práxis* de intercessão foi realizada em um Centro de Atenção Psicossocial I no município de Nova Esperança/PR. O campo de intercessão foi constituído por quatro sujeitos da experiência da loucura interessados em participar das oficinas de geração de trabalho e renda (OGTR) que definiram produzir, coletivamente, ganchos para lona de caminhão a serem comercializados no território fora do CAPS. Construindo, assim, uma *práxis* produtiva no âmbito do *Arte em Oficina* – um projeto em ação coletiva. Entretanto, o conhecimento produzido nessa tese não se refere ao campo de intercessão em si, mas sim à intercessão operada por mim como intercessora encarnada junto a este. Tendo em vista que o fazer-saber dos sujeitos da *práxis* produtiva pertence a eles mesmos, o que cabe ao intercessor-pesquisador é a tarefa de produzir conhecimento sobre sua própria *práxis* de intercessão no campo e oferecê-lo como possibilidade a outros intercessores. Para isso, tive como ferramentas o diário de campo e a análise de implicação. Sendo assim, o conhecimento por mim produzido na *práxis* universitária através do DIMPC se refere à produção de uma *práxis* de pré-incubagem de coletivos de trabalho autogestionário no contexto do intercâmbio Saúde Mental e Economia Solidária. Lembrando que se trata aqui de processos de constituição de grupos que podem ou não virem a ser coletivos que tenham como tarefa o trabalho autogestionário, sua causa a ser. Diante deste contexto, propomos a retomada da concepção de *Empresa Social* da Psiquiatria Democrática Italiana como referência ético-política para as ações e estratégias no campo do intercâmbio entre a Saúde Mental como o mundo da assistência e a Economia Solidária como o mundo da produção. Tal proposição se justifica pelo fato destas terem como projeto comum o direito ao trabalho produtivo em outro paradigma de sociedade pautado por princípios de democracia direta, solidariedade, cooperação e autogestão.

Palavras-chave: Loucura. Trabalho. Economia Solidária. *Práxis*. Intercessor.

ANDRADE, M. C. **THE RELATION BETWEEN MADNESS AND WORK IN THE SOLIDARITY ECONOMY MODEL: the production of a preincubation praxis through a Device of Intercession in Mental Health.** 2013. 297 pages. Thesis (Doctorate Degree in Psychology). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

ABSTRACT

Based on the assumption that work has guided Mental Health attention and care practices throughout the history of madness, this thesis aims at discussing and producing scientific knowledge on that theme as well as operating as an intercessor in the exchange between Mental Health and Solidarity Economy practices in Brazilian reality. In order to do so, a series of theoretical studies on the relation between madness and work has been developed. It has considered the relation between madness and work produced at the birth of Psychiatry in the beginning of the development of the moral treatment approach; during the Psychiatric Reform in France, including Social and Sector Psychiatry as well as in Institutional Psychotherapy; during the Psychiatric Reform in Italy and the Psychiatric Reform in Brazil as well as its Psychosocial Attention. Furthermore, an intercession-research has been carried out. The device of intercession has been used as a methodological resource in its two approaches: as intercession praxis (DI) of the intercessor embodied in the intercession field and as means of knowledge production (DIMPC). The intercession praxis has been carried out at the Psychosocial Attention Center I in the city of Nova Esperança, state of Paraná. The intercession field has been produced by the four subjects involved in the madness experience who have been interested in taking part in the work and income generation workshops (OGTR) and who have agreed to collectively produce truck canvas hooks which shall be commercialized outside the CAPS territory. Such action has, therefore, constituted a productive praxis within the scope of *Arte em Oficina – um projeto em ação coletiva* (a collective action project). However, the knowledge which has been produced does not refer to the intercession field in itself, but to the intercession developed by me as the intercessor embodied within the field. Once the subjects' productive praxis doing-knowledge belongs to themselves only, the intercessor-researcher is responsible for carrying out the task of producing knowledge on his/her own intercession praxis within the researched field and make it available for other intercessors. In order to do so, s/he shall use journal of field and analysis of implication as research tools. Therefore, the knowledge which has been produced through the DIMPC in the university praxis refers to the production of a self-manageable collective work preincubation praxis in the Mental Health and Solidarity Economy context. Moreover, it should be noted that those processes refer to the constitution of groups which may have or may have not the task of carrying out self-manageable work. Thus, we propose that the conception of *Social Enterprise* be retrieved. This conception has been taken from the Italian Democratic Psychiatry as an ethical-political reference to the actions and strategies taken within the field of exchange between Mental Health, as the assistance world, and the Solidarity Economy, as the production world. Such a proposal is justified by the fact that both approaches have in common the right to productive work into a different social model which is based upon direct democracy, solidarity, cooperation and self-manageable principles.

Keywords: Madness. Work. Solidarity Economy. Praxis. Intercessor.

LISTA DE SIGLAS

AB – Atenção Básica

AI – Análise Institucional

APS – Atenção Psicossocial

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CECCO – Centro de Convivência e Cooperativa

CID-10 – Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, 10ª Edição

CIST – Cadastro de Iniciativas de Inclusão Social pelo Trabalho da Política Saúde Mental e Economia Solidária

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

ESF – Estratégia de Saúde da Família

DI – Dispositivo Intercessor

DIMPC – Dispositivo Intercessor como Meio de Produção do conhecimento

ECOSOL – Economia Solidária

EES – Empreendimento econômico solidário

ES – Empresa Social

ESF – Estratégia de Saúde da Família

I CNSM – I Conferência Nacional de Saúde Mental

II CNSM – II Conferência Nacional de Saúde Mental

III CNSM – III Conferência Nacional de Saúde Mental

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MLA – Movimento da Luta Antimanicomial

MTSM – Movimentos dos Trabalhadores em Saúde Mental

NAPS – Núcleo de Atenção Psicossocial

NASF – Núcleo de Apoio à Saúde da Família

OGTR – Oficina de geração de trabalho e renda

OT – Oficina terapêutica

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONG – Organização Não Governamental

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PDI – Psiquiatria Democrática Italiana

PNSM – Política Nacional de Saúde Mental

PROVOPAR – Programa do Voluntariado Paranaense

PS – Psiquiatria de Setor

PVC – Programa de Volta para Casa

RP – Reforma Psiquiátrica

SM – Saúde Mental

SUS – Sistema Único de Saúde

TSM – Trabalhadores da Saúde Mental

UBS – Unidade Básica de Saúde

UEM – Universidade Estadual de Maringá

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I – DO NASCIMENTO DA PSIQUIATRIA À ATENÇÃO PSICOSSOCIAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA HISTÓRIA DA LOUCURA COM O TRABALHO ATRAVÉS DO CONCEITO DE RELAÇÕES DE PODER EM MICHEL FOUCAULT.....	28
1.1 LOUCURA E TRABALHO NO NASCIMENTO DA PSIQUIATRIA.....	34
1.2 LOUCURA E TRABALHO NA PSIQUIATRIA SOCIAL E DE SETOR NA FRANÇA E NA PSICOTERAPIA INSTITUCIONAL.....	40
1.3 LOUCURA E TRABALHO NA PSIQUIATRIA DEMOCRÁTICA ITALIANA.....	50
1.4 LOUCURA E TRABALHO NA REFORMA PSIQUIÁTRICA BRASILEIRA.....	58
CAPÍTULO II – O DISPOSITIVO INTERCESSOR NO ENCONTRO DA LOUCURA COM O TRABALHO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	92
2.1 O DISPOSITIVO INTERCESSOR COMO <i>PRÁXIS</i> DE INTERCESSÃO (DI).....	97
2.2 O DISPOSITIVO INTERCESSOR COMO <i>MEIO</i> DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO (DIMPC).....	101
2.3 POR UMA EPISTEMOLOGIA DE REFERÊNCIA PARA O ENCONTRO DA LOUCURA COM O TRABALHO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	104
CAPÍTULO III – “ARTE EM OFICINA”: O FAZER-SABER DOS SUJEITOS DA PRÁXIS PRODUTIVA COMO CAMPO DE INTERCESSÃO E A PRÁXIS DO INTERCESSOR ENCARNADO.....	125
3.1 A OFERTA DE POSSIBILIDADE – DA OFICINA TERAPÊUTICA À OFICINA DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA.....	130
3.2 A <i>PRÁXIS</i> PRODUTIVA DOS SUJEITOS DO “ARTE EM OFICINA, UM PROJETO EM AÇÃO COLETIVA” COMO CAMPO DE INTERCESSÃO E A <i>PRÁXIS</i> DE INTERCESSÃO DO INTERCESSOR ENCARNADO.....	157
3.3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	189
CAPÍTULO IV – A PRÁXIS UNIVERSITÁRIA DO INTERCESSOR-PESQUISADOR: UMA OFERTA DE POSSIBILIDADE AO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DE COLETIVOS DE TRABALHO AUTOGESTIONÁRIO.....	193
4.1 SER SUJEITO PRODUTOR DE CONHECIMENTO – MEU CONTEXTO E ANÁLISE DE IMPLICAÇÃO.....	194

4.2 A <i>PRÁXIS</i> DE INTERCESSÃO COMO <i>PRÁXIS</i> DE PRÉ-INCUBAGEM: DIMENSÕES TEÓRICO↔PRÁTICAS.....	200
4.3 A <i>PRÁXIS</i> DE PRÉ-INCUBAGEM DE COLETIVOS DE TRABALHO AUTOGESTIONÁRIO NO CAMPO DA CLÍNICA AMPLIADA.....	216
CAPÍTULO V – A EMPRESA SOCIAL COMO REFERÊNCIA ÉTICA E POLÍTICA PARA O INTERCÂMBIO ENTRE SAÚDE MENTAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	223
5.1 A NOÇÃO DE EMPRESA SOCIAL NO INTERCÂMBIO SAÚDE MENTAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	228
5.2 CONVERGÊNCIAS ENTRE EMPRESA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ÂMBITO DO MUNDO DA PRODUÇÃO.....	247
5.3 SAÚDE MENTAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA – DO TRABALHO TERAPÊUTICO AO TRABALHO COLETIVO E AUTOGESTIONÁRIO.....	254
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	265
REFERÊNCIAS.....	278
ANEXOS.....	290

INTRODUÇÃO

A temática que provoca a elaboração deste trabalho nasce da tessitura entre vários percursos de vida por mim empreendidos: formação acadêmica, prática profissional como psicóloga em diferentes áreas, prática docente em ensino, extensão e pesquisa. Dessas experiências surge o desejo de produzir conhecimento, a partir da imbricação entre prática e teoria, produzindo uma *práxis* possível no campo da relação entre Loucura e Trabalho coletivo e autogestionário no contexto da Reforma Psiquiátrica Brasileira.

Sendo assim, o Movimento da Luta Antimanicomial, a Reforma Psiquiátrica e a Economia Solidária no Brasil são os pontos de partida e a sociedade brasileira, desde a década de 80 do século XX, o cenário que nos interessa. Tais opções não impedem a consideração da relação entre Loucura e Trabalho em outros momentos históricos e em outros contextos de reformas psiquiátricas.

Amarante e Torre (2001, p. 76), em uma análise macro sobre o contexto sócio-histórico que nos interessa, apresentam como este tem sido propulsor de transformações e mudanças nos modos de vida – costumes, valores, vida cotidiana e espaço e tempo urbanos – e em dimensões complexas como a democracia, a tecnologia da informação, a produção do conhecimento pela via da ciência.

Castells (1999, p. 22) nos fala sobre as novas formas de relacionamento entre a Economia, o Estado e a Sociedade advindas da interdependência global das economias mundiais a partir da remodelação da base material da sociedade pelas tecnologias informacionais. Tal fato acentuou o desenvolvimento desigual não mais entre os países do Norte e do Sul, mas entre segmentos e territórios dentro de todos eles, constituindo o que ele chama de “buracos negros de miséria humana na sociedade global”.

Diante desse cenário, Pochman (2011, p. 9) aponta para o fato da mundialização da economia ter como mote as políticas neoliberais, com forte impacto sobre a produção e o trabalho. Essa configuração é caracterizada, pelo autor, como um “fogo cruzado contra o trabalho”, sendo alguns dos principais desafios do final do século XX a contenção e a reversão das tendências de desemprego, precarização e exclusão provocadas por essa conjuntura.

O Brasil também é impactado por essas mudanças advindas do processo de globalização da economia, da informação e da cultura. Isso acontece em especial no mundo do trabalho, incluídos nesse os trabalhadores da Saúde Mental que criaram, em 1978, o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM), fruto da crítica tanto ao tratamento

dispensado aos internos, bem como ao caráter privatista das instituições de saúde no país. Somam-se a isso as denúncias de fraude na administração do dinheiro público destinado a essas instituições privadas e do tratamento desumano a que eram submetidos os pacientes internados nos hospícios. Esse movimento liderou os acontecimentos que fizeram avançar a luta antimanicomial (TENÓRIO, 2002, p.32).

Essa luta política desencadeou a realização da I Conferência Nacional de Saúde Mental Rio de Janeiro em 1987, com a participação dos trabalhadores da Saúde Mental como indicados (não como delegados eleitos) e sem a participação de usuários, familiares e movimentos sociais. Assim como o II Encontro Nacional dos Trabalhadores em Saúde Mental na cidade de Bauru/SP, também em 1987 com a participação de trabalhadores, usuários e familiares e dos movimentos sociais, que passou a ser uma constante também nas Conferências Nacionais de Saúde Mental. Nesse último evento cunhou-se o lema “Por uma sociedade sem manicômios” do Movimento da Luta Antimanicomial apontando para as mudanças a serem concretizadas no modelo assistencial.

Nesse cenário de mudanças e crises, desconstrução e reordenação da ordem/desordem econômica e social com seus impactos sobre as concepções a respeito da loucura e sobre as formas de se trabalhar, produzir, comunicar e viver, são engendrados movimentos contra-hegemônicos no contexto brasileiro. Dentre eles, o Movimento da Luta Antimanicomial, no campo da Saúde Mental, e o Movimento da Economia Solidária, no campo do trabalho, ambos contrapondo os impactos sobre a vida produzidos pelo capitalismo financeiro em escala global, também denominado por Guattari (1990) como Capitalismo Mundial Integrado (CMI).

Esse é o mundo no qual vivi desde o ingresso na vida acadêmica, em 1985. No final da década de 80 do século XX, a intervenção no Hospital Anchieta em Santos – com a implantação de Núcleos de Atenção Psicossocial, cooperativas sociais, lares abrigados para os egressos do hospital e associações de usuários, familiares e trabalhadores –, entra na cena do Movimento Nacional da Luta Antimanicomial como um importante analisador¹ que contribuiu para a construção da RP no Brasil.

Tal fenômeno, em sua transversalidade, alcançou “corações e mentes” de trabalhadores, professores e estudantes universitários implicados com o campo da SM. É nesse momento de produção de uma subjetividade antimanicomial, de uma produção

¹ Analisador é um conceito da Análise Institucional que se refere aos acontecimentos que fazem surgir com força e intensidade uma análise, produzindo o aparecimento da “instituição invisível” (LOURAU, 1993).

desejante (DELEUZE; GUATTARI, 1972) “por uma sociedade sem manicômios”² e por um modelo alternativo de atendimento aos sujeitos da experiência da loucura que me insiro no campo profissional como psicóloga na SM em Saúde Coletiva em 1990.

Atuei profissionalmente em uma Unidade Básica de Saúde e em um Ambulatório Especializado em Saúde Mental na cidade de Patos de Minas, em Minas Gerais - isso antes da Reforma Psiquiátrica. Adotei o referencial coletivo da equipe, que era o da psicanálise freudiana, mas também tentei me pautar na perspectiva teórico-prática das experiências em curso em outros serviços no Brasil que tinham como referencial a Psiquiatria Democrática Italiana, a Análise Institucional e a Esquizoanálise.

Como não existiam leitos para internação de usuários dos serviços de saúde mental na cidade, ela era feita em um hospital psiquiátrico de Brodowski, uma cidade do interior de São Paulo, que foi posteriormente descredenciado pela Secretaria de Estado da Saúde do governo de São Paulo. O transporte era feito em uma Kombi da prefeitura, que somente levava os usuários quando o veículo estava com todos os lugares preenchidos. Então, alguns esperavam em casa mais que outros até receberem o atendimento que lhes seria destinado - situação que indignava a todos da equipe, nos fazendo questionar a pertinência da internação da maneira como acontecia e a ausência de leitos psiquiátricos no hospital público da região.

A mim esse protocolo incomodava bastante, porque o atendimento era para dentro do serviço com foco no indivíduo, em uma perspectiva clínica sem intervenção junto à comunidade. Não havia outros recursos terapêuticos como oficinas, acompanhamento às famílias e suporte para lidar com o usuário em crise, que muitas vezes era atendido apenas com medicação e posterior internação. Esse incômodo pessoal, que impactou sobre a minha própria saúde mental, me fez procurar outros espaços de trabalho, por conta da dificuldade em lidar com a prática de atendimento nesse contexto.

Diante da impotência em relação à estrutura de atendimento e à cultura manicomial presente nos serviços de SM, naquela cidade, no início da década de noventa, e da impossibilidade de produção de um *agenciamento coletivo de enunciação*³ (GUATTARI; ROLNIK, 1986) naquele contexto, desisti do trabalho em SM e solicitei minha transferência para outros programas de Saúde Coletiva.

² A *utopia ativa*, termo cunhado por Guattari (1992), do Movimento da Luta Antimanicomial desde o II Congresso Nacional de trabalhadores em Saúde Mental, que mobilizou trabalhadores e usuários na cidade de Bauru/SP em 1987.

³ Naquele momento, as noções de clínica, de sujeito e de saúde mental estavam postas *a priori* como um manual a ser utilizado como guia, o que comprometia o surgimento de reinvenções, de enunciações coletivas com potência de produzir subjetivações.

Dessa experiência, ficou em aberto a frustração de não ter contribuído com o processo de desinstitucionalização proposto pela Psiquiatria Democrática Italiana, que me despertou o interesse pela SM. Entretanto, considero que continuei implicada com esse tema e o retomo agora, na realização do doutorado, embora ocupando um lugar diferente daquele de trabalhadora da SM.

No início do século XXI, ainda no emaranhado das mudanças estruturais e desestruturantes engendradas pelo processo de globalização econômica, tecnológica e informacional, estando em situação de desemprego, me encontro com outra *vibração ascendente* (SANTOS, 2000), agora no campo socioeconômico, político e cultural da Economia Solidária.

Fui contratada para compor a equipe de um projeto de *Incubadora de Empreendimentos de Economia Popular Solidária* voltado para trabalhadores em situação de desemprego ou trabalhando na informalidade, que desejassem se organizar coletivamente a partir do trabalho autogestionário. Penso que a experiência de enfrentamento de minha própria situação de desemprego tenha favorecido uma melhor pactuação com os trabalhadores, produzindo uma relação intersubjetiva pautada pelo sentimento de solidariedade diante da vulnerabilidade psicossocial que a ausência do trabalho provoca no sujeito trabalhador.

No contato com as pessoas protagonistas da ECOSOL no Brasil e em outros países, me dei conta desse movimento instituinte em curso e de sua materialidade, através dos relatos de experiências e dos encontros promovidos no contexto da coletividade e da prática da autogestão. Esses encontros culminaram na primeira edição do Fórum Social Mundial em 2001, em Porto Alegre, e fazem parte da agenda deste até hoje no eixo *Economias Soberanas*.

Além disso, a disponibilidade de acesso à informação e às produções publicadas em sites e revistas eletrônicas, e o despojamento dos sujeitos dessas experiências em socializar seus conhecimentos, me incluindo como participante desse processo, produziram em mim a crença de que outro modo de subjetivação estava acontecendo nos interstícios da sociedade individualista, competitiva e descartável, preconizada pelo capitalismo financeiro global. Nesse contexto, senti um reencantamento pelo mundo ao perceber que não existia uma única via e que alternativas estavam sendo produzidas nas brechas da sociedade capitalista.

Entretanto, onde encontrar referencial teórico-metodológico e prático na psicologia para lidar com esse outro paradigma no mundo do trabalho? Compreendi que não encontraria suporte na psicologia organizacional porque todo o referencial dela está contextualizado na sociedade do emprego, não contemplando o campo fugidio do desemprego e da informalidade do trabalho. Além disso, a ressignificação desse saber poderia ser problemática porque a

questão seria justamente o contrário – desconstruir o saber hegemônico e produzir um saber contra-hegemônico junto com os sujeitos das estratégias de sobrevivência material e subjetiva, através do trabalho coletivo e autogestionário.

Retomei, então, antigos companheiros de luta desde os tempos de graduação no campo da Psicologia Social e Comunitária, em sua perspectiva crítica, como Silvia Lane e Bader Sawaia, com foco no diálogo e na negociação em processos coletivos; Pichon-Rivière e sua Teoria do Grupo Operativo, com foco na tarefa e não no líder; Paulo Freire e sua Pedagogia do Oprimido; René Lourau e Georges Lapassade e sua Análise Institucional. Além desses, o encontro com a Psicossociologia Francesa, de Eugène Enriquez e a Psicodinâmica do Trabalho, de Christophe Dejours.

O encontro com a ECOSOL no ápice do movimento de globalização econômica e do acirramento do capitalismo neoliberal, que nos faziam crer que não existiam alternativas, produziu uma inquietação em relação à temática da constituição de grupos que poderiam vir a ser coletivos de trabalho autogestionário. Esse fato provocou meu retorno à universidade como espaço de formação e de interlocução, culminando na realização do mestrado em psicologia social realizado junto a um grupo em estado nascente – uma associação de catadores de materiais recicláveis.

A pesquisa-participante, através das oficinas de autogestão com os trabalhadores da associação, considerados como pessoas em situação de exclusão social pela situação de vida de trabalho no lixão do município, suscitou uma questão decorrente do trabalho de campo e da elaboração teórica: a identificação de uma *demand social*⁴ dos associados, como um grupo em situação de vulnerabilidade, por alguém que oferecesse apoio e cuidado, denominado por mim como *agente externo* (ANDRADE, 2004, p. 56), garantindo a autopreservação, crescimento e consolidação da associação como espaço de uma atividade produtiva com potência de manutenção da sobrevivência material e subjetiva de si mesmos e de suas famílias.

Naquele momento, me pareceu que o lugar desse *agente externo* poderia ser o de *Autoridade*, enquanto lei que organiza, favorece e acrescenta (PEREIRA, 2002) e o de *Objeto de Apoio ou Anaclítico* em Freud (LAPANCHE; PONTALIS, 1992), enquanto alguém em condições de possibilitar a sobrevivência material e subjetiva do grupo, ou seja, sua autopreservação. Lembrando que o apoio é demandado a alguém em quem se reconhece

⁴ A Demanda Social, de acordo com a Psicossociologia, emerge em situações coletivas, resultando de situações compartilhadas através de dois registros: o econômico, quando é endereçada como encomenda de resolução de problemas, podendo ser um apelo não dito a ser decifrado; e o psicológico, como demanda que expressa um desejo, uma falta dirigida a alguém que se espera ser capaz de escutá-la (LEVY, 2001, p. 113).

autoridade para oferecê-lo. Como pesquisadora, ocupei, por um tempo, esse lugar de agente externo e fui desocupando-o no processo das oficinas de autogestão, na tentativa de não impactar de maneira negativa na construção, pelos associados, de sua autonomia e autogestão no trabalho.

O que, então, seria possível fazer? No trabalho de campo, através das oficinas de autogestão, a figura central do poder acadêmico foi sendo diluída no cotidiano dos encontros com os associados. Os interessados em participar destas produziram um jeito próprio de se relacionar e de gerir o seu trabalho, sem negar ou lamentar suas contradições, sem perder o bom humor e a energia para a luta tanto entre si quando em situação de conflito interno, quanto em situação de conflito com as instituições com as quais lidavam.

A questão do agente externo foi discutida no mestrado, mas não foi aprofundada no âmbito da análise de implicação da pesquisadora. O que aconteceu agora no doutorado, através do Dispositivo Intercessor, a ser descrito posteriormente.

Em 2005, como professora colaboradora em uma universidade pública estadual, ao aceitar o pedido de uma aluna para supervisioná-la em um estágio no CAPS III, sugeri que iniciasse sua inserção escutando os usuários para depois conversar com os trabalhadores do serviço de saúde mental. Ao escutar suas histórias de vida, percebemos a presença constante de relatos da trajetória de trabalho e da interrupção das atividades em função do processo de sofrimento psíquico.

Buscando referenciais bibliográficos, encontramos a articulação SM e ECOSOL que havia sido deflagrada desde o encontro “*Oficina de Experiências de Geração de Renda e Trabalho dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental*”, realizado pelos Ministérios da Saúde e do Trabalho e Emprego em 2004. O que nos possibilitou projetar e desenvolver o estágio em Psicologia do Trabalho junto aos usuários de um CAPS III durante três anos, contribuindo com a constituição de uma iniciativa de inclusão social pelo trabalho.

A partir do evento citado acima, a Secretaria Nacional da Economia Solidária (MTE) e a Coordenação Nacional de Saúde Mental (MS) desenvolvem ações conjuntas no sentido de mapear as iniciativas de geração de trabalho e renda solidários constituídas pelos usuários dos serviços de saúde mental. Além disso, retomaram a discussão a respeito da mudança e da regulamentação da Lei do cooperativismo social – Lei no 9.867, de 10 de novembro de 1999. Tais ações culminaram com a realização da IV Conferência Nacional de Saúde Mental – intersetorial em 2010, na qual participaram como delegados e observadores os usuários e seus familiares, os trabalhadores da saúde mental e os prestadores de serviços, além de

representantes de outras políticas públicas, como a Economia Solidária, a Assistência Social, a Educação, a Justiça e os Direitos Humanos.

Esta articulação entre a Coordenação Nacional de Saúde Mental do Ministério da Saúde e a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego acontece em âmbito nacional e marca historicamente o encontro entre dois movimentos sociais (a Luta Antimanicomial e a Economia Solidária) e entre duas políticas (a Reforma Psiquiátrica e o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento). Ambos têm como princípio a construção de um projeto de sociedade inclusiva, ética, humanizadora, justa, solidária e alternativa ao modo de produção capitalista.

O contato, após dez anos, com um serviço de SM constituído como um dispositivo da RP brasileira foi bastante mobilizador por trazer à tona algo aparentemente superado em minha trajetória profissional, mas que continha, em seu bojo, um reencontro com a dimensão política que moveu meu ingresso no mundo do trabalho. Esse acontecimento foi provocado por minha opção de atuar como professora universitária, tendo como linha de extensão e de pesquisa a ECOSOL no contexto de uma Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários.

Ao me deparar com a temática da inclusão social pelo trabalho no contexto da articulação SM e ECOSOL, realizo o encontro entre distintas experiências profissionais – psicóloga trabalhadora da SM, psicóloga social e do trabalho em uma incubadora de EES, professora universitária, extensionista e pesquisadora. Tal fato me provoca a realizar uma tessitura entre referências epistemológicas, teórico-metodológicas e práticas que embasaram o meu fazer-saber na trajetória até esse momento. Todo esse processo culmina na realização do doutorado em Psicologia e Sociedade na linha de pesquisa “*Saúde Mental em Saúde Coletiva*”.

Por tudo o que foi exposto acima, a presente tese tem como tema de pesquisa a *Relação entre Loucura e Trabalho no intercâmbio entre Saúde Mental e Economia Solidária*; e, como problema de pesquisa, o interesse em conhecer quais são as dimensões existentes na constituição de grupos pelos sujeitos da experiência da loucura que possam vir a se tornar coletivos de trabalho autogestionário. Além disso, conhecer as possibilidades de contribuição do Dispositivo Intercessor a esse processo como *práxis de intercessão* no campo configurado em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS I), da cidade de Nova Esperança/PR, através da realização de Oficinas de Geração de Trabalho e Renda (OGTRs). E, posteriormente, como *Meio de Produção de conhecimento* realizado após a saída do campo, onde a elaboração teórica é produzida a partir da reflexão do intercessor-pesquisador

a respeito de sua ação no campo de intercessão, configurando-se como uma *práxis universitária*.

As práticas de inclusão social no trabalho pelos sujeitos da experiência da loucura, na atual conjuntura da Atenção em Saúde Mental no Brasil, têm dois eixos de ação: a busca por vagas de trabalho através do sistema de cotas em empresas e o trabalho coletivo através de oficinas de trabalho, de projetos de geração de trabalho e renda, de constituição de cooperativas (mesmo que não se formalizem como cooperativas sociais como regulamenta a Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999).

O interesse de conhecer, contribuir e produzir conhecimento a respeito do trabalho coletivo dos sujeitos da experiência da loucura em sua relação com a ECOSOL está contextualizado na escolha teórica, metodológica e ética pela Psicologia Social Crítica como referência primordial no campo da ciência; e da ECOSOL como paradigma de outro projeto de sociedade. Mesmo sabendo da existência de fragilidades, contradições e dificuldades nessas referências, as considero importantes elementos para compreendermos a contemporaneidade e nela intervir no horizonte das possibilidades concretas, mas também no plano da *utopia ativa*.

Nesta tese, ao invés de identificar os sujeitos da *práxis* no campo da intercessão como *usuários dos serviços de saúde mental*, utilizaremos o termo *sujeitos da experiência da loucura*, com a intenção de reafirmar a condição de sujeito desses em sua relação com a loucura presente em suas narrativas de história de vida quando participantes de um processo coletivo. Para isso, tomamos o conceito de *experiência* em Walter Benjamin (1993, p. 16) na publicação *Experiência e Pobreza* em que o autor, embora não ofereça uma definição específica para esse termo, oferece uma possibilidade de entendê-lo como algo perdido nas técnicas do trabalho moderno, assim como as formas narrativas tradicionais de transmissão do fazer, do saber, da história.

Essas perdas acontecem pela impossibilidade do diálogo e da criação coletiva na sociedade industrial. Quando se retoma as práticas de diálogo e criação que fazem reviver *as peças do patrimônio humano*, reencontramos a experiência tradicional da coletividade – a *Erfahrung* – e podemos, com isso, romper com a perspectiva da vivência do indivíduo solitário – a *Erlebnis* - produzindo, assim, contratualidade social.

Quando, nas oficinas de geração de trabalho e renda, constrói-se um espaço de coletividade onde cada um pode contar/narrar sua história de vida de trabalho e, nesse fio de conversa, tecer uma história coletiva de relacionamento com a loucura com suas rupturas e impossibilidades – mas também de sonhos, ideias, projetos e pulsão desejante –, é possível

pensar nesse espaço como um território no qual os que dele participam possam, ao narrar e compartilhar suas experiências com a loucura, tornarem-se sujeitos na relação com esta.

A construção de um possível território no interior dos dispositivos institucionais da SM como um agenciamento coletivo dos sujeitos da experiência da loucura com os trabalhadores do CAPS, produzindo práticas que promovam a desconstrução do isolamento, a superação da tutela e a participação na coletividade pela via do contrato social mediado pelo trabalho, na perspectiva da ECOSOL, como um direito humano: eis o cenário, o contexto e o pretexto para a produção de conhecimento proposta por esta tese.

Sendo assim, justifica-se sua relevância pela pertinência de sua temática no atual contexto de transformações no mundo do trabalho e na relação com a loucura que engendram a construção de alternativas de atenção à loucura e ao trabalho. Esse contexto também suscita a elaboração e formatação de referenciais teórico-metodológico-práticos que venham a subsidiar a produção de conhecimento no campo da Psicologia que contribua para essas mudanças em curso no Brasil.

Por isso, requer a utilização de recursos metodológicos que caracterizam a produção de conhecimento como uma dialogia entre sujeitos, diferentemente da ciência moderna fundamentada no Positivismo e suas dicotômicas relações entre indivíduo-sociedade, teoria-prática, sujeito-objeto, quantidade-qualidade, pesquisador-pesquisado, razão-desrazão. Rompendo com tais dicotomias, pode-se considerar que essa proposta inscreve-se no processo de Transição Paradigmática (SANTOS, 2000) em curso na ciência e na sociedade contemporânea.

Nessa direção, tomei como recurso metodológico o Dispositivo Intercessor (COSTA-ROSA, 2008) em suas duas inscrições que são a *práxis* de *intercessão* (DI) do intercessor encarnado e o *Dispositivo Intercessor como Meio de produção de conhecimento* (DIMPC) do intercessor-pesquisador. Essas duas formas da *práxis* do intercessor configuram a intercessão-pesquisa.

O Dispositivo Intercessor é discutido no âmbito do Laboratório Transdisciplinar de Intercessão-Pesquisa em Processos de Subjetivação e Subjetividade da saúde – LATIPPSS pelo Grupo de Pesquisa Saúde Mental e Saúde Coletiva do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Sociedade da Faculdade de Ciências e Letras/UNESP/Assis, na linha de pesquisa Atenção Psicossocial e Políticas Públicas.

Essa metodologia proporciona a retomada da questão do mestrado em relação à demanda por um agente externo pelos participantes de um grupo. Entretanto, o intercessor é alguém que, ao invés de pactuar como *autoridade* e *objeto de apoio*, compõe com o campo

social onde se insere reconhecendo-o, investindo e deslizando em seu movimento sem assumir para si a tarefa de produzi-lo, embora também colabore para que ele aconteça. O que possibilita aprofundar a relação com o campo social do coletivo, esse território tão importante para a produção de conhecimento em Psicologia que também possa subsidiar práticas profissionais.

A partir da trajetória apresentada, esta tese está transversalizada pelos momentos históricos no percurso de vida e de pertencimento de quem a produz. Esses são acontecimentos que provocaram mudanças paradigmáticas e de percurso, deslocamentos geográficos e territoriais, que produziram singularizações, subjetividades e intersubjetividades. Nesse sentido, a produção do conhecimento possível a partir desta tese possui perspectivas epistemológicas, teóricas e metodológicas tanto descritivas, quanto propositivas em relação à realidade na qual está inscrita.

É desse lugar que me propus a realizar a presente intercessão-pesquisa, com o objetivo principal de construir, através do Dispositivo Intercessor como recurso metodológico, uma *práxis* universitária de produção de conhecimento como intercessora-pesquisadora (DIMPC), a partir da interlocução dialógica como intercessora encarnada na *práxis* de intercessão (DI) com a *práxis* cotidiana de produção e reprodução da vida através do trabalho coletivo e autogestionário como um fazer que é saber (COSTA-ROSA, comunicação pessoal em 30/10/2010) dos sujeitos da experiência da loucura em sua relação com o trabalho na Economia Solidária.

Para isso, busquei algumas referências teóricas a fim de conhecer o cenário histórico e político da relação entre loucura e trabalho, que são: a psiquiatria clássica (ainda presente no cotidiano dos serviços de SM), as reformas psiquiátricas na França e Itália (referências para o processo de transformação das práticas em SM no Brasil), com maior ênfase, a própria reforma psiquiátrica brasileira que, em seu atual momento, propõe a efetivação da intersetorialidade entre as políticas públicas que atuam junto aos sujeitos da experiência da loucura.

Discuti, tendo como eixo mediador, a dimensão da *práxis*, os paradigmas da ciência preconizados pelo Materialismo Histórico, pela Teoria da Complexidade, pelas Epistemologias do Sul e pela concepção de desejo e subjetividade na Esquizoanálise, na tentativa de construir uma epistemologia para se pensar o encontro da loucura com o trabalho na Economia Solidária.

Além disso, retomei a concepção de Empresa Social da Psiquiatria Democrática Italiana e as concepções teóricas e práticas da Economia Solidária como referências para

compor com o atual cenário brasileiro de construção de *práxis* de intercâmbio entre o mundo da assistência, que é a política de Saúde Mental no Brasil, e o mundo da produção, que é a Economia Solidária.

Na tentativa de alcançar o que me propus a realizar, foi preciso produzir algumas estratégias que também se configuram como objetivos:

- Conhecer e discutir a relação entre loucura e trabalho existente nas históricas práticas clínicas e sociais que fundamentaram a experiência brasileira nesse campo no contexto da Saúde Mental em Saúde Coletiva.
- Operar e refletir junto ao cotidiano de um processo de constituição, pelos sujeitos da experiência da loucura, de um coletivo de trabalho autogestionário dentro de um dispositivo da Saúde Mental, tendo como contribuição a *práxis de intercessão* do intercessor encarnado. Contemplando, também, a imbricação do trabalho na história da loucura, a dimensão trabalho na Reforma Psiquiátrica Brasileira, as perspectivas atuais no Brasil no tocante à articulação SM e ECOSOL. Além do relacionamento com a equipe de Saúde Mental na construção de estratégias possíveis ao CAPS, à cidade e às políticas públicas locais para o apoio, fomento e acompanhamento de iniciativas inclusão social pelo trabalho, assim como o intercâmbio com outras experiências em curso.
- Realizar e refletir sobre a *práxis universitária* de produção de conhecimento a respeito da constituição de coletivos de trabalho autogestionário a partir de uma *práxis* de pré-incubagem como uma oferta de possibilidade aos que acompanham experiências de encontro entre a loucura e o trabalho na Saúde Mental (intercessor trabalhador de SM) e na ECOSOL (intercessor incubador).
- Apresentar uma proposta epistemológica para se pensar a relação entre loucura e trabalho nas práticas contemporâneas de Saúde Mental no Brasil e uma referência ético-política para o intercâmbio entre o mundo da assistência pela via da Saúde Mental e o mundo da produção pela via da Economia Solidária.

Sendo assim, busquei construir práticas de diálogo e criação possibilitando, dessa maneira, o encontro com a experiência da coletividade no contexto do trabalho. Para isso, provoquei o diálogo sobre a dimensão trabalho, através da escuta das histórias singulares de vida de trabalho dos sujeitos da experiência da loucura por meio do dispositivo Oficina de Geração de Trabalho e Renda (OGTR); do encontro com a cidade como mercado de trocas,

do intercâmbio psicossocial e econômico, através do contato com os que não são atendidos e não trabalham no CAPS; do trabalho cotidiano de planejamento, consumo, produção, comercialização e autogestão do projeto constituído por eles mesmos.

Além de dialogarmos sobre a relação destes com o Estado no campo das políticas públicas de SM, de Trabalho, de Assistência Social, de Previdência Social e de Direitos Humanos. Principalmente no tocante aos Benefícios de Prestação Continuada (BPC) e à aposentadoria por incapacidade para o trabalho, bem como sobre suas relações consigo mesmos e com os outros com os quais estiverem trabalhando, com suas famílias, com os trabalhadores da SM e com a comunidade.

Entretanto, é preciso tecer algumas considerações a respeito desta temática partindo não exatamente da prática clínica, mas da dimensão ontológica da centralidade do trabalho e sua relação com a loucura que forjou a produção de práticas clínicas e sociais historicamente construídas para realizar essa interlocução.

1. A centralidade do trabalho – tanto na constituição do assujeitamento do trabalhador alienado na sociedade capitalista, quanto do assujeitamento dos próprios sujeitos da experiência da loucura considerados alienados pela psiquiatria tradicional e incapazes para o trabalho e o convívio social. Uma construção e uma estratégia histórica – uma máquina criadora e gestora de exclusão e de inclusão perversa.

2. A centralidade do trabalho no processo de enfrentamento da alienação e da exclusão no contexto dos movimentos libertários a partir da década de 80 no Brasil:

- O trabalho como produtor de subjetividade na ECOSOL, contrapondo a alienação do trabalhador através da propriedade do seu próprio trabalho e dos seus meios de produção, construindo outra relação com o mercado como campo de sociabilidade pela via das trocas simbólicas e materiais nele realizadas, intervindo no processo de exclusão do mundo do emprego no formato capitalista.

- O trabalho como mediador nas relações dos sujeitos da experiência da loucura consigo mesmos no âmbito das oficinas terapêuticas nos serviços de saúde mental (trabalho terapêutico) e com os outros, no âmbito das trocas realizadas no mercado (trabalho como direito humano), provocando a construção de outra contratualidade social com potência de desconstruir a alienação e a exclusão, produzindo outras subjetividades.

3. As dimensões do trabalho nos serviços de SM.

- O trabalho é somente terapêutico ou é um direito? De qual trabalho estamos falando?
- Seria possível contemplar a dimensão trabalho como um direito humano para além do diagnóstico de incapazes para o trabalho?
- Seria possível o mundo do trabalho compor com o projeto terapêutico dos que são atendidos pelos profissionais de SM? A intercessão-pesquisa pode contribuir para a construção desse processo?

Concordamos com Evaristo (2000, p. 97) quando considera o trabalho como o objetivo mais complexo e paradigmático da reabilitação dos sujeitos da experiência da loucura, tendo em vista a importância dos valores a ele atribuídos quando se trata da *inserção laboral*. O trabalho possui um alto valor simbólico e emocional por criar identidade, auto-estima, sentido de pertencimento e recursos; assim como por favorecer os intercâmbios sociais.

Além disso, de acordo com o autor, no tocante aos sujeitos da experiência da loucura, o trabalho tem potência de desenvolver sentido de responsabilidade; de reconstruir o tempo e a confiança em si; de promover uma progressiva independência financeira e emocional em relação à família, o que produz reconhecimento pelo sentimento de ser útil por trabalhar; e de concretizar o direito a ter direitos no campo da cidadania. Enfim, de possibilitar estar nas coisas, nas relações, no tempo.

Na tentativa de alcançar meu intento no âmbito desta tese, organizei meus estudos, reflexões e considerações em cinco capítulos que serão descritos abaixo.

No capítulo I, intitulado *Do Nascimento da Psiquiatria à Reforma Psiquiátrica no Brasil: uma análise da História da Loucura com o Trabalho através do conceito de relações de poder em Michel Foucault*, construo o cenário e o *corpus* teórico norteador para conhecer e refletir sobre o encontro da loucura com o trabalho nos momentos históricos nos quais o trabalho se configura como um dos eixos estruturantes das práticas de atenção e cuidado aos sujeitos da experiência da loucura. Para isso, realizo pesquisa bibliográfica e a análise, através do conceito de relações de poder em Foucault (1995), da relação entre loucura e trabalho no nascimento da psiquiatria clássica e o tratamento moral no século XVIII; nas Reformas Psiquiátricas na França e na Itália, na segunda metade do século XX; e na Reforma Psiquiátrica no Brasil, no final do mesmo século.

No capítulo II, intitulado *O Dispositivo Intercessor no encontro da Loucura com o Trabalho na Economia Solidária*, apresento os recursos metodológicos referentes às duas inscrições do Dispositivo Intercessor como *práxis* de intercessão (DI) do intercessor

encarnado no campo de intercessão e como *Meio* de produção de conhecimento (DIMPC) através da *práxis* universitária do intercessor-pesquisador. Além disso, proponho uma perspectiva epistemológica como referência para o encontro da loucura com o trabalho na Economia Solidária.

No Capítulo III, intitulado “*Arte em Oficina*”: *o fazer-saber dos sujeitos da práxis produtiva como campo de intercessão e a práxis do intercessor encarnado*, apresento o campo de intercessão construído pelos 04 (quatro) dos 11 (onze) trabalhadores que se interessaram em participar das OGTR e, posteriormente, constituíram o *Arte em Oficina* – um projeto em ação coletiva. Nele, me foi possível operar como intercessora encarnada pela demanda a mim endereçada por estes sujeitos da *práxis* produtiva de produção de ganchos para lona de caminhão. Nas narrativas e reflexões sobre os acontecimentos e agenciamentos desse processo, procuro levar em conta a complexidade cotidiana deste constituída pelo interjogo entre dimensões singulares, grupais, coletivas, institucionais e organizacionais nos campos psicossocial, econômico, político e cultural da relação entre loucura e trabalho.

No Capítulo IV, intitulado *A práxis universitária no DIMPC: uma oferta de possibilidade aos que contribuem com a constituição de coletivos de trabalho autogestionário*, assumo minha posição de intercessora-pesquisadora na *práxis* universitária, após minha saída do campo de intercessão, partindo de minha análise de implicação e das referências teóricas que me fundamentam na produção de conhecimento para oferecer aos intercessores que tencionam operar no campo do intercâmbio entre Saúde Mental e Economia Solidária uma possibilidade, por mim elaborada, de atuar na *práxis* de pré-incubagem de coletivos de trabalho autogestionário nesse contexto como um dispositivo da perspectiva da clínica ampliada em Saúde Mental.

No Capítulo V, intitulado *A Empresa Social como referência ética e política para o intercâmbio entre Saúde Mental e Economia Solidária*, proponho a noção de Empresa Social da Psiquiatria Democrática Italiana como referência por entender que suas proposições e práticas coadunam com as iniciativas de inclusão social no trabalho produtivo em curso na realidade brasileira que produzem o intercâmbio entre o mundo da assistência configurado pelo campo da Saúde Mental e o *mundo da produção* configurado pela Economia Solidária. Nesse contexto, o dispositivo *cooperativa social* é identificado como uma modalidade de empreendimento econômico solidário deste intercâmbio por exercitar, na realidade social cotidiana, os princípios éticos das formas e estratégias de produção, comercialização e consumo que diferenciam, política e economicamente, o trabalho nesta perspectiva do trabalho na economia capitalista.

CAPÍTULO I – DO NASCIMENTO DA PSIQUIATRIA À REFORMA PSIQUIÁTRICA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA HISTÓRIA DA LOUCURA COM O TRABALHO ATRAVÉS DO CONCEITO DE RELAÇÕES DE PODER EM MICHEL FOUCAULT

Neste capítulo, construímos o cenário do encontro da loucura com o trabalho em diferentes momentos históricos nos quais o trabalho se configura como um dos eixos estruturantes das práticas de atenção e cuidado aos sujeitos da experiência da loucura, que são: o nascimento da psiquiatria clássica e o tratamento moral no século XVIII, quando ao louco se atribui a marca da incapacidade, da irracionalidade e do internamento e exclusão; as Reformas Psiquiátricas na França e na Itália, na segunda metade do século XX, que se contrapõem à Psiquiatria clássica em sua concepção de loucura e formas de tratamento, apontando outras formas de conceber e cuidar; a Luta Antimanicomial e a Reforma Psiquiátrica no Brasil, no final do mesmo século, com a concepção do louco como um sujeito marcado pela pulsão desejante, pela participação política e pela possibilidade de construir projetos (AMARANTE; TORRE, 2001).

Nossa intenção é conhecer e compreender as conceituações, assim como as práticas de atenção e cuidado produzidas sobre o encontro da loucura com o trabalho pelos protagonistas das perspectivas acima citadas constituindo, dessa maneira, um *corpus* sobre os saberes e fazeres construídos historicamente sobre esse tema.

Para isso, é importante dizer que as conceituações que atribuímos historicamente aos fenômenos com os quais lidamos são denominações carregadas de sentido, de ideologias, de dimensões psicossociais, políticas, culturais e econômicas. São um precipitado construído na relação com algo que se busca compreender em meio às possibilidades e contradições da realidade na qual estamos inseridos.

Foucault (1995, p. 232) nos diz que “temos de conhecer as condições históricas que motivam nossa conceituação, necessitamos da consciência histórica da situação presente”. Além disso, é preciso verificar qual é o “tipo de realidade com a qual estamos lidando”. Pensando nisso, nos é possível compreender as diferentes concepções sobre os sujeitos da experiência da loucura no decorrer da História que sustentam as denominações a eles atribuídas: a de que esses eram a manifestação do divino na antiguidade e depois possuídos pelo demônio na Idade Média; o para sempre expatriado viajante da *Nau dos Loucos* ao *asilado* na Renascença na Europa; o *alienado da razão* ao doente mental da Psiquiatria; o

doente mental ao usuário dos serviços da SM nas RPs; o *portador de transtorno mental grave* da SM, depois *portador de sofrimento psíquico* na Luta Antimanicomial e o *sujeito da existência-sofrimento* para Basaglia (1985).

Diante de tantas concepções, podemos pensar que a produção da figura de subjetivação do *louco* tem sua origem em bases históricas, culturais, econômicas, éticas, políticas e conceituais. Para entendê-la, faz-se necessário compreender o contexto sócio-histórico e econômico no qual ela está inserida, sendo o trabalho uma importante categoria de análise que contribui com nosso intento.

De acordo com Guerra (2008), o trabalho permite que se perceba o laço que sustenta a relação sociedade – loucura e, conseqüentemente, as ações sociais e terapêuticas de cada período da história. Nessa linha de pensamento, Passos (2009) considera que são os fatores eminentemente sociais e não científicos que determinam mudanças nas formas de tratamento da loucura, tanto no campo teórico como no empírico. A autora entende por fatores determinantes “os aspectos decorrentes das condições materiais e das formas morais de vida e de gestão da vida numa dada sociedade” (PASSOS, 2009, p. 35) e cita Foucault (2003) quando este afirma que o saber é determinado pelas lutas e pelas relações de poder que atravessam a sociedade.

Temos, então, o trabalho como um desses fatores determinantes das formas históricas de se lidar com a loucura por ser um dos aspectos das condições materiais de vida de uma determinada sociedade; e, também, um dos disparadores das lutas e das relações de poder que atravessam o ocidente desde o final do século XVIII, após a primeira Revolução Industrial, se consolidando em meio a crises, guerras e manifestações contra-hegemônicas⁵.

[...] a ideia de ocupar os doentes mentais com atividades de trabalho ou de lazer é tão antiga quanto aquela de acolhê-los e fechá-los em lugares especializados, sendo que existem traços dessa prática desde a antiguidade; [...] o que se designa pelo termo genérico de ‘terapêutica do trabalho’ recobre uma grande diversidade de práticas ligadas à evolução da concepção de doença mental e àquela da noção de trabalho em cada época (BILLIARD, 2001 apud LIMA; BRESCIA, 2002, p. 358).

⁵ Contra-hegemonia é um termo utilizado com frequência pelos movimentos sociais. Entretanto, não nos foi possível encontrar uma conceituação que possa ser atribuída a algum autor em específico. Sendo assim, a partir da leitura de Gramsci (2000-2002) e Santos (2000, 2005, 2010), entendemos como contra-hegemonia o conjunto de forças políticas e culturais com potência de criticar e desestruturar um sistema social, cultural e econômico instituído como verdade em torno de um consenso que determina uma direção, um projeto para a sociedade. Nesse sentido, o projeto contra-hegemônico constitui-se como alternativa por construir outro consenso fundado por ideias, práticas e formas de pensamento que contrapõem o instituído e pode, através da luta política, assumir ou não a condição de hegemonia na relação com o sistema que detinha, anteriormente, o poder - tendo, assim, um caráter emancipatório. Entretanto, sabemos, a partir de Foucault (1995), que este movimento não produz homeostase por se manterem ativas as relações de poder entre os sujeitos que compõem os diferentes sistemas.

Essas reflexões nos possibilitam tecer entrelaçamentos entre a loucura e o trabalho com a História, o capitalismo, o Estado, a Ciência e o Direito em relação às formas, ao significado e ao impacto do trabalho na vida dos sujeitos da experiência da loucura.

Podemos considerar que a relação entre loucura e trabalho esteve presente nas práticas sociais e de cuidado desde a assistência leiga, na qual o trabalho teve a função de manter a ordem sócio-econômica, passando pelo nascimento da Psiquiatria, quando era utilizado como recurso terapêutico no tratamento moral e manicomial, sempre submetido à autoridade médica.

Entretanto, essa relação ganhou um novo contorno nas Reformas Psiquiátricas em vários países a partir da década de 60 do século XX. Nessas, o trabalho se torna instrumento de *reabilitação* ou de *reinserção social* e de resgate da cidadania, passando a ter um cunho mais político do que clínico e a tocar o território econômico e vivo no qual realmente se dão as trocas sociais (GUERRA, 2008). Engendra-se, assim, outra contratualidade social entre loucura, trabalho e sociedade.

Entendendo que a dimensão do trabalho esteve imbricada a todo o tempo com a história da loucura, faremos um exercício de análise tomando como fio condutor as dimensões econômicas, sociais e políticas e as relações de poder inerentes às históricas práticas clínicas e sociais de atenção à saúde mental dos sujeitos da experiência da loucura. Partimos da *práxis* de seus atores sociais e políticos que protagonizaram o processo de transformação da relação entre loucura e trabalho no transcurso da História, relatadas por eles mesmos ou em publicações de outros sobre o tema.

A perspectiva teórica que nos norteia nesse intento é o conceito de *relações de poder* em Michel Foucault. De acordo com Machado (1979, p. X) é com a genealogia do poder que Foucault pretende responder a questão de *por que* os saberes aparecem e se transformam e não *como* isso acontece, que é o seu mote na arqueologia do saber. Assim, busca explicar os saberes como dispositivos de natureza estratégica que aparecem e se transformam a partir das condições externas de possibilidades que lhe são imanentes, configurando-se como “peça de relações de poder” e como um “dispositivo político”.

Para Dreyfus e Rabinow (1995, p. 227), Foucault busca, através do conceito de poder, compreender como as práticas sociais operam na sociedade. O poder sendo considerado não somente como uma força externa que regula as relações entre os indivíduos, nem tampouco como algo reduzido a essas, apesar de sua importância na produção da interação entre os sujeitos. Foucault (1995) denomina essas aptidões como *capacidade* e não como poder. O poder tem como característica ser o que “coloca em jogo” as relações entre indivíduos e entre

grupos. Nesse sentido, uma relação de poder não expressa um consenso ou um consentimento, visto que se trata de entender o exercício do poder como um “modo de ação sobre as ações do outro” (FOUCAULT, 1995, p. 244).

Para isso, é imprescindível que exista liberdade porque o poder somente pode ser exercido sobre sujeitos livres que “têm diante de si um campo de possibilidade onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer” (FOUCAULT, 1995, p. 244). Portanto, o autor se propõe a analisar as relações de poder ao invés de construir uma teoria sobre o poder.

O que nos interessa na perspectiva foucaultiana é a proposição de “analisar as relações de poder através do antagonismo das estratégias”, tendo como disparador as “formas de resistência contra as diferentes formas de poder” (FOUCAULT, 1995, p. 234), e de entender as relações de poder a partir da resistência e das ações para dissociá-las. Essas sendo um “catalisador” com potência de esclarecer as relações de poder. Porém, o autor deixa claro que as relações de poder estão encarnadas de maneira consistente no *nexo social* e o viver em sociedade forja a constituição de formas de se tornar viável a ação de uns sobre a ação de outros.

Não nos interessa empreender, aqui, a análise foucaultiana das relações de poder no que diz respeito à história da loucura com o trabalho nos contextos assinalados acima. O que nos interessa é conhecer historicamente, por meio do conceito de relações de poder, as estratégias utilizadas por essas perspectivas para fazer resistência ao saber produzido pela psiquiatria clássica sobre a relação entre loucura e trabalho. Tais estratégias sendo produtoras de saberes e de fazeres ao construírem teorias a partir de suas práticas.

No nascimento da psiquiatria, os sujeitos da experiência da loucura não eram livres, já que eram confinados no hospício para o tratamento e submetidos à autoridade médica. Como essa perspectiva configurou-se hegemônica, as relações de poder foram silenciadas. Apesar de esse movimento ser considerado como a primeira reforma psiquiátrica, nos dedicaremos somente às estratégias de confronto produzidas pelos protagonistas das reformas psiquiátricas na França, na Itália e no Brasil no contexto das relações de poder travadas com a instituição Psiquiatria e o hospital psiquiátrico como seu dispositivo.

Sobre a noção de estratégia, o mesmo autor considera que o mais importante é o que acontece entre as relações de poder e as estratégias de confronto.

[...] no centro das relações de poder e como condição permanente de sua existência, há uma ‘insubmissão’ e liberdades essencialmente renitentes, não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem inversão eventual; toda relação

de poder implica, então, pelo menos de modo virtual, uma estratégia de luta, sem que para tanto venham a se superpor, a perder sua especificidade e finalmente a se confundir. Elas constituem reciprocamente uma espécie de limite permanente, de ponto de inversão possível (FOUCAULT, 1995, p. 248).

Antes de tratarmos sobre as estratégias de confronto produzidas nas relações de poder entre as diferentes perspectivas a respeito da relação entre loucura e trabalho, é preciso considerar a presença do Estado em suas diferentes formas de instância consensuada de governo nessas relações. Entretanto, é na crise socioeconômica e política, instaurada pela Segunda Grande Guerra, que esse passa a exercer maior poder sobre o cotidiano de vida dos cidadãos e instaura sua ingerência sobre a gestão da saúde da população, impactando também as políticas e práticas de SM.

De acordo com Birman e Costa (1994), a Segunda Grande Guerra produziu um impacto intenso no Continente europeu e desencadeou uma crise na Psiquiatria relacionada à impotência de suas ações terapêuticas no campo da SM quanto a evitar altos índices de processos de cronificação em doentes mentais e, conseqüentemente, sua incapacitação social, o que preocupava os governantes dos Estados europeus.

Para os autores, a guerra incidiu diretamente sobre o contingente de mão-de-obra ativa que garantia o cotidiano, já que os trabalhadores estavam nas frentes de batalha. Isso aumentou o custo de vida nas cidades, a morte pela fome, frio e privações de toda sorte. Nesse contexto, o Estado que em tempos de guerra dirige as vidas nos sentidos político e militar, passa também a ser responsável por reger as trocas comerciais e sociais.

O excedente dos encargos econômicos reverteu em preocupações a serem mantidas, produzidas e dirigidas pelo Estado. (...) o grande poder virtual, a síntese do conjunto de poderes que dirigem a vida das nacionalidades, mas o poder concreto que define o rumo de todos os negócios públicos. (...) No que concerne à Saúde, essa passa a ser um encargo e uma obrigação do Estado, que passa a ser o seu grande gerente (BIRMAM; COSTA, 1994, p. 46).

Podemos confirmar essa afirmativa quando identificamos a presença marcante do Estado nas RPs do século XX enquanto órgão financiador e gestor dos dispositivos de atenção em SM. Além disso, configura-se como a instância de poder instituído para a regulamentação das leis que tornaram possíveis os processos desencadeados pela luta macropolítica dos movimentos sociais e pela micropolítica forjada pelos trabalhadores e pelos sujeitos da experiência da loucura no âmbito do cotidiano dos dispositivos de atenção em SM. Nesses espaços, foram produzidas experiências fundantes de outras práticas clínicas, sociais e de

produção de conhecimento no tocante à questão da loucura e, também, da sua relação com o trabalho.

Diante desse cenário, interessa-nos as estratégias empreendidas pelos sujeitos da história da loucura em diferentes realidades, bem como a construção de fazeres e saberes a respeito da relação entre loucura e trabalho no contexto das práticas clínicas e sociais constituídas como resistência à Psiquiatria e ao tratamento moral e manicomial que são: a Reforma Psiquiátrica na França; a Reforma Psiquiátrica na Itália; e, a Reforma Psiquiátrica no Brasil, fortemente influenciada pelas citadas anteriormente.

Não faremos referência à Antipsiquiatria Inglesa porque identificamos não existir, nos relatos de Cooper (1973) a respeito da experiência da Vila 21, uma relação orgânica entre loucura e trabalho que tenha configurado uma prática clínica e social e a construção de algum saber a respeito do tema.

Entretanto, cabe aqui uma ressalva em relação a uma questão pertinente, apresentada por Cooper referente ao que ele chamou de “fantasia dominante” sobre o trabalho do paciente, desenvolvida pelos trabalhadores do hospital psiquiátrico onde trabalhava. Esses acreditavam que a ocupação do paciente com tarefas domésticas da enfermaria ou de manutenção do hospital e projetos de terapia ocupacional impedia sua cronificação, retraimento e institucionalização. Podemos ver, nessa ideologia, a presença da perspectiva da função do trabalho no tratamento moral preconizado por Pinel no século XVIII (COOPER, 1973, p. 118).

Talvez, por isso, o autor se refira aos “confrontos desesperados” em torno dessa questão na unidade Vila 21 e a resistência dos pacientes a “projetos convencionais de terapia ocupacional”, como as fábricas do hospital, a demolição de abrigos antiaéreos, a desmontagem de motor de avião e o acoplamento de elementos manufaturados em aparelhos médicos de brinquedo. Tais atividades estariam em consonância com o mito de que “Satã fez o trabalho para mãos ociosas ou trabalhe e brinque, mas não se masturbe” (COOPER, 1973, p. 119). Nesse sentido, o trabalho significaria tanto um castigo como um elemento de repressão da sexualidade, formas de pensamento presentes no tratamento moral que foram questionadas pela Antipsiquiatria.

Em relação à Psiquiatria Comunitária e Preventivista nos Estados Unidos, encontramos em Kaplan (1997, p. 906) que a questão do trabalho não era relevante e a atenção se circunscrevia à assistência ao sofrimento psíquico. No entanto, o autor considera a presença do trabalho em tal perspectiva por essa prever ações de apoio social ao paciente desinstitucionalizado, como o aconselhamento vocacional e recreacional, criando

possibilidades para que esse tivesse acesso a um emprego que lhe desse algum rendimento e a uma moradia que pudesse pagar.

Pelo exposto acima, essas duas perspectivas não serão consideradas de resistência por não terem produzido, a nosso ver, estratégias de confronto e de luta constituídas no campo da relação entre loucura e trabalho.

1.1 LOUCURA E TRABALHO NO NASCIMENTO DA PSIQUIATRIA

No contexto da lógica do desvio social do século XVII, foi atribuída ao trabalho a função de auxiliar na manutenção da ordem social e econômica, antes mesmo do nascimento da Psiquiatria no campo médico. Pinel, ao tomar a loucura como patologia, utiliza o trabalho como recurso terapêutico no tratamento moral e o submete à autoridade médica, legitimando a ciência psiquiátrica e dando origem a uma nova relação entre o social e a inscrição da loucura (GUERRA, 2009).

Em *A História da Loucura na Era Clássica*, Foucault (1961/2003, p. 72-77) discute as condições históricas e as relações de poder que engendraram o nascimento da *grande internação*, do asilo, da psiquiatria e do hospital psiquiátrico. Condições essas que fundam o modo de objetivação da loucura como doença mental associada à desrazão e à construção das capacidades objetivas que determinaram sua forma de tratamento, tendo como práticas o seu silenciamento e segregação do convívio social.

Pensando a partir de Foucault (2003), nas capacidades objetivas do domínio das coisas, da técnica finalizada, do trabalho e da transformação do real, encontramos as condições que possibilitaram e tornaram necessário o nascimento da internação no século XVII. O autor se refere à *grande internação* como sendo resultante de uma crise econômica que atingiu toda a Europa nesse período e provocou a diminuição de salários, o desemprego e a escassez de moeda.

Tal fato desencadeou um redimensionamento da ética em relação ao trabalho através de “um conjunto de medidas que tornam o trabalho ao mesmo tempo possível e necessário para todos aqueles que não poderiam viver sem eles” (FOUCAULT, 2003, p. 63). Produzindo, assim, a demanda por instituições policiais que impedissem os ociosos *vagabundos* de circular pela cidade, garantindo proteção social contra a agitação e as revoltas. Por conseguinte, o internamento dos pobres, dos vagabundos, dos presidiários e dos loucos, em toda a Europa do século XVII, passa a ser assunto de polícia.

Entretanto, nesse período inicial de produção industrial, o trabalho não cumpriu sua missão de ser o remédio para todas as misérias e esse poder a ele atribuído estava muito mais ligado ao seu encantamento moral pautado em uma transcendência ética do que ao seu poder de produtor de riqueza. É nessa experiência de trabalho como transcendência ética que, a partir de uma exigência econômica e moral, se consolidara o internamento reservado aos pobres, miseráveis e vagabundos nos mesmos lugares onde antes se excluía os leprosos e, no século XIX, foi confinada a loucura no contexto dos asilos como instituições de tratamento. Nesse contexto, os loucos, ao serem submetidos às mesmas regras do trabalho obrigatório impostas a todos os exilados sociais, distinguiam-se dos demais por apresentarem incapacidade para o trabalho e para seguir os ritmos da vida coletiva.

A internação é uma criação institucional própria do século XVII. [...] Como medida econômica e precaução social, ela tem valor de invenção. Mas na história do desatino, ela designa um evento decisivo: o momento em que a loucura é percebida no horizonte social da pobreza, da incapacidade para o trabalho, da impossibilidade de integrar-se no grupo; o momento em que começa a inserir-se no texto dos problemas da cidade. As novas significações atribuídas à pobreza, a importância dada à obrigação do trabalho e todos os valores éticos a ele ligados determinam a experiência que se faz da loucura e modificam-lhe o sentido (FOUCAULT, 2003, p.89).

Para o mesmo autor, o internamento, na Era Clássica do século XVII, não estava vinculado ao tratamento ou à cura, mas antes a um imperativo de trabalho com a finalidade de impedir a mendicância, a ociosidade e as desordens sociais no período de crise econômica e social. Fora da crise, em momentos de pleno emprego e altos salários, a opção não é mais prender os sem trabalho, mas sim ocupá-los – enquanto presos – como mão-de-obra barata para garantir a prosperidade da sociedade liberal da época. Os presos recebiam a quarta parte do valor de sua produção em função da ideologia de que o trabalho deveria ser produtivo e não somente uma ocupação. Essa regra do trabalho perdurará até o final do século XVIII. Nessa perspectiva, a assistência ao trabalho era tanto um remédio contra o desemprego quanto um estimulante para o desenvolvimento industrial.

Para Foucault, de acordo com Dreyfus e Rabinow (1995), foi após a Revolução Francesa que apareceram outras relações com o louco através de um movimento de indignação humanitária pelo fato destes ocuparem os mesmos espaços de internamento que os criminosos.

De acordo com os autores, essa *nova consciência da loucura* é analisada por Foucault em dois níveis: no primeiro nível, a nobreza e os intelectuais exigiam a separação entre loucos e criminosos como pertencendo a categorias diferentes e julgavam a mistura existente como

incompatível, incongruente e promíscua, entretanto, não propunham a libertação e um melhor atendimento para os loucos; o segundo nível se refere à concepção liberal da população como fonte econômica e social na qual todos os indivíduos, se organizados e/ou tratados, podem oferecer sua força produtiva para o desenvolvimento econômico.

É nesse contexto que se constitui o modelo asilar de tratamento da loucura, que teve uma função vital no estabelecimento de uma consciência ética que acreditava que o trabalho era o principal eixo regulador das mazelas da sociedade. Entretanto, os loucos marcaram sua diferença ao resistirem em submeter-se às regras de organização do trabalho estabelecidas pelo capitalismo incipiente.

É nesse outro mundo, delimitado pelos poderes sagrados do labor, que a loucura vai adquirir esse estatuto que lhe reconhecemos. Se existe na loucura clássica alguma coisa que fala de outro lugar e de outra coisa, não é porque o louco vem de um outro céu, o do insano, ostentando seus signos. É porque ele atravessa por conta própria as fronteiras da ordem burguesa, alienando-se fora dos limites sacros de sua ética (FOUCAULT, 2003, p.84).

Castel (1978), para descrever como o louco é visto pela sociedade instaurada pela Revolução Francesa, recorre a uma figura marcada por uma irracionalidade fundamental, que definiu a prática de perícia nas sociedades modernas, centrada no papel do psiquiatra, estabelecida a partir de critérios técnico-científicos organizados.

Insentado não é sujeito de direito; irresponsável não pode ser objeto de sanções; por ser incapaz de trabalhar ou de “servir”, não entra no circuito regulado das trocas, essa “livre” circulação de mercadorias e de homens à qual a nova legalidade burguesa serve de matriz. (CASTEL, 1978, p. 19).

Para Souza (2001), o tratamento moral, construído entre o final do século XVIII e o início do século XIX por Pinel (França), Tuke (Inglaterra), Chiaruggi (Itália) e Todd (Estados Unidos), é considerado o primeiro movimento de Reforma Psiquiátrica na História da Loucura que produz o nascimento da Psiquiatria como uma especialidade médica e do asilo como lugar de cura da loucura. Nesse contexto, são produzidas as figuras de subjetivação do alienado e do alienista e a relação médico-paciente.

Daí, sabemos, nasce a justificativa para o tratamento da loucura como doença mental no contexto científico da medicina psiquiátrica e do dispositivo asilo, tal como preconizado por Pinel no final do século XVIII, representando o “meio mais seguro e talvez a única garantia da manutenção da saúde, do bom comportamento e da ordem é a lei de um trabalho mecânico rigorosamente executado” (PINEL, 1818 apud FOUCAULT, 2003, p. 538). Foi

nesse espaço institucional que a loucura passou a ter o significado de doença, de incapacidade para o trabalho e de impossibilidade de integração social.

Foucault (2003) descreve a concepção de trabalho construída por Tuke e Pinel no âmbito do asilo como uma instituição filantrópica de tratamento da loucura no início do século XIX. No asilo, o trabalho foi destituído de seu valor de produção e passou a ser imposto com regra moral pura, com o objetivo de limitar a liberdade, submeter à ordem e desalienar o espírito.

O trabalho vem em primeira linha no ‘tratamento moral’ (...). Em si mesmo, o trabalho possui uma força de coação superior a todas as formas de coerção física, uma vez que a regularidade das horas, as exigências da atenção e a obrigação de chegar a um resultado separam o doente de uma liberdade de espírito que lhe seria funesta e o engajam num sistema de responsabilidade (FOUCAULT, 2003, p. 529).

Além disso, os que se recusavam a cumprir a *lei geral do trabalho* eram punidos com reclusão e cela. De acordo com o autor, nem os loucos podem ser desculpados pela resistência ao trabalho, pela desobediência por fanatismo religioso e pelo roubo por serem movimentos de “resistência à uniformização moral e social” (FOUCAULT, 2003, p. 546) à sociedade burguesa agenciadora da criação do asilo como instituição de tratamento da loucura.

O tratamento oferecido ao *alienado* serviu para lhe dar um lugar à margem da sociedade, excluindo-o e destinando-o a ser o sujeito da desrazão. Ao ocupar esse lugar, o louco torna-se aquele incapaz de trabalhar, o que não se enquadra nas normas da burguesia e deve ser isolado para que receba o devido tratamento moral, sendo que nesse o trabalho tinha justamente uma função corretiva, de disciplinamento.

Tal julgamento de incapacidade para trabalhar coincide com um momento histórico em que os próprios trabalhadores, na concepção taylorista-fordista do *homo economicus*, no final do século XIX e início do século XX, eram considerados também incapazes de conduzir suas próprias vidas e de pensar por si mesmos (Castel, 2001, p. 305). Sendo necessário, portanto, a presença de outro para administrar o seu trabalho produzindo a divisão entre trabalho material e trabalho intelectual.

Associando o cenário da assistência filantrópica aos pobres e indigentes no contexto do liberalismo no século XIX à assistência da medicina mental engendrada no contraponto ao asilo como lugar da loucura no mesmo período, Castel (1978) considera as relações que essa manteve com as estratégias de dominação construídas pelo liberalismo econômico que foram incorporadas pelo alienismo e o movimento higienista.

Substituamos o ‘indigente’ por uma das múltiplas qualificações aplicadas hoje às diversas variedades de ‘excluídos’ de um sistema de exploração e normalização. Teremos a fórmula geral de uma política de assistência numa sociedade de classes, com o lugar marcado, também, para todas as medicinas sociais ou mentais, passadas, presentes ou futuras. E também a chave da relação entre psiquiatria clássica e a problemática do trabalho. Não tanto (senão por acréscimo) a recuperação de uma mais-valia. Mas sim, a restauração de uma ordem cuja lei econômica pode ser a extração da mais-valia porque sua lei moral é a sujeição às disciplinas (CASTEL, 1978, p. 141).

Foucault (2003) estabelece uma relação entre o trabalhador das fábricas, que encarna a figura do motor do projeto econômico burguês, e o louco, que abandonou a ética burguesa do trabalho. O autor aponta na história a congruência entre o momento em que o conceito de *alienação* foi cunhado por Marx através da análise econômica do trabalho em sua Filosofia Política e o momento de criação do conceito de *alienação* na loucura pela Medicina e pela Psicologia. Entretanto, nesse último rompe-se a conexão com a história por sua tarefa de ser uma crítica moral aos que não se submetem à sociedade burguesa.

Sendo assim, a *desalienação* na psiquiatria seria o processo de uniformização moral e social a essa sociedade; diferentemente da concepção marxista de *desalienação* como um processo advindo da luta revolucionária do proletariado contra a burguesia. Ou seja, na ciência psiquiátrica, a *alienação* do louco não está diretamente relacionada a uma dimensão econômica e, portanto, o trabalho nesse contexto tem uma conotação distinta da que lhe é atribuída no mundo da produção e das trocas sociais e econômicas da Filosofia Política de Marx.

Ademais, a concepção de sociedade no liberalismo econômico em ascensão girava em torno do trabalho, do acúmulo de riqueza e da propriedade privada, sendo que estes valores não eram compartilhados com os considerados incapazes para o trabalho, dentre eles, os loucos. Vemos, então, que, na perspectiva do projeto burguês de sociedade em consolidação no século XIX, loucos e operários têm algo em comum quando se trata da questão de não possuírem autonomia para tomarem decisões por si próprios, ou seja, não eram considerados sujeitos do *cogito cartesiano* em sua relação com o trabalho e a sociedade.

Em Castel (1978), encontramos a similaridade entre a simultânea exploração do trabalhador assalariado na produção fabril e do louco no trabalho cotidiano dentro do asilo, que remonta aos primórdios da economia de mercado. Essa consolidou hegemonias secularmente mantidas tanto na produção de riqueza na exploração do trabalhador pelos donos do capital quanto pela produção de teorias e técnicas de tratamento da doença mental forjadas no exílio e na tutela do louco pela instituição asilar.

Tais hegemonias sofrem contraposição a partir da segunda metade do século XX no contexto das crises engendradas após a Segunda Guerra Mundial que abrangem a questão dos direitos humanos, da produção do conhecimento pelas universidades, do mundo do trabalho no formato do emprego, da economia mundial globalizada, dentre outras.

Nesse processo, foram produzidas transformações dos saberes e das práticas terapêuticas a partir das relações de poder entre o Estado, a economia capitalista, a Ciência moderna e os movimentos sociais produzidos na contraposição a essas instâncias de poder instituído no contexto das crises da sociedade ocidental, dentre elas, a relacionada ao trabalho. Nesses movimentos sociais estão a Antipsiquiatria, na Inglaterra, e as RPs, na França e na Itália. Tais movimentos visavam justamente a desconstruir a prática psiquiátrica secularmente construída pela via da segregação e da alienação, eliminando gradualmente o internamento em hospitais psiquiátricos a partir da edificação de dispositivos situados na comunidade que pretendem substituir a lógica manicomial, promovendo a reabilitação psicossocial, a desinstitucionalização e a reinserção social.

Se, no alienismo, os equipamentos sociais, as práticas, os discursos e as tecnologias sociais produziram a modelagem e a serialização da subjetividade como afirmam Guattari e Rolnik (1986), as RPs são movimentos de resistência e ruptura que produziram singularizações na subjetividade, nos modos de pensar e de viver (GUATTARI, 1990) em relação à loucura e às práticas clínicas e sociais de cuidado com os sujeitos da experiência da loucura.

Nessa perspectiva, esses movimentos de resistência engendrados no final século XX têm forjado um repensar a respeito do lugar do louco na sociedade e das formas de atenção e cuidado com este que desconstruam a lógica manicomial, produzindo subjetivações para além do modelo hospitalocêntrico da psiquiatria tradicional. As mudanças relacionadas à maneira de se referir ao louco aconteceram na medida em que se percebeu a importância da desconstrução do estigma de que este é um sujeito incapaz tanto de governar sua vida como de trabalhar.

Como uma síntese desse percurso histórico, podemos notar na assistência leiga, a questão do trabalho era de responsabilidade das instituições filantrópicas e da polícia como instrumento de intervenção nas condições de miséria da população pela via da exclusão. No nascimento do hospital psiquiátrico, este passa a desempenhar uma das funções do tratamento moral da Psiquiatria como modalidade da Medicina, implementando uma dimensão disciplinadora, contribuindo para a manutenção do funcionamento do próprio hospital.

Posteriormente, nas RPs do pós Segunda Guerra Mundial, o trabalho passou a ser uma estratégia de fundamental relevância na desconstrução da lógica antimanicomial.

A perspectiva adotada nesta tese para se pensar a relação loucura e trabalho está contextualizada na crise provocada na sociedade ocidental a partir da Segunda Guerra Mundial como um *analisador* que provocou o engendramento de um questionamento e de uma forte contraposição à psiquiatria e suas técnicas de tratamento. Entretanto, não nos é possível negar a história e a influência ainda presentes das práticas clínicas e sociais da Psiquiatria Tradicional na atenção dispensada pelos profissionais aos sujeitos da experiência da loucura, em especial, ao papel do trabalho no tratamento destes,

Entendemos que o caso brasileiro no âmbito da SM em Saúde Coletiva está incluído nesse processo, sendo o CAPS um de seus dispositivos.

1.2 LOUCURA E TRABALHO NA PSIQUIATRIA SOCIAL E DE SETOR NA FRANÇA E NA PSICOTERAPIA INSTITUCIONAL

No tocante à relação entre trabalho e ressocialização na perspectiva francesa, um acontecimento que tem a Segunda Grande Guerra e o trabalho como *analisadores* nos remete ao que se pode denominar de *virada terapêutica* na atenção em SM na França provocando também redefinições teóricas sobre a loucura e sua relação com o trabalho (PASSOS, 2009; LIMA; BRESCIA, 2002).

Devido à impossibilidade de se manter a superpopulação dos asilos no contexto de uma economia de guerra e para oferecer-lhes a possibilidade de sobrevivência aos ataques inimigos, tomou-se a decisão de liberar os pacientes internos. Estes, para não morrerem, se integraram ao trabalho nas fazendas e comunidades vizinhas ou voltaram ao convívio familiar. Relata-se que houve uma readaptação deles ao cotidiano de vida desses lugares sem apresentarem problemas ligados à falta dos recursos de tratamento oferecidos pela Psiquiatria. Tal fato provocou um questionamento referente à instituição asilo como espaço de tratamento que, ao invés de manter-se inerte, poderia proporcionar convivência e reaprendizagem da vida coletiva (PASSOS, 2009, p. 63) e também das formas tradicionais de tratamento oferecidas pela ciência psiquiatria.

Lima e Brescia (2002) também citam a liberação e a fuga de pacientes no período da Segunda Guerra Mundial, que depois foram encontrados trabalhando e integrados à sociedade do entorno do hospital, como acontecimentos que provocaram um repensar sobre o trabalho, um fator decisivo de melhora por produzir nestes que vivenciaram essa experiência

sentimentos de utilidade e de reconhecimento social. Tais fatos endossam a proposta da psiquiatria social de setor na França.

De acordo com Passos (2009), a Reforma Psiquiátrica francesa teve como protagonistas os psiquiatras em uma perspectiva institucional, reformista e profissionalista de caráter corporativista e ideológico denominada como Psiquiatria Social e de Setor com um paradigma clínico nas dimensões de cuidado e de tratamento.

Nesse contexto, surgiram contribuições de vários psiquiatras que ainda hoje são referências para se pensar a questão da loucura e alguns deles se dedicaram à produção de práticas clínicas que incorporaram o trabalho de diversas maneiras. Dentre eles estão Lucien Bonnafé, François Tosquelles, Louis Le Guillant, Paul Sivadon, Jean Oury.

Passos (2009, p. 132) considera que a hospitalização era o eixo da atenção em saúde mental desde a legislação alienista de 1838, que definiu o estatuto da doença mental, e continuou em sua reformulação em 1990, que tratou sobre os direitos civis dos loucos em situação de internação. O que mudou com a psiquiatria de setor foi a organização administrativa do sistema com a finalidade de redução da prática da internação.

Entretanto, a autora ressalta que, mesmo os psiquiatras não querendo assumir uma postura política ao propagar a ideia de que a Psiquiatria de Setor não teria um recorte de classe social no tocante à divisão entre ricos e pobres, o que na realidade acontecia era o fato da população dos asilos ainda ser, em grande parte, de imigrantes, indigentes e velhos. Sendo assim, promover o retorno da loucura e dos loucos à sociedade implicava lidar com dimensões políticas relacionadas a processos de exclusão social que, para além da irracionalidade do medo da loucura, traziam ainda em seu bojo uma racionalidade fundamentada em questões econômicas e sociais.

A Psiquiatria de Setor, de acordo com Passos (2009), foi engendrada como uma doutrina que, desde a década de 40 do século XX, questionava a instituição psiquiátrica e seu princípio estratégico da internação hospitalar. Somente nas décadas de 70 e 80 esta se configura como uma política que tenciona cuidar da saúde mental da população através de *ações de prevenção, profilaxia, cura e pós-cura*, expandindo a Psiquiatria para o social. No entanto, entra em declínio na década de 90 com a crise econômica mundial que mina o Estado-providência fundamentado no Welfare State com a queda nos investimentos em políticas sociais.

A ideia de setor é a seguinte: uma equipe única se responsabiliza por uma zona populacional específica, referente a uma determinada região geográfica, onde se disporia de um sistema completo de estruturas que cobririam da prevenção à pós-

cura e seriam criadas de acordo com as necessidades reais da população, e não em função de imperativos administrativos ou gerenciais. (...) essa equipe teria de se deslocar permanentemente por todas as estruturas, do hospital ao dispensário, e conhecer todos os doentes, para acompanhá-los de forma continuada (PASSOS, 2009, p. 64).

Podemos perceber, nessa conceituação, a influência da Psiquiatria de Setor na França sobre a construção da concepção de atendimento em rede na AB através da ESF com a ação das equipes e, em especial, dos agentes comunitários de saúde; e sobre a AP e o atendimento à crise em SM na Saúde Coletiva no Brasil. Nessas, parece existir uma correlação entre o conceito de setor na França e o conceito de *região de abrangência* da UBS no Brasil.

Na construção de uma Psiquiatria Social, a Psiquiatria de Setor passa por três momentos (PASSOS, 2009, p. 63-112):

De acordo com Passos (2009) na construção de uma Psiquiatria Social, a Psiquiatria de Setor passa por três momentos:

1) *Ergosocioterapia* presente nas primeiras décadas do século XX, referida a atividades de trabalho que eram desenvolvidas pelos internos dos hospitais psiquiátricos. Estas, na maioria das vezes, acabam por ser uma ocupação vazia e infantilizada, não passando de exploração de mão-de-obra gratuita;

2) *Farmacoterapia* como uma pretensa revolução dos neurolépticos, antidepressivos, ansiolíticos e tranqüilizantes que inundaram a década de 50, provocando a preferência pelo uso de remédios ao da lobotomia; como coadjuvantes dos fármacos é feita a introdução de atividades recreativas, de lazer, esportivas e culturais fora do hospital, bem como a criação de associações de pacientes e familiares; uma consequência é o aumento do número de altas e a diminuição da internação. Entretanto, logo aparecem as reinternações sucessivas, os efeitos do uso prolongado de medicamentos provocando impregnações e lesões, mostrando a ineficácia do remédio em relação à prevenção;

3) *Psicoterapia Institucional* nas décadas de 50 e 60 com uma proposta teórico-prática em que o tratamento da loucura tinha como foco a transformação do hospital psiquiátrico em um instrumento terapêutico de ressocialização, seguindo o modelo das comunidades terapêuticas da Psiquiatria Comunitária preventivista inglesa e norte-americana. Propunha a criação de territórios onde a loucura se reconhecesse e fosse tratada no âmbito da recriação da vida coletiva segundo o modelo da Clínica de La Borde.

Em relação à Psiquiatria de Setor na França, encontramos os dispositivos institucionais do poder público com foco no trabalho tanto como finalidade terapêutica quanto como finalidade de reintegração no mercado formal através de vagas de emprego em empresas.

Tais dispositivos institucionais, ainda de acordo com a autora, são:

1. Os Centros de Ajuda pelo Trabalho (CAT) e os ateliês protegidos, estruturas criadas a partir de uma lei de 1975, na França, para o atendimento de *deficientes* com a finalidade de lhes oferecer recuperação por meio do trabalho, incluindo também os ‘doentes mentais’. Os CAT são criados como parceiros do hospital psiquiátrico, oferecendo serviços manuais simples - realizados por pessoas com maior dificuldade de se inserir no mercado formal de trabalho - para as empresas privadas;
2. Os ateliês protegidos, que são pequenas oficinas associativas (carpintaria, marcenaria etc.) nas quais trabalham todo tipo de pessoas, não só considerados doentes mentais, que tenham capacidade para aprender um ofício. Têm como objetivo a (re) integração no mercado de trabalho, mas apenas 10% deles a conseguem de fato. A pessoa pode trabalhar durante um ano, e renovar uma vez o contrato e recebe 90% do salário mínimo.

Entretanto, na instituição Psiquiatria respaldada pelas ações do Estado, a perspectiva da prevenção ainda aparece como fator de regulação social através figura do *assistido* pelo modelo econômico e político do *Estado de Bem-Estar Social* Keynesiano. Nesse contexto, a clínica fica fora do público em que prevalece uma nova lógica burocrático-administrativa alimentada pela clínica neuropsicobiológica medicamentosa e pela expertise psiquiátrica e suas perícias sobre os considerados portadores de deficiências ou desajustamentos sociais.

Vemos que a perspectiva de trabalho nos ateliês é associativa, mas a forma de inserção no mercado de trabalho aparecia no formato do emprego com salário menor do que o profissional não atendido pelos hospitais psiquiátricos e pelos ateliês, o que define uma condição de deficiência ao doente mental.

Passos (2009) considera que os psiquiatras franceses privilegiam a discussão teórico-clínica em detrimento da dimensão política, deixando de questionar tanto a sua prática quanto o seu saber.

Efeito dessa lógica clínico-profissionalista e da conseqüente subestimação do político é que não foram os psiquiatras, nem suas doutrinas teóricas, que de fato deram as cartas na definição da política efetivada, mas interesses econômicos e políticos mais poderosos (...) por uma lógica mais poderosa – a lógica de mercado. (PASSOS, 2009, p.118).

No contexto da tradição da Psiquiatria, de encarregar-se da população, a segregação e o encarceramento são substituídos, de acordo com Castel (1987), pela “gestão diferencial das

populações” realizada através de critérios relacionados ao trabalho, como podemos ver na citação abaixo:

Feito por meio de controles estatísticos e avaliações sistemáticas dos indivíduos, esse novo tipo de gestão tem o objetivo de classificá-los e enquadrá-los (os *atendidos pela psiquiatria de setor, grifo nosso*) em relação à sua capacidade produtiva, em um espectro de possibilidades que vai do mercado de trabalho normal de trabalho (para os ‘normais’) a instituições para deficientes e desadaptados – verdadeiros bolsões de excluídos sociais, ocupados com pseudo-atividades (os CAT e os ateliês protegidos franceses são exemplos cabais). (...) Em substituição à categoria ‘doença’ propõe-se a de ‘deficiência’ (handicap) medida com base na capacidade de trabalho (PASSOS, 2009 p. 119-120).

De acordo com a autora, é para além da noção de doença mental, tratável pela psiquiatria, que a noção de deficiência como um estado permanente, fixo, definitivo de impossibilidade individual, torna-se referência para administrar as questões sociais imputadas aos pobres - sendo tomada, portanto, como uma categoria que esconde desigualdades sociais, incrementa a discriminação e inviabiliza a superação dessa condição.

No contraponto à Psiquiatria de Setor, mesmo que ainda ligada a essa em um primeiro momento, é constituída a *Psicoterapia Institucional*. Lima e Brescia (2002) apontam como seus pioneiros François Tosquelles no Hospital Saint Alban, Louis Le Guillant no Hospital VilleJuif, Paul Sivadon no Hospital Ville-Évrard – psiquiatras com referencial político-filosófico marxista, anarquista ou fenomenológico que impulsionaram o espírito reformador na Psiquiatria de Setor. Eles protagonizaram experiências inovadoras no campo da SM e Trabalho, incorporando o trabalho ao tratamento e à ressocialização dos sujeitos da experiência da loucura, construindo os fundamentos da Psicoterapia Institucional que posteriormente receberá a contribuição de Jean Oury e Félix Guattari.

Os esforços terapêuticos eram dirigidos para situações cotidianas e várias atividades foram adotadas, seja a partir de propostas dos médicos, seja pela demanda dos próprios pacientes: atividades esportivas, recreativas, quermesses, festa, teatro, música, debates, redação, impressão e difusão de jornais internos. Paralelamente, foram reservados espaços para o trabalho terapêutico realizado de forma individual ou coletiva com finalidades expressiva ou produtiva (...). Tudo isso favorecia a dissolução da imagem estigmatizante do alienado e facilitava sua reintegração (LIMA; BRESCIA, 2002, p. 359).

Não obstante, fica uma questão a ser pensada a respeito da participação dos sujeitos da experiência da loucura na organização do seu trabalho e na comercialização dos produtos, já que no texto da citação o trabalho é apresentado como terapêutico. Outra questão diz respeito às atividades extra-trabalho, pois evidencia-se que as propostas partiam tanto dos médicos

como das demandas dos “pacientes”, o que parece não acontecer em relação às atividades de trabalho.

Em Billiard (2001 apud LIMA; BRESCIA, 2002, p. 358), encontramos o significado do trabalho nesse contexto a partir da afirmação de que, para esses psiquiatras, o trabalho tem uma função terapêutica por seu papel na humanização do homem e, assim, o mais importante não é o produto do trabalho, mas a ressocialização de quem o produz.

A partir da leitura de depoimentos de François Tosquelles, Passos (2009) relata um pouco da trajetória desse psiquiatra de origem catalã e militante marxista, que emigrou para a França no início da Segunda Guerra Mundial, fugindo do regime fascista de Franco. Antes de trabalhar no hospital psiquiátrico de Saint Alban, atuou em um campo de concentração nazista na França, onde além de ser psiquiatra foi um “*facilitador de fugas*” para os prisioneiros.

Em relação à dimensão trabalho na proposta de Saint Alban, a autora reconhece a influência na *terapêutica ativa* de Tosquelles de sua experiência junto às cooperativas de operadores catalães no hospital psiquiátrico em Réus, vinculadas historicamente ao Movimento Sindical que deflagrou a Guerra Civil Espanhola.

As atividades de trabalho desenvolvidas no Hospital Saint Alban

[...] não eram pseudoprodutivas, ergoterapêuticas ou orientadas por relações e rotinas meramente internas, institucionais; eram, ao contrário, em geral, vinculadas à possibilidade de rendimento real, de utilidade e intercâmbio com o meio social mais próximo, isto é, com fábricas, empresas e atividades agrícolas da pequenina cidade rural. Isso propiciava uma troca real entre pacientes e habitantes, numa multiplicação dos percursos e espaços de convivência, dentro do espírito de ‘levar’ as pessoas a freqüentarem o asilo (PASSOS, 2009, p. 213).

Entretanto, a autora reitera que a intenção de Tosquelles era de socialização do asilo como instituição e não dos pacientes, garantindo, dessa maneira, a “*vocação terapêutica*” desse espaço de tratamento da loucura onde ao trabalho também era atribuído uma função terapêutica.

Paul Sivadon, de acordo com Lima e Brescia (2002), propunha que as atividades de trabalho respeitassem o nível de maturidade psíquica de cada paciente e que fossem gradativamente alcançando maiores níveis de complexidade, buscando promover a reinserção social através da profissionalização ou especialização de cada paciente.

Para isso, fundou em 1948 a *Associação Elan*, uma instituição extra-hospitalar com o objetivo de atuar na readaptação social dos pacientes no contexto da pós-cura, dando continuidade ao acompanhamento terapêutico desses; tendo como meta “permitir a retomada,

em condições favoráveis, de uma existência social mais independente e, na medida do possível, de uma vida profissional” (SIVADON, 1993 apud LIMA; BRESCIA, 2002, p. 359).

Além disso, criou as oficinas protegidas onde os pacientes tinham a oportunidade de aprender uma profissão e reinserir-se no mercado de trabalho, recebendo remuneração por sua atividade laboral. Mesmo assim, a centralidade no trabalho mantinha a perspectiva clínica do valor terapêutico desse porque, ao modificar algo através do trabalho, o sujeito modifica-se a si mesmo. Os autores destacam a ação terapêutica da Ergoterapia como uma “resolução de tensões sucessivas nas relações do sujeito com o mundo material e social” (BILLIARD, 2001 apud LIMA; BRESCIA, 2002, p. 360).

A respeito dessa proposta de ressocialização presente na Psicoterapia Institucional, Passos (2009, p.215) cita um artigo de Daumazon e Koechlin (1952, p. 291-297) no qual estes propõem que o trabalho com foco na ressocialização fosse realizado em níveis progressivos de dificuldade das tarefas, que começam com finalidade ocupacional até atingirem níveis de maior complexidade, como uma atividade profissionalizante.

De acordo com Lima e Brescia (2002), Louis Le Guillant se inspira, mas também critica a perspectiva de Sivadon e Tosquelles a respeito dos grupos criados artificialmente em função do trabalho dentro do espaço dos hospitais psiquiátricos, considerando que somente os grupos normais e naturais é que teriam valor terapêutico.

[...] Le Guillant reconheceu o valor do trabalho como meio de tratamento e, sobretudo, de reeducação e de readaptação, mas novamente discordou dos seus colegas quanto aos aspectos essenciais da atividade e quanto aos princípios que convém privilegiar na organização do trabalho terapêutico. (...) para ele, a verdadeira Ergoterapia consiste fundamentalmente em oferecer aos pacientes atividades próximas das características do trabalho real, sendo que a remuneração é um dos principais aspectos dessa terapêutica (LIMA; BRESCIA, 2002, p. 360).

Na contraposição aos pioneiros da Psicoterapia Institucional, encontramos, em Passos (2009), que a perspectiva da ergoterapia e da ressocialização pelo trabalho na relação com o mundo social externo à clínica foi rejeitada por Jean Oury na Clínica La Borde por ser adaptacionista e normativa, sendo praticamente inexistente no processo terapêutico.

A psicoterapia Institucional construída em La Borde a partir dos anos 60 contou com a participação renovadora da perspectiva crítico-institucionalista de Félix Guattari, desencadeando um incremento na produção teórica através da criação da Federação dos Grupos de Estudos e de Pesquisa Institucionais (FGERI) e da edição da revista *Recherches* em 1970 - sendo, depois com Jean Oury, influenciada pela Psicanálise Lacaniana. Todos esses acontecimentos engendraram a separação da Psicoterapia Institucional como paradigma

teórico-clínico da Psiquiatria de Setor na França como estratégia estatal de atendimento aos sujeitos da experiência da loucura. A Clínica de La Borde é privada, pertence a Jean Oury, seu fundador, e sua família. Criada de acordo com a Lei associativista de 1901 na França recebe recursos da Associação Cruz Marinha e subvenção do Estado, além dos recursos provenientes do tratamento de clientes particulares. É autogerida internamente, mesmo não sendo uma propriedade coletiva. Existe, conforme exigido por lei, um Comitê Hospitalar composto por médicos, funcionários, pensionistas e seus familiares, mas, na prática, estabelece-se uma igualdade entre estes que compõem uma associação e funcionam como um *Clube*. Esse *Clube* é uma instância coletiva que “define os destinos da clínica no dia-a-dia, nos moldes da autogestão, com a participação de todos, com assembléias semanais e em muitos subgrupos de atividades” (PASSOS, 2009, p.120).

Além do *Clube*, segundo a autora, existem duas outras instâncias responsáveis pela vida comunitária: a Caixa de Depósito (referente à gestão dos recursos específicos dos pensionistas) e a Caixa Solidária (referente aos recursos da clínica para as atividades coletivas).

Tomando o *Clube* como essa instância coletiva que permeia as práticas clínicas e sociais em La Borde, Oury (2009, p. 19) elabora o conceito de *Coletivo*, tendo como base a Psicanálise Lacaniana. Nesse, se lida com o paradoxo de “colocar em prática sistemas coletivos e, ao mesmo tempo, preservar a dimensão de singularidade de cada um”. Para o autor, é de suma importância se preservar a *heterogeneidade*, colocando em prática a *distinguiabilidade* entre os que compõem o *Coletivo*. Assim, seus participantes não precisam falar a mesma linguagem ou apresentar semelhanças entre si, nem tampouco ocupar os mesmos espaços ou desempenhar as mesmas funções.

O *Coletivo*, como uma “máquina abstrata muito complexa”, tem como tarefa colocar em prática dimensões “difícilmente articuláveis”, diferindo do conceito de *estabelecimento* e de *instituição*, pois seria, também, uma “máquina de tratar a alienação (...) tanto a alienação social, coisificante, produto da produção, como a alienação psicótica” (OURY, 2009, p.39).

Como o “espaço do dizer”, o *Coletivo* se configura no campo transcendental da ética e não no campo empírico da organização de horários e estratégias, sendo a ética tomada pelo autor, a partir de Lacan, como “(...) a articulação entre o desejo e a ação de cada um” (OURY, 2009, p.59). Dessa maneira, o *Coletivo* é visto como uma função que propicia ao *Clube* ser uma experiência concreta em que existe, de fato, uma gestão – sem que nela haja alguma forma de sobreposição entre as partes, ou seja, sem a existência de uma relação heterônoma na qual uma pessoa manda e as outras obedecem.

Para que isso aconteça, de acordo com autor, o *Coletivo* possui duas funções que são a *função diacrítica*, que permite distinguir coisas que são confusas, misturadas, separar os planos, os registros simbólico, imaginário e real; e uma *função de decisão* como uma dimensão de *estratégia* ao escolher quando e como intervir em relação aos acontecimentos, o que requer um *tempo de reflexão*, um certo *tempo para compreender*.

O Coletivo é um conjunto de funções complexas. (...) uma das funções de um Coletivo X seria a de velar para que não haja uma grande homogeneização dos espaços, que haja a diferença, que haja uma função diacrítica que possa distinguir os registros, os patamares, etc.; e que cada um possa articular algo de sua singularidade mesmo em um meio coletivo (OURY, 2009, p.140).

No que tange à *função de decisão*, existe uma estrutura horizontal no *Clube* que possibilita uma “relativa autonomia de decisão” dos que estão na Clínica de La Borde, prescindindo de um poder hierárquico que seja superior a todos. Isso propicia a tomada de iniciativa em atividades de gestão que impulsiona uma “elaboração coletiva, na qual entrem funções como a decisória, a interpretação, a gestão econômica” (OURY, 2009, p.145), para além da expectativa de que alguém mais competente do que os outros resolva todas essas questões.

O conceito de *Coletivo* parece ser fundado na crise instaurada após a Segunda Guerra Mundial no campo da relação entre Estado Nação e Democracia, que produziu a crítica de diversos autores franceses ao funcionamento das instituições que governam a vida dos cidadãos comuns sem de fato representar a materialidade do cotidiano da sociedade que as criou. O exercício da democracia direta – não representativa – no contexto da experiência em La Borde e, também, nas demais experiências discutidas nesta tese, aponta para o que Enriquez (1999) propõe como recriação do mundo reinventando o coletivo a partir do encontro através de relações de solidariedade. Podendo ser articulado, também, com o conceito de autogestão como princípio organizador do trabalho coletivo nos EES, em que se recria o trabalho no contraponto ao seu formato como emprego no capitalismo que tem a figura de subjetivação do *Chefe* como representante de um poder absoluto.

Retomando a dimensão trabalho na Clínica de La Borde, de acordo com Passos (2009), se pode encontrar que nessa as atividades ocupacionais são realizadas em ateliês (marcenaria, produção de mel, criação de galinhas etc.) e consideradas terapêuticas. Ademais, em conjunto com as atividades de manutenção da clínica (limpeza, cozinha, administração, telefonia), são realizadas por todas as pessoas, excetuando-se os médicos, em pequenos

grupos que trabalham em rodízio, sendo a adesão livre, mas estimulada pela filosofia de *comunidade comunitarista* compartilhada por todos.

As atividades-meio não são separáveis das atividades propriamente terapêuticas, pois acredita-se que é a vida comunitária por si mesma que deve, em primeiro lugar, promover a 'cura' ou o tratamento do sofrimento psíquico grave. (...) todas as atividades devem ser de responsabilidade de todos, de modo a restaurar a comunicação e a troca interrompidas na vivência psicótica. A noção de troca é fundamental na teorização lacaniana de Oury. Trocam-se bens, afetos, palavras (PASSOS, 2009, p.199).

De acordo com Guattari (1992), em La Borde havia um múltiplo sistema de atividades como ateliês culturais, artesanais e agrícolas, além de passeios, festas e reuniões organizados pelo Clube. Buscava-se, assim, "fazer com que os indivíduos e os grupos se reapropriassem do sentido de sua existência em uma perspectiva ética (...) fundada em uma re-singularização da relação com o trabalho e, mais geralmente, da existência pessoal" (GUATTARI, 1992, p. 187). Melhor dizendo, possibilitar a apropriação de sentido através de um múltiplo sistema de atividades composto de uma infinidade de ateliês agrupados nas áreas cultural, artesanal e agrícola, somados a passeios, festas e reuniões que o Clube da Clínica organizava.

Embora apresentem concepções teóricas diferentes sobre as formas de tratamento, tanto a psiquiatria de setor quanto as modalidades da psicoterapia institucional mantêm o trabalho em sua função terapêutica, embora não mais disciplinadora, mas ainda marcada como elemento estruturante das práticas clínicas de cuidado.

Um relato de Passos (2009, p. 209) sobre quando uma paciente e ela estavam juntas, por acaso, à espera do trem, ao saírem de La Borde, despertou a minha atenção. A paciente lhe disse que se sentia solitária, com necessidade de ficar sozinha, de sonhar, de imaginar e que seu sonho era ser costureira. Dentre tantos assuntos, em tão pouco tempo e podendo conversar sem o espaço definido do tratamento, aparece a dimensão trabalho como sonho ou como desejo. Por que não apareceu como uma possibilidade, uma ideia, um projeto, uma prospecção de vida?

Isso me remete às minhas próprias experiências em entrevistas e realização de atividades em grupo com os sujeitos da experiência da loucura, em situações de atendimento nos CAPS, em projetos de extensão que provocaram o interesse em pesquisar sobre o tema. Para essas, na maioria das vezes, o trabalho não compõe algo da ordem da possibilidade de ser concretizado, aparece antes como um sonho, algo muito distante, ainda não possível de se atribuir o estatuto de direito.

Essa é, justamente, a mudança crucial e radical a ser produzida pela Psiquiatria Democrática Italiana, como veremos a seguir.

1.3 LOUCURA E TRABALHO NA PSIQUIATRIA DEMOCRÁTICA ITALIANA

De acordo com Rotteli (1994, p. 149), a experiência italiana buscava não somente humanizar a assistência psiquiátrica, mas sim transformá-la, fazendo uma crítica radical à “neutralidade científica” e à ideologia dominante da exigência de produtividade das pessoas. Destruindo, assim, qualquer forma de diversidade e excluindo as forças produtivas - perspectiva com a qual a Psiquiatria pactuou legitimando-se como um “saber” construído nas práticas de tratamento no manicômio. Inicialmente, os italianos se fundamentaram nas experiências de outros países como Inglaterra e França para colocar em discussão, junto com os pacientes, a instituição da psiquiatria e as demais instituições por ela produzidas. Posteriormente, romperam com estas por apenas modificarem as práticas psiquiátricas, não colocando em discussão a psiquiatria como tal.

Passos (2009) relata que o processo de desinstitucionalização italiano começa a acontecer quando Basaglia, influenciado por David Cooper e Ronald Laing, introduz a comunidade terapêutica no Hospital Provincial Psiquiátrico de Gorizia, no norte da Itália. Instaurando, naquele momento, o movimento da Psiquiatria Democrática constituído através de um documento de fundação em 1973 que colocava em “discussão a função e o papel dos técnicos e o próprio espaço de ação da psiquiatria” (PASSOS, 2009, p.127).

Em um relato da Assembléia-geral de 17 de maio de 1967, realizada com os internos do Hospital de Gorizia (BASAGLIA, 1985, p. 30), é possível identificar a importância da dimensão trabalho para os sujeitos da experiência da loucura quando do tratamento de questões como o pedido de auxílio/pensão ao Estado e os direitos civis dos que passam por internações psiquiátricas. Sendo ambos relacionados ao exercício da autonomia no contexto da relação com a família após a saída do hospital.

No caso do auxílio/pensão, se a família tiver como sustentá-lo financeiramente após sua saída, mesmo que o próprio não tenha condições para isso, ele não tem direito ao auxílio; e, no caso dos direitos civis, aparece o fato de serem *doentes* e, portanto, precisarem ser protegidos por um tempo como se fossem crianças. Esta proposição é contraposta por outros, com a afirmação de que esses sujeitos não são crianças e, por isso, têm direitos; por último, alguém sentencia que depois de passar cinco anos em um hospital psiquiátrico não se têm mais direitos civis.

A seguinte fala de um dos participantes retrata a importância da família para ser cuidado e a necessidade do auxílio e do trabalho para sustentá-la:

Quando não se tem condições nem mesmo pra viver, quando nos negam aquela pequena ajuda, aquele pequeno apoio, como é que vou ter condições para manter mulher, pagar aluguel, luz, impostos e todo o resto? Como é que se vai fazer, de que jeito, sem trabalho e sem nada, como é que se vai fazer, façam o favor de me explicar (BASAGLIA, 1985, p. 32)!

Essa pergunta lançada ao grupo aponta para a dimensão trabalho como elemento para superar a dependência e construir autonomia, embora ainda na expectativa da assistência de alguém para se conseguir concretizar essa tarefa. Assim, o trabalho é considerado pelos participantes em suas vertentes dentro e fora do hospital. Dentro do hospital, que não é uma fábrica, ele tem a função de ajudar a passar o tempo, distrair, fazer esquecer os pensamentos e ainda proporcionar um dinheirinho (os internos trabalhavam na lavanderia e na cozinha do hospital). Fora do hospital, há uma melhora na perspectiva, porque dentro eles ficam fechados, ganhando comida e mofando. Pode-se ver, nessa afirmação, que trabalhar é o que se faz fora do hospital e não dentro dele.

Em outra assembléia, a equipe técnica do setor B-homens, o primeiro a ser dirigido de forma comunitária no Hospital de Gorizia, discutiu a questão da inserção na sociedade através do trabalho. Em uma das falas, um dos técnicos participantes dessa reunião entre médicos e enfermeiros aponta para a importância do trabalho como gerador de renda e de sobrevivência material, embora em uma perspectiva assalariada quando da afirmação de que o trabalho faz parte do tratamento porque nem todos podem sair do hospital e *viver de brisa*.

Entretanto, para se inserir o “doente” na sociedade é preciso qualificação, que o hospital não oferece porque as atividades de trabalho nele não são qualificadas, apenas formando mão-de-obra, sendo necessário proporcionar conhecimentos que capacitem para um trabalho semi-especializado ou especializado.

Tratou-se, também, nessa assembléia, sobre as condições de trabalho na colônia agrícola do hospital naquele momento (década de 60), onde capinar a terra não garantia mais encontrar trabalho em alguma fazenda, não sendo, por isso, útil para inserir o “doente” na sociedade. A não ser com a introdução de culturas novas que permitissem um pouco mais de qualificação, proporcionando maiores possibilidades de se conseguir um emprego. A ergoterapia aparece na discussão como não-contraditória à atividade e ao trabalho, desde que haja o questionamento da noção de ergoterapia e a criação de “uma nova forma de atividade de trabalho” que possa “discutir e dialetizar esse trabalho” (BASAGLIA, 1985, p.41).

Basaglia (1985), como problematizador da discussão, aponta que a equipe possui dois diferentes pontos de vista sobre o trabalho:

[...] ou trabalham todos, porque trabalhando têm uma determinada reabilitação (porque ‘esquecem’ que estão mal, ou porque ocupam o tempo), ou então se enfatiza o aspecto por assim dizer comunitário, o trabalho como oportunidade de encontros, de discussões, etc. São duas maneiras de encarar o trabalho dos doentes (BASAGLIA, 1985, p. 52).

Nesse sentido, algumas considerações são feitas pela equipe sobre a relação entre ergoterapia, trabalho e encontro: 1) a questão de enfatizar mais a discussão ser um descuido com a ergoterapia; 2) a ergoterapia no hospital como iniciativa médica e a não necessidade de ser realizada durante todo o dia, se poderia trabalhar uma parte do dia e, na outra, discutir - ou discutir enquanto trabalha; 3) as oito horas de trabalho atribuídas aos doentes terem mais a ver com a carga horária dos serviços gerais do hospital, nada tendo a ver com a ergoterapia, dependendo mais das demandas do hospital do que de uma instância terapêutica; 4) o tempo disponibilizado ao trabalho interferindo na disponibilidade dos doentes para o contato com os outros nas relações comunitárias.

Pode-se ver que estas são questões ainda atuais nos serviços de SM no Brasil na discussão sobre o trabalho enquanto recurso terapêutico nas OTs e como direito com foco no intercâmbio nas OGTRs e, principalmente, na discussão sobre qual conceito de trabalho se fundamenta a política de inclusão social na RP brasileira. Lembrando, é claro, que oficialmente a ergoterapia não é mais considerada a forma de atenção a ser utilizada como estratégia nesse campo.

A partir desses relatos, vemos em Basaglia, que se fundamenta na teoria marxista, o *intellectual orgânico* descrito por Gramsci (1995) quando constrói, através das assembléias, uma *práxis* engendrada na realidade do cotidiano das relações sociais e de poder tanto com os pacientes quanto com a equipe técnica do Hospital de Gorizia. Vemos, também, o *intercessor* descrito por Deleuze (1992) quando desliza no território sinuoso da teoria e da prática psiquiátrica impulsionado pelas demandas de vida e pertencimento dos que são atendidos enquanto pacientes e dos que lhes atendem enquanto equipe técnica. Partindo de sua implicação subjetiva em relação a uma prática profissional política e militante, produz conhecimento e práticas contra-hegemônicas em relação ao secular tratamento dispensado aos exilados do mundo e da história pela segregação e confinamento em asilos e hospitais psiquiátricos.

Com a experiência de Basaglia no Hospital San Giovanni em Trieste, a Psiquiatria Democrática Italiana realiza três confrontos: com o hospital psiquiátrico, com o modelo de comunidade terapêutica na Inglaterra e com a política de setor na França. Entretanto, mantém o *princípio de democratização das relações entre os atores institucionais e a ideia de territorialidade* presente na comunidade terapêutica e na política de setor (BARROS, 1990, p. 42).

Sendo assim, influenciados pelo conceito de setor na Psiquiatria Francesa, os italianos elaboraram uma noção de território que, contudo, não está circunscrita a uma delimitação geográfica do espaço.

É, antes, o espaço social de uma coletividade, identificado pela existência de uma cultura própria e de uma série de recursos arquiteturais e institucionais (de trabalho, lazer, ação política, saúde, educação, convivência, arte, religião, etc.) que precisam ser conhecidos e articulados pelos serviços sanitários, numa ação coletiva integradora. O território é uma construção; como tal, deve emergir da mobilização concreta dos recursos existentes e das necessidades reais da comunidade (PASSOS, 2009, p. 136, nota de rodapé).

Passos (2009) cita um texto de 1979, escrito por Gianichedda e Basaglia, no qual esses tecem considerações, a partir de uma perspectiva marxista, sobre o surgimento das RPs nos três países “aliados e vencedores” da Segunda Guerra Mundial – Inglaterra, França e Estados Unidos –, momento histórico da contraposição ao modelo manicomial de atendimento aos sujeitos da experiência da loucura.

A expansão econômica das sociedades industrializadas ou o processo acelerado de industrialização, subsequente à guerra, é que teria forçado mudanças organizativas no aparato psiquiátrico, sem, contudo, as levarem à radicalidade no que respeita à dimensão normativa da psiquiatria como saber e instituição. Tratar-se-ia de processos de ‘racionalização’, com finalidade de reverter os mecanismos de superprodução de cronicidade, de não-cura e de irreversibilidade do internamento, que estariam impedindo a reintegração produtiva de parcela significativa de mão-de-obra desperdiçada (BASAGLIA, 1982a apud PASSOS, 2009: 221).

Podemos associar o pensamento de Basaglia com o texto “O Sujeito e o Poder”, que trata sobre os mecanismos de sujeição como “fenômenos derivados, que são meras consequências de outros processos econômicos e sociais: forças de produção, lutas de classe e estruturas ideológicas que determinam a forma de subjetividade” (FOUCAULT, 1995, p. 236). Portanto, precisam ser compreendidos em relação com seus mecanismos de exploração e dominação, mantendo “relações complexas e singulares com outras formas”.

Como se daria, então, a relação dos mecanismos de sujeição, exploração e dominação considerada por Foucault o paradigma político da experiência italiana?

Importante considerar que nessa o tema central era a desconstrução da prática de internação a partir da mudança legal e civil dos sujeitos da experiência da loucura. O marco desse paradigma político foi a Lei 180, que regulamentou tanto o tratamento voluntário quanto o compulsório em substituição ao procedimento de internação hospitalar compulsório.

Uma característica importante do processo italiano, que certamente favoreceu o avanço da desinstitucionalização, é que o embate se dava no âmbito praticamente único da psiquiatria pública, entendida como ação e responsabilidade sanitárias do Estado. Muito ao contrário do Brasil, onde se criou uma verdadeira indústria privada da loucura, com financiamento pelo próprio Estado de inúmeros hospitais psiquiátricos (PASSOS, 2009, p.127).

De acordo com Rotteli (1994, p. 150), *Desinstitucionalização* é o trabalho de desinstitucionalizar a Psiquiatria mudando substancialmente a relação entre médico e paciente – abolindo a exclusão e segregação das pessoas fundamentadas na custódia e na periculosidade destas como tarefas atribuídas à instituição psiquiatria na figura do médico. Dessa forma, a proposta foi a de criar serviços alternativos a essa instituição, situados no território da comunidade onde as relações de poder fossem horizontalizadas em uma perspectiva de rede – uma *estratégia terapêutica na comunidade*.

Uma grande quantidade de trabalho domiciliar, com uma rede de cooperativas para reinserir as pessoas no trabalho, com uma rede de apartamentos para as pessoas que não podem mais estar com suas famílias e, portanto, com um arco de serviços de eficácia e eficiência enormemente superior ao hospital, mas serviços que têm como a sua bandeira ‘a liberdade é terapêutica’ (ROTTELI, 1994, p. 153).

Nesse sentido, a questão do trabalho no tratamento preconizado pela desinstitucionalização propõe, como uma passagem do paradigma clínico para o paradigma político, a eliminação da ergoterapia e a reativação das possibilidades de acesso a rendimentos econômicos que possibilitem a participação no mundo do intercâmbio social. Sendo esse último o mundo do território comunitário da cidade, através de uma atividade produtiva como meio para se alcançar esse objetivo.

Passos (2009) considera que, ao romper com o paradigma clínico da Psicoterapia Institucional francesa e propor o paradigma político, os italianos substituem a *cura* pela *emancipação terapêutica*, sendo que na experiência em Trieste não se fala em *ressocialização* como na Psicoterapia Institucional, mas sim em *reinserção social* a partir do processo de desinstitucionalização.

As diferentes formas de se conceber o *terapêutico* nas práticas de cuidado dessas perspectivas carece de problematização, porque se configuram como um divisor de águas

quando se é discutida a questão da *cura* e da primazia ora da clínica, ora do político como vertente paradigmática para se pensar e atuar com a loucura. Parece-nos que substituir o clínico pelo político é não ver a clínica que pode haver na política e a política que há na clínica. Por outro lado, a cura, na Psicoterapia Institucional, nos remete à transformação e à recriação de si por meio de um movimento ininterrupto do sujeito de criar novos sentidos a respeito de si, do outro e do mundo, assim como pensava Lacan.

Além disso, uma *emancipação terapêutica* não pode ser também uma *terapêutica emancipadora*? Refletindo sobre esta questão, percebemos que, na primeira concepção, há um protagonismo do sujeito da experiência da loucura, tendo em vista que ele mesmo realiza a ação de emancipar-se; na segunda, é a ação terapêutica engendrada nos dispositivos de saúde mental que produz a emancipação de outro que recebe o cuidado. Dessa forma, nos é possível pensar que, na primeira, há mesmo a primazia do político e, na segunda, a da clínica, embora não necessariamente sejam dicotômicas e incompatíveis como formas intercambiáveis nas práticas de cuidado.

Em Trieste, de acordo com a mesma autora, a criação das cooperativas sociais junto com a organização de grupos-apartamento e a modificação do estatuto dos que residiam no hospital de internos para o de hóspedes foram fatores determinantes no processo de desinstitucionalização a partir de 1971, quando Basaglia assume a direção do Hospital San Giovanni. Outras ações como reuniões diárias, assembléias, reformas físicas, formação de enfermeiros, abertura dos pavilhões, saídas à cidade (passeios, cinema, circo, teatros etc.) também compõem o conjunto de iniciativas que provocaram o debate acerca dos direitos jurídicos dos hóspedes e a abertura do hospital para a entrada da comunidade com manifestações culturais e festivas.

Em 1973, é fundada a Cooperativa dos Trabalhadores Unidos Franco Basaglia (CLU), uma primeira iniciativa anterior à legislação das cooperativas sociais que é de 1990, ainda sem forma jurídica definida, onde internos e trabalhadores da assistência prestam serviços de limpeza, cozinha e jardinagem ao hospital. Com isso, rompeu-se com a exploração da força de trabalho não remunerada dos internos e eliminou-se a ergoterapia que propunha o trabalho como recurso de tratamento, “restituindo o trabalho real como um meio de emancipação” (PASSOS, 2009, p. 186). Além disso, o hospital também oferecia moradia provisória aos que estavam em processo de reinserção social.

Em 1974, de acordo com a autora, a CLU já contava com setenta sócios-trabalhadores, ex-internos com figura jurídica de hóspedes, mas ainda funcionava dentro do espaço do ex-hospital San Giovanni. Em 1976, expande-se para o espaço extra-hospitalar, construindo

autonomia em relação a este, constituindo-se como empresa e agregando sócio-empREENDEDORES artesãos, designers, artistas e outros sem histórico psiquiátrico. Dessa forma, diversifica os serviços oferecidos a um mercado não restrito ao hospital e realiza convênios para atender empresas públicas com serviços de confecção, construção civil, transporte, gráfica/encadernação, limpeza, restaurante/refeitório. Em 1977, o hospital psiquiátrico é definitivamente fechado, sendo o prédio ocupado por outras organizações sociais como a Universidade, escolas e cooperativas, firmando-se como um espaço da loucura e de construção de novas relações dessa com a cidade.

Outras cooperativas são criadas no espaço do ex-hospital, como o Bar Il Posto delle Fragole, gerido por uma cooperativa social de mesmo nome criada em 1979 que abarca uma editora; loja de bijuterias e bolsas de couro; organização de festas, concertos e trabalhos simples de transporte; clínica de estética e salão de beleza; uma trattoria no centro da cidade e um hotel à beira-mar. Uma cooperativa agrícola em 1979, a Monte San Pantaleone e a cooperativa Germano, vinculada à Associação de Voluntariado San Martino al Campo, que atua com limpeza, transportes e edificações. A partir de 1987, as cooperativas passam a receber incentivo do Estado Italiano através do Fundo Social da Comunidade Européia, pelo entendimento da função social destas junto às pessoas em situação de vulnerabilidade sócio-econômica (PASSOS, 2009, p. 187).

A autora cita, também, a existência de uma *bolsa temporária de formação para o trabalho*, disponibilizada pelo Departamento de Saúde Mental (DSM) de Trieste, como instrumento de reabilitação para jovens com dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Foi criada em 1970 e até hoje faz parte de um *Programa terapêutico Reabilitativo*, indicado e acompanhado pelos profissionais dos Centros de Saúde Mental (CSM) de Trieste. O bolsista que desenvolve capacidade para o trabalho pode se tornar sócio-trabalhador de uma cooperativa. Além disso, no âmbito da assistência, existe o centro diurno Politécnico, no San Giovanni, que forma para o trabalho através de atividades não-remuneradas.

[...] é uma espécie de escola, onde funcionam laboratórios de teatro, pintura, gráfica, cerâmica, serigrafia, música, informática, fotografia e linguagem. (...) são dirigidos por profissionais qualificados e freqüentados por pessoas ainda não inseridas em atividade formal de trabalho, que necessitam de programas de formação individualizados (...) dispõe de um curso de alfabetização de adultos (...) sedia cursos de formação profissional para usuários, organiza atividades recreativas, esportivas, festas, etc (PASSOS, 2009, p. 177).

Tanto as cooperativas sociais como as bolsas-trabalho e as ações do Politécnico são, em sua maioria, interligadas com a Assistência em Saúde Mental como partes integrantes do processo terapêutico-reabilitativo dos usuários.

Em 1991, é criada uma legislação própria para as cooperativas sociais que são caracterizadas como *Tipo A*, as que recebem incentivos financeiros do Estado para desenvolver ações com finalidade social no âmbito da terceirização da assistência pública; e como *Tipo B*, as que desenvolvem atividades produtivas diversas com obrigatoriedade de ter 30% de pessoas em condições de desvantagem como sócios-trabalhadores e sócios-empREENDEDORES. Além disso, podem participar os bolsistas da assistência sanitária e trabalhadores comuns, sem alguma ligação direta com a atenção em Saúde Mental. Recebem recursos da assistência sanitária para oferecer atividades de formação para bolsistas das Empresas de Serviço Sanitário (ASS), que oferecem acompanhamento através de um *Programa Terapêutico* articulado com os profissionais dos Centros de Saúde Mental – CSM. (PASSOS, 2009, 188).

Podemos ver que, na Reforma Psiquiátrica Italiana, o trabalho, junto com outras estratégias, assume um significado que caminha na perspectiva da *emancipação*. Em Trieste, especificamente, Rotelli (1994, p. 154) atribui o termo *Empresa Social* a todo o trabalho com os Centros de Saúde Mental, com a rede de cooperativas sociais onde se é possível envolver os sujeitos sociais na produção de um tecido para a Saúde Mental, rompendo com o saber psiquiátrico institucionalizado.

Sendo assim, as cooperativas sociais estão contextualizadas nessa dimensão mais ampla que abarca o conceito de *Empresa Social*, da qual participam todos “aqueles que possam estar atentos e sensíveis à questão de renegociar um pacto social, constituindo-se em uma forma de convivência dentro da comunidade” (ROTELLI, 2000, p. 302). Dessa maneira, profissionais especializados, intelectuais, pessoas que nada têm a ver com a psiquiatria, trabalham nas cooperativas sociais junto com os usuários dos serviços. Nessa perspectiva, “produzir é ter um status, é estar incluído na grande sociedade do mercado, mercado humano, da produção, de relação entre os homens” (ROTELLI, 2000, p. 303).

Retomando os movimentos de desinstitucionalização e de reinserção social dos sujeitos da experiência da loucura, vemos que a Psiquiatria Democrática Italiana produz, dentre outras coisas, a ruptura com o modo asilar de caráter assistencial institucionalizado no saber psiquiátrico. Entretanto, para sua efetivação é preciso enfrentar a questão da exclusão social das trocas sociais, inclusive a produtivo-econômica, imputada secularmente aos sujeitos da experiência da loucura.

[...] tal ruptura só se efetivará à medida que a problematização da loucura ultrapassar a problematização da diferença e alcançar a exclusão social, a qual extrapola em muito o âmbito estrito do saber psiquiátrico e amplia o problema da doença mental para o da existência de uma realidade em grande medida compartilhada por todos os fragilizados e excluídos das possibilidades de trocas sociais (PASSOS, 2009, p. 237).

Pensando assim, faz todo o sentido o encontro da loucura com o trabalho na perspectiva da economia solidária em que tantos outros também vivenciam situações de exclusão, mesmo tendo capacidade para o trabalho, por serem considerados como não possuidores de empregabilidade ou simplesmente desqualificados como sujeitos por serem vistos como inadequados ao mundo do trabalho no formato de emprego. Trataremos melhor sobre esse tema na articulação entre a Empresa Social e a Economia Solidária no próximo capítulo.

Seria esse, então, o possível encontro dos exilados sociais (loucos e trabalhadores), desde o século XVII, em uma luta contra-hegemônica constituída como uma *revolução molecular* a ser travada no século XXI no âmbito da crise dos fundamentos da psiquiatria e da sociedade capitalista? Tal perspectiva pode ser vista, no mínimo, como uma *utopia ativa* a ser efetivada, restando saber como os sujeitos assumirão essa intensa e extensa tarefa.

1.4 LOUCURA E TRABALHO NA REFORMA PSIQUIÁTRICA BRASILEIRA

No Brasil, de acordo com Guerra (2008), a trajetória higienista da década de 20 do século passado, no contexto das Colônias Agrícolas, preconizava o trabalho como uma imposição terapêutica associada ao tratamento moral e à ideia de reabilitação através de atividades de laborterapia e ergoterapia. Esse tinha uma função central na terapêutica asilar e era o meio e o fim do tratamento, porque ocupava o tempo ocioso dos crônicos irreversíveis, gerava renda para manutenção das colônias e asilos e garantia a boa ordem social.

A construção das Colônias Agrícolas foi fundamentada na concepção européia do valor terapêutico do trabalho como um meio de tratamento e, também, como um fim em si mesmo; por conseguir devolver à sociedade indivíduos capazes de contribuir com a nova ordem social e econômica naquele momento de derrocada da vocação agrícola da sociedade brasileira e do capitalismo incipiente (RESENDE, 1987, p.47). Entretanto, para o mesmo autor, a natureza do trabalho executado pelos asilados nessas colônias se relacionava a atividades consideradas pré-capitalistas, como o trabalho no campo, o artesanato e o trabalho

artístico. Interessante observar que essa é uma perspectiva de trabalho ainda comum nas atividades desenvolvidas nas OTs nos serviços de SM no Brasil.

Somente após 1964 que a psiquiatria passa a ser uma prática assistencial de massa, contribuindo com o processo de industrialização no Brasil ao assumir a tarefa de “preservar, manter e adestrar a força de trabalho (...) e atenuar os aspectos disfuncionais inerentes ao desenvolvimento capitalista” (RESENDE, 1987, p. 59). No entanto, uma experiência dos anos 20 no Hospital Juquery, em Franco da Rocha/SP, relatada por Lima (1999), denota que naquela época a laborterapia já era criticada, inclusive por psiquiatras. Osório César, psiquiatra, músico e crítico de arte, identificou, nas obras artísticas dos pacientes, uma semelhança com a produção dos artistas modernos. Vale lembrar que a Semana de Arte Moderna aconteceu em São Paulo, em 1922. Com o intuito de valorizar as dimensões artística, social e cultural dos “alienados” e não a dimensão psiquiátrica, Osório César publica *A expressão artística dos alienados* e cria a Escola de Artes Plásticas do Juquery. Naquele momento histórico do Brasil, um psiquiatra contrapõe a ciência psiquiatria e seu tratamento moral quando afirma que:

[...] a finalidade de um departamento de arte num hospital psiquiátrico não deveria ser apenas terapêutica, mas deveria visar também a reabilitação e a construção de alternativas fora do hospital, buscando profissões de acordo com a capacidade do paciente (LIMA, 1999, p.65).

Na década de 40 do mesmo século, a terapêutica ocupacional proposta por Nise da Silveira no Centro Psiquiátrico Nacional Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro/RJ, denominada como Arteterapia, via o trabalho como um recurso terapêutico em pé de igualdade com as demais práticas. Esse tinha a finalidade de beneficiar todos os pacientes, crônicos e agudos, com uma ocupação livremente escolhida e não como uma obrigação imposta. As atividades eram variadas (encadernação, costura, música, ateliês de pintura e modelagem etc.) e respeitavam a subjetividade dos pacientes, não possuindo um caráter financeiro de manutenção do hospital (GUERRA, 2008, p. 34).

Pode-se observar a influência dessa perspectiva no âmbito da SM pela presença marcante de atividades artísticas nas oficinas e do significado terapêutico do trabalho nos relatos de experiência dos trabalhadores de SM e nos documentos norteadores da Política Nacional de Saúde Mental sobre os Centros de Atenção Psicossocial.

Na Reforma Psiquiátrica, a partir da década de 80, em um contexto de abertura política, a atenção em SM passou a associar o projeto clínico ao projeto político. Foi realizada a crítica à psiquiatria tradicional e o trabalho passou a ser visto como instrumento de

reabilitação e reinserção sociais, criando novas inscrições da loucura na cultura e na cidadania. Nesse contexto, houve a participação de oficinairos não “psi” com diferentes discursos e relações sociais com a loucura, e se efetivou o respeito à singularidade na loucura com a invenção da clínica ampliada, antimanicomial ou psicossocial (GUERRA, 2008, p.39).

Nota-se, ainda, a influência italiana marcada pela concepção de Desinstitucionalização encarnada na produção de contratualidades psicossociais, políticas e econômicas entre os sujeitos da experiência da loucura e a cidade como território, ampliando as possibilidades de relação e intervenção para além das cercanias dos dispositivos de atenção em SM.

De acordo com Amarante e Torre (2001, p. 28), a Desinstitucionalização no Brasil sofre influência da ideia de desospitalização do modelo norte-americano da Psiquiatria Comunitária e de transformação cultural do movimento italiano da Psiquiatria Democrática. Delgado (1987) discute a transformação do atendimento asilar e a construção de outras práticas no contexto histórico do Brasil, na década de 80 do século XX, a partir da prerrogativa de enfrentamento da reintegração social dos pacientes crônicos, ou seja, a reabilitação desses através de um processo de *ressocialização*.

No início da década de 90 do mesmo século, quando trabalhei junto a uma equipe de SM de uma UBS na cidade de Patos de Minas, interior de Minas Gerais, a diretriz mais importante para a nossa ação era a prioridade de atendimento aos egressos de hospitais psiquiátricos. Entretanto, na maioria das vezes, naquele momento, se mantinha a relação atendimento ambulatorial com o psiquiatra, para ter acesso à receita para a medicação, e encaminhamento para a internação, quando necessário. A atenção foi ampliada com o acompanhamento familiar ainda restrito ao trabalho da assistente social, com o atendimento psicoterápico pela psicologia e, mais tarde, oficinas e atividades festivas ainda restritas ao espaço físico do serviço, embora com visibilidade para a rua – espaço ampliado de circulação e contratualidade.

Em relato sobre uma experiência no Brasil realizada na década de 80 do século XX, junto à Colônia Juliano Moreira, Delgado (1987) considera que o primeiro passo para a transformação desse asilo psiquiátrico foi a emergência, pelos trabalhadores dessa instituição, de uma *consciência dos dispositivos de cronificação* existentes em suas relações com os pacientes. Tal consciência foi possível em virtude de um processo de democratização das relações com a construção de espaços de discussão sobre o trabalho desses profissionais com a participação política de todos, inclusive os internos; e, com o deslocamento da “perspectiva individual de compreensão e atendimento dos pacientes para uma perspectiva de abordagem coletiva de sua realidade” (DELGADO, 1987, p. 193). De acordo com o autor, tais ações

somente puderam acontecer pela contraposição à estrutura asilar e seus pressupostos médicos, administrativos, políticos e filosóficos.

O mesmo autor relata que o projeto anterior de *trabalho assistido* com vistas à *reabilitação* tinha como prerrogativa a seleção dos pacientes mais aptos para a sua implantação. Nesse, os pacientes eram responsáveis pela manutenção da instituição com atividades de faxina, capina, copa e cozinha, dentre outras. As relações eram de “dominação-submissão” com remuneração através de “favores, privilégios, acordos clandestinos”. Para explicitar tais relações cronificantes, a primeira etapa do novo projeto com vistas à *ressocialização* tinha como dispositivo os “grupos-de-escuta” (reuniões semanais com todos os segmentos), a criação de mini-equipes de trabalho e as reuniões plenárias com todos os envolvidos. Das discussões nos grupos-de-escuta nasceu, a partir das reivindicações dos pacientes, uma proposta de regulamentação e remuneração das atividades de trabalho desenvolvidas por eles no hospital colônia.

A questão da seleção dos pacientes que participaram do programa de ressocialização foi um dos impasses enfrentados pelos seus organizadores. Considerando-se que este nasceu da “organização coletiva dos internos (portanto, de reconstrução de um *ethos* social), [...] da crítica ao clientelismo (favorecimento dos pacientes ‘bons’ e ‘espertos’)” (DELGADO, 1987, p.194), não se poderia utilizar o diagnóstico clínico como recurso para o processo de seleção por este ser um dos elementos promotores de hierarquia, exclusão e autoritarismo contra os quais os participantes lutavam. Tal questão foi resolvida a partir do consenso de que participariam do programa todos os pacientes com atividades regulares na manutenção da instituição e com interesse em participar.

As atividades organizativas do programa eram a supervisão das atividades de trabalho dos pacientes pelos funcionários com a função de monitoria; os grupos operativos semanais com frequência obrigatória discutiam as “relações de trabalho, a natureza e divisão das tarefas, o uso do dinheiro, a frequência das atividades, a inclusão e exclusão de pacientes” (DELGADO, 1987, p. 194). Todo o processo sendo realizado através de votação e, em especial, a regulamentação dos mecanismos de exclusão e acesso ao programa. Além disso, existiam várias instâncias coletivas de coordenação, como as assembléias.

De acordo com o autor, em experiências brasileiras nas décadas de 70 e 80 do século XX, quando os trabalhadores e pacientes se propuseram a enfrentar o trabalho alienado, a recuperação da identidade social dos “pacientes” tornou-se possível. Sendo exemplos desse movimento o Hospital Eduardo Ribeiro (Manaus/AM), onde todos os pacientes discutiam a organização da produção agrícola e as formas de utilização do lucro (compra de material ou

divisão entre os trabalhadores); a Colônia Juliana Moreira (Rio de Janeiro/RJ), onde os pacientes participavam de assembléias e de passeatas reivindicando seu direito de receber bolsa de trabalho como salário por suas atividades no Centro de Reabilitação e Integração Social – CRIS e no Programa Etapa 1 (descrito acima); o Centro Agrícola de Reabilitação – CAR (Viamão/RS), onde os pacientes trabalhavam em estabelecimentos agrícolas da região, embora sua relação contratual e trabalhista ainda fosse mediada pelo CAR até sua alta, passando depois para a ação do Ministério do Trabalho (assim denominado naquele período).

Diante dos relatos, parece certo afirmar que a *função terapêutica* do trabalho somente pode ser concreta se produzir autonomia e se não houver processos de mais-valia, submissão e servidão dos trabalhadores (DELGADO, 1987, p. 196). Vemos, nessas experiências, o exercício da autogestão e da democracia direta, um princípio ético-político de reconhecimento da cidadania como um direito humano dos sujeitos da experiência da loucura e de democratização das relações e das ações no contexto dos dispositivos de SM. Tal perspectiva fundamenta a noção de trabalho na ECOSOL.

No transcurso da história da relação entre loucura e trabalho, a experiência brasileira também tem sido influenciada pela ciência e práticas seculares da Psiquiatria, pela Antipsiquiatria, pela Psiquiatria Comunitária Norte Americana e pelos movimentos que engendraram as RPs após a Segunda Guerra Mundial na França, com a Psiquiatria Social e de Setor, além da Psicoterapia Institucional.

De acordo com Amarante (2007, p. 102), a influência da Psiquiatria Democrática Italiana sobre a SM e a AP no Brasil aparece nos princípios de *democratização, participação social, co-responsabilização, acolhimento*, ou seja, na lógica de *desmontagem e superação* do modelo manicomial; além disso, ampliou o conceito de *setor* para o de *território* como “espaço de trocas reais e simbólicas, que deve também ser transformado”.

Aponta, também, a influência da Comunidade Terapêutica (Antipsiquiatria) e da Psicoterapia Institucional nos dispositivos políticos da assembléia, da reunião de equipe e da constituição de associações de usuários, familiares de trabalhadores da SM. Da Psiquiatria de Setor, o autor enfatiza a contribuição para o deslocamento das ações em SM para outras categorias profissionais, para além do psiquiatra, e a estratégia da referência e contra-referência entre os serviços de SM organizados em rede. Da Psiquiatria Comunitária, outros dois deslocamentos: da noção de psiquiatria para a de saúde mental, incluindo a dimensão psicossocial; e do hospício para a comunidade, implicando a sociedade em sua responsabilidade com a loucura, assim como o fez a Psiquiatria de Setor.

Entretanto, não encontramos, nas contribuições do autor, a influência da noção de *Empresa Social* como o *intercâmbio entre o mundo da assistência e o mundo da produção* (ROTTELI; LEONARDIS; MAURI, 1994) da Psiquiatria Democrática Italiana sobre a experiência brasileira. O que nos faz pensar qual concepção de trabalho tem norteado as práticas clínicas e sociais de inclusão social pelo trabalho em curso nos dispositivos de SM.

A relação entre loucura e trabalho nas experiências brasileiras abordadas anteriormente não traz, em suas prerrogativas, o significado do trabalho como direito humano do cidadão sujeito da experiência da loucura, mas ainda o define como um dos recursos terapêuticos importantes no processo de atenção e cuidado em SM.

Em relação ao início do processo da RP no Brasil, tomamos como exemplos as experiências do CAPS Prof. Luis Cerqueira, criado em 1987 na cidade de São Paulo, e do NAPs, criado em 1989 em Santos, como perspectivas pioneiras no processo de construção de uma “nova *práxis*” de atenção integral em SM em Saúde Coletiva no Brasil. Incluindo nessa as *práxis* referentes à relação entre loucura e trabalho. Amarante (2008), analisando os projetos desses dois dispositivos, considera que eles realizaram rupturas com o modelo epistêmico da psiquiatria, com o conceito de sofrimento psíquico como doença mental, com o princípio da instituição asilar como recurso terapêutico e com o princípio normatizador do tratamento moral.

Em relação à dimensão trabalho nessas *práxis*, encontramos que, no projeto do CAPS Prof. Luis Cerqueira, a família e o trabalho são vistas como dimensões do campo macro social a serem considerados no programa de psicoterapia, socioterapia e terapia ocupacional; ou seja, são dimensões que contribuem terapeuticamente com o tratamento.

No projeto do NAPs, em Santos, o trabalho compôs, desde o início, o *projeto terapêutico* do cuidado na Atenção Psicossocial juntamente com outras atividades como o atendimento individual, o atendimento aos familiares, as assembléias, os passeios, as visitas domiciliares, dentre outras; ou seja, o trabalho era considerado um dos componentes importantes na construção do poder de contratualidade social dos sujeitos da experiência da loucura, sendo o principal foco de atenção das práticas de atenção e cuidado da equipe do NAPs.

Nessas experiências pioneiras da década de 80, ainda não havia a referência ao dispositivo “oficina” como uma nova prática clínica e social da assistência em SM no âmbito dos centros de saúde (depois unidades básicas de saúde), dos centros de atenção psicossocial, dos centros de convivência, dentre outros, como preconizou a II Conferência Nacional de Saúde Mental em 1992.

A experiência de Santos, em 1989, guarda uma forte proximidade com a triestina tanto no tocante às ações construídas no campo da atenção em SM aos antigos internos da Casa de Saúde Anchieta quanto na dimensão política e militante de seus atores. Atuando em equipe com perspectiva autogestionária, estes implantaram mudanças na assistência aos internos respaldados pela influência da experiência exitosa em Trieste com Basaglia e Rotteli, pelo momento histórico de construção do Movimento da Luta Antimanicomial deflagrado em 1987 no encontro de Bauru e, também, pelo apoio político do poder público local de Santos naquele momento.

Podemos observar a influência marcante da experiência italiana nos movimentos que engendraram a Reforma Psiquiátrica Brasileira a partir de um artigo comemorativo aos vinte anos da intervenção na Casa de Saúde Anchieta. Nesse, Kinoshita (2009) aponta que as transformações, naquele período, estavam para além da dimensão do cuidado e da assistência e perpassavam as novas relações entre o saber e o fazer psi e os pacientes, antes internos – sendo identificadas como um processo de *Desinstitucionalização*, no qual a assembléia era o dispositivo fundante das práticas sociais a serem construídas.

As assembléias não foram instituídas como ‘espaços terapêuticos’, mas lugar de enfrentamento e debates sobre a vida de todos no interior da instituição, verdadeira Ágora para a ‘política’ interna, mas também espaço de debates e discussões sobre a política no exterior da instituição: exclusão, estigma, pobreza, desemprego, raça, cor, credos, etc... Não se constituíam como espaços de deliberação formal, sob a regra do domínio da maioria, mas sim como dispositivos de intensificar as contradições e, ao mesmo tempo, exercício para a participação e corresponsabilização na formação de consensos, onde havia uma diretriz: ninguém poderia ser excluído! Isto é, não havia pré-requisitos para a participação (estado mental, social ou clínico). Profissionais, funcionários de todas as seções, pacientes e familiares foram envolvidos neste processo de crítica da instituição e construção de novas normas institucionais (KINOSHITA, 2009, p. 4).

Existia, então, nesse processo, o princípio ético, estético e político da autogestão, que também fundamenta a organização do trabalho na perspectiva da Economia Solidária, incluídas nesse campo as iniciativas de geração de trabalho e renda solidários desenvolvidas pelos que são atendidos pelos serviços de SM. Em sua dimensão intersubjetiva, construída pelos princípios éticos da cooperação e da solidariedade, a autogestão configura-se como um contraponto ao modo de produção capitalista.

Basaglia (1985, p.26) comentou a experiência das assembléias realizadas no Hospital Psiquiátrico de Gorizia, na Itália, dizendo que estas não eram psicoterapia de grupo e significavam oferecer várias alternativas de participação ou não nas atividades proporcionadas, sendo uma delas comparecer às reuniões. A proposta era *criar um território*

de confronto e verificação recíproca onde a participação fosse espontânea, onde os participantes aceitassem o encontro e o confronto com os outros, tendo a possibilidade de decidir sem assujeitamento a uma organização com uma ordem e um fim determinados. Assim, havia uma contraposição à realidade social que considerava o *doente* como um indivíduo sem direitos, colocando, entre parênteses, tanto a desconsideração deste como uma *pessoa* quanto a própria *doença*.

Sobre o processo de *despsiquiatrização*, o mesmo autor afirma que é necessário negar tanto a doença como o mandato social e a função da psiquiatria, “negar tudo que possa dar um sentido predefinido à nossa conduta” (BASAGLIA, 1985, p.29). Além disso, defende a necessidade de negar a irrecuperabilidade do *doente*, negando sua conotação psiquiátrica, negando sua doença como definição científica, *despsiquiatrizando* o trabalho da psiquiatria e recomeçando em um *território ainda virgem, por cultivar*.

A experiência italiana inspira e fundamenta o processo da RP brasileira e também o Movimento da Luta Antimanicomial, instaurando uma luta política na qual são travadas as relações de poder entre trabalhadores, usuários e familiares organizados através de um movimento social; o Estado Brasileiro no contexto anterior e posterior à ditadura militar quando se inicia o processo de redemocratização no país; a Psiquiatria, suas instituições e seu corporativismo no contexto do mercado da doença mental, tendo como aliada a indústria farmacêutica, que persiste em se manter hegemônica no campo da SM no Brasil.

A Luta Antimanicomial é o movimento social que surgiu em reação ao tratamento desumano e desumanizante dispensado aos portadores de transtorno mental nas instituições psiquiátricas, que contribuiu com a implantação da política pública da Reforma Psiquiátrica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil a partir de 1992. Porém, mais que uma reação frente a um modelo assistencial, é um movimento que contesta as concepções acerca da loucura e implica não somente no questionamento do saber e fazer técnico (psiquiátrico). Envolve, também, a discussão de aspectos clínicos, políticos, sociais, culturais e jurídicos, o que exige um envolvimento de toda a sociedade num trabalho de desconstrução da representação da loucura que possibilite o resgate da cidadania do portador de transtornos mentais (TENÓRIO, 2002).

De acordo com o referido autor, no Brasil, a reforma psiquiátrica se insere no movimento pela redemocratização do país, ocorrido na segunda metade da década de 1970, se somando a muitas outras lutas e questionamentos das instituições sociais tais como a educação e o trabalho. Porém, não é um movimento surgido no país, mas uma ressonância de um movimento já estabelecido na Europa a partir da Segunda Guerra Mundial.

Em publicação do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES), Amarante (1997) relata a história da reforma psiquiátrica, contextualizando sua perspectiva política e cultural desde os anos 70 no contexto da luta da sociedade civil organizada contra a ditadura militar no Brasil. Em 1978, nasce, no Rio de Janeiro, o Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental (MTSM) tendo como bandeira de luta o processo de desinstitucionalização, não desconsiderando as precárias condições de atendimento aos pacientes nas instituições psiquiátricas do Ministério da Saúde; e, em 1987, em Bauru/SP, durante o II Congresso Nacional de Trabalhadores da Saúde Mental, nasce o Movimento da Luta Antimanicomial com o lema “Por uma sociedade sem manicômios”, instaurando uma ruptura epistemológica e estratégica com o modelo psiquiátrico tradicional presente tanto nas instituições psiquiátricas quanto no saber médico sobre a loucura que as sustentavam.

Nesse sentido, esses acontecimentos e atores políticos importantes caracterizam a reforma psiquiátrica como “um processo permanente de construção de reflexões e transformações que ocorrem a um só tempo, nos campos assistencial, cultural e conceitual” (AMARANTE, 1997, p. 165) e se poderia pensar que seu objetivo seria:

[...] poder transformar as relações que a sociedade, os sujeitos e as instituições estabeleceram com a loucura, com o louco e com a doença mental, conduzindo tais relações no sentido da superação do estigma, da segregação, da desqualificação dos sujeitos ou, ainda, no sentido de estabelecer com a loucura uma relação de coexistência, de troca, de solidariedade, de positividade e de cuidados (AMARANTE, 1997, p. 165).

Sendo assim, a Luta Antimanicomial tem como utopia ativa a extinção dos manicômios, o rompimento com a lógica do modelo asilar psiquiátrico, suas formas de tratamento e concepção de doença mental e a construção de outra relação loucura e sociedade com a inscrição do louco no laço social.

Costa-Rosa (2000, p. 151) discute essas questões a partir da contradição existente entre o Modo Psicossocial e o Modo Asilar no cotidiano dos dispositivos de SM. Existindo relações de poder, consideradas pelo autor como *luta de Hegemonia*, do Modo Psicossocial (tendo como dispositivos os CAPS, NAPs e outros) com suas formas político-ideológicas e teórico-técnicas, contrapondo o modelo hospitalocêntrico do Modo Asilar no tocante a quatro âmbitos: (1) concepções de saúde-doença-cura e dos meios e instrumentos de seu manuseio; (2) formas de organização do dispositivo institucional no tocante às relações intra-institucionais; (3) formas de relacionamento com a clientela com as diferentes possibilidades

de intercâmbio; (4) formas dos efeitos terapêuticos e éticos de suas práticas que designam os fins políticos e socioculturais destas.

Yasui e Costa-Rosa (2008, p. 28) propõem a denominação *Estratégia Atenção Psicossocial* para caracterizar o “conjunto amplo de transformações práticas e proposições teóricas, tanto éticas quanto políticas” que produziram a atual Política Nacional de Saúde Mental e provocaram mudanças na “concepção do processo saúde-adoecimento” e no “modelo teórico e técnico-assistencial” que incidiram diretamente sobre as práticas dos trabalhadores da Saúde Mental e sobre questões jurídicas e culturais. Posteriormente, em sua Tese de Livre Docência, Costa-Rosa (2011) propõe a denominação (*EAPS*), ampliando o conceito de Modo Psicossocial e descaracterizando-o como referente apenas ao dispositivo CAPS.

Buscamos a desconstrução das práticas da Atenção Psicossocial centradas em uma única instituição, oriundas da experiência do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) – este é apenas um dos seus Estabelecimentos, mesmo que o principal, durante muito tempo – a fim de avançar em direção ao exercício de uma estratégia territorial baseada numa rede de práticas e dispositivos (COSTA-ROSA, 2011, 152).

As transformações forjadas no bojo da RP brasileira e do Movimento da Luta Antimanicomial produzem territórios profícuos para a produção de outros modos de subjetivação tanto dos profissionais que atuam junto aos sujeitos da experiência da loucura como para eles próprios. Os CAPS, como dispositivos substitutivos aos hospitais psiquiátricos, são espaços de ressignificação das práticas de cuidado e de atenção em SM no Brasil no campo da assistência. Dentre elas, as práticas com foco na relação entre loucura e trabalho. Entretanto, concordamos com Costa-Rosa (2011) quando afirma que a Atenção Psicossocial é uma estratégia a ser realizada por todos os dispositivos de SM em uma perspectiva de Rede. Sendo a Atenção Básica e o Programa Estratégia de Saúde de Família os mais próximos no que se refere à Rede de Atenção em SM, ampliando as ações também para políticas intersetoriais, como é o caso do intercâmbio SM e ECOSOL.

Nas estratégias de luta em espectro mais amplo, existem os processos de discussão política, mobilização e enfrentamento no decorrer da história de relacionamento do Estado através da política pública de Saúde Mental e o movimento social da Luta Antimanicomial. Esses acontecem em espaços institucionalizados, como as conferências nacionais e os conselhos de saúde nas três esferas, mas, também, em movimentos independentes como a Marcha dos Usuários pela realização da IV Conferência Nacional de Saúde Mental acontecida em 2009.

No contexto da Reforma Psiquiátrica brasileira, as ações de (re) inserção social para o mundo do trabalho configuram-se como um de seus eixos junto com a retaguarda assistencial, representada pelos diversos tipos de CAPS, com a tarefa de substituir integralmente os Hospitais Psiquiátricos; e a retaguarda de moradia (Residências Terapêuticas) e de reparação econômica (“De Volta para Casa”), voltadas aos ex-moradores de Hospitais Psiquiátricos.

Estes estão regulamentados por lei federal e em fase de implantação e implementação, como instrumentos das políticas públicas municipais nos territórios da SM em Saúde Coletiva em todo o país. Entretanto, o eixo (re) inserção social, para o mundo do trabalho, começa a ser discutido a partir de 2001, com a III Conferência Nacional de Saúde Mental e está em fase de implantação, ainda sem legislação regulatória, a não ser a Lei nº 9.867/1999 das Cooperativas Sociais.

Como tem sido esse processo na relação entre trabalho e loucura na contemporaneidade da RP brasileira e do Movimento da Luta Antimanicomial? Os dispositivos criados consideram o trabalho como um direito? É possível aos sujeitos da experiência da loucura pensar o trabalho enquanto elemento constituinte de si mesmos e de sua existência, sem que aconteça um processo de participação, de encontro e de confronto com o outro? Em que condições esses estão trabalhando dentro dos CAPS, dos Centros de Convivência e das associações de usuários, trabalhadores e familiares? Existem experiências fora do circuito do cuidado, ou seja, fora do espaço físico dos serviços de SM?

Para empreendermos esta discussão é preciso identificar, na história da SM no Brasil, a existência de uma “miscelânea” de conceitos atribuídos às práticas de intervenção no campo da relação entre loucura e trabalho que são: reabilitação, ressocialização, (re) inserção social e inclusão social. Faremos uma breve digressão a respeito desses conceitos com a intenção de localizá-los no contexto brasileiro através de publicações do início do processo de engendramento da RP brasileira a partir da década de 80 e dos Relatórios Finais das Conferências Nacionais de Saúde Mental de 1987, 1992, 2001 e 2010. O livro “Reabilitação Psicossocial no Brasil” é um marco histórico sobre o tema e nele escolhemos as contribuições de Benedetto Saraceno, Roberto Tykanori Kinoshita e Jairo Goldberg.

Saraceno (2001a) considera que a reabilitação não é pura e simplesmente uma técnica, uma tecnologia de intervenção com o objetivo de devolver habilidade ao sujeito desabilitado ou de capacitar o sujeito incapacitado. Para além disso, é uma “exigência ética”, uma “estratégia” que engloba e se refere, no caso da atenção em SM, aos usuários e seus familiares, aos profissionais da Saúde Mental e à comunidade da qual participam. Esses atores, assim como todos nós, atuam cotidianamente em três dimensões denominadas como

“cenários”: habitat, mercado e de trabalho. No interjogo entre questões relacionadas aos afetos, ao econômico, ao poder, ao simbólico etc., todo e qualquer sujeito pode ser mais ou menos hábil, mais ou menos habilitado. Entretanto, o mais importante é o fato de alguém estar habilitado em seu “poder contratual”. *Contratualidade* entendida como uma:

[...] grande troca afetiva e material do ser humano; a habilidade do indivíduo em efetuar suas trocas. O processo de reabilitação seria, então, um processo de reconstrução, um pleno exercício de cidadania, e, também, de plena contratualidade nos três cenários: habitat, rede social e trabalho com valor social (SARACENO, 2001a, p. 16).

O autor pondera que a reconstrução da contratualidade passa também pela aprendizagem de algumas habilidades como teatro, artes plásticas ou fazer algum artefato, mas não termina nisso, sendo preciso ir além dessa etapa transitória de construção a fim de alcançar uma maior contratualidade no mundo das trocas que implica a casa, o trabalho e a rede social. Ou seja, pode-se começar com essas atividades para alcançar essas outras dimensões mais amplas. Se isso não acontece, corre-se o risco de se fixar no que o autor denomina de *fragmentos de cidadania*. Lembrando que a reabilitação psicossocial tem como sua maior busca a construção, pelos sujeitos, de sua cidadania na relação com seus familiares, com o serviço onde é atendido, com a comunidade onde se insere e com os poderes instituídos nos campos organizacional, estrutural e político da sociedade da qual participa.

Pode-se observar, sob tal perspectiva, uma marcante influência da Psiquiatria Democrática Italiana pelo enfoque na dimensão da contratualidade social. Essa sendo estendida ao território para além dos serviços de SM e das atividades de cunho terapêutico no âmbito do tratamento oferecido aos sujeitos da experiência da loucura pelos profissionais que, na maioria das vezes, atuam tendo como referência o modelo clínico de atenção em SM.

Sobre a relação entre poder contratual e experiência da loucura, o autor discute melhor a questão ao afirmar que, enquanto a clínica é colocada em xeque por suas práticas terapêuticas insatisfatórias, começa a surgir, no cenário na década de 80 do século XX, uma prática que não tem o modelo clínico como referência, a reabilitação psicossocial. Embora ainda fosse uma prática à espera de uma teoria, tinha como centralidade a ideia de *negociação*, sendo o ato da troca uma pré-condição para o relacionamento entre as pessoas. Melhor dizendo, “as oportunidades de trocas materiais e simbólicas são oportunidades precedentes na construção da capacidade relacional do sujeito” (SARACENO, 2001b, p. 151). Nesse sentido, a reabilitação psicossocial renunciaria ao *mito da autonomia* como possibilidade concreta de poder prescindir do outro.

O autor faz um alerta aos profissionais que atuavam nessa prática sem modelo de sustentação para não incorrerem em duas possibilidades de risco: retomar antigos modelos de referências teóricas, como o modelo clínico e adotar uma “ideologia de referência”, no lugar de uma *teoria* de referência, como a ideologia de “capacitar os descapacitados a tomarem partido numa sociedade forte” (SARACENO, 2001b, p.152). Para evitá-los, se fazia necessária a criação de novos conceitos, novas formas de conceituação da problemática, não cabendo mais seguir usando as mesmas palavras das antigas referências para dizer sobre as mudanças nas práticas de assistência naquele momento.

Kinoshita (2001) discute a questão da *reinserção social* como um “problema de produção de valor” através da prerrogativa de que, nas relações de trocas realizadas no campo social, sempre se é atribuído um valor pressuposto a cada sujeito social que delas participa. Sem essa atribuição não existe possibilidade de se participar de qualquer forma de intercâmbio pela ausência do *poder contratual* necessário ao processo em questão. Para isso, é preciso existir três dimensões fundamentais: *troca de bens, de mensagens e de afetos* - proposições que coadunam com os três cenários propostos por Saraceno, tendo em vista que essas trocas acontecem todo o tempo nos âmbitos da casa, da rede social e do trabalho.

O autor propõe, então, que essas ideias sejam referências para se pensar a reabilitação.

O que seria reabilitar senão reconstruir esses valores, aumentar o poder contratual do usuário? Criar condições de possibilidade para que um paciente possa de alguma maneira participar do processo de trocas sociais? Produzir dispositivos em que, desde uma situação de desvalor quase absoluto (pressuposto), possa-se passar por experimentações, mediações, que busquem adjudicar valores aptos para o intercâmbio. Ou seja, modificar o pressuposto de desvalor natural para um pressuposto de valor possível, proposto (explícito) (KINOSHITA, 2001, p.56).

Sendo assim, a tarefa da reabilitação seria restituir o poder contratual dos sujeitos da experiência da loucura, ampliando sua autonomia, a começar pelas próprias relações de trocas entre esses e os profissionais pelos quais são atendidos. Com essa pré-condição, é possível elaborar, construir projetos e colocá-los na realidade com *ações práticas* com potência de mudar *condições concretas de vida* e enriquecer a subjetividade dos que participam desse processo.

Sobre o conceito de autonomia, o autor o ressignifica partindo do pressuposto de que essa não se refere a *auto-suficiência* ou *independência*. Pelo contrário, essa pode ser entendida como a “capacidade de um indivíduo gerar normas, ordens para a sua vida, conforme as diversas situações que enfrente” (KINOSHITA, 2001, p. 57). E acrescenta que um maior grau de autonomia está relacionado à dependência de muitas e diversas coisas porque isso

amplia nossas possibilidades de construir novas e outras normas e ordenamentos para nossa vida. Como já foi comentado, anteriormente, vemos, nessa perspectiva, a influência da Psiquiatria Democrática Italiana nas experiências construídas pelos serviços de SM em Santos no final da década de 80 do século XX.

Goldberg (2001, p. 44) oferece uma perspectiva diferenciada sobre a reabilitação psicossocial a partir do relato sobre a experiência do CAPS Prof. Luiz da Rocha Cerqueira, que tem como fundamentação a noção de *contrato*. O autor se refere à reabilitação como um “processo articulado de práticas (sustentadas por uma trama de conceitos)” com o objetivo de construir uma relação mais autônoma dos sujeitos da experiência da loucura com a instituição CAPS, partindo da participação ativa destes em todo o processo de tratamento. Para isso, houve uma *convergência de linhas de ação* através de dispositivos coletivos como a Reunião Geral (com a participação dos pacientes), a Reunião Técnica, a Supervisão dos profissionais de apoio, a Discussão do Caso e a Reunião dos Profissionais do Centro. Além disso, com a fundação, em 1989, da Associação Franco Basaglia por pacientes, familiares, profissionais e outros interessados foi constituído, junto com o CAPS, o *Clube do Basaglia*, aberto aos usuários dos serviços de saúde mental de São Paulo com atividades nas oficinas de rádio, ritmo, dança folclórica, marcenaria e outras, coordenadas por um profissional do CAPS. Entretanto, o autor afirma que reabilitar é uma tarefa do tratamento oferecido no âmbito do CAPS como um serviço de SM.

Percebemos a reabilitação como um processo que não tem fim definido. (...) consiste em oferecer todas as possibilidades de tratamento que estejam disponíveis. (...) Tratar e reabilitar são perspectivas indissociáveis. Para se reabilitar um paciente é necessário oferecer continuamente tratamento (GOLDBERG, 2001, p. 45).

Vemos, nessa perspectiva, a importância do trabalho como um dos recursos terapêuticos do tratamento oferecido pela equipe de um serviço de SM, onde existe uma centralidade no contrato constituído entre os sujeitos da experiência da loucura e os profissionais que os atendem. Nesse caso, a contratualidade social para além das relações sociais construídas nas práticas clínicas de cuidado não nos parece ter a mesma relevância que para os outros autores. Pode-se pensar, por isso, que essa perspectiva tem uma influência marcante da Psicoterapia Institucional francesa preconizada por Jean Oury na Clínica La Borde.

Podemos observar, através da pesquisa bibliográfica realizada junto aos relatórios das Conferências Nacionais de Saúde Mental em 1987, 1992, 2001 e 2010, e nos relatos de experiência de oficinas e projetos nesse campo em curso no Brasil, que essas duas

perspectivas permanecem como referências para se pensar a relação loucura e trabalho na contemporaneidade da SM no Brasil. Entretanto, é possível identificar uma proximidade maior do projeto de articulação SM e ECOSOL com a perspectiva da Psiquiatria Democrática Italiana, principalmente no que diz respeito à noção de Empresa Social. Tal questão será mais bem discutida em capítulo posterior.

No tocante aos relatórios das Conferências Nacionais de Saúde Mental, o termo “reabilitação” está presente em todos, ainda que existam mudanças de enfoque no decorrer do tempo.

O relatório da I Conferência considera que a *reabilitação profissional* tem como foco os egressos dos hospitais psiquiátricos, os doentes mentais crônicos ou cronificados. As proposições sobre o tema estão inseridas nos itens “Modelo Assistencial” e “Legislação Sanitária e Psiquiátrica”. Nesses, aparecem os termos *reinserção no trabalho*, *reinserção social* e *ressocialização* como objetivos da reabilitação, sendo a colocação dos pacientes no mercado de trabalho feita pelos “Centros de Reabilitação Profissional”; com o acompanhamento de uma “equipe multiprofissional de saúde mental para atender especificamente os pacientes encaminhados pela perícia médica” (BRASIL..., 1987, p. 24) realizada por especialistas do próprio Instituto Nacional de Previdência Social (antigo Instituto Nacional de Previdência Social – INPS), com a tarefa de incluir imediatamente os pacientes nos Centros de Reabilitação. Ou seja, um ato técnico mediado pelo saber científico sem a participação do próprio paciente em seu processo de tratamento.

Outra proposição se refere à responsabilidade da perícia médica pela concessão ou não de “auxílio-doença” ou de “salário-desemprego provisório” até a reinserção social do paciente. A reinserção no trabalho, realizada através dos Centros de Reabilitação, deveria ser considerada como “trabalho protegido” e, por isso, tornaria dispensável a aposentadoria compulsória. Nesse caso, a reabilitação poderia acontecer através de programas em centros médico-sociais nos hospitais psiquiátricos e em unidades de internação parcial, como hospital/dia ou hospital/noite.

Essa questão não aparece no relatório da II Conferência, sendo substituída pela proposição de uma oficina preparatória à conferência realizada em Porto Alegre/RS, onde a reabilitação deveria ser realizada “junto com a prevenção e a proteção como um dos níveis da atenção em Saúde Mental” (BRASIL..., 1992, p. 53). Há que se atentar para o fato de que, no início dos anos 1990, o Brasil estava em processo de implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) com seus princípios e diretrizes de universalidade de acesso, integralidade da

assistência, preservação da autonomia das pessoas atendidas, regionalização e hierarquização da rede de serviços de saúde, dentre outros.

É nesse momento, após a promulgação da Constituição de 1988 e a realização da Conferência de Caracas em 1990, que a II Conferência acontece em meio a mudanças na relação entre Estado e Sociedade no tocante à democratização, ao controle social nas três esferas de poder e à luta pela ética com a participação da sociedade civil na construção de outro projeto para a sociedade brasileira.

No texto do relatório, o termo *Reabilitação* aparece nos itens “Atenção Integral” e “Drogas e Legislação”, nas proposições relacionadas aos “Direitos civis e cidadania” e aos “Direitos dos usuários” e no “Financiamento”, sendo todos esses aspectos tratados pela primeira vez no contexto das mudanças na atenção em Saúde Mental no Brasil, advindas do processo da Reforma Psiquiátrica.

A reabilitação comporia o tripé da Atenção Integral junto com as dimensões educativas e assistenciais, sendo realizada por um conjunto de dispositivos sanitários e socioculturais organizados em rede.

A rede de atenção deve substituir o modelo hospitalocêntrico por uma rede de serviços, diversificada e qualificada, através de unidades de saúde mental em hospital geral, emergência psiquiátrica em pronto-socorro geral, unidades de atenção intensiva em saúde mental em regime de hospital-dia, centros de atenção psicossocial, serviços territoriais que funcionem 24 horas, pensões protegidas, lares abrigados, centros de convivência, *cooperativas de trabalho* e outros serviços que tenham como princípio a integridade do cidadão (BRASIL..., 1992, p.7, grifo nosso).

Nessa rede, havia um enfoque nos Centros de Convivência, onde seriam realizadas oficinas culturais e terapêuticas a todos os interessados, incluindo a população do território, bem como a realização de projetos de trabalho e lazer e a colaboração com a constituição de associações de usuários e familiares.

No tocante ao financiamento para a *reabilitação social* (não mais profissional, mas ainda não psicossocial), a proposta era de uma ação conjunta em co-responsabilidade entre o Ministério da Saúde, no âmbito do SUS, e o Ministério da Ação Social. Vemos aí uma semente da intersetorialidade, discutida de maneira mais efetiva somente em 2010.

É nesse momento que também é contemplada, no campo da legislação e dos direitos civis e cidadania, a responsabilidade da Atenção Integral em SM no tratamento e reabilitação dos usuários de álcool e outras drogas e na reinserção social das pessoas liberadas de instituições psiquiátricas forenses. Entretanto, o maior foco de atenção era a ressocialização, “entendida como o direito à cidadania e às condições humanas de vida e de tratamento”

(BRASIL..., 1992, p. 31), das pessoas que haviam sido internadas por longos períodos em hospitais psiquiátricos que deveriam receber uma atenção multidisciplinar em SM, com vistas a resgatar seus elos familiares, evitando sua cronificação, “propiciando sua reinserção familiar e social” (BRASIL..., 1992, p. 31).

Podemos observar que nesse texto aparecem os termos *reabilitação social*, *ressocialização* e *reinserção social* com aparente diferenciação em que reabilitar seria uma prática de cuidado mais ampla que abarcaria as demais, relacionadas à reconstrução do laço social com a família e com o campo mais amplo das trocas afetivas, econômicas e sociais no território.

Importante considerar que, no relatório da I Conferência, a referência ao trabalho se restringe à sua dimensão de “protegido” assim como foi concebido no contexto da Lei 9.867/1999 das cooperativas sociais enquanto, no relatório da II Conferência, aparece a referência às cooperativas de trabalho.

É na consolidação do SUS que as demais conferências foram realizadas e, por isso, foram contempladas dimensões mais complexas a respeito da questão da reabilitação e incluídas as discussões sobre a geração de trabalho e renda, a inclusão social pelo trabalho, o cooperativismo social e a articulação com a ECOSOL.

A partir do relatório da III Conferência, realizada nove anos após a II, figura o termo *Reabilitação Psicossocial*, rompendo com o foco específico na dimensão profissional. Suas questões são discutidas nos itens “Responsabilidades do gestor”, “Desinstitucionalização – Superação do modelo asilar”, “Organização e produção da rede e dos serviços substitutivos”, e “Legislação”. As proposições giraram em torno do apoio dos gestores públicos à formação dos profissionais das equipes dos serviços de SM em uma “concepção integral (atenção, reabilitação, ensino e pesquisa e prevenção) da saúde mental” (BRASIL..., 2002, p. 31; 157), bem como o incentivo à criação de leis que regulamentassem políticas públicas municipais de atenção integral à SM.

Propôs-se o processo de reabilitação psicossocial dos que apresentassem graus de autonomia e contratualidade reduzidos, através de atividades realizadas no cotidiano pessoal e social da cidade e não somente no âmbito dos serviços de SM e da prática clínica de seus profissionais, incluindo a participação de outros atores. Manteve-se o foco nos que ainda estavam asilados nos hospitais psiquiátricos e nos egressos de internações psiquiátricas, incluindo a participação ativa de seus familiares.

Em substituição aos *Centros de Reabilitação* propostos na I Conferência, havia a proposição de organização de uma rede de serviços territoriais de SM com ações articuladas

de assistência, promoção, prevenção e reabilitação psicossocial interligadas com a Atenção Básica desenvolvida pelo *Programa de Saúde da Família*. Para isso, fez-se necessária a constituição de dispositivos substitutivos aos hospitais psiquiátricos como:

[...] urgência psiquiátrica, leito psiquiátrico em hospital geral (capacitado para o atendimento de urgências), Centro ou Núcleo de Atenção Psicossocial, núcleo de atenção à população usuária de álcool e outras drogas, hospital dia, oficina terapêutica, centro de convivência, programa de geração de trabalho e renda, cooperativa e serviço residencial terapêutico, que trabalhem de forma integrada e complementar (BRASIL..., 2002, p. 39).

Além disso, lares abrigados, oficinas de trabalho e centros de convivência. Durante os nove anos seguintes até a IV Conferência, essas ações foram implementadas em municípios de todo o Brasil. É claro, mediante muita luta política e lidando com a dimensão continental de nosso país com suas singularidades culturais, ideológicas, políticas e sociais.

Retomando o relatório da III Conferência, identificamos que houve uma discussão específica sobre *Trabalho e geração de renda* na qual o termo *reabilitação* não esteve presente. Nessa, os participantes do evento apontaram para duas perspectivas de inserção no mercado de trabalho: 1) através do emprego formal, quando propõe o incentivo às empresas a contratar usuários dos serviços de SM por meio do sistema de cotas; 2) através de ações de geração de renda a partir do trabalho associativo e cooperativo como parte integrante do cuidado em saúde mental, garantindo que cada NAPS/CAPS desenvolva oficinas de produção sistemática, visando à profissionalização do trabalho com remuneração para os usuários.

Em relação à primeira perspectiva, propunha-se a criação de incentivo estatal às empresas e de legislação de cotas de vagas de emprego nestas para os usuários dos serviços de SM como garantia de seus direitos de trabalhador, implementando, também, programas de profissionalização e de inserção, principalmente, de ex-moradores dos hospitais psiquiátricos no mercado de trabalho.

Em relação à segunda, as propostas giraram em torno da garantia e da consolidação de projetos de “geração de renda e trabalho” existentes nos CAPS e nos Centros de Convivência, de Cooperativas, e de Associações de Usuários, através de leis específicas voltadas para esse campo, inclusive com linhas de crédito para ações de produção e comercialização por meio de feiras; criação de centros de capacitação profissional e qualificação para o trabalho ou realização de convênios com instituições formadoras já existentes (como as do Sistema S – Sesi/SENAI, SEBRAE etc.) e com Secretarias Estaduais e Municipais do Trabalho.

Importante considerar que o trabalho protegido e os projetos de geração de renda aparecem como paliativos até o usuário conseguir sua autonomia pela via do trabalho formal, o que se pode pensar sobre a presença ainda marcante da concepção de trabalho como emprego entre os atores da Reforma Psiquiátrica brasileira no início do século XXI.

Essas duas perspectivas permaneceram presentes nas discussões sobre *Trabalho, geração de renda e economia solidária* na IV Conferência, ainda que o maior enfoque tenha sido nas proposições relacionadas à ECOSOL e ao cooperativismo social com a retomada da discussão da Lei 9.867/1999 das cooperativas sociais. Inclusive em evento preparatório sobre o tema que antecedeu as conferências nacionais tanto da Saúde Mental como da Economia Solidária, ambas realizadas em 2010.

No relatório da IV Conferência (BRASIL..., 2010a), a *Reabilitação Psicossocial* nas perspectivas acima referidas é tratada nos itens “Financiamento”, “Reabilitação psicossocial e participação”, “Políticas sociais e gestão intersetorial” e “Programas e protocolos”. Identificamos um foco bem delimitado de financiamento para as ações de promoção, prevenção, atenção e reabilitação voltadas aos usuários de álcool e outras drogas. De maneira mais ampla, propõe-se o financiamento de projetos de inserção (interessante notar que, na atual conjuntura do mundo do trabalho, muitos dos sujeitos da experiência da loucura ainda não tiveram acesso ao trabalho remunerado. Por isso, o não uso do termo reinserção, embora este ainda seja usado para se referir aos usuários de álcool e outras drogas), geração de emprego e renda e economia solidária. Os dois últimos campos aparecem com maior destaque nesse relatório, em especial a articulação com o movimento da ECOSOL na criação e acompanhamento de “cooperativas produtivas” e a fiscalização e acompanhamento desses projetos.

A intersetorialidade, nas três esferas de governo e o Distrito Federal, entre políticas públicas como o Sistema Único de Saúde (SUS), o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a Política Nacional de Direitos Humanos e a Reforma Psiquiátrica, dentre outras, marcou o processo de construção e realização da IV Conferência, assim como a reafirmação da importância dos processos participativos e democráticos. Nesse sentido, destaca-se a perspectiva da *inserção social* através de empreendimentos coletivos e autogestionários como uma ação intersetorial.

Nos itens “Trabalho em rede e no território”; “Efetivação da saúde mental na atenção básica”; “Intersetorialidade” e, “Combate ao estigma e respeito à diferença e à diversidade”, identificamos a importância da realização de oficinas terapêuticas em todos os dispositivos da rede de atenção em SM em seus territórios, incluindo a Atenção Básica como uma das ações

de reabilitação dos usuários, havendo um maior enfoque em relação aos usuários de álcool e outras drogas. Tais ações sendo intersetoriais através de programas federais, estaduais e municipais que articulem saúde, assistência social, trabalho, educação, segurança pública, cultura, dentre outras políticas públicas, assegurando uma atenção humanizada, sem estigmatização, discriminação ou desrespeito com os usuários.

Nesta direção, a questão da *inclusão social pelo trabalho* está relacionada aos Direitos Humanos e Cidadania como desafio ético e intersetorial através da discussão sobre o Trabalho, Geração de Renda e Economia Solidária. As possibilidades de trabalho, tanto no mercado formal, quanto em projetos de geração de trabalho e renda, são mantidas como eixos de inclusão. A articulação intersetorial entre as políticas públicas é identificada como a estratégia para a promoção do direito de trabalhar através do financiamento das iniciativas, da qualificação profissional e da inclusão digital dos que são atendidos pelos serviços de SM através de parcerias com o Sistema S (SESI/SENAI, SEBRAE etc.); e, a oferta de vagas nos cursos do Plano Nacional de Qualificação (PNQ) do Ministério do Trabalho e Emprego além do acompanhamento das cooperativas sociais e dos projetos de geração de trabalho e renda pelas Incubadoras Universitárias executoras do PRONINC (Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares) do MTE.

Em relação à articulação com a Economia Solidária, a ênfase foi dada à Política de Economia Solidária e Inclusão Social e ao Programa Nacional de Cooperativismo Social, o que ainda não constava no relatório da III Conferência de 2001. Outros itens do relatório são afetos à relação loucura e trabalho, bem como aos usuários de álcool e outras drogas, tais como “Financiamento e incentivos para o trabalho”, “Estratégias para geração de renda”, “Inserção no Mercado Formal de Trabalho”, “Estímulo ao Cooperativismo e Economia Solidária”, “Direitos Relacionados ao Trabalho” e “Educação e Capacitação para o Trabalho”.

As atividades produtivas no campo da articulação SM e ECOSOL estão integradas a atividades de consumo e comercialização e, por isso, requerem incentivos para sua concretização, tais como: a participação na Lei de Licitações (Lei 8.666) de compras governamentais, o financiamento público para a aquisição de matérias primas, máquinas e equipamentos e uma política tributária diferenciada com redução de impostos e oferta de subsídios. Além disso, é preciso garantir a continuação e ampliação, com maior regularidade, dos recursos do Governo Federal através da Portaria 1.169/2005 (Ministério da Saúde) voltada para “projetos de geração de trabalho e renda destinados a pessoas com transtornos mentais e a pessoas com uso prejudicial de álcool e outras drogas” (BRASIL..., 2010a, p. 102).

Entretanto, até que os participantes desses projetos possam ter renda suficiente para viver de seu próprio trabalho, foi proposto que esses recebam uma “bolsa-trabalho” instituída de maneira articulada entre as três esferas de governo (federal, estadual e municipal). Não obstante a garantia da manutenção do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para os que já o recebem e o direito à Seguridade Social aos que trabalham de maneira coletiva e autogestionária.

Sobre a participação das equipes de SM nos projetos de inclusão social pelo trabalho, é relevante considerar duas proposições: 1) a de que os serviços incluam, nos projetos terapêuticos dos que por eles são atendidos, mecanismos de acompanhamento de inserção no mercado de trabalho de acordo com o *Programa Nacional de Inclusão Social pelo Trabalho* que articula a SM à ECOSOL; 2) a de que os projetos de geração de trabalho e renda sejam desenvolvidos em espaços fora dos serviços de SM, ocupando o território da cidade para que o espaço de atenção à SM de seus participantes seja diferenciado de seus espaços de trabalho. Sendo as associações de usuários, familiares e trabalhadores uma alternativa de espaço de trabalho e de qualificação para os participantes dos projetos.

Para a consecução dessas propostas, seria necessária a intersetorialidade entre os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) e outros dispositivos do território, como a Agência do Trabalhador, com o objetivo de mediar e articular os projetos de trabalho e geração de renda com a rede intersetorial de políticas públicas.

Como se pode ver, a questão da inserção no mercado formal de trabalho não teve muito destaque no corpo do relatório da IV Conferência como teve nos dois primeiros relatórios. Entretanto, se manteve a proposta de criação de uma legislação de cotas de trabalho em empresas públicas e privadas para os que são atendidos pelos serviços de SM, inclusive, os que são liberados pelo INSS após o tratamento; com “flexibilidade de carga horária e/ou função; [...] aumentando a inclusão através do Programa “Primeiro Emprego” e dos vários programas de reabilitação profissional e de trabalho protegido” (BRASIL..., 2010a, p. 114).

Na cidade do Rio de Janeiro/RJ, através da experiência de inclusão de usuários dos serviços de SM na empresa Prezunic Comercial Ltda, realizada pelo Projeto Gerência de Trabalho, pessoas com “transtornos mentais” foram incluídas, em abril de 2012, nas cotas obrigatórias das empresas para pessoas com Deficiência no âmbito da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991⁶.

⁶ Fonte: <http://saudementalrj.blogspot.com.br/2012/04/agora-e-lei-no-rj-pessoas-com.html>. Acesso em 10 de julho de 2012.

É interessante observar que, nos relatórios das duas últimas conferências, parece haver uma diferenciação não muito bem esclarecida sobre reabilitação psicossocial, (re) inserção social, ressocialização, geração de renda e trabalho (o que precisaria ser invertido, porque somente se gera renda através do trabalho e não o contrário) e inclusão social pelo trabalho. Todas essas possibilidades estão presentes no discurso dos envolvidos com a relação loucura e trabalho nas experiências de intercâmbio entre a SM e a ECOSOL com as quais tivemos contato, através da literatura sobre o tema ou presencialmente, provocando uma polissemia de significados e abordagens presentes nas práticas existentes nos diferentes projetos.

Diante dessa multiplicidade, não se trata de buscar uma unicidade de pensamento, isso seria produzir uma ideologia que engessaria a diversidade necessária ao processo, mas talvez fosse necessário identificar as referências que fundamentam tais discursos para se construir uma relação mais crítica em relação a esses e, conseqüentemente, às práticas produzidas a partir deles, prevenindo processos alienados e alienantes.

Sabemos que tanto a Luta Antimanicomial e a RP brasileira quanto o Movimento da ECOSOL e o Programa Nacional de ECOSOL são movimentos sociais e políticas realizadas pelo Estado Brasileiro que estão em curso no bojo da sociedade capitalista ainda marcada pela cultura manicomial e pelo trabalho no formato do emprego que se sustentam produzindo exclusão social.

Nessa direção, Rosemeire Silva (Coordenação de Saúde Mental da Secretaria de Saúde de Belo Horizonte/MG e participante da Associação Suricato) questiona a relação dos projetos de inclusão social pelo trabalho dos sujeitos da experiência da loucura com o mercado capitalista e nos induz a pensar criticamente a respeito das dimensões que nos desafiam e nos oferecem caminhos em perspectiva. Parte da premissa de que a ideia da incapacidade dos usuários para o trabalho é, no mínimo, um engano e questiona sobre qual concepção e organização do trabalho busca o projeto antimanicomial.

[...] Trata-se de mera busca da garantia da subsistência? De produção massificada? De uma obrigação a ser imposta aos usuários como uma regra do tratamento e medida da avaliação da cura? Ou de uma construção mais ousada e também mais difícil, que busca empreender condições de vida e produzir espaços geradores de sentidos e significados novos para a existência individual e coletiva? Queremos dar emprego, aliás, quase inexistente hoje aos nossos usuários, ou, junto com eles, construir o direito de trabalhar, criando engrenagens que propiciem o exercício da produção, da geração de renda, mas também de inscrição subjetiva? Empreendimentos que contribuam, assim como os serviços substitutivos, para desconstruir a arquitetura manicomial, experimentando conjuntamente novas possibilidades de vida? (BRASIL..., 2005b, p. 56).

Essas e outras questões foram tratadas durante a mesa-redonda “Experiências de Geração de Renda e Trabalho”, no evento *Oficina de Experiências de Geração de Renda e Trabalho dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental*, em 2004. Participaram desta os representantes da Coordenação de Saúde Mental da Secretaria de Saúde do Rio de Janeiro/RJ (Cooperativa da Praia Vermelha e Projeto *Deixa Comigo* de Capacitação para o trabalho), do Núcleo de Oficinas e Trabalho (NOT) de Campinas/SP, do GerAção-POA de Porto Alegre/RS, da Trabalharte de Juiz de Fora/MG, do NUSAMT (Núcleo de Saúde Mental e Trabalho) da Secretaria de Trabalho e Renda do Rio de Janeiro/RJ e da Coordenação de Saúde Mental da Secretaria de Saúde de Belo Horizonte/MG (Projeto Suricato).

Andrade (2010) construiu algumas categorias de análise para discutir as temáticas tratadas nesta mesa e relatadas na publicação do MS intitulada *Saúde Mental e Economia Solidária: inclusão social pelo trabalho* (BRASIL..., 2005b).

No tocante ao *relacionamento com o mercado capitalista*, no contexto do mundo do trabalho, a reorganização produtiva e a conjuntura econômica resultante dessa provocaram, nas duas últimas décadas do século XX, o aumento do desemprego e o aparecimento de alternativas de trabalho com concepções de mercado diferentes da instituída pelo capitalismo. Sendo assim, a expectativa relacionada ao fato de que trabalhar é ter um emprego é colocada em questão a partir da possibilidade de inclusão no mundo do trabalho através do cooperativismo popular. Tal fato favorece a inclusão dos que não possuem os requisitos mínimos que os empregadores almejam, dentre eles os sujeitos da experiência da loucura. Entretanto, para que esses tenham êxito em suas iniciativas, é preciso uma constante qualificação profissional a partir de seus interesses profissionais e/ou da natureza da atividade produtiva por eles desenvolvida.

Outra questão importante é a qualidade do trabalho realizado pelos que participam dos projetos, tornando seus produtos interessantes para os seus possíveis consumidores. Para isso, é preciso realizar a autogestão da organização do trabalho no tocante à assiduidade, à pontualidade e às regras e manejo do dinheiro – dimensões importantes na relação com o mercado como dispositivo de trocas e intercâmbio social e econômico, mesmo que não seja na perspectiva capitalista.

O destaque à *organização do trabalho autogestionário na perspectiva da ECOSOL* como alternativa possível a partir de práticas nos serviços de SM em que haja a participação de todos nas decisões sobre a escolha da atividade produtiva a ser desenvolvida, no consumo da matéria-prima, no processo de produção e na comercialização dos produtos, assim como no pagamento dos custos e na distribuição das sobras. Além disso, existe a vulnerabilidade das

iniciativas associadas aos problemas de gestão, de falta de infra-estrutura, da carga tributária e ao fato dos participantes não serem proprietários dos equipamentos com os quais trabalham e correrem o risco de interrupção do trabalho pela perda destes.

Por isso, perdura a demanda por ações de apoio a essas iniciativas pelas políticas de SM e ECOSOL. Nesse caso, é importante, também, a realização de parcerias entre Secretarias Municipais, Estaduais e de Ministérios das políticas públicas – a chamada intersectorialidade, além daquelas firmadas com associações de usuários, familiares e trabalhadores, instituições de assessoria como o SEBRAE e de acompanhamento e incubação como as Incubadoras Universitárias ligadas ao PRONINC.

A questão de ser aposentado ou receber algum benefício social como um direito, mas também como uma marca da incapacidade para o trabalho, em que voltar a trabalhar implica em deixar de receber recursos relacionados a essa condição.

A questão do relacionamento entre o capitalismo e o manicômio produzindo, historicamente, o estranhamento diante da diferença e da exclusão dos diferentes da sociedade e, conseqüentemente, o seqüestro de sua condição de trabalhador.

A concepção e organização de trabalho do projeto antimanicomial seria para garantir a sobrevivência material através de produção em massa imposta como tratamento ou estratégia de construir junto o direito de trabalhar e se inscrever subjetivamente no tecido social, indo além da sobrevivência?

Nos relatos dos grupos de discussão, os participantes do evento consideraram a importância da formação das cooperativas, contemplando a diversidade de seus cooperados através da ampliação para pessoas interessadas que não sejam “usuárias” dos serviços de SM, efetivando, assim, a premissa da integração com a formação de grupos mistos, heterogêneos. Entretanto, é fato que os projetos de cooperativas que estão em formação nascem no CAPS ou a ele estão ligados de alguma forma. Sendo o CAPS um dispositivo de atenção e cuidado, seria este o melhor lugar para abrigar as iniciativas de inclusão social pelo trabalho? Tais iniciativas não deveriam estar na cidade, nos espaços de circulação social e da produção econômica? Não seria melhor que a tarefa de inclusão no trabalho fosse de toda a rede (incluindo nessa não somente as políticas públicas, mas, ainda, a comunidade, universidades, instituições privadas, etc.) e o CAPS definisse qual seria a sua função nessa rede?

Rita Martins (Área Técnica da Saúde Mental do MS naquele momento) considerou o CAPS como um dispositivo estratégico na rede de atenção em SM por realizar as oficinas terapêuticas e de geração de trabalho e renda; esta última podendo vir a se tornar cooperativas, associações ou outras formas de organização de trabalho produtivo que, ao

construir a autonomia de seus participantes, possam se deslocar, saindo do CAPS para outros territórios.

Os participantes consideraram, também, a não existência de cooperativas sociais oficializadas no campo da SM (até 2005) depois da Lei de 1999 – as que assim são denominadas estavam em processo de formação. No ano de 2012, aconteceu a constituição da *Cooperativa Social 18 de Maio* que agrega trabalhadores dos empreendimentos de SM e ECOSOL que compõem a Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo, embora também contemple outros segmentos como familiares, voluntários e apoiadores, bem como pessoas atendidas pelos serviços de Saúde e Assistência Social.

Outras dimensões são apontadas, como a legislação das cooperativas sociais; a garantia de uma renda mínima através, por exemplo, de bolsa trabalho; a criação de um fórum intersetorial de geração de renda com a participação ativa dos usuários em todo o processo de discussão; a ECOSOL fazendo parte de processos de formação no campo da SM; a busca de recursos que possam dar sustentabilidade às ações através de financiamento público intersetorial; a criação de um colegiado que envolva não só o CAPS, mas também todos os serviços da rede de atenção básica; a realização de formação, capacitação e qualificação de usuários, familiares e trabalhadores da SM sobre o tema da articulação SM e ECOSOL, assim como a garantia da incubagem dos projetos; e o mapeamento nacional das iniciativas.

Desde a realização desse evento, algumas ações têm sido realizadas a partir da luta política dos envolvidos junto aos Ministérios da Saúde e do Trabalho e Emprego, como a criação do CIST (Cadastro de Iniciativas de Inclusão Social pelo trabalho) pela Área Técnica da Saúde Mental; processos de formação e de incubagem sendo realizados por Incubadoras Universitárias ligadas ao PRONINC; a criação da Portaria Nº 1.169/MS em 2005, que destina incentivo financeiro para municípios que desenvolvam projetos de Inclusão Social pelo Trabalho (sua terceira chamada foi em 2012), destinados a pessoas portadoras de transtornos mentais e/ou de transtornos decorrentes do uso de álcool e outras drogas; cursos de gestão de empreendimentos de SM e ECOSOL para trabalhadores da SM e da ECOSOL; dentre outras ações. Entretanto, ainda há muito que fazer nesse campo.

De acordo com o exposto acima, podemos identificar que muitas das iniciativas de inclusão social no trabalho produtivo acontecem no âmbito do CAPS, embora não sejam somente a ele circunscritas, sendo a oficina, na maioria das vezes, o dispositivo disparador do processo. No documento *Saúde mental no SUS: os Centros de Atenção Psicossocial*, os CAPS são descritos como um serviço aberto e comunitário de referência e tratamento às pessoas com transtornos mentais graves onde são realizados “o acompanhamento clínico e a

reinserção social dos usuários pelo acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários” (BRASIL..., 2004, p. 13). Nesse sentido, oferece os seguintes recursos terapêuticos: atendimento individual, atendimento em grupo, atendimento para a família, atividades comunitárias, assembléias ou reuniões de organização do serviço.

Nesse texto, as oficinas são uma das modalidades de atendimento em grupo, existindo uma aparente diferenciação entre oficina terapêutica e oficina geradora de renda, dentre outras. Entretanto, no mesmo documento, encontramos a realização de atividades produtivas como um dos objetivos das oficinas terapêuticas e a oficina geradora de renda como uma oficina terapêutica quando esta é considerada como uma das principais formas de atendimento nos CAPS, podendo ser de diferentes modalidades: expressivas (artes plásticas, corporal, verbal, musical, fotografia, teatro), de geração de trabalho e renda (culinária, marcenaria, costura, fabricação de velas, artesanato em geral, cerâmica, bijuterias, etc.) ou de alfabetização [aprendizagem e exercício da escrita e da leitura como um recurso importante na (re)construção da cidadania].

Essas oficinas são atividades realizadas em grupo com a presença e orientação de um ou mais profissionais, monitores e/ou estagiários. Elas realizam vários tipos de atividades que podem ser definidas através do interesse dos usuários, das possibilidades dos técnicos do serviço, das necessidades, tendo em vista a maior integração social e familiar, a manifestação de sentimentos e problemas, o desenvolvimento de habilidades corporais, a realização de atividades produtivas, o exercício coletivo da cidadania (BRASIL..., 2004, p. 20).

Dessa maneira, as oficinas *geradoras de renda* (nesse texto não há referência direta ao trabalho) são consideradas um recurso terapêutico onde o atendimento é realizado em grupo, assim como outras modalidades de oficinas. Essa diferenciação indiferenciada, nesse documento norteador das ações e funcionamento dos CAPS no Brasil, pode ser encontrada no cotidiano das práticas de atenção em SM. Tal fato nos parece causar alguns equívocos no tocante à relação entre loucura e trabalho, como por exemplo, considerar o trabalho como terapêutico – sendo instrumento de ressocialização – sem ampliar a discussão sobre o direito ao trabalho e a (re) inserção social que implica no relacionamento concreto com o mundo da produção, para além dos limites dos serviços de SM.

Guerra (2008), em pesquisa realizada junto aos oficineiros dos serviços de SM no Estado de Minas Gerais, observou que existia (no momento histórico da pesquisa) uma discussão sobre o trabalho nas oficinas de produção porque nessas se lida com o trabalho e com a circulação de mercadorias; mas quem encampava mais organicamente essa questão

eram as cooperativas, consideradas como trabalho protegido, porque lidavam diretamente com o mercado de trabalho e o mercado de consumo demandando ações e infra-estrutura diferenciadas das oficinas.

Por isso, eram consideradas como *um outro passo no projeto de saúde mental*. Nessa direção, não existiria uma *linearidade* entre estes dois dispositivos, rompendo com a ideia de que um seria a continuidade do outro porque se constituíam como “dois territórios diferenciados de operação no campo da saúde mental” (GUERRA, 2008, p. 44).

Tal afirmação nos aponta para a diferença entre o trabalho como recurso terapêutico no âmbito das oficinas nos serviços de SM (UBS, CAPS e Centros de Convivência) e o trabalho protegido no âmbito das cooperativas ou outros dispositivos com potência de gerar renda (ainda que mínima) para os seus participantes. Sendo que, nesse último, os participantes se relacionariam com maior intensidade com os territórios para além dos serviços, exercendo um trabalho organizado com ações mais complexas relacionadas à produção, ao consumo de matéria-prima e à comercialização de seus produtos. Tais dimensões foram ainda associadas, pelos oficineiros, à organização do trabalho na perspectiva capitalista.

Essas questões nos provocam a pensar se para os “oficineiros” seria possível existir uma economia do trabalho diferente da capitalista e se todo trabalho que implica em trocas de bens e geração de recursos financeiros – e, por isso, demandam processos de gestão – seja necessariamente alienado. Penso que oficinas terapêuticas e cooperativas, assim como outras formas de trabalho, são instâncias diferenciadas em função da contratualidade construída para a existência e realização de cada uma em seus acontecimentos cotidianos. Entretanto, essa diferença não produz uma dicotomia, mas antes complementaridade em função da dialogia possível entre ambas as experiências no contexto do projeto terapêutico singular dos que são atendidos pelos serviços de SM em qualquer território nesse país.

Para isso, é preciso romper com as históricas concepções de trabalho produzidas no âmago do nascimento do capitalismo e no bojo de suas crises e transformações no decorrer da história, assim como se rompeu com o modelo assistencial asilar secularmente produzido pela psiquiatria associada ao projeto capitalista de exclusão e alienação. Existem outras formas de se trabalhar, assim como existem outras formas de cuidar, e essas podem se encontrar em um projeto transformador da sociedade – embora tal tarefa implique em muita luta política, muito diálogo e negociação, muita resistência à inércia cotidiana, muita insistência e, porque não dizer, umas pitadas de teimosia.

Vale lembrar que a ideia de se ter espaços diferentes para o cuidado e para o intercâmbio de produtos e serviços continua (de alguma forma) presente nas atuais discussões

sobre o trabalho dos sujeitos da experiência da loucura nos serviços de SM. Sendo, inclusive, uma das propostas da IV Conferência Nacional de Saúde Mental – o espaço de atenção à SM ser diferente do espaço de trabalho dos que são atendidos pelo CAPS.

Não obstante, nesse caso, a prerrogativa é se centrar no estímulo à inserção no território da contratualidade social mediada pelo intercâmbio de afetos, bens e a construção de redes sociais, produzindo autonomia como interdependência. Talvez rompendo, assim, com as históricas condições de trabalho assistido e protegido para assumir a condição de trabalhadores cooperados que podem ser acompanhados por outros, mas não demandando mais “assistência” ou “proteção”, mas sim incentivos e acompanhamento para desenvolver o intercâmbio no mundo das trocas econômicas e sociais.

Essa é uma discussão atual que conta com a contribuição de alguns autores brasileiros que se dedicam ao campo da Saúde Mental. Com o intuito de refletir sobre o lugar do trabalho nas práticas clínicas no contexto da RP no Brasil e, com isso, construir referências teóricas que possam contribuir com esse processo em curso.

Lima (2008, p. 61) constata com “estranhamento” que a *atividade* como ocupação esteve presente nas práticas da instituição psiquiátrica desde o seu nascimento, estando também presente nas RPs do século XX no processo de desestabilização do modelo asilar de atenção em SM. No Brasil, alguns dos dispositivos utilizados para cumprir essa tarefa são os ateliês, os laboratórios e as oficinas, apresentando “enfoques e objetivos muitas vezes diferentes, estão presentes nos CAPS, nos hospitais-dia, e nas experiências de desinstitucionalização desenvolvidas em hospitais psiquiátricos”. Além desses, a autora cita os Centros de Convivência criados nos processos de desinstitucionalização do Hospital Psiquiátrico do Juquery e da Casa de Saúde Anchieta em Santos.

Esses dispositivos têm, como referências, a Psicoterapia Institucional da Clínica La Borde na França e a Psiquiatria Democrática Italiana. Os *ateliês* em La Borde e seu paradigma estético na criação de arte e de territórios existenciais; os *laboratórios* em Trieste e seu paradigma político de experimentação e produção de fazeres e saberes sobre a vida, o social, a troca, a contratualidade, universos simbólicos e linguagens. No Brasil, as *oficinas* e o paradigma ético-estético-político da Atenção Psicossocial onde se é possível engendrar, criar, produzir subjetividade – “novas formas de relacionamento, novos espaços existenciais, novos modos de ser” (LIMA, 2008, p. 71).

Ribeiro (2008) retoma a proposta da reabilitação psicossocial para localizar a oficina terapêutica como um dispositivo articulado com a noção de rede social e, por isso, com

potência de aumentar a contratualidade social dos sujeitos da experiência da loucura tanto na família, como na cultura e na inserção ou reinserção no trabalho produtivo.

De acordo com as Portarias nº 189/91 e nº 224/92 do SUS, as oficinas possuem duas modalidades: a terapêutica, na qual são desenvolvidas atividades que promovem a subjetivação, socialização do sujeito, privilegiando sua particularidade (atitude clínica); e a de produção com recursos para a reinserção produtiva, em que o trabalho, a aprendizagem de formas de trabalhar e a entrada no mercado de trabalho são prioridades (GUERRA, 1999 citada por RIBEIRO, 2008, p. 107).

Nessa perspectiva, em trabalho anterior, a autora sistematiza diferentes modalidades de oficinas a partir do *setting* de trabalho e dos objetivos de cada uma:

[...] oficinas de terapia ocupacional, de cunho psicoterápico; oficinas terapêuticas, que objetivam a intercessão com a comunidade, sem priorizar o aprendizado de um ofício ou a inserção no mercado de consumo ou de trabalho; oficinas de produção, que têm como objetivo produzir objetos e serviços passíveis de circular socialmente, via exposição, venda ou prestação de serviços; e oficinas de comercialização, responsáveis por viabilizar parcerias que permitam a inserção da produção na sociedade (RIBEIRO, 2008, p. 7).

Como complementação, a mesma autora considera que todas essas modalidades de oficina têm como tarefa a promoção da reinserção e da circulação social dos que delas participam no território onde vivem, promovendo uma contratualidade social produzida na concretude do cotidiano através de trocas afetivas, simbólicas, sociais e econômicas. Isso tudo se configurando uma “rede social pessoal”, que pode ser entendida como um “campo social composto pela soma de todas as relações interpessoais significativas para o indivíduo, inclusive as familiares” (RIBEIRO, 2008, 2008, p. 109).

Vemos, então, que as portarias citadas são anteriores à publicação sobre os Centros de Atenção Psicossocial do Ministério da Saúde em 2004. Nessas, há uma clara diferenciação entre as modalidades de oficinas, embora sejam complementares na realização da tarefa de reinserção e circulação social dos sujeitos que delas participam. Tal fato nos faz pensar sobre o motivo dessa questão não ter sido contemplada no documento, tendo em vista o fato de que, no mesmo ano, foi realizado o evento *Oficina de Experiências de Geração de Renda e Trabalho dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental* para tratar sobre estratégias de inclusão social pelo trabalho dos sujeitos da experiência da loucura.

Guerra (2008, p. 55) tece algumas considerações, no campo da clínica da psicose, a respeito da oficina onde há a produção de objetos concretos para o intercâmbio social e econômico. Toda oficina articula a “dimensão sociopolítica com a dimensão da

subjetividade”, operando transformação subjetiva; no caso específico da de produção, é preciso que, para além da circulação social de seus participantes e da mudança cultural possível da comunidade sobre o que é loucura, “algo do sujeito (...) seja fisgado e transformado em atividade sobre um objeto qualquer, produzindo nele uma densidade simbólica”. Para a autora, a ética se configura como uma dimensão reguladora da atividade realizada nas oficinas; ela atenta, ainda, para o risco de não se incorrer novamente nas práticas seculares da psiquiatria no campo da relação entre loucura e trabalho.

Tal questão é muito importante e aparece também como preocupação nos relatos das experiências participantes do evento acima citado. Assim como as várias concepções de trabalho presentes na bibliografia estudada – trabalho assistido e trabalho protegido (utilizado tanto para se referir ao trabalho nas colônias agrícolas como nas cooperativas e também nos projetos de inserção no mercado formal de trabalho); trabalho terapêutico; trabalho produtivo; trabalho cooperado.

Diante de todas as discussões apresentadas, é importante considerar que o encontro da SM com a ECOSOL existe de maneira incipiente e é uma prática dos serviços de SM através das denominadas oficinas, como no caso do CAPS Butantã em São Paulo/SP; de projetos de geração de trabalho e renda em Centros de Convivência, como os Centros de Convivência e Cooperativa (CECCOS) que são serviços da rede de atenção à SM do município de São Paulo/SP; de associações de usuários, familiares e trabalhadores com projetos de geração de trabalho e renda como a Trabalharte em Juiz de Fora/MG e o Projeto Suricato – Associação de Trabalho e Produção Solidária – em Belo Horizonte/MG; de oficinas de trabalho solidário que acontecem fora do espaço dos serviços, mas compondo com as políticas públicas de Saúde Mental, Saúde do Trabalhador e ECOSOL como o Projeto Geração Poa em Porto Alegre/RS.

Além desses, existem projetos abrigados em instituições hospitalares, como é o caso da Cooperativa da Praia Vermelha e o Papel Pinel no Instituto Pinel no Rio de Janeiro/RJ; o Núcleo de Oficinas de Trabalho (NOT) no Serviço de Saúde Doutor Cândido Ferreira em parceria com a Associação Cornélia Vlieg em Campinas/SP; e a ATUT, uma associação de *usuários* e pessoas da comunidade do entorno do Hospital São Pedro em Porto Alegre/RS.

Outros projetos são desenvolvidos fora dos serviços de SM, embora interligados a eles, como o Bar Saci na cidade de São Paulo, um empreendimento econômico solidário que oferece *coffee break* em eventos com produtos dos CAPS, dos CECCOS e de colaboradores externos; e a Rede de Saúde Mental e Economia Solidária, com a realização periódica de

feiras e de mobilização e ação política pelo direito ao trabalho, que constituiu a Cooperativa Social 18 de maio em 2012, a primeira a ser oficializada no campo da Saúde Mental.

Importante lembrar que o trabalho coletivo na perspectiva da ECOSOL pressupõe outra contratualidade social diferente da estabelecida pelo trabalho no contexto do capitalismo, o que implica a participação dos envolvidos nos processos decisórios e de gestão. Para isso, é preciso expressar-se, argumentar, dialogar, posicionar-se, na tentativa de busca do consenso e da atividade política da negociação, ou seja, experimentar o princípio da autogestão. Entretanto, esse processo não possui um curso natural simplesmente porque existe a intenção de experimentá-lo. O processo das organizações cooperativas envolve dimensões de natureza simbólica e material, de ordem política, econômica e psicossocial e, por isso, é movido pelo conflito, sendo seu “motor nuclear” o binômio cooperação-confrontação por ser a contradição sua principal característica (SATO, 1999, p. 45).

Nessa direção, cooperar e trabalhar de maneira coletiva e autogestionária não é uma experiência idílica vivenciada por sujeitos do bem que a todo o tempo provoca somente o bem-estar. Entretanto, na concretude das relações no cotidiano de trabalho exista, sim, a possibilidade de se construir laços sociais que favoreçam a constituição de grupos democráticos através de um processo marcado pelo exercício da argumentação e contra-argumentação através da linguagem que, na maioria das vezes, carece de um processo de aprendizagem.

Sendo assim, o vínculo entre os participantes acontece pela via da construção de um projeto coletivo e pelo interjogo dos afetos e desafetos construídos e expressos pelas diversas possibilidades do existir humano. Além disso, a ECOSOL possui um caráter ideológico, simbólico e concreto de organização do trabalho através da autogestão, caracterizado pela relação cotidiana com a alteridade do outro com o qual se compõe o empreendimento. Portanto, existem dimensões societais, políticas, econômicas, culturais, subjetivas e intersubjetivas a serem consideradas na construção deste projeto coletivo e em sua efetivação nas relações cotidianas de trabalho de seus participantes.

Todas essas questões apresentadas são fundantes para a reflexão cotidiana a respeito da produção de práticas clínicas e sociais pelos que atuam na SM, que consideram o trabalho como um direito humano. Para isso, é importante a noção de processo ao se projetar e realizar o intercâmbio entre a SM, como o *mundo da assistência*, com práticas de desconstrução do isolamento e de superação da tutela, promotora da participação dos sujeitos da experiência da loucura na coletividade pela via do contrato social mediado, também, pelo trabalho como direito; e a ECOSOL, como o *mundo da produção*, que, *a priori*, está alheio à dimensão do

cuidado e diretamente ligado à dimensão produtiva, mesmo que não na perspectiva capitalista, mas ainda inserido nesta pelas relações de troca.

Tenta-se romper, assim, com a visão utilitarista do trabalho como um fim em si mesmo. Produzindo, assim, um território possível aos dispositivos institucionais da SM a partir de um agenciamento coletivo dos sujeitos da experiência da loucura e de seus familiares, dos trabalhadores dos serviços, do poder público em todas as suas esferas e dos movimentos da Luta Antimanicomial e da ECOSOL. Entretanto, algumas reflexões são imprescindíveis ao processo de produção de outras práticas sobre a relação entre loucura e trabalho na perspectiva da ECOSOL no contexto dos serviços de SM.

Na bibliografia estudada, é frequente o termo “uso” ou “utilização” do trabalho ou atividade como ferramenta das práticas clínicas desde o tratamento moral até a RP brasileira. Vemos, nessa concepção, uma perspectiva de instrumentalidade ao se dirimir a importância do trabalho como algo que compõe com a prática clínica do cuidado, reservando a este a condição de prática social complementar.

A reflexão sobre essa representação social, ainda presente nos serviços de SM, é essencial para a compreensão das práticas clínicas e sociais produzidas nesse campo no decorrer da História Brasileira. Nesse sentido, o trabalho ou atividade é inerente às práticas de cuidado e não somente uma ferramenta/recurso. Tal questão está reconhecida pelo projeto da RP brasileira em seus três eixos (retaguarda assistencial, retaguarda de moradia e (re) inserção social pelo trabalho) e no *Programa Nacional de Inclusão Social pelo Trabalho*, quando considera o trabalho como parte integrante do projeto terapêutico singular que são atendidos pela SM no Brasil, estando a noção de emancipação incluída no conceito de terapêutico.

O trabalho na SM em Saúde Coletiva no Brasil é tanto um recurso terapêutico, provocador de autonomia, como um direito humano. Nesse contexto, assume dimensões de assistido, protegido e cooperado dependendo das práticas de reabilitação denominadas historicamente como ressocialização, inserção ou reinserção social e inclusão social. Estas ações acontecendo tanto no formato do emprego através de cotas para “usuários” dos serviços de SM em empresas quanto no formato de trabalho coletivo e autogestionário em projetos de oficinas de geração de trabalho e renda e cooperativas sociais; em espaços dentro da Rede de Assistência (CAPS e Centros de Convivência) ou fora deles, em associações de usuários, familiares e trabalhadores, dentre outras.

Nessa perspectiva, dois desafios, dentre tantos outros, são prementes ao intercâmbio entre a SM e a ECOSOL: (1) realizar a inclusão social pelo trabalho, levando em conta as questões relacionadas à aposentadoria e aos benefícios sociais que são direitos dos que estão

afastados do trabalho e que querem voltar a trabalhar - lembrando que, em tempos de capitalismo financeiro internacional, o trabalho no formato de emprego não garante mais as condições de vida da grande maioria da população mundial; (2) produzir práticas clínicas e sociais segundo as quais o mundo do trabalho como direito possa compor o projeto terapêutico singular dos sujeitos da experiência da loucura atendidos pelos serviços de SM.

Na construção de um projeto de constituição de um CAPS, preconiza-se que a questão da inclusão social esteja presente como uma prática inserida no projeto terapêutico singular dos que são atendidos. A questão talvez seja: como não atuar no Modo Capitalista de Produção no âmbito das oficinas terapêuticas vendendo os produtos destas para suprir as necessidades de financiamento de equipamentos e material de trabalho que faltam e que deveriam ser repostos pelo poder público local; e como não manter, nas oficinas de geração de trabalho e renda, o *status quo* de trabalhador assalariado (com remuneração e sem responsabilidades com a gestão do empreendimento) e submetido à autoridade de alguém identificado como mais qualificado para a tarefa de coordenar o projeto ou mesmo o empreendimento (atuando como chefe).

Além disso, nas oficinas e projetos de geração de trabalho e renda, pode acontecer de o trabalhador ser mantido apenas na condição de executor da produção sem participar de outras atividades como o planejamento, a compra de matéria-prima, a gestão coletiva do projeto/empreendimento, da comercialização e a contabilidade. Isso, na maioria das vezes, é iatrogênico porque se configura como uma situação de exploração que deve ser abolida das relações de cuidado. As tarefas relacionadas à gestão da vida são cotidianas a qualquer um de nós, inclusive, no tocante ao trabalho a que todos temos direito. Embora trabalhar, por princípio, não nos seja garantido.

O direito a participar de todas essas atividades é uma possibilidade de contratualidade social não somente como fim terapêutico de busca de autonomia, mas também, como um direito humano de existência. Isso tem uma dimensão política de mudança social, de si e do outro com o qual me relaciono, na medida possível a cada um. Então, o momento é de reconhecer, refletir, repensar e recriar o modo de produção e reprodução da vida encarnado nas práticas clínicas e sociais da SM no que se refere à dimensão trabalho.

Por isso mesmo, nesta tese, nos referimos a essa questão como *relação entre loucura e trabalho*, tendo em vista a centralidade que esse último apresenta nas formas de tratamento, atenção e cuidado em SM e por ser um dos fatores de produção de estratégias de confronto nas relações de poder nesse campo no transcurso da História da Loucura com o Trabalho. Todos esses processos em curso no intercâmbio entre SM e ECOSOL, na atual conjuntura

brasileira, se configuram como um campo fértil para a produção de saberes sobre a relação loucura e trabalho coletivo e autogestionário.

Nessa direção, a contribuição que oferecemos está relacionada à produção de fazeres e saberes sobre a constituição de grupos com potência de se tornarem coletivos de trabalho autogestionários, ou seja, de uma *práxis*. O que nos parece ser uma tática por ser contra-hegemônica; mas também uma estratégia por ter a intenção de construir ofertas de possibilidades ao atual intercâmbio entre o mundo da assistência pela via da Saúde Mental e o mundo da produção através do trabalho pela via da Economia Solidária.

CAPÍTULO II – O DISPOSITIVO INTERCESSOR NO ENCONTRO DA LOUCURA COM O TRABALHO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Os estudos sobre a relação entre loucura e trabalho aos quais tivemos acesso tratam a respeito da utilização do trabalho no contexto das práticas clínicas, sociais e econômicas do mundo da assistência no decorrer da História da Loucura no Brasil e em outros países. Nestes, encontramos contribuições sobre a presença da relação entre loucura e trabalho no nascimento da psiquiatria, no âmbito do tratamento moral e nas reformas psiquiátricas no século XX, através de dispositivos como oficinas, ateliês e laboratórios, onde o trabalho era considerado um recurso terapêutico (LIMA, 2008); de forma mais específica, nas reformas psiquiátricas da França e da Itália, onde o trabalho assume, respectivamente, a função de ser um operador na ressocialização preconizada pela Psicoterapia Institucional francesa e na reinserção social dos usuários dos serviços de Saúde Mental no contexto do processo de Desinstitucionalização italiana (PASSOS, 2009).

Também encontramos a trajetória da relação entre loucura e trabalho no contexto brasileiro desde os Hospitais Colônia no início do século XX, com o trabalho sendo um disciplinador no tratamento moral, até a reforma psiquiátrica no final do mesmo século, quando este passa a compor a *clínica ampliada* em sua perspectiva ético-política no contexto da Atenção Psicossocial (GUERRA, 2009).

Tais estudos são de suma importância enquanto produção de conhecimento sobre a temática que nos interessa por colocarem em evidência a relevância do trabalho nas práticas de atenção e cuidado em Saúde Mental no transcorrer da História, tendo como maior foco a intervenção dos trabalhadores da Saúde Mental em seu cotidiano de assistência aos sujeitos da experiência da loucura.

Entretanto, deixam de realizar a interlocução com esses próprios sujeitos em suas atividades de trabalho, nas quais estes têm a oportunidade de experienciar a condição de sujeito trabalhador. Pode-se dizer que o interesse desses estudos recai mais sobre as práticas clínicas e sociais relacionadas ao trabalho no campo da assistência do que na relação deste com o mundo da produção.

Neste último, o trabalho representa a possibilidade de acesso dos sujeitos da experiência da loucura ao direito de participar dos processos de produção e reprodução da vida através do laço social constituído pelas relações de trabalho para além dos espaços de atenção e cuidado em Saúde Mental.

É justamente nessa interlocução, nesse intercâmbio entre as práticas atuais relacionadas ao trabalho no mundo da assistência da Atenção Psicossocial no Brasil e o mundo da produção na Economia Solidária, que se inscreve nosso interesse em atuar, junto com os sujeitos da experiência da loucura, produzindo conhecimento a respeito da relação entre loucura e trabalho na ECOSOL.

Dessa forma, construímos uma *práxis* de intercessão que possibilitou escutar, acompanhar, provocar e participar com esses sujeitos, atendidos em um CAPS I, na cidade de Nova Esperança/PR, de uma tentativa de inserção no mundo da produção pela via do trabalho coletivo e autogestionário. Após esse encontro, nos propusemos a produzir conhecimento sobre nossa própria *práxis* na relação com esses sujeitos. Neste intento, utilizamos o *Dispositivo Intercessor* (COSTA-ROSA, 2008) em suas duas inscrições: como *práxis* de intercessão (DI) e como *Meio de produção de conhecimento* (DIMPC).

O Dispositivo Intercessor é um recurso metodológico em construção pelos participantes do Laboratório Transdisciplinar de Intercessão-Pesquisa em Processos de Subjetivação e Subjetividade da saúde – LATIPPSS, coordenado pelo Professor Livre Docente Abílio da Costa-Rosa da UNESP/Assis. O LATIPPSS se inscreve no Grupo de Pesquisa Saúde Mental e Saúde Coletiva do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Sociedade da Faculdade de Ciências e Letras/UNESP/Assis.

No âmbito da linha de pesquisa Atenção Psicossocial e Políticas Públicas são realizados, pelos participantes do LATIPPSS, processos de intercessão-pesquisa a partir de projetos de iniciação científica, de dissertações de mestrado e teses de doutorado em diversos campos como: Educação, Saúde Mental, Saúde Coletiva e intersetorias, como é o caso desta intercessão-pesquisa, que estuda a relação entre loucura e trabalho no intercâmbio entre Saúde Mental e Economia Solidária.

Sobre o Dispositivo Intercessor pode-se, inicialmente, dizer que este possui duas modalidades de inscrição: como *práxis* de intercessão (DI) do intercessor encarnado e como *Meio de Produção do Conhecimento* (DIMPC) enquanto *práxis* universitária do intercessor-pesquisador. Essas duas formas da *práxis* do intercessor configuram a intercessão-pesquisa (COSTA-ROSA, 2008).

De acordo com o autor, o Dispositivo Intercessor como intercessão-pesquisa opera na produção da *práxis* junto aos que estão no campo da intercessão no qual o intercessor encarnado ocupa o lugar de “+1”, como o “sujeito suposto saber” em Lacan, para depois desocupá-lo, passando a ser *um a mais*, atuando como coadjuvante no processo de intercessão; e, como intercessor-pesquisador, ao produzir conhecimento para além do campo

de intercessão, embora também o inclua, como um operador para outros possíveis intercessores.

O dispositivo intercessor é o modo de agir na práxis comum respeitando os limites dados pelos impossíveis freudianos: impossível governar, impossível ensinar, impossível psicanalisar. É também uma forma de produção de conhecimento, e de pesquisadores, sustentando a meta radical da formação em ação e da produção de conhecimento capazes de subverter a lógica da divisão do trabalho do Modo Capitalista de Produção (COSTA-ROSA, 2008, p. 4).

No DI, como *práxis* de intercessão, o intercessor encarnado inserido no campo de intercessão, que é a *práxis* dos sujeitos que o compõem e o fazer-saber por eles produzido, ocupa a função de um agente que compõe com os coletivos sociais, a partir de uma demanda endereçada por estes ou de uma iniciativa do próprio intercessor como uma oferta de possibilidade. Nesta tese, a entrada do intercessor no campo de intercessão foi realizada por meio de uma proposta feita pelo próprio intercessor e aceita, primeiro pela secretária de saúde e pela equipe de SM de Nova Esperança e, depois, pelos sujeitos da experiência da loucura atendidos no CAPS I.

Tal proposta se referia à discussão sobre questões relacionadas ao trabalho, com a possibilidade de organização de um coletivo de trabalho autogestionário e, com isso, produção de trocas econômicas e sociais no âmbito do mercado constituído no território da cidade. Esse movimento será, posteriormente, mais bem descrito.

No DIMPC, como *práxis* universitária, que somente acontece após a saída do campo de intercessão, o intercessor-pesquisador produz conhecimento ao analisar e refletir sobre sua inserção e *práxis* nesse campo, tendo como referência as teorias que a subsidiam. O saber produzido, nesse primeiro momento, apresenta-se como descritivo e propositivo – uma oferta de possibilidade a outros intercessores, podendo vir a ser um operador em outras intercessões.

No caso desta tese, tem-se como maior foco os intercessores que atuam no campo da relação entre loucura e trabalho tanto nos serviços de Saúde Mental (SM) como nas Incubadoras Universitárias de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES).

O conceito de *Dispositivo* que fundamenta o *Dispositivo Intercessor* foi criado por Deleuze (1990) a partir de Michel Foucault. Deleuze o considera como um *conjunto multilinear* formado por diferentes linhas que não delimitam ou envolvem porque estão sempre seguindo direções, traçando processos em constante desequilíbrio em um movimento de aproximação e de afastamento umas das outras. Entretanto, qualquer linha pode ser

quebrada, sofrendo *variações de direção*, e pode ser bifurcada, submetendo-se a *derivações*. O alicerce de um dispositivo é o saber, o poder e a produção de sujeitos.

Essa conceituação contribui para a compreensão do DI/DIMPC como um processo em que estão presentes várias linhas que mudam de direção e derivam, produzindo um movimento constante na relação entre fazer e saber e, por isso, possuindo potência para produzir sujeitos, subjetividade e conhecimento.

Tal movimento, por ser processual, não é algo definidor ou definitivo, ou seja, opera sempre como um acontecimento, um agenciamento que movimenta as forças constitutivas (instituintes e instituídas) da instituição, provocando a enunciação ou a criação do novo. Entretanto, para se conhecer esse processo, é preciso “desenredar” suas linhas.

Desenredar as linhas de um dispositivo, em cada caso, é construir um mapa, cartografar, percorrer terras desconhecidas. (...) É preciso instalarmo-nos sobre as próprias linhas; estas não se detêm apenas na composição de um dispositivo, mas atravessam-no, conduzem-no, do norte ao sul, de este a oeste, em diagonal (DELEUZE, 1990, p. 155).

Dentre as linhas que compõem um dispositivo – de visibilidade, de enunciação, de força, de subjetivação, de brecha, fissura e fratura –, as que mais nos interessam são as duas últimas, por tratarem com maior ênfase a respeito das relações entre saber, poder e produção de sujeitos.

De acordo com Marcello (2009), as linhas de subjetivação posicionam o sujeito em sua relação com o poder das forças externas que produzem uma verdade sobre ele que lhe é imposta. Exercendo ativamente poder sobre si mesmo, o sujeito empreende uma luta consigo pela produção de si. É nesse campo que se é possível ao sujeito fugir e transgredir, subverter a ordem estabelecida produzindo efeitos sobre si mesmo.

No entanto, é preciso lembrar que isso não o torna soberano, livre e autônomo para criar suas *condições de existência*, mas sim lhe proporciona condições de “escapar dos poderes e saberes de um dispositivo para outro” (MARCELLO, 2009, p. 234).

[...] uma linha de subjetivação é um processo, uma produção de subjetividade num dispositivo: ela está pra se fazer, na medida em que o dispositivo o deixe ou torne possível. É uma linha de fuga. Escapa às outras linhas. (...) O Si Próprio não é nem um saber nem um poder. É um processo de individuação que diz respeito a grupos ou pessoas, que escapa tanto às forças estabelecidas como aos saberes constituídos (DELEUZE, 1990, p. 156).

As linhas de fratura são configuradas pelas linhas de subjetivação e estão relacionadas à resistência e à fuga operadas nas relações de poder-saber-subjetividade de um dispositivo

que produz outras configurações nessas relações. A resistência, que possibilita a fuga, não significa uma total ruptura com as formas de subjetivação do sistema de saber-poder, mas outras configurações neste e, nesse movimento, desencadeia, também, outras formas de produção de sujeitos. Nessas práticas, estão presentes a “imprevisibilidade”, o “acaso”, a “novidade” e a “diferença” (MARCELLO, 2009, p. 235).

O conceito de *intercessor* que fundamenta o *Dispositivo Intercessor* também é o de Deleuze (1972/1992). O autor afirma que o *intercessor* não é um intelectual ou um pensador, não é o criador de uma obra, não está personificado em uma ação com uma finalidade específica. Pode ser apenas um encontro ou uma relação intersubjetiva que acontece na realidade cotidiana.

Nesse campo, entretanto, o *intercessor* se posiciona contra o discurso dominante (como, por ex., o discurso da incapacidade do louco para o trabalho), apoiando o discurso da minoria (como, por ex., o da luta pelo direito ao trabalho pelos sujeitos da experiência da loucura). Ao contrário de uma teleologia, existe uma dimensão ética e política em sua atuação no campo das diferenças, embora não exista uma busca por uma verdade absoluta.

O que interessa ao *intercessor* é o que se passa *entre* e o fundamental é *chegar entre* em vez de ser a origem de um esforço, de um movimento. O importante não é ser a origem, o disparador do movimento, mas sim estar entre os que o provocam e o experimentam – esse movimento desencadeia uma dimensão intersubjetiva que provoca o endereçamento de uma demanda ao *intercessor*, em forma de um discurso não pré-estabelecido, como alguém interessado em participar desse movimento e com potência de realizar a *intercessão*.

As referências epistemológicas e teóricas que fundamentam o Dispositivo Intercessor como intercessão-pesquisa – na *práxis* de intercessão no cotidiano da realidade concreta onde se insere (DI) e na *práxis* universitária de produção do conhecimento (DIMPC) – são o Materialismo Histórico, com o conceito de *práxis*; a Psicanálise Lacaniana, com os conceitos de *saber em intensão* e *saber em extensão*; a Análise Institucional, com os conceitos de *analizador* e *implicação* e a Esquizoanálise, com o conceito de *dispositivo* e de *intercessor* apresentados acima.

Além dessas, consideraremos a *Teoria da Complexidade* em Morin (1996; 2000); a *Transição Paradigmática* em Santos (2000; 2001; 2010) e a noção de *Subjetividade* em Guattari (1990); Guattari e Rolnik (1986).

As contribuições da Análise Institucional, da Psicanálise Lacaniana e da Esquizoanálise serão consideradas na descrição das duas modalidades de inserção do Dispositivo Intercessor como intercessão-pesquisa por serem fundantes de seus processos de

relação com o campo de intercessão e de produção de conhecimento. As demais serão consideradas após essa descrição por, além disso, oferecerem contribuições às dimensões epistemológicas que referenciam o DIMPC e, em especial, à produção de conhecimento no âmbito da Ciência Psicologia, configurando-se como uma proposta de uma epistemologia para se pensar o encontro da loucura com o trabalho na ECOSOL, tendo como perspectiva o Dispositivo Intercessor.

2.1 O DISPOSITIVO INTERCESSOR COMO *PRÁXIS* DE INTERCESSÃO (DI)

O DI como *práxis de intercessão* se configura como um conhecimento em ação que acontece no campo de intercessão, sendo este o fazer-saber dos sujeitos da *práxis*, no qual se é possível engendrar a própria “produção da ação” por esses sujeitos, mesmo que seja na *práxis* de transformação (COSTA-ROSA, 2008). É, também, um “saber em intensão” – um saber da *práxis* que inclui o intercessor, nesse caso encarnado em um agente, em um coadjuvante – conforme a psicanálise de Jacques Lacan (JULIEN, 2002 apud COSTA-ROSA, 2008) e um “saber na ação” – que é produzido no cotidiano das práticas sociais, compreendendo que não há prática sem saber correspondente capaz de responder satisfatoriamente à sua complexidade – conforme a sociologia de Boaventura de Souza Santos (SANTOS, 2000 apud COSTA-ROSA, 2008).

No DI como “saber em intensão”, a posição do intercessor encarnado em sua relação com os sujeitos da *práxis* ocupando o lugar de “+1” como o “sujeito suposto saber” em Lacan, para depois desocupá-lo – desconfigurando a dissociação cartesiana entre fazer e saber – tem como referência teórica o conceito de “ignorância douda”.

A ignorância douda é um conceito da psicanálise lacaniana que nos ajuda a entender o *não-lugar* do intercessor encarnado que age no campo da transferência ocupando provisoriamente o lugar de ‘sujeito-suposto-saber’ em sua relação com o campo de intercessão. Esta se refere a ‘um saber que conhece seus limites, e seu limite essencial é não poder produzir saber pelo outro’ (STRINGHETA; COSTA-ROSA, 2007, p.154).⁷

O intercessor encarnado não faz pesquisa no campo de intercessão, seu propósito é a transformação deste e também do modo de produção de conhecimento que não se constrói *sobre e para* o campo e, sim, a respeito de sua própria ação junto a este.

⁷ Essa posição de não-lugar ocupada pelo intercessor encarnado ao assumir sua “ignorância douda” favorece a participação democrática no processo de autogestão, imprescindível ao trabalho na ECOSOL, por desconfigurar a relação hierárquica de poder relacionada ao acesso ao conhecimento científico, principalmente por esse também ter seus limites quando se trata da relação com o outro.

Nesse sentido, para Costa-Rosa (s/d), o intercessor encarnado é um agente, uma função, um acontecimento, uma ação. Para o autor, existe um saber sobre a *práxis*, sobre as apreensões do coletivo. Há um campo do qual emerge uma demanda social – pulsações articuladas dialética e rizomaticamente e, nele, a intercessão acontece na relação com um grupo de sujeitos da *práxis*, ou mesmo apenas com um desses sujeitos.

O intercessor no DI, ao agir nas brechas do saber instituído, pode vir a colocar em movimento a potência instituinte do grupo ou da instituição onde está inserido, provocando um processo de produção de singularidades pelos sujeitos da *práxis* onde os saberes institucionais a respeito da relação entre loucura e trabalho possam ser revelados e, assim, ser modificados criticamente pelos que estão inseridos nos dispositivos da SM.

Tal fenômeno pode vir a ser uma importante ação de contra-hegemonia em relação ao discurso instituído de incapacidade para o trabalho dos sujeitos da experiência da loucura, que os empurra para a busca pelos Benefícios de Prestação Continuada (BPC) e pela aposentadoria.

Dessa maneira, reafirma-se a ética do DI de se conceber os sujeitos da *práxis* como protagonistas na produção das mudanças e rupturas a serem realizadas na estrutura social dominante em que estão inseridos, ou seja, que estes ocupem seu lugar de agentes e sujeitos no laço social.

[...] um pouco diferentemente da psicanálise – que trabalha com o material surgido espontaneamente dos sujeitos – e também da análise institucional – que se propõe a uma intervenção –, o dispositivo intercessor parece situar-se num ‘entre’ dessas duas concepções de ação. O que o dispositivo intercessor faz é apontar, catalisar, disparar a partir de sua inserção, em suma, o que se faz é uma provocação (MARTINI, 2010, p. 44).

O conceito de *analizador* da Análise Institucional (AI) nos é muito importante, tendo em vista que existe uma correlação possível entre esse conceito e o de intercessor no DI. Assim como o analisador, o intercessor pode ser um acontecimento ou fenômeno que produz uma crise ao trazer à tona elementos instituintes (discurso da minoria) em contraponto ao instituído (discurso dominante) de uma determinada instituição, provocando-a a falar, a expressar o não-dito institucional através de uma demanda endereçada ao analista institucional ou ao intercessor encarnado.

Nesse sentido, após a inserção no campo, tanto o analista institucional como o intercessor encarnado buscam agir nas brechas do instituído, trazendo à tona as forças instituintes com potência de colocar em movimento o campo no qual estão inseridos e do qual

participam, produzindo interferências neste sem tomar a experiência dos sujeitos que o compõem como algo a ser estudado.

Existe, entretanto, uma diferença fundamental entre o processo de *intervenção* realizado pelo analista institucional no âmbito da *Socionálise* (AI em situação de intervenção) e o processo de *intercessão* realizado pelo intercessor encarnado. Na AI, intervir significa provocar a instituição a produzir sua autoanálise através da participação coletiva de seus integrantes no exercício da autogestão, sendo o analista institucional, como staff-analítico, o agente deflagrador desse processo.

A posição ocupada pelo analista institucional, nessa relação com a instituição, é considerada por Pereira (2011) uma manutenção da “divisão fundamental do trabalho que separa os pensadores e os executores”. O DI, para a mesma autora, assume a dimensão ética de operar junto ao campo de *intercessão*, tendo como fundamento a “inclusão dos atores institucionais enquanto sujeitos capazes de introduzir rupturas e mudanças” (PEREIRA, 2011, p. 17, nota de rodapé); ou seja, como agentes ativos de seu próprio processo de mudança que acontece na relação com outro, que atua como coadjuvante sem ocupar a posição de ser o deflagrador desse processo.

Na *práxis* de intercessão (DI), temos como ferramentas metodológicas o *diário de campo*, como um guia para a ação no campo da intercessão e para a elaboração teórica a partir da análise de implicação do intercessor; e a *análise de implicação* a respeito dos lugares que o intercessor ocupa no campo da intercessão e o seu envolvimento pessoal com o mesmo, bem como dos jogos de interesse e de poder presentes nesse campo, dos quais o intercessor também participa.

Ambas são contribuições da AI em Lourau (2004). Da Esquizoanálise em Rolnik (2007), temos a *cartografia* como uma maneira de entender as estratégias de formação do desejo no campo da intercessão, inventando ações contextualizadas tanto neste como na sensibilidade do intercessor encarnado ao se relacionar com os sujeitos da *práxis*.

Lourau (2004) define o *diário de campo* como uma ferramenta para a análise das implicações de seu autor. Este se configura como um diário de anotações para o intercessor no campo como uma vinheta – elaboração de raciocínios ilustrados com os acontecimentos que os promoveram, tendo como referência a Cartografia (COSTA-ROSA, s/d).

Na cartografia, Rolnik (2007, p. 23) considera que as paisagens psicossociais também são cartografáveis. Sendo assim, a cartografia acompanha e se faz ao mesmo tempo em que certos mundos se desmancham, perdem sentido, e outros mundos são formados, se criam para expressar afetos contemporâneos. As estratégias de formação do desejo no campo social são o

que o cartógrafo, assim como o intercessor encarnado no DI, busca entender através da invenção de pontes de linguagem em sua travessia de encontro com o outro e de procedimentos em função do que pede o contexto onde se encontra. Assim como de sua sensibilidade ao se relacionar com os que compõem esse contexto.

Pereira (2011) considera que parece existir, na Cartografia, uma centralização no cartógrafo pesquisador como “agente produtor de conhecimento”, sendo essa produção decorrente de sua própria ação sobre os processos que acontecem na paisagem a ser cartografada. Apesar dessa questão, a autora reitera que não se trata de criticar todos os fundamentos da Cartografia, porque existe uma dialogia possível entre esta e o DI, por sua importante interlocução com a *práxis* de intercessão do intercessor encarnado ao ponto do DI poder ser considerado, por Costa-Rosa (Comunicação pessoal em 23/11/2010), como uma cartografia.

A inserção do cartógrafo mantém semelhanças com a do intercessor encarnado, mas existem algumas peculiaridades a serem consideradas no tocante ao modo de fazê-la na relação com os sujeitos que compõem o campo. O cartógrafo, mesmo não buscando a constatação dos fatos e a sustentação da verdade, mantém a perspectiva da centralidade no processo de criação e de implicação do autor (artista, pesquisador, cartógrafo) que busca produzir conhecimento a partir da “aprendizagem e experimentação de novas formas de se abordar o objeto de estudo. Isto é, construir modos mais criativos de um fazer científico” (MAIRESSE, 2003, p. 261).

Tal dimensão não está presente na ética do intercessor encarnado ao atuar como cartógrafo quando ocupa a posição de +1 e, depois, de um a mais junto aos sujeitos da *práxis* no campo de intercessão. Nessa condição, realiza a intercessão ao se inserir na *práxis* do coletivo, acompanhando seus movimentos, atuando no que os trava e buscando ampliá-los sem ocupar o lugar de pesquisador nessa relação, porque na intercessão não se faz pesquisa.

O intercessor encarnado não produz conhecimento sobre o outro. No campo da intercessão, não lhe cabe a tarefa de produzir algo porque, como coadjuvante, participa dos processos engendrados pelo fazer-saber dos sujeitos da *práxis* com os quais se relaciona. Sua tarefa de produzir conhecimento se dá *a posteriori* de sua saída do campo de intercessão quando desenvolve sua *práxis* universitária no âmbito do DIMPC, onde não atua mais como um cartógrafo.

Outra ferramenta, por mim introduzida como contribuição ao DI, foi a constituição das OGTR no contexto do CAPS como grupos operativos tendo como referência as discussões teórico-práticas de Pichon-Rivière (2005) sobre a noção de processo grupal.

2.2 O DISPOSITIVO INTERCESSOR COMO MEIO DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO (DIMPC)

O intercessor encarnado, após o término da intercessão, produz conhecimento sobre sua *práxis* na relação com os sujeitos do fazer-saber que configurou o campo de intercessão e não sobre a *práxis* desses sujeitos. Este é o DIMPC, que se configura como um “saber em extensão” – um saber do intercessor sobre seu lugar, função, finalidade e ética na *práxis*, ou seja, um saber da *práxis* de intercessão; um saber sobre o saber na *práxis* –, conforme a psicanálise de Jacques Lacan (JULIEN, 2002 apud COSTA-ROSA, 2008), e um “saber como guia para a ação” – produzido para operar como uma oferta de possibilidade para outros intercessores –, conforme a sociologia crítica de Boaventura de Souza Santos (SANTOS, 2000 apud COSTA-ROSA, 2008).

Para Lacan, de acordo com Costa-Rosa (2008), *práxis* é um fazer-saber, existindo um saber inerente ao fazer mesmo que o sujeito não saiba. O saber se desdobra do fazer. O princípio do *intercessor* é retomar o saber que existe em todo o fazer. A Universidade produz um saber sobre o fazer-saber dos outros e é com essa perspectiva que o intercessor-pesquisador rompe ao produzir um saber sobre o seu próprio fazer na *práxis* de intercessão.

É por isso que somente depois de transcorrido algum tempo da intercessão vivenciada é que o intercessor-pesquisador se volta para a tarefa específica de analisar o processo, buscando elementos para a construção da argumentação em torno das questões que orientam a sua meta de produção de conhecimento. Assim, começa sua *práxis* de intercessor-pesquisador. É importante afirmar que incluirá saber sobre o campo da intercessão em sua complexidade, mas indubitavelmente não é um saber que pretenda usurpar o saber dos sujeitos da *práxis* cotidiana.

O conhecimento a ser produzido pelo intercessor-pesquisador não necessariamente retorna ao campo onde realizou a intercessão, porque se espera que os sujeitos que o compõem produzam seu próprio Saber/conhecimento em sua relação com o intercessor-encarnado. No DIMPC, a intenção continua sendo recuperar o movimento da *práxis*, agora no campo da instituição Universidade e não mais no campo de intercessão.

Para Pereira (2011), o DIMPC realiza a crítica ao saber enciclopédico da Universidade ao tentar desconstruir a exclusão da subjetividade e a alienação dos sujeitos submetidos ao “suposto saber” ainda presentes nas atividades de pesquisa. Rompe com a perspectiva de ciência que se fundamenta na busca por uma realidade e verdade únicas, e busca produzir sujeitos que superem o *saber-repetição*.

[...] o intercessor-pesquisador, agora centrando sua ação na produção de um conhecimento sobre os processos de produção do saber na práxis em geral coloca-se como agente questionador do saber instituído, pretendendo fazer movimentar-se a rede de conceitos e significantes instituídos (PEREIRA, 2011, p. 28).

Tendo como contribuição a concepção de dialética no Materialismo Histórico, o DIMPC considera que na produção de conhecimento não existe dissociação possível entre “visão de mundo, método de conhecer e *práxis*” (FODRA, 2007, p. 94). Por essa via, o conhecimento produzido pelo intercessor-pesquisador recupera o movimento da *práxis* porque, mesmo derivando de sua própria *práxis* no campo da intercessão, está inscrito na *práxis* da Universidade, denominada por Costa-Rosa (2008) como *práxis* universitária. Por ser um saber da e na *práxis* não se inscreve na divisão social do trabalho acadêmico fundamentada na dissociação entre fazer e pensar, ainda muito presente no Discurso Universitário.

A diferença na produção de conhecimento na relação com o outro e não sobre esse outro está no fato do intercessor-pesquisador assumir o posicionamento ético de questionar os saberes por ele produzidos em sua *práxis* de intercessor encarnado. Lembrando que estes não são para os sujeitos da *práxis* no campo da intercessão que produzem seu próprio fazer-saber, mas sim para que sejam operadores na produção de outros possíveis intercessores. Entretanto, não se pretende que esse seja um processo formativo de intercessão circunscrito ao binômio ensino-aprendizagem.

Para o DIMPC interessa um agente produtor de conhecimento de outro tipo, a fim de se inserir a partir da ética de superação da divisão social do trabalho (entre fazer e saber). Por isso, no DIMPC o agente não é um pesquisador interventor, nem mesmo um pesquisador participante ou um pesquisador cartógrafo. Ele é um ‘intercessor encarnado’ inserido no movimento da *práxis* (com seus agentes necessariamente produtores de saber e conhecimento) (PEREIRA, 2011, p. 29).

O Dispositivo Intercessor toma a noção de campo como o território da realidade concreta e da intersubjetividade onde se dá o encontro entre a *práxis* dos sujeitos que compõem esse território – caracterizando o campo de intercessão – com a *práxis* do intercessor encarnado. Esta vai para além da intervenção porque sua ação não se esgota no próprio campo, pois é a partir e *a posteriori* dele que é construída a *práxis* universitária do intercessor-pesquisador como um *Meio de Produção* do conhecimento.

Na produção de conhecimento em sua *práxis universitária* (DIMPC), o intercessor-pesquisador tem como ferramenta a *análise de implicação* a respeito dos lugares que o intercessor ocupa no campo da intercessão e o seu envolvimento pessoal com o mesmo, bem

como dos jogos de interesse e de poder presentes nesse campo dos quais o intercessor também participa. De acordo com Lourau (2004), pode-se pensar a *implicação* como a não existência da neutralidade científica porque, ao se relacionar com o campo, o analista institucional e o intercessor encarnado estão sempre implicados neste, modificando-o e transformando-o com sua ação. Além disso, mesmo quando se esquecem disso, o analista institucional e o intercessor encarnado, ao se fazerem presentes no grupo, constituem-se como seus integrantes.

De acordo com Passos e Barros (2000), a *análise de implicação* como uma ferramenta importante para a Análise Institucional inclui uma análise do sistema de lugares, o assinalamento do lugar que se ocupa, daquele que se busca ocupar e do que lhe é designado ocupar.

[...] os socioanalistas cunham o termo análise de implicação para pôr em evidência o jogo de interesses e de poder encontrados no campo de investigação. O princípio norteador deste procedimento é o de que a aproximação com o campo inclui, sempre, a permanente análise do impacto que as cenas vividas/observadas têm sobre a história do pesquisador e sobre o sistema de poder que legitima o instituído, incluindo aí o próprio lugar de saber e estatuto de poder do ‘perito-pesquisador’ (PAULON, 2000, p. 23).

É importante lembrar que a intercessão não é pesquisa e, portanto, as designações de “pesquisador” e “perito-pesquisador” presentes na citação acima não caracterizam o intercessor encarnado como operador em sua relação com o campo de intercessão, embora se possa considerar que nessa relação também exista impactos sobre a história do intercessor, sobre o instituído institucional e também sobre o lugar de saber e de poder do intercessor a ser desconstruído após ter sido, inicialmente, ocupado. Lembrando também que, ainda assim, as relações de saber e poder estão mantidas, mesmo estas não sendo da ordem da dominação.

Em uma revisão bibliográfica sobre o conceito de implicação, Lourau (2004) apresenta sua gênese teórica no tocante aos usos epistemológicos, sociológicos, psicológicos dessa noção: Bastide (1950), Piaget (1950; 1977), Devereux (1967; 1980), Lourau (1969; 1981; 1987; 1988), Bohm (1980; 1987) e Morin (1982; 1986). Questiona sua gênese social no que se refere ao uso voluntarista, produtivista, utilitarista, supostamente pragmático do termo implicação (uma mescla de influências cristãs, existencialistas, fenomenológicas, psicologistas).

O mesmo autor se remete ao que Jules Celma (1971 apud LOURAU, 2004, p. 189) chama de “exploração da subjetividade”, que sucede à exploração do homem no trabalho alienado, e propõe o termo *sobreimplicação* para designar uma derivação do conceito de

implicação relacionada à subjetividade-mercadoria. Configura-se como uma ideologia normativa que opera nos processos de captura não mais somente da força de trabalho, mas também da subjetividade do trabalhador, incitando-o a “implicar-se”, a envolver-se, a *vestir a camisa* da empresa.

A sobreimplicação também interfere na análise da implicação quando isolamos um dos campos de análise, psicologizando-o ou sociologizando-o ou psicanalizando-o.

A sobreimplicação é algo muito possível de acontecer no cotidiano de uma pesquisa de campo quando o pesquisador, ao invés de atuar como um intercessor, assume a postura de ditar as normas científicas e a melhor maneira de funcionamento do grupo, organização ou instituição para provocar movimentos de adesão às atividades por ele propostas e desencadear processos que coadunem com seus objetivos.

Decorre disso a importância da *análise da implicação* do intercessor como uma dimensão ética em sua relação com o campo onde está inserido. Importante, ademais, o exercício da *vigilância epistemológica* durante o processo de imersão no campo, principalmente para não ratificar a prática social cotidiana pautada pelo modo de subjetivação capitalístico de ciência que busca identificar, classificar e normatizar, categorizando.

2.3 POR UMA EPISTEMOLOGIA DE REFERÊNCIA PARA O ENCONTRO DA LOUCURA COM O TRABALHO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

No encontro entre os movimentos sociais do Movimento Nacional da Luta Antimanicomial e da Economia Solidária que propõem a construção de um projeto de sociedade justa, ética, solidária e não-excludente, tenciona-se pensar o mundo do trabalho coletivo, solidário e autogestionário como campo de luta política de emancipação dos sujeitos da experiência da loucura. Mesmo na condição de secularmente exilados pelo saber e poder científicos da contratualidade social e dos processos de produção e reprodução da vida no cotidiano da sociedade, esses participaram do projeto capitalista de sociedade porque o trabalho esteve presente desde o início da história da loucura como um instrumento de *inclusão perversa* (SAWAIA, 2006) destes sujeitos.

Nesse contexto, a postura epistemológica que norteia o presente trabalho tem como mote as contradições existentes no projeto capitalista de sociedade forjado nos últimos séculos no campo da economia, do direito, da religião, da ciência e da mídia. Contradições essas que repercutem nas entranhas da vida cotidiana, nas práticas sociais, nas práticas profissionais, nas relações de poder, nas práticas de produção do conhecimento, nas relações

de produção e reprodução da vida no mundo do trabalho, enfim, em todas as esferas do humano.

Santos (2005, p. 27-28) contribui com a análise das contradições da economia capitalista quando descreve três de suas características negativas, que são:

1. O capitalismo, de acordo com a teoria de Marx, que produz desigualdades de recursos econômicos e de poder provocadas pela separação entre capital e trabalho e a apropriação privada dos bens públicos entre as classes sociais dentro de um mesmo país e entre os países no sistema mundial.
2. As formas de sociabilidade empobrecidas, baseadas no benefício pessoal em lugar da solidariedade, produzidas pela concorrência acirrada no mercado capitalista com a redução da sociabilidade ao intercâmbio e ao benefício pessoal. Tal questão está no centro da alienação em Marx e inspira críticas e propostas contemporâneas como no campo das economias populares que procuram ampliar as esferas em que o intercâmbio se baseia na reciprocidade e não somente nos ganhos monetários.
3. O fato da exploração insustentável dos recursos naturais, em escala globalizada pela produção e consumo capitalistas, colocar em perigo a vida na Terra pelo esgotamento dos recursos naturais dela provenientes.

É nas brechas provocadas pelas contradições existentes nos campos da produção e reprodução da vida pelo trabalho encarnadas no projeto capitalista de sociedade que são constituídos movimentos libertários e contra-hegemônicos a esse projeto. Dentre eles, os que se relacionam à temática que nos inquieta e nos move a conhecer, atuar e produzir conhecimento através do Dispositivo Intercessor. Para isso, é preciso discutir a epistemologia que o fundamenta.

No Dispositivo Intercessor como intercessão-pesquisa (DI/DIMPC), temos o conceito de *práxis* como estruturante de sua concepção como operador na realidade social e na produção de conhecimento. Sendo assim, a *Filosofia da Práxis* em Marx nos é de fundamental importância tanto na *práxis* de intercessão no campo como na *práxis* universitária, para além dele. Reafirma-se, assim, a dimensão ontológica da centralidade do ser humano e do seu trabalho como *práxis*, não como mercadoria, e a noção de subjetividade como produção.

Nessa direção, tomamos como referência o Materialismo Histórico em Marx (1997), Bottomore (2008) e Vasquez (2007); as Epistemologias do Sul em Santos (2000, 2001, 2010)

e Santos e Menezes (2010); a Epistemologia da Complexidade em Morin (2000, 2001a, 2001b, 2004); e a Esquizoanálise em Guattari (1990) e Guattari e Rolnik (1996).

Como vemos em Bottomore (1988, p. 292-293), a noção de *práxis* é discutida por Marx, nos *Manuscritos econômicos filosóficos* e nas *Teses sobre Feuerbach*, como a atividade humana livre, universal, criativa e auto-criativa, por meio da qual o homem cria (faz, produz) e transforma (conforma) dialeticamente seu mundo humano e histórico e a si mesmo; é, portanto, uma atividade específica do homem que o torna basicamente diferente de todos os outros seres.

A *práxis* é uma categoria central para Marx, sendo somente a partir dela que a atividade humana, sua história e o conhecimento ganham sentido e, por conseguinte, a própria filosofia de Marx se torna uma filosofia da transformação do mundo. Nesse sentido, o Homem pode ser considerado o ser da *práxis* e o Marxismo a *filosofia da práxis* (VÁSQUEZ, 2007, p. 170).

A *práxis* seria, então, a concepção na qual o trabalho perde sua dimensão de alienação por ser, também, autoprodutor do ser humano, produzindo sentidos e subjetividades que, por sua vez, podem produzir transformações no próprio trabalho, no ser humano, no conhecimento, na sociedade.

Aqui nos é possível abrir um parêntese para se pensar o trabalho como produtor de subjetividade a partir do pensamento de Marx, que é a referência de Guattari para pensar a subjetividade como produção no registro social. Mesmo não tratando abertamente sobre esse tema, Marx nos oferece uma brecha para considerações, quando estabelece uma correlação entre a materialidade dos meios de produção e do produto dela advindo e a subjetividade no modo do trabalhador expressar sua vida e viver.

O modo pelo qual os homens produzem seus meios de subsistência depende, antes de tudo, da natureza dos meios que eles encontram e têm de produzir. Este modo de produção não deve ser considerado, simplesmente, como a reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se, antes, de uma forma definida de atividade destes indivíduos, uma forma definida de expressarem suas vidas, um definido modo de vida deles. Assim como os indivíduos expressam suas vidas, assim eles são. E o que eles são, portanto, coincide com sua produção, tanto com o que produzem quanto com o como produzem (MARX, 1977, p. 113).

Nessa direção, é preciso fazer aqui uma diferenciação entre trabalho e emprego a partir da proposição epistemológica de que “trabalho não é emprego”, discutida por Suaya (2010, p. 37), ao distinguir trabalho de obra e de ação e ao desagregar o conceito de trabalho dos conceitos de que fazer, emprego, ocupação e labor. Para isso, a autora propõe a recuperação

da experiência como uma instância valorizada e valiosa tanto para o sujeito quanto para a comunidade da qual participa. Nesta, a palavra e o relato, assim como também nos propõe Benjamin (1993), restituem a autoridade que permite a transmissão geracional da experiência, construindo o sentido histórico que produz o laço social, sendo o trabalho um dos eixos importantes de produção de experiência, de sentido histórico e de laço social.

O trabalho é uma ação humana de transformação da natureza que emerge das necessidades de sobrevivência material e subjetiva do ser humano, retroagindo sobre o próprio homem trabalhador, constituindo-o e transformando-o; assim como transforma também suas ferramentas e seu conhecimento sobre formas de produção e de reprodução da vida, produzindo também história, cultura, arte, mitos, formas de ser e de viver. Portanto, é uma prática material, social e subjetiva com uma dimensão ontológica definidora da própria condição humana.

O emprego é o trabalho institucionalizado como mercadoria na relação patrão↔empregado construída a partir da ascensão do capitalismo desde a revolução industrial no século XVIII. Essa é a forma institucionalizada de se trabalhar consolidada como hegemônica durante o século XX, desconfigurada como possibilidade concreta de manutenção da sobrevivência material e subjetiva a partir das crises econômicas, sociais e políticas que aconteceram, nas últimas décadas desse mesmo século, no contexto do capitalismo neoliberal e da globalização econômica.

Nesse sentido, não nos interessa discutir ou refletir sobre o trabalho alienado no formato do emprego e do trabalho precarizado, mesmo sabendo que esse é uma produção histórica que permeia nossas relações cotidianas e nossas contratualidades sociais. Nosso interesse se refere às práticas sociais, políticas, éticas e estéticas dos EESs constituídos pelos sujeitos da experiência da loucura como tentativa de construção de outros territórios existenciais e de produção de modos de subjetivação que contraponham o estigma historicamente estabelecido em relação à loucura como doença mental (alienação) e ao sujeito da loucura como incapaz para o trabalho (impossibilitado de se auto-produzir como um ser da *práxis*).

Para Marx, existem diferentes concepções de *práxis*. A *práxis produtiva* como a atividade prática, material e transformadora que o homem estabelece – mediante seu trabalho – com a natureza. A *práxis artística*, em que o trabalho humano transforma a matéria e nela imprime uma determinada forma sem uma conexão direta com uma necessidade prático-utilitária, e antes por uma necessidade geral de expressão e comunicação. A *práxis experimental ou científica*, por estar fundamentada em necessidades de investigação teórica e,

mais especificamente, de comprovação das hipóteses dos cientistas, estando o experimento a serviço da teoria não pode ser considerada como *práxis*. Já o experimento artístico ou educativo onde os resultados da atividade prática são aplicados na esfera adequada da realidade, contribuindo com a arte e educação como *práxis* correspondente, pode ser considerada como *práxis*. A *práxis política*, na qual o homem é seu sujeito e seu objeto, atuando sobre si mesmo em busca de sua transformação como ser social, ou seja, mudando suas relações econômicas, políticas e sociais, culminando na *práxis revolucionária* (VÁSQUEZ, 2007, p. 226-230).

Além disso, o autor discute a questão da atividade teórica em si não ser uma forma de *práxis*. Isso se deve ao fato de que esta, mesmo estando em relação com a prática onde encontra seu fundamento, fins e critério de verdade, não possui os traços privativos da *práxis* porque se distingue dessa prática em seus objetos, fins, meios e resultados, por ter como fim imediato a elaboração e transformação no campo das ideias e não de transformação da realidade, que permanece intacta.

Ainda que a ‘prática’ teórica transforme percepções, representações ou conceitos, e crie o tipo peculiar de produtos que são hipóteses, teorias, leis, etc., em nenhum desses casos se transforma a realidade. (...) falta nela a transformação objetiva de uma matéria através do sujeito, cujos resultados subsistem independentemente de sua atividade (...) enquanto a atividade teórica em si não modifica o mundo – ainda que mudem nossas ideias sobre ele – não nos parece legítimo falar de *práxis* teórica (VÁSQUEZ, 2007, p. 232).

O autor, a partir da tese XI de Marx sobre Feuerbach, discute a possibilidade de uma filosofia vinculada conscientemente à prática, tanto como modo de interpretação do mundo como instrumento teórico de transformação da realidade, poder ser considerada como *práxis* porque, enquanto interpretação científica do mundo, corresponde a necessidades práticas humanas quando expressa uma prática existente que pode vir a se tornar guia de uma *práxis* revolucionária. Sua conclusão é a de que “a atividade filosófica – desligada da prática ou vinculada conscientemente a ela –, como mera interpretação ou como instrumento teórico de sua transformação (...) é sempre uma atividade intelectual, teórica” (VÁSQUEZ, 2007, p. 236). Por isso, não pode ser considerada como *práxis*.

É nesse sentido que se pode falar sobre o Dispositivo Intercessor não como *práxis* teórica, mas sim como *práxis* no campo que a divisão social do trabalho define como campo de produção de teoria. Melhor dizendo, não é um método, mas sim um modo de inserção na *práxis* tanto de produção material (fazer), junto aos sujeitos no campo de intercessão, quanto de produção de conhecimento (saber) como um guia para a ação de outros intercessores. O

intercessor na *práxis* de intercessão (DI) não pretende operar a priori, tendo em vista que o seu operar é dado no contexto; o DIMPC como *práxis* universitária de produção de conhecimento sobre a relação do intercessor com os sujeitos no campo de intercessão é a análise do processo de produção do saber na *práxis*, é um modo de permitir fazer.

As proposições aqui apresentadas situam-se no campo da transitoriedade por se tratar de tentativas de elaboração de algo novo em processo de construção e, portanto, sem a pretensão de se configurar como definidor do que se pode compreender sobre o Dispositivo Intercessor.

Pelas questões relacionadas às dimensões da *práxis*, tomamos a *Filosofia da Práxis* que é o Materialismo Histórico, como a referência epistemológica para se operar no campo da relação entre loucura e trabalho coletivo e autogestionário através do Dispositivo Intercessor como intercessão-pesquisa (DI e DIMPC), podendo ou não contribuir com os processos de transformação da realidade social junto aos sujeitos do campo de intercessão e junto a outros possíveis intercessores. Dessa maneira, consciente de sua condição de função, de acontecimento, de produtor de saber em intensão e em extensão ao se relacionar com a *práxis produtiva* dos sujeitos no campo da intercessão, o intercessor encarnado tenciona transitar dialeticamente da teoria à prática e vice-versa.

A ciência com a qual mais nos relacionamos é a Psicologia e, nela, os questionamentos à *práxis experimental científica* são construídos em função de sua própria natureza epistêmica – uma ciência do ser humano sobre si mesmo – o que a constitui como um universo plural e fragmentário que não pode e nem deve ser homogeneizado (DRAWIN, 1988, p. 236).

A produção de conhecimento em Psicologia, assim como em outras ciências, implica em o ser pesquisador interrogar-se a si mesmo como humano e essa ação não está conformada aos limites metodológicos e epistemológicos impostos pela ciência clássica. Para Drawin (1988), a neutralidade científica não é possível à Psicologia, assim como a outras ciências, por sua íntima vinculação à ética e à razão prática.

Para se entender melhor sua perspectiva, vejamos a seguinte afirmação:

[...] quando alguém teoriza em Psicologia [*assim como nas demais ciências*], está sempre, de alguma forma, se incluindo, assim como também os seus interlocutores, em sua própria teorização. Ou seja, quaisquer que sejam os seus recursos metodológicos, por maior que seja sua vigilância epistemológica, esse alguém que teoriza não pode evitar a sua autoimplicação, não pode impedir a vinculação, mais ou menos temática, de sua experiência com a teoria (DRAWIN, 1988, p. 50, *grifo nosso*).

Importante considerar que a Psicologia se insere em um espectro mais amplo de transformações no campo da Ciência em curso desde a segunda metade do século XX e ainda vigente no início do século XXI. Dessas contribuições, destacamos a *Transição Paradigmática* em Boaventura de Sousa Santos (2000; 2006), as Epistemologias do Sul em Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Menezes (2008; 2010) e a *Teoria da Complexidade* em Morin (2000; 2004), que se configuram como referências na reflexão e compreensão a respeito das crises e mudanças em curso na Sociedade e na Ciência.

A *transição paradigmática*, de acordo com Santos (2000), possui duas dimensões: a *societal* e a *epistemológica*.

Na *societal*, acontece a concorrência (contradição-competição) entre o *paradigma capital-expansionista* dominante, caracterizado pela sociedade patriarcal, pela produção capitalista, pelo consumismo individualista e mercadorizado, pelas identidades-fortaleza, pela democracia autoritária e pelo desenvolvimento global excludente e o *paradigma eco-socialista* emergente, caracterizado pela comunidade eco-feminista doméstica, pelas unidades eco-socialistas de produção (produção cooperativa, produção autogestionária, pequena agricultura familiar etc.), pelo paradigma das necessidades humanas e do consumo solidarista, pelas identidades de fronteira, pela dimensão comunitária do espaço público e pelo paradigma do desenvolvimento democraticamente sustentável e da soberania reciprocamente permeável (SANTOS, 2000; 2010).

Consideramos que o encontro da loucura com o trabalho, no transcorrer da História, tem sido marcado pela concorrência entre esses paradigmas. Em especial, quando se pensa a respeito de como o trabalho esteve e continua organicamente interligado à produção das práticas de atenção dispensadas aos sujeitos da experiência da loucura desde o tratamento moral do final do século XVIII até as Reformas Psiquiátricas no século XX. Trataremos dessa questão mais adiante, quando analisarmos as relações de poder existentes na relação entre loucura e trabalho no transcorrer da História.

Na *epistemológica*, por sua vez, o autor considera que a crise do paradigma dominante que engendra as bases para a *transição paradigmática* na ciência no final do século XX é resultante do próprio avanço no conhecimento que a mesma propiciou. Recorrendo a um recorte teórico de Einstein a Prigogine, Santos (2000, p. 68-71) nos apresenta as bases da transição paradigmática a que se refere:

- O rombo que Albert Einstein provoca no paradigma da ciência moderna está relacionado à relatividade da simultaneidade. Ao buscar responder ao como é que o observador estabelece a ordem temporal de acontecimentos no espaço, ele concluiu

que a simultaneidade de acontecimentos distantes não pode ser verificada, pode tão-só ser definida. Essa teoria revolucionou as noções de espaço e tempo newtonianas, estas deixaram de ser absolutas por não haver simultaneidade universal.

- Werner Heisenberg, com o princípio da incerteza, e Niels Bohr contribuíram com a concepção de que um objeto não pode ser observado e nem medido sem a interferência do observador, havendo, portanto, uma interferência estrutural do sujeito no objeto observado. Com essa concepção coloca-se em questão a hipótese do determinismo mecanicista pela demonstração de que a totalidade do real não poder ser reduzida à soma das partes do objeto que é dividido para ser medido e observado.
- Em Kurt Gödel, o rigor da matemática como veículo formal onde a medição é expressa, é questionado pelo teorema da incompletude e os teoremas sobre a impossibilidade de, em certas circunstâncias, encontrar dentro de um dado sistema formal a prova de sua consistência.
- Em relação à microfísica, à química e à biologia, o autor cita as contribuições de Ilya Prigogine que contrapõe as noções da física clássica de matéria e natureza, resgatando conceitos aristotélicos como potencialidade e virtualidade. Nesse sentido, contrapõe a eternidade com a história; o determinismo com a imprevisibilidade; o mecanicismo com a interpretação, a espontaneidade e a auto-organização; a reversibilidade com a irreversibilidade e a evolução; a ordem com a desordem; a necessidade com a criatividade e o acidente.

Por ser societal e epistemológica, a transição paradigmática em curso constitui-se como um paradigma emergente denominado por Santos (2006) como *conhecimento prudente para uma vida decente*.

Na emergência desse paradigma, o autor procura, nas próprias representações inacabadas e abertas da modernidade, os princípios para a superação desta. Dentre os *princípios de regulação* que são os de mercado, de Estado e de comunidade, o considerado mais inacabado é o de comunidade; dentre os *princípios de emancipação* que são as racionalidades moral-prática, cognitivo-instrumental, performativo-utilitária e estético-expressiva, a considerada mais inacabada e em aberto é a racionalidade estético-expressiva.

Como os princípios da comunidade e da racionalidade estético-expressiva são as representações mais inacabadas da modernidade, deve-se dar prioridade à análise de suas potencialidades epistemológicas que são: a participação e solidariedade; o prazer; a autoria; e o conhecimento retórico. Pretende-se, com isso, restabelecer as potencialidades

emancipatórias ignoradas pela modernidade. Não se trata de procurar um novo equilíbrio entre regulação e emancipação, mas de provocar um *desequilíbrio dinâmico* que penda para a emancipação em detrimento da regulação, concretizado pela cumplicidade epistemológica do princípio da comunidade e da racionalidade estético-expressiva (SANTOS, 2001, p. 78).

Nessa perspectiva, o autor propõe a *transição paradigmática do conhecimento-regulação* para o *conhecimento-emancipação*, ou seja, do colonialismo para a solidariedade. O primeiro progride do caos para a ordem, sendo a ordem a forma hegemônica de saber e o caos a forma hegemônica da ignorância. No segundo, a solidariedade é transformada na forma hegemônica de saber e o caos é aceito como forma de saber e não de ignorância, tendo em vista que existe ordem nos sistemas caóticos e caos nos sistemas ordenados.

Podemos perceber que Santos considera como *conhecimento-regulação* aquele produzido no âmbito da Universidade como instituição da Ciência clássica, esta sendo alvo de críticas por não se ocupar do *conhecimento-emancipação* produzido pelos *ausentes* e *emergentes* da sociedade global. Mantém-se, assim, uma perspectiva colonialista na produção do conhecimento, em detrimento da solidariedade como forma hegemônica de saber – tal perspectiva eliminou da reflexão epistemológica o contexto cultural e político da produção e reprodução do conhecimento.

Como crítica a essa perspectiva, Santos e Meneses (2010, p. 11) afirmam a não existência de epistemologias neutras e de neutralidade científica, assim como preconizam pensadores como Edgar Morin. Para os autores, a “reflexão epistemológica deve incidir, não nos conhecimentos em abstrato, mas nas práticas de conhecimento e nos seus impactos noutras práticas sociais”. Essa afirmação configura-se como um dos princípios norteadores do *Dispositivo Intercessor como Meio de Produção do Conhecimento (DIMPC)*.

A questão também aparece em uma entrevista concedida a Manuel Tavares, em dezembro de 2007⁸, na qual Boaventura de Sousa Santos afirma que:

O avanço de uma epistemologia de conhecimento-emancipação depende do avanço das lutas sociais contra a opressão, a discriminação e a exclusão social, ainda que esteja sujeito a outras determinações relativamente autónomas que têm a ver com o campo intelectual, a cultura científica dominante, os sistemas de educação, etc (SANTOS, 2007, p. 56).

⁸ Ver *Em torno de um novo paradigma sócio-epistemológico*. Disponível em: site <http://www.boaventuradesousasantos.pt/pages/pt/entrevistas.php>. Acesso em: 20 de set. 2011.

Diante dessas questões, Santos e Meneses (2010) propõem uma alternativa epistemológica que questiona o impacto do colonialismo e do capitalismo modernos na construção das epistemologias dominantes – as *Epistemologias do Sul*.

Trata-se do conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam a supressão dos saberes levado a cabo, ao longo dos últimos séculos, pela norma epistemológica dominante, valorizam os saberes que resistiram com êxito e as reflexões que estes têm produzido e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos. A esse diálogo de saberes chamamos de ecologia de saberes. (SANTOS; MENESES, 2010, p. 11).

O conhecimento-emancipação produzido no campo das Epistemologias do Sul está inserido na discussão desenvolvida por Santos e Meneses (2010) sobre o Pensamento Abissal colonizador encarnado no Pensamento Moderno Ocidental, mas não restrito a esse; e o Pensamento Pós-abissal descolonizador, por sua vez, está encarnado no Pensamento Ecológico em que essas epistemologias podem se consolidar como contra-hegemonia ao pensamento científico abissal.

O Pensamento Abissal caracteriza-se como um “sistema de distinções visíveis e invisíveis” (SANTOS, 2010, p. 31) entre as linhas que dividem a realidade social, onde se é impossível a *copresença* entre estas. Tal condição determina o desaparecimento, a exclusão da linha invisível como realidade, o que a torna inexistente. No campo do conhecimento, de acordo com o autor, o pensamento abissal configura a ciência moderna como a determinante sobre o saber que é verdadeiro ou falso, científico ou não-científico. A linha invisível onde não há conhecimento real, verdadeiro e científico é constituída pelas “crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos e subjetivos” (SANTOS, 2010, p. 34), o que desqualifica a natureza humana de seus agentes, justificando sua colonização.

O Pensamento Pós-Abissal pressupõe uma “ruptura radical com as formas ocidentais modernas de pensamento e ação” (p.53), por isso, se propõe a ser *não-derivativo* do pensamento abissal por pensar tendo como perspectiva a linha invisível que podemos entender, nesse caso, como o sul metafórico.

Como ecologia dos saberes, o pensamento pós-abissal tem como premissa a ideia de diversidade epistemológica do mundo, o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico. Isto implica renunciar a uma epistemologia geral. Em todo o mundo, não só existem diversas formas de conhecimento da matéria, sociedade, vida e espírito, como também muitos e diversos conceitos sobre o que conta como conhecimento e os critérios que podem ser usados para validá-lo (SANTOS, 2010, p. 54).

Nessa direção, o Sul como o lugar de produção do pensamento pós-abissal é um campo de desafios epistêmicos, uma metáfora que vai para além das dimensões geográficas.

Lembrando que na relação Norte/Sul não é possível uma sobreposição total, porque no Norte existem grupos sociais sujeitos à dominação capitalista e colonial e no Sul sempre existem empresas do Norte e elites locais que se beneficiam da dominação capitalista e colonial. O *sul metafórico* se refere, então, às experiências sociais protagonizadas pelos oprimidos pelas diferentes formas de dominação colonial e capitalista que, ultrapassando essa situação, produzem e reproduzem saberes e formas contra-hegemônicas de vida (SANTOS; MENESES, 2010, p. 19-20).

Na introdução da Revista Crítica de Ciências Sociais de março de 2008, Maria Paula Menezes considera que uma das batalhas políticas mais importantes do século XXI é travada no campo do conhecimento e destaca duas questões fundamentais: o questionamento interno do papel da racionalidade na persistência das diferenças imperiais e coloniais existentes no Norte Global e o impacto das propostas pós-coloniais⁹ na produção, reprodução e apropriação de conhecimentos, quer numa interação com a ciência, quer para além dela (MENESES, 2008, p. 3).

Consideramos que as experiências cotidianas dos sujeitos da experiência da loucura que buscam o trabalho coletivo e autogestionário na ECOSOL, como estratégia de existência material e subjetiva, são práticas sociais inscritas no que o autor chama de *sociologia das ausências* e de *sul metafórico*. Estas estão contextualizadas no processo de descolonização e emancipação da loucura em relação à ciência psiquiatria e do trabalho em relação ao modo de produção capitalista.

A emancipação social é outra questão discutida por Boaventura de Sousa Santos que se tornou um importante vetor de referência para se refletir sobre os movimentos sociais na contemporaneidade e suas possibilidades de intervenção e transformação social pela via da mobilização política engendrada pelas práticas sociais fundadas nos princípios éticos da comunidade, da reciprocidade e da solidariedade. Para isso, é preciso um esforço teórico que contemple uma *nova teoria da democracia*, reconstruindo o conceito de cidadania; uma *nova teoria da emancipação*, criando um *novo senso comum político* e uma *nova teoria da subjectividade*, reconstruindo o conceito de sujeito.

O objetivo da *nova teoria da democracia* seria repolitizar, em escala global, as práticas sociais, além de alargar e aprofundar o campo político resultante dessa repolitização em todos os espaços estruturais da interação social; e desocultar as *formas novas de opressão*

⁹ O pós-colonial como “o encontro de várias perspectivas e concepções sobre o conhecimento e o poder, um idioma que procura reflectir sobre os processos de ‘descolonização’, quer nos espaços da metrópole, quer nos espaços colonizados” (MENESES, 2008, p. 2).

e dominação, criando novas oportunidades para o exercício de novas formas de democracia e cidadania (SANTOS, 2000, p. 270).

Nesse contexto, a *nova teoria da emancipação* ampliaria e aprofundaria as lutas democráticas nos espaços estruturais da prática social através da reinvenção da relação entre os cidadãos e o Estado através da revalorização do princípio de comunidade associada à ideia de igualdade, de autonomia e de solidariedade que resulta na criação de um espaço entre o Estado e o mercado. Nesse espaço não estatal e não mercantil, é possível o trabalho autovalorizado (sem extração da mais-valia) e uma sociedade-providência que abre caminhos para a emancipação, não dispensando o Estado de suas obrigações com os cidadãos e não ocultando sua opressão e excesso de regulação (SANTOS, 2000, p. 271-278).

Sobre a *nova teoria da subjectividade*, Santos (2000, p. 346) considera que a subjectividade é o grande mediador entre as formas alternativas de conhecimento da *transição paradigmática epistemológica* e as práticas sociais da *transição paradigmática societal*. Nessa direção, a subjectividade da transição paradigmática é aquela em condições de compreendê-la, de querer transformar a “inquietação” em energia emancipatória, empenhando-se nas lutas paradigmáticas em curso desde o final do século XX.

O autor discute a *subjectividade da transição paradigmática* a partir de suas dimensões de *fronteira*, *barroca* e *do sul*.

Na dimensão de *fronteira*, a subjectividade é caracterizada pela sociabilidade dos que vivem no limite entre o paradigma dominante e o paradigma emergente. Em um espaço de inovação e instabilidade, onde se tem que inventar outras formas de conviver, criar uma transparência entre os atos e suas conseqüências, reconhecer na diferença entre estranhos a oportunidade de enriquecimento mútuo e de participação através do princípio da comunidade. Sendo assim, combina-se participação comunitária (coletividade) com autoria (singularidade) que mesmo sendo uma relação problemática pode ultrapassar a dicotomia entre sujeito e objeto (SANTOS, 2000, p. 347-356).

É possível se pensar, então, a dimensão de *fronteira* presente no cotidiano dos sujeitos da experiência da loucura que estão em processo de desinstitucionalização, muitos deles tendo convivido por décadas com o paradigma manicomial dominante (muitas vezes ainda presente nas relações de cuidado) e agora se reconhecendo através do paradigma emergente da Atenção Psicossocial no âmbito dos Centros de Atenção Psicossocial. Nesse contexto, operam com os princípios da convivência, da participação e da comunidade como território.

Na *dimensão barroca*, a subjectividade tem a marca da mestiçagem entre várias formas culturais, religiosas e sociais, nas quais as múltiplas combinações descaracterizam um poder

central. Assim, se caracteriza pelo esgotamento da *ordem* e das *leis universais*, sendo o *local* sua espacialidade e o *imediato* sua temporalidade onde se tem lugar o *particular*, o *efêmero* e o *transitório*. A presença constante da *interrupção* provoca *admiração e novidade*, impedindo o *fechamento* e o *acabamento* que produz o *carácter inacabado e aberto da subjetividade e da sociabilidade barrocas* (SANTOS, 2000, p. 356).

Essas características são representadas pelo autor através da *festa barroca* como uma experiência de *desproporção*, por gerar uma “intensificação especial que (...) dá origem à vontade do movimento, à tolerância para com o caos e ao gosto pela turbulência (...) que não se dispensa da carnavalização das práticas sociais emancipatórias e do erotismo do riso, do divertimento e da ludicidade” (SANTOS, 2000, p. 364).

A dimensão barroca pode estar presente no cotidiano dos serviços de SM quando se pensa a questão do desejo, dos afetos e da criação dos sujeitos da experiência da loucura como pulsações que provocam desordem e suscitam outras formas de se lidar e pensar o momento vivido e de se prospectar para além dele. Em sua processualidade barroca, a loucura nos provoca a dialogar com o caos e a turbulência no momento presente dos acontecimentos que provocam uma experiência no campo do imediato, do particular, do efêmero e do transitório.

Na dimensão do *Sul*, o autor considera ser esse o lugar privilegiado para a *reinvenção das energias emancipatórias e da subjectividade da pós-modernidade* a partir das práticas de solidariedade e reciprocidade. A *metáfora do Sul* é proposta pelo autor para representar a relação de subordinação sócio-cultural e sócio-econômica dos grupos, etnias, culturas e países que são oprimidos, expropriados, suprimidos, silenciados e tratados a partir de uma diferenciação desigual pelos que detêm o poder no sistema capitalista mundial. Nesse sentido, o “Sul significa a forma de sofrimento humano causado pela modernidade capitalista” (SANTOS, 2000, p. 368).

A história da loucura não deixa dúvidas. Ninguém viveu mais ao *Sul* do que os que navegaram na “*Nau dos Loucos*” e ficaram aprisionados em asilos, manicômios e hospitais psiquiátricos no decorrer dos últimos séculos. Entretanto, estes não são mencionados por Santos, talvez porque, para isso, se deveria criar uma nova categoria que nos propomos a pensar como o *Sul do Sul*. Nesta, estariam os loucos como os ainda invisíveis dentro do próprio *Sul Metafórico* por terem sido asilados (muitos ainda o são) em instituições psiquiátricas e em espaços de isolamento pelo uso abusivo de drogas ou, mesmo, por serem andarilhos e moradores de rua; os que ainda permanecem alijados das formas mais básicas de sociabilidade, como, por exemplo, as relações familiares e o convívio comunitário.

Consideramos que o DIMPC está inscrito no campo da *transição paradigmática epistemológica*, descrita por Santos, por ser uma produção de conhecimento que busca romper com a divisão entre senso comum e conhecimento científico e, consequentemente, com a sobreposição da segunda forma de saber sobre a primeira. Deixando de ocupar-se com a regulação possível a partir de um saber sobre o outro, o intercessor-pesquisador contrapõe a postura colonialista ainda presente no Discurso Universitário. Com essa postura ética e política, produz algo que brota de sua relação como coadjuvante junto aos sujeitos do campo de intercessão, esta sendo construída solidariamente, porque carece da participação ativa do outro.

Podemos considerar, também, que a produção de conhecimento nesta tese tenciona caminhar na direção do pensamento pós-abissal ao se interessar pelos que estão vivendo no sul metafórico por não serem mais asilados nos hospitais psiquiátricos e buscam constituírem-se como sujeitos em sua relação com a loucura e com a sociedade.

Outra contribuição importante ao Dispositivo Intercessor como intercessão-pesquisa (DI e DIMPC) é a Teoria da Complexidade em Edgar Morin.

O pensamento complexo em Morin guarda estreita relação com o pensamento dialético em Marx, mas contrapõe o conceito de síntese na dialética marxista. O pensamento complexo, mantendo a dimensão da contradição, propõe a dialógica em lugar da dialética por acreditar que a síntese dialética é uma ferramenta que permite compreender a formação de unidades e de novas totalidades, mas que estas sempre são provisórias ou parciais, assim como também o são a antítese e a tese. Para ele, a síntese total é o mito da dialética porque a ruptura, a insuficiência e a determinação (como negação) sempre estão presentes em seus pilares. Sendo assim, nos provoca a pensar a produção científica como uma *dialogia* entre as lógicas do pensamento científico e estas com as “necessidades, desejos e paixões humanas” (MORIN, 2000, 2004).

Entretanto, o autor afirma que os limites do conhecimento constituem o problema epistemológico-chave da Ciência. Portanto, é preciso questionar o como produzir conhecimento levando em conta esses limites e suas contradições, lançando mão de uma estratégia de trabalho calcada na incerteza e na dificuldade em que a complexidade se configura como um desafio e não como resposta.

O Dispositivo Intercessor como intercessão-pesquisa (DI/DIMPC) se caracteriza pela *dialogia* necessária e possível entre a *práxis* de intercessão do intercessor encarnado, em sua relação com o fazer-saber dos sujeitos no campo de intercessão, e a *práxis* universitária do intercessor-pesquisador a partir da intercessão. Ou seja, existe uma interdependência e uma

multidimensionalidade entre esses dois operadores fundamentados em correntes teóricas diferenciadas que, ao serem tecidas juntas em um exercício de complexidade, produzem (com seus limites, incertezas, contradições e dificuldades) uma oferta de possibilidade de um pensar complexo.

A dimensão da *práxis*, no seio da contradição, tem uma importante influência no pensamento complexo de Morin. Para ele, existe contradição efetiva entre as estruturas do pensamento e as da ação, entre a teoria e a prática, sendo a *práxis* o esforço humano em confrontar, ao mesmo tempo, estas duas experiências concretas – o pensamento contemplativo e a consciência ativa –, provocando encontro, contrapontos e fecundação.

A loucura é uma das dimensões contempladas pela reflexão de Morin através da epistemologia da complexidade. Ele nos propõe a dialógica entre a razão e a desrazão, entre o *Homo sapiens* e o *Homo demens* que produz o *Homo complexus* e a exercita, lançando mão do amor, da poesia e da sabedoria, como podemos perceber em sua concepção de ser humano.

O ser humano é um ser racional e irracional, capaz de medida e desmedida; sujeito de afetividade intensa e instável. Sorri, ri, chora, mas sabe também conhecer com objetividade; é sério e calculista, mas também ansioso, angustiado, gozador, ébrio, extático; é um ser de violência e de ternura, de amor e de ódio; é um ser invadido pelo imaginário e pode reconhecer o real, que é consciente da morte, mas que não pode crer nela; que secreta o mito e a magia, mas também a ciência e a filosofia; que é possuído pelos deuses e pelas ideias, mas que duvida dos deuses e critica as ideias; nutre-se dos conhecimentos comprovados, mas também de ilusões e de quimeras. (MORIN, 2001b, p. 59).

Morin considera a loucura um *problema central do homem* e não seu *dejeto* e *doença*. Afirma que ela não levou o homem à extinção, mas a razão científica e a racionalidade técnica podem levá-lo ao desaparecimento, por exemplo, através da energia nuclear. Entretanto, entre ritos, cultos, delírios e muitas ilusões, o desenvolvimento técnico e científico aconteceu – *a Humanidade dominou a terra*.

A dialógica sapiens/demens foi criadora e também destruidora; o pensamento, a ciência, as artes foram irrigadas pelas forças profundas da afetividade, por sonhos, angústias, desejos, medos, esperanças. Nas criações humanas há sempre uma dupla pilotagem sapiens/demens (...) o gênio brota na brecha do incontrollável, justamente onde a loucura ronda. A criação brota da união entre as profundezas obscuras psicoafetivas e a chama viva da consciência (MORIN, 2001b, p. 60).

Longe de ser uma proposta messiânica de redenção da loucura, Morin constata, no próprio desenvolvimento da ciência e da técnica, a existência da loucura como algo tangível ao multifacetado ser humano e não como erro e, muito menos, doença. Tal perspectiva pode

trazer contribuições à construção de outra contratualidade social entre o *sapiens* e o *demens* em cada um de nós e na relação com o outro no laço social.

Ao considerar a dialógica *sapiens↔demens*, o autor nos possibilita pensar sobre sua concepção de sujeito, que contempla um *caráter existencial* enquanto ser vivo que habita um universo onde existe o acaso, a incerteza, o perigo e a morte. Nessa realidade, o sujeito leva em si a fragilidade e a incerteza da existência desde o seu nascimento até a sua morte. Ao afirmar que a “autonomia do indivíduo-sujeito vivo, sendo dependente do meio ambiente, é também dependente de sua ascendência genética e da sociedade em que se inscreve” (MORIN, 2001a), o autor considera o indivíduo e o sujeito não como noções puramente metafísicas, mas como noções que podem encontrar seu enraizamento em suas condições físicas, biológicas, históricas e sociológicas.

A noção de sujeito em Morin rompe com a irracionalidade da desrazão atribuída aos considerados alienados pela ciência Psiquiatria por entender que a irracionalidade também está presente no âmbito da ciência moderna encarnada na produção e na destruição humanas ao longo da história e a razão e a desrazão compõem a dialógica *sapiens↔demens*, relação na qual não há dicotomia possível. Tal perspectiva subsidia a proposta desta tese, de que os sujeitos da experiência da loucura podem ser sujeitos de sua própria existência.

Importante considerar que a *dialogia*, na Universidade, é um empreendimento a ser realizado pelos representantes da Ciência denominados como pesquisadores e intelectuais. Seres não somente da racionalidade, mas também da afetividade, do mito e do delírio em inter-relação; com amplas possibilidades de encontro, mas também de conflito e de confronto; ou seja, *Homo Sapiens* e *Homo Demens*¹⁰ em ação e emoção, quando no contato com a realidade social; em reflexão e emoção, quando produzem conhecimento; e em prospecção e emoção, quando divulgam esse conhecimento.

No interjogo entre as dimensões *Sapiens* e *Demens*, operam também as dimensões *Ludens* (do jogo lúdico, dos ritos e festas) e *Faber* (do trabalho e da técnica); *Economicus* (das atividades utilitárias) e *Consumans* (do consumo); *Prosaicus* (das necessidades obrigatórias) e *Poeticus* (da transcendência estética). Todos esses modos de viver, de existir e de se relacionar com o mundo, tecidos juntos, constituem o que Morin (2001b, p.57) denomina com o *Homo Complexus*, o que também podemos denominar como *Subjetividade*.

¹⁰ Morin (2001c, p. 7), em “Amor, Poesia, Sabedoria”, considera o ser humano um animal insuficiente no qual sua dimensão *Sapiens*, exercida pelo pensamento racional, argumentado, crítico está imbricada com sua dimensão *Demens*, exercida pela afetividade, paixão, mudanças bruscas de humor, delírio e pela existência e poder de mitos e deuses.

A interlocução entre essas três epistemologias tem, *a priori*, três fios de tessitura, que são a contra-hegemonia como paradigma e contexto das práticas sociais de transformação social; as *práxis* produzidas nessas práticas como ação concreta, subjetiva e reflexiva no cotidiano das bordas (que transbordam) e das contradições/brechas do capitalismo e do colonialismo na economia, na ciência e na sociedade; e as concepções de subjetividade por elas produzidas.

Em Karl Marx, na divisão social em classes, a contra-hegemonia da classe operária em relação à classe burguesa no contexto do movimento da Revolução Comunista; e a *práxis* como ação livre, criadora e produtora de humanidade sendo o trabalho não-alienado uma de suas formas. Em relação à subjetividade, Marx parte da realidade concreta para pensar o trabalho como produtor de modos de ação, de pensar, de viver e de se constituir do Homem como um ser humano.

Em Boaventura de Sousa Santos, a contra-hegemonia das práticas sociais dos ausentes e dos emergentes colonizados em contraposição aos colonizadores detentores do poder econômico, social, político e científico no contexto da Transição Paradigmática; e a *práxis* como ação e reinvenção emancipatória que acontece no âmbito local das comunidades no contexto do *sul metafórico*. Santos prioriza a dimensão da sociabilidade como produtora de subjetividade, sendo que nela existem questões econômicas, sociais, políticas e históricas encarnadas nas lutas cotidianas por emancipação dos que estão subordinados ao poder hegemônico.

Em Edgar Morin, a contra-hegemonia, mesmo não implicando em superação da contradição, da *ciência com consciência* em relação à ciência clássica no contexto do movimento da Reforma do Pensamento; e a *práxis* teórica do pesquisador que, em sua produção de conhecimento, realiza a dialogia entre dimensões teóricas e metodológicas e destas com a realidade do cotidiano de vida e de ação dos que estão no campo de pesquisa. Morin considera a subjetividade a partir do *caráter existencial* do sujeito que, por não ser metafísico, depende tanto do meio ambiente, quanto de sua ancestralidade genética e da sociedade onde vive, sendo, portanto, enraizado em suas condições físicas, biológicas, históricas e sociológicas.

Na ciência clássica, sabemos que a subjetividade é considerada como *contingência* e *fonte de erros*, algo a ser controlado e não considerado no processo de investigação e de análise científica. Morin (1996) nos fala sobre como a invasão da cientificidade clássica, preconizada por Descartes desde o século XVII, nas ciências humanas e sociais, contribuiu para a expulsão da noção de sujeito do campo da Psicologia. Entretanto, após a II Guerra

Mundial e com o Movimento de Maio de 68 na França, a radicalidade nas tensões entre os movimentos sociais e as instituições desencadeou críticas e protestos por mudanças nessas últimas. As bandeiras de luta do movimento encarnavam a contraposição aos governos ditatoriais na América Latina, às guerras e discriminação social na América do Norte e ao modelo clássico de Ciência nas Universidades na Europa, e, em especial, na França.

Importante considerar que mudanças aconteceram e instâncias mais democratizadas foram instauradas em diversas instituições, mas estas continuam a existir e, em sua maioria, com a mesma tarefa de produzir subjetivações serializadas. Rocha (2000, p. 186) considera que as instituições, em seus diferentes modos de funcionar, apresentam como “eixo comum o individualismo, o isolamento, o bloqueio da comunicação”. Podemos acrescentar a estes a descartabilidade na relação com o outro pela ausência do princípio ético da alteridade, do reconhecimento da existência e da singularidade do outro. A autora, mesmo se propondo a constituir novos *territórios viabilizadores de outras subjetividades*, compreende que esse movimento é constantemente capturado em seu *potencial de gerar disruptores*, o que torna a luta nas instituições muito *árida*.

Diante desse cenário, é preciso lembrar que um sistema não é blindado e possui *conflitos, fraturas, resistências* e é exatamente nessas *brechas de sua eficiência* que se é possível buscar a sua superação. Sendo assim, “o grande desafio é transformarmo-nos não no interlocutor que discute as formas constituídas, mas no *intercessor* que faz alianças com as forças que se abrem para o inesperado (ROCHA, 2000, p. 194, *grifo nosso*).

Sabendo disso, buscamos uma atuação mais crítica em relação à realidade das instituições, principalmente das que executam políticas públicas, como é o caso dos CAPS como dispositivos da Atenção em SM. Por isso, aceitamos o desafio de tentar provocar transformação social, assumindo nossa “subjetividade dissidente” (GUATTARI; ROLNIK, 1986) e a função de intercessor.

Em relação à subjetividade, é preciso definir qual concepção nos referencia. É no âmbito dos movimentos produtores de modos de subjetivação transformadores da sociedade, a partir dos anos 60 do século XX, que as noções de sujeito e de subjetividade, como conceitos polissêmicos, ganham espaço nas concepções elaboradas por filósofos como Michel Foucault, Deleuze; por pensadores como Guattari; por psicanalistas como Jacques Lacan. Antes destes, temos o psicólogo Lev Vigotsky, no início do século XX, e sua perspectiva materialista histórica com especial influência sobre o surgimento da Psicologia Crítica no Brasil nos anos 80 do mesmo século.

Dentre esses autores, tomaremos a concepção de Félix Guattari como referência para pensarmos a produção de subjetividade no âmbito da intercessão-pesquisa a qual nos dedicamos. Tal escolha se deve à referência epistemológica desse autor no materialismo histórico, ao pressupor a ação do sujeito como sendo orientada pela significação que este atribui à realidade que percebe. Entretanto, Guattari amplia essa perspectiva ao considerar que não há separação possível entre o “plano da representação – ideologia” e o “plano da materialidade da vida”, tendo em vista que a realidade objetiva e a subjetiva são constituídas simultaneamente (ROCHA, 2000, p.194).

Sendo assim, a produção de subjetividade não acontece somente no registro da representação teórica e ideológica porque essas são inseparáveis da *práxis social* dos sujeitos e das condições de produção dessa *práxis*, entendida como formas de “perceber o mundo, de se articular com o tecido urbano, com os processos maquínicos do trabalho, com a ordem social suporte dessas forças produtivas” (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 26). Nessa perspectiva, os autores consideram que os movimentos de emancipação devem levar em conta que a mudança social macropolítica está organicamente relacionada à produção de subjetividade, sendo “algo que se busca no próprio movimento” (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 27), com seus recuos, reapreciações e reorganizações de referências.

Nessa direção, o conceito de sujeito na Esquizaanálise pressupõe a dimensão da materialidade histórica e social de sua produção e reprodução, na medida em que tanto a História quanto a Sociedade são construídas pelos seres humanos e sobre eles recaem. Dessa forma, se produz uma ruptura com a concepção abstrata, apriorística e universal da concepção de sujeito como algo da natureza humana e da subjetividade como manifestação de sua interioridade, fundamentada no cogito cartesiano da Ciência clássica que propunha uma conexão direta entre a ideia de subjetividade consciente (consciência subjetiva) e a ideia de indivíduo (existência do indivíduo) (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 31)

Buscando ultrapassar a oposição clássica entre sujeito individual e sociedade, Guattari (1990, p.7) define subjetividade em uma perspectiva polifônica e heterogenética como “o conjunto das condições que tornam possível que instâncias individuais e/ou coletivas estejam em condições de emergir como território existencial auto-referencial, na adjacência ou na relação de delimitação com uma alteridade em si mesma subjetiva”.

Para ele, em alguns contextos sociais e semiológicos, a subjetividade singulariza-se, uma pessoa se posiciona no seio da multiplicidade de relações de alteridade regidas pela família, pelo Estado, pelas leis, pelas instituições; em outras condições, a subjetividade se faz coletiva sem se tornar exclusivamente social. Sendo assim, a “subjetividade é essencialmente

fabricada e modelada no registro do social” (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 31) em suas múltiplas formas de produção.

Nesse sentido, os autores contrapõem a noção de sujeito em Freud e o concebem como “agenciamento coletivo de enunciação”, diferenciando-o em relação à “entidade individualizada” (instâncias intrapsíquicas, egóicas, microsociais) e à “entidade social predeterminada” (instâncias macrosociais, ideologias, sistemas de governo). Assim, a subjetividade é produzida por *agenciamentos de enunciação*, sendo radicalmente dissociada do conceito de indivíduo que não se configura como um referente para os *processos de subjetivação*. Esses implicam nas máquinas de expressão, que são de natureza extrapessoal (sistemas econômicos, sociais, tecnológicos, midiáticos etc.) e de natureza infrapessoal (sistemas de percepção, sensibilidade, afeto, corporais, desejo, representação etc.).

[...] a subjetividade não se situa no campo individual, seu campo é o de todos os processos de produção social e material. (...) o modo pelo qual os indivíduos vivem essa subjetividade oscila entre dois extremos: uma relação de alienação e opressão, na qual o indivíduo se submete à subjetividade do modo como a recebe, ou uma relação de expressão e de criação, na qual o indivíduo se reapropria dos componentes da subjetividade, produzindo um processo que eu chamaria de singularização (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 32-33).

Apropriando-nos do conceito de *agenciamento* como produtor de subjetividade e de realidade social, podemos pensar o processo de intercessão como um dispositivo com potência de impulsionar a produção de subjetividade, produzindo, também, sujeitos que possam singularizar e se apropriar dos componentes de subjetividade presentes no discurso da inclusão social no trabalho produtivo; tanto na micropolítica existente no CAPS onde são atendidos, como no campo macropolítica da articulação entre as políticas públicas de Saúde Mental e Economia Solidária.

Tais políticas públicas têm como centralidade o ser humano e seus direitos sociais e políticos. Em função disso, a produção de conhecimento, nesse campo, carece de um paradigma no qual se busca conhecer e analisar a realidade sem a intenção de categorizá-la. Requer a utilização e a construção de recursos metodológicos pautados pela dialogia entre sujeitos, por isso lançamos mão da dimensão da *transição paradigmática* e da *complexidade* para lidarmos com as contradições e a multidimensionalidade presentes neste intenso universo psicossocial e político.

As reflexões apresentadas fundamentam a construção do Dispositivo Intercessor como intercessão-pesquisa em suas duas inscrições – como *práxis* de intercessão (DI) e como *meio* de produção de conhecimento (DIMPC).

Nesse sentido, apresentaremos, nos dois próximos capítulos, a *práxis produtiva* construída pelos sujeitos da experiência da loucura enquanto trabalhadores em um coletivo de trabalho autogestionário, que configurou o campo de intercessão, em que foi possível a realização do DI como *práxis de intercessão* do intercessor encarnado; para, posteriormente, tomarmos o DIMPC como uma *práxis universitária* (teórica) do intercessor-pesquisador, que aconteceu a posteriori de sua atuação com os sujeitos da *práxis* no campo de intercessão, embora ainda interligada a essa.

CAPÍTULO III – “ARTE EM OFICINA”: O FAZER-SABER DOS SUJEITOS DA PRÁXIS PRODUTIVA COMO CAMPO DE INTERCESSÃO E A PRÁXIS DO INTERCESSOR ENCARNADO

É fundamental distinguir a intercessão como ação de um operador (intercessor encarnado) e a intercessão como campo; pois, conforme fica claro desde a Psicanálise e Análise Institucional até a filosofia deleuziana dos intercessores, o primeiro operador é função do campo de intercessão com sua dinâmica e não o inverso. Ou seja, jamais se pode pensar o DI/DIMPC concebendo um campo de intercessão originado na ação do intercessor-pesquisador

Pereira, 2011.

O campo de intercessão é a dimensão a ser considerada neste momento, em sua importância como operador na produção da função de intercessor encarnado, experienciada por mim, no contexto da dinâmica de nascimento/constituição de uma *práxis* produtiva por alguns dos sujeitos da experiência da loucura atendidos pelo CAPS I da cidade de Nova Esperança/PR. Tal empreendimento se dará através da narrativa e reflexão sobre os acontecimentos e agenciamentos desse processo, levando-se em conta a multirreferencialidade que lhe é inerente pela complexidade cotidiana constituída pelo interjogo entre suas dimensões singulares, grupais, coletivas, institucionais e organizacionais nos campos psicossocial, econômico, político e cultural da relação entre loucura e trabalho.

Sendo a temática dessa tese o encontro da loucura com o trabalho na ECOSOL, no contexto de um CAPS como um dispositivo da SM, a busca pelo campo aconteceu por meio de um processo de formação sobre esse tema para trabalhadores e gestores locais da política pública da SM nos municípios da Regional de Saúde de Maringá. No final do curso, informei sobre o meu projeto de pesquisa de doutorado e me ofereci para desenvolver ações com esse foco em algum CAPS que se interessasse pela proposta, ou seja, me posicionei no campo da oferta de possibilidades e não da resolução de problemas. Uma assistente social e um auxiliar administrativo que participaram do curso me convidaram a conhecer o CAPS de Nova Esperança e apresentar a proposta à sua equipe.

O primeiro contato com a equipe do CAPS aconteceu através de uma reunião, em Nova Esperança, no dia 12/03/10. Estavam presentes a coordenadora do CAPS, a auxiliar de enfermagem (responsável pela OT naquele momento), o auxiliar administrativo (assistente social concursado que assumiu o cargo posteriormente), a assistente social (que me convidou para o trabalho e foi transferida, posteriormente, para a Assistência Social), a enfermeira e coordenadora da Estratégia de Saúde da Família (ESF) e a Secretária Municipal de Saúde do Município.

A coordenadora do CAPS mostrou alguns trabalhos feitos pelos sujeitos da experiência da loucura nas oficinas (enfeites feitos com latinhas de metal que foram pintadas por eles e ornamentadas pela equipe do CAPS para uma festa da terceira idade); além de uma boa quantidade de produtos que estava guardada no armário da sala – tapetes de tiras de tecido, caixas de madeira pintadas e decoradas que não sabem como comercializar. Comentou que fizeram bandejas de madeira que foram todas vendidas entre a equipe e pessoas próximas e informou que recebem matéria-prima para os tapetes de uma confecção de roupa íntima, localizada em uma cidade próxima.

Sobre a comercialização desses produtos, as possibilidades eram mínimas porque não existe feira de artesanato na cidade. Em outra cidade vizinha, o CAPS tem uma barraca para comercialização dos produtos das oficinas terapêuticas (OTs) em uma feira. A proposta era conseguir um espaço de comercialização dos produtos do trabalho dos sujeitos da experiência da loucura nas OTs do CAPS na feira do produtor de Nova Esperança, através de uma barraca que seria cedida pelo Programa do Voluntariado Paranaense – PROVOPAR. Para mim, tal iniciativa se apresentou como algo a ser discutido com a equipe, em função da produção nas OTs ter como finalidade o cuidado de si e não o intercâmbio no âmbito do mundo da produção.

É possível perceber que na proposta havia uma encomenda endereçada pela coordenação do serviço relacionada à comercialização da produção excedente das OTs, o que propiciaria que o próprio CAPS gerasse recursos para a manutenção dessas. Não vimos o interesse pela criação de um projeto com foco na inclusão social no trabalho produtivo a partir, por exemplo, da constituição no serviço de oficinas de geração de trabalho e renda (OGTR), como assim denomina a Área Técnica da SM no Ministério da Saúde.

Caso fosse isso mesmo, poderia acontecer um desinteresse pela proposta que eu apresentaria e, nesse caso, seria apenas uma atividade desenvolvida por mim sem inserção no coletivo das ações da equipe e, muito menos, no projeto terapêutico dos que por ela são atendidos. Para que isso não acontecesse, seria preciso, tendo como norte a dimensão ético-

política do intercessor encarnado, encontrar brechas no discurso oficial da equipe e do poder local, buscando saber da possibilidade de produção de uma demanda social por uma ação institucional que tivesse como foco o trabalho dos sujeitos da experiência da loucura para além da OT.

O serviço, naquele momento, sofria com a ausência de profissionais na equipe, como oficinairos e terapeuta ocupacional, que aguardavam ser convocados após concurso público. Nessa situação, quem realizava as OTs era uma auxiliar administrativa e uma estagiária do curso de pedagogia.

Apresentei à equipe algumas considerações a respeito do projeto de pesquisa que gostaria de desenvolver tendo como foco a questão do trabalho na perspectiva da ECOSOL, junto às pessoas atendidas pelo serviço. Claro, se essas tivessem interesse por essa perspectiva. Nesse sentido, a proposta seria contribuir com o serviço, construindo, com a equipe, uma metodologia para a realização das OGTRs norteadas pelas ações de produção, distribuição e consumo do que fosse produzido pelos seus participantes e que se apoiava, como referência, nas ações em curso no âmbito do intercâmbio entre SM e ECOSOL desde 2004 no Brasil. Nesse caso, as oficinas poderiam incluir, também, outras pessoas que não seriam atendidas pelo CAPS, conforme preconiza a Psiquiatria Democrática Italiana.

Na ocasião, provoquei os presentes a refletirem sobre a possibilidade de ir para além do trabalho como construção de si (terapêutico), caminhando na direção da busca de autonomia através do trabalho produtivo que possibilitasse a geração de renda para os seus participantes. Propus, então, a discussão sobre a organização coletiva, solidária e autogestionária dessa produção através da constituição de uma OGTR enquanto um dispositivo em que se poderia produzir para a comercialização (trabalho para o intercâmbio) e, caso seus participantes quisessem, esses poderiam constituir um coletivo de trabalho autogestionário.

Considereei que a questão do trabalho produtivo está inserida na PNSM no Brasil que, em seu processo de institucionalização, define três eixos organizadores que são: 1) A retaguarda assistencial, representada pelos diversos tipos de CAPS, com a tarefa de substituir integralmente os Hospitais Psiquiátricos, no que tange à atenção integral dessas populações em seu território de existência; 2) A retaguarda de moradia (Sistema de Residências Terapêuticas) e de reparação econômica (“De Volta para Casa”), voltadas aos ex-moradores de Hospitais Psiquiátricos; 3) As ações de (re) inserção social para o mundo do Trabalho.

Um dos dispositivos de concretização do terceiro eixo, no âmbito do dispositivo CAPS, é a OGTR, segundo a qual o trabalho, para além de uma função terapêutica de

produção de autonomia, se constitui como um direito humano. No CAPS de Nova Esperança, não eram realizadas OGTRs, de modo que a discussão sobre a inserção social pelo trabalho era incipiente e a equipe também não possuía muita informação sobre o processo de intercâmbio entre SM e ECOSOL, em curso no Brasil desde 2004 - importante apontar que esse CAPS foi fundado no ano de 2007.

Com a aceitação, após apresentação e discussão do projeto pelos envolvidos no processo (nesse momento ainda não estavam incluídos os sujeitos da experiência da loucura), configurou-se o aceite pela equipe de Saúde Mental e pelo Poder Local da possibilidade por mim oferecida. Entretanto, esse ainda não era o campo de intercessão, que seria configurado, *a posteriori*, pelos sujeitos da *práxis* – os possíveis sujeitos da experiência da loucura e outros que quisessem participar do projeto.

Tendo em vista que é a relação do intercessor com o saber que demarca o modo como esse realiza sua entrada no campo de intercessão, percebi que, na relação institucional com a equipe de SM e a representante do poder público local, lancei mão de um saber referenciado pela instituição Universidade e pela função por mim desempenhada como docente e pesquisadora em processo de formação. Nessa direção, é possível considerar que a estratégia de inserção utilizada não se configurou como uma oferta de possibilidade por se localizar no âmbito do Discurso Universitário. Por isso, a relação inicial com a equipe e o poder local nos pareceu não ter potência de vir a constituir um campo de intercessão que produziria a função de intercessor encarnado.

Na segunda reunião com a equipe, em 19/03/2010, convidei para participar um Administrador de Empresas e mestre em Ciências Sociais com atuação em processos de incubagem e de formação em ECOSOL, que se interessou em acompanhar o possível grupo, junto comigo, na construção de sua autogestão. Estavam presentes a assistente social, a coordenadora do CAPS, o auxiliar administrativo e duas assistentes sociais que atuam no CRAS e que desenvolvem ações no campo da inclusão produtiva, sendo uma delas a qualificação profissional (o que é interessante no caso de haver demanda de qualificação por parte dos usuários). A coordenadora da ESF e a Secretária de Saúde não puderam participar.

Quando perguntei se haviam pensado a respeito da realização do projeto de pesquisa, houve um silêncio inicial e a assistente social me mostrou um pedaço de folha de papel com questões elaboradas pelo auxiliar administrativo que, posteriormente, assumiu o projeto na função de assistente social. Entendi, então, que não houve uma conversa coletivizada a respeito do assunto. Questões como: 1) Quem seria o público alvo? 2) O que caberia aos serviços? 3) Onde os usuários trabalhariam e como viabilizar o projeto?

Em relação à primeira questão percebi que, para a coordenadora do CAPS, o público alvo seria os *usuários*¹¹ do CAPS. Então, questionei se seria possível a participação, no empreendimento, de pessoas não atendidas pela SM. Não me pareceu que isso era consenso entre a equipe, mas ficou “no ar” a possibilidade de serem os *usuários* tanto da SM, como da AB, como do CRAS. A respeito da segunda questão, considerei a importância de se construir uma rede de apoio ao possível empreendimento antes de deflagrar qualquer ação junto aos *usuários* e perguntei quais os dispositivos que a cidade possuía que poderiam compor essa rede. A priori, a rede seria composta pelos três serviços – CAPS I, AB e CRAS – em uma perspectiva de intersetorialidade.

Cogitei o Gabinete do Prefeito e outras secretarias da prefeitura, a associação comercial, se havia conselho municipal do trabalho e ações de qualificação pelo Estado, alguma ONG que comercializa produtos, mas disseram não acreditar que poderiam receber apoio das instituições elencadas. Questionaram a respeito do recurso para o início do empreendimento pelos *usuários*. Como não existe perspectiva de financiamento pelo Estado, considerei que ou viria de cada um, no formato de cota-parte, ou poderia ser levantado através de iniciativas comunitárias – bazares, bingos, almoços, rifas. Nesses primeiros tateantes momentos com os trabalhadores das políticas públicas e o poder local, ainda não havia sido constituída a função de intercessor encarnado, visto que estávamos gestando algo *para* os *usuários* e não *com* eles.

Nesse sentido, introduzi a questão de que a primeira ação seria conhecer a história de vida de trabalho dos sujeitos da experiência da loucura e seus projetos relacionados a esse tema antes de se tomar qualquer decisão a respeito de *o que* e de *como* fazer. Além disso, como esse seria um passo à frente na questão da inclusão social no trabalho produtivo, a OT, como espaço onde o trabalho tem uma função terapêutica de busca de autonomia, não poderia ser, também, o espaço da produção para o intercâmbio/comercialização. Portanto, seria importante construir outro momento para que a questão do trabalho fosse vivenciada como um direito e não somente como terapêutico, sendo que a atividade produtiva a ser desenvolvida seria definida pelos sujeitos da experiência da loucura e os demais participantes a partir do trabalho de constituição do grupo que seria realizado.

Considerei, ainda, a importância da formação da equipe na temática SM e ECOSOL, que poderia ser oferecida através de um curso de extensão realizado pelo administrador de

¹¹ O termo *usuário* será utilizado quando se tratar da prática discursiva da equipe de SM e da supervisora do CAPS contratada pelo MS. Quando se tratar de minha própria fala, será utilizado o termo sujeitos da experiência da loucura, explicitado na introdução desta tese.

empresas e por mim como preparação para a constituição da rede de apoio aos possíveis EES. O curso foi oferecido no período de 18/06/2010 a 30/07/2010, totalizando 16 h/a, na Casa de Cultura do Município de Nova Esperança/PR. Teve a participação de 16 (dezesseis) pessoas: profissionais da AB – coordenadora, enfermeiros, agentes comunitários de saúde; da AP – assistente social, psicóloga, enfermeira e auxiliar administrativo; da Assistência Social (CRAS) – assistente social e psicóloga; e de uma profissional da saúde recém-formada interessada no tema.

Sua principal contribuição foi trazer, para a cena da política pública de SM (AB e AP) e da Assistência Social (CRAS), a discussão sobre o trabalho dos sujeitos da experiência da loucura no contexto da ECOSOL. Fomentou-se, assim, a reflexão sobre a pertinência da participação dos trabalhadores e gestores públicos como sujeitos protagonistas da criação no município de ações intersetoriais (saúde, trabalho, assistência social, educação, justiça) de apoio e acompanhamento de possíveis EES organizados pelos sujeitos da experiência da loucura atendidos pelos serviços de SM que também são *usuários* de outras políticas públicas no município.

O conhecer a história de vida de trabalho e os sonhos de ser trabalhador dos sujeitos da experiência da loucura e a formação, mesmo que inicialmente pedagógica, dos trabalhadores das políticas públicas são ações táticas em duas pontas que poderiam vir a convergir quando da concretude da constituição de um projeto de geração de trabalho e renda. Por isso, entendi muito cedo que a expectativa de fomentar uma ação coletiva dos profissionais das políticas públicas em torno da questão da inclusão social no trabalho produtivo seria algo mais a longo prazo. Para isso, seria necessário existir, primeiro, uma experiência concreta de trabalho coletivo e autogestionário que, por ela mesma, demandasse algo aos serviços, provocando-os ao diálogo e à negociação. Aqui, comecei a me dar conta da possibilidade da construção de um campo de intercessão pelos sujeitos da experiência da loucura que poderiam endereçar uma demanda ao intercessor encarnado como alguém com potência de lhes oferecer uma possibilidade.

3. 1 A OFERTA DE POSSIBILIDADE – DA OFICINA TERAPÊUTICA À OFICINA DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

Realizadas as pactuações necessárias, iniciou-se o processo junto aos sujeitos da experiência da loucura. O ponto de partida foi a minha participação nas OTs, promovendo conversas informais sobre a história de vida de trabalho dos que estavam presentes e

convidando-os a participar das OGTR que aconteceriam em horário alternativo ao das OTs – às sextas-feiras, das 13h30min às 15h00min, com periodicidade quinzenal - que, com o tempo, passou a ser semanal.

O primeiro contato com os sujeitos da experiência da loucura atendidos no CAPS aconteceu no dia 24/08/2010. Desde o começo do processo, havia pensado e decidido por criar um espaço de diálogo e reflexão sobre o trabalho dentro do CAPS – uma oficina onde se pudesse conversar, pensar, refletir e projetar a respeito do trabalho como possibilidade de troca, de construção de contratualidade social e, quem sabe, de geração de renda. Assim, convidei a assistente social que aceitou *tocar* a oficina junto comigo e, prospectivamente, dar-lhe continuidade depois de terminada a minha contribuição. Ao associar o *tocar* à atividade de uma orquestra, talvez o maior trabalho fosse o *ensaio* e não a *regência* do processo.

Alguns faziam tapetes, cachecóis e tapetes de crochê, enquanto os demais observavam e participavam da conversa. Eu estava aparentemente tranquila, cumprimentei a todos sem me identificar e fui até as pessoas da equipe para cumprimentá-los e conversarmos um pouco antes de me apresentar. Fui apresentada pela coordenadora do CAPS, que não mencionou o fato de eu estar ali por conta do meu doutorado; também não falei sobre isso, mas sobre o meu interesse em conhecer mais sobre o trabalho desenvolvido no CAPS e contribuir com a discussão sobre a questão do trabalho das pessoas que são atendidas na SM, esboçando, dessa maneira, minha predisposição como uma oferta de possibilidade.

Não havia preparado nada, tampouco me organizado afetiva e cognitivamente para aquele momento. Fui deixando acontecer e, em alguns momentos, ao me sentir fora do tom, fui buscando a sintonia enquanto a conversa acontecia. Minha ansiedade aparentemente oculta apareceu, mas a acolhi porque não sabia mesmo o que poderia acontecer e isso, na maioria das vezes, é ansiógeno.

Na procura por assunto, falei sobre as experiências relacionadas à discussão sobre o trabalho como um direito que vem acontecendo no Brasil, dentro e fora dos CAPS. Explicitiei que minha presença ali tinha como objetivo contribuir com o CAPS nessa discussão junto com eles e que, para isso, gostaria de propor outra forma de oficina para conversar sobre essa questão do trabalho na vida deles. Essa seria na sexta-feira à tarde no CAPS, no horário em que estão acostumados. Percebi que essa proposta mais específica sem antes escutá-los foi precipitada, porque delimitava a forma sem conhecer a dinâmica social do grupo, assim como sua possível demanda social.

Por não sentir muito interesse da parte deles, resolvi perguntar sobre a atividade que estavam desenvolvendo na oficina – crochê, cachecol, escolhendo retalho... A partir disso, fui

falando sobre as habilidades que cada um tem para desenvolver algum tipo de trabalho e as que eu teria dificuldade para desenvolver a não ser que me preparasse para fazer algo que eu quisesse aprender. Aproveitei a deixa e quis saber se alguém ali gostaria de aprender alguma coisa. Apenas uma pessoa manifestou sua vontade de aprender a fazer tapete arraiolo; os demais e, principalmente, os que recebem benefícios e são aposentados, disseram que não.

Então, resolvi saber sobre onde haviam trabalhado na vida. Fiquei impressionada como muitos queriam falar ao mesmo tempo, todos participaram e contavam animadamente suas histórias. Eu já havia vivido essa experiência em outro CAPS quando aconteceu algo parecido em relação ao trabalho, o que me faz pensar na centralidade e importância dele na vida do ser humano adulto, seja qual for sua condição existencial. Nessa direção, podemos pensar o trabalho como produtor do *Homo Faber*, sendo este uma extensão do *Homo Ludens* do brincar e do jogar.

Apenas uma pessoa nunca havia trabalhado. Todos deixaram de trabalhar em função da experiência do crise e do afastamento ou da aposentadoria por invalidez pelo diagnóstico de incapacidade para o trabalho. Essa é uma característica particular desses sujeitos e de outros que estão em situação de desvantagem social, a ser considerada radicalmente na relação entre loucura e trabalho na atual conjuntura brasileira, inserida no mundo da economia de mercado.

Dentre os presentes, a grande maioria trabalhou com carteira assinada no meio rural e em empresas. Uma das presentes havia sido professora universitária no curso de Psicologia, atividade que foi interrompida após o primeiro surto, quando fazia doutorado (informação que me foi repassada pela coordenadora do CAPS, a quem eu disse que esperava não ter que passar por isso).

Apreendi que existe uma atividade que consiste em “limpar o tronco” do pé de café que, no final da colheita, fica cheio de folhas e essas têm que ser retiradas, por atrapalharem a nova safra (muito bonito ver o senhor me contar sobre esse trabalho com toda a sua dificuldade em articular a fala). Apreendi, também, como se cultivava mandioca, após eu ter perguntado se era com semente. Sei muito pouco sobre o meio rural e muito menos sobre crochês, tricôs e tapetes e os fiz rir com as minhas perguntas realisticamente ignorantes; o exercício da noção de “ignorância douda” fez todo sentido no encontro com o saber popular sem ter como referência o conhecimento científico.

A enfermeira me lembrou de dizer que mesmo as pessoas aposentadas e que recebem benefícios, se quisessem, poderiam participar da oficina de sexta, porque isso não atrapalharia a continuidade do recebimento. Essa ainda é uma grande questão, já que, caso haja alguma

denúncia por conta da participação dessas pessoas em um EES, elas podem sim perder o benefício e até mesmo a aposentadoria. Informei a todos que, nesse momento, após a Conferência Temática de Cooperativismo Social, estava em discussão no movimento da Luta Antimanicomial a mudança na Lei das Cooperativas Sociais para garantir, além da continuidade do benefício para quem delas participar, a participação de pessoas que não estão em vulnerabilidade não como voluntários, mas como cooperados.

Entretanto, isso me deixou preocupada, porque a cidade é de pequeno porte e aconteceu um caso de denúncia de um senhor aposentado por invalidez que fazia “bico” e teve problemas com o INSS. Senti a minha responsabilidade em relação a essas pessoas e a precariedade ainda da discussão política sobre a redefinição da lei das cooperativas sociais. Por isso tudo, entendi que seria preciso ir devagar e ver junto com eles qual seria o melhor caminho. Para tanto, precisaria segurar minha *energia revolucionária* e exercitar minha *paciência histórica*, como dizia Silvia Lane. Uma concessão tática para atuar na “lei” até que seja estabelecido outro pacto social no campo da relação entre loucura e trabalho.

No primeiro encontro comigo, a assistente social e a enfermeira, em 10/09/2010, ainda nomeado como OT, vieram sete pessoas atendidas no CAPS, sendo duas mulheres e 05 homens. Dentre esses, três haviam participado da conversa anterior. Para eles, me pareceu tranquilo falar sobre sua relação com o sofrimento psíquico e sobre o preconceito que sofrem, principalmente por morarem em uma cidade de pequeno porte, onde todos sabem da vida de todos. Fizemos uma roda para que cada um se apresentasse e falasse sobre o que pensa sobre o trabalho – todos afirmaram sua importância para o ser humano e a desvalorização que tem acontecido. Comentaram, também, sobre as atividades do cotidiano que não são consideradas socialmente como trabalho (trabalho doméstico); sobre as coisas boas e as dificuldades de se relacionar em situação de trabalho (não são só *mil maravilhas*); sobre pessoas que ainda trabalham como escravas na região – sendo que uma delas citou que havia trabalhado sem receber salário, apenas comida, durante a vida toda; sobre o fato de ser reconhecido pelo seu trabalho como algo que o torna feliz; sobre a precariedade do trabalho, mesmo quando é formal e seus embates políticos com o empregador; sobre a perda do trabalho por conta do sofrimento psíquico e o sofrimento e incômodo que isso causa por ter que ficar afastado do trabalho e só dentro de casa; sobre o trabalho como forma de consumir coisas como roupas; sobre o não acesso ao trabalho, por conta das dificuldades advindas do sofrimento psíquico na adolescência; sobre a vontade de voltar a trabalhar, embora isso não seja possível em decorrência da aposentadoria por invalidez.

Além de impactar sobre o trabalho, o sofrimento psíquico também impacta nos relacionamentos afetivos – pessoas que foram abandonadas ou querem abandonar seus cônjuges; que não conseguem se casar por conta do sofrimento psíquico – a família da namorada que não aceita o casamento com alguém nessa condição.

Todos participaram da roda, inclusive os profissionais dos serviços que, no início, pareciam assustados com a proposta, mas depois aderiram. Na ocasião, eu relatei minhas experiências relacionadas ao desemprego e ao meu encontro com a ECOSOL. Ao final, aproveitei o cartaz do CAPS sobre a Rede de AP para falar da presença da dimensão trabalho no atendimento dos que frequentam o CAPS como um dos elementos do seu projeto terapêutico singular. Por isso eu estava presente no CAPS, para criarmos um espaço de conversas desse tema e, quem sabe, de projetos pessoais e coletivos relacionados ao trabalho.

No segundo encontro, dia 24/09/10, estavam presentes cinco pessoas, atendidas no CAPS, e dois técnicos – a assistente social e o auxiliar administrativo. Foi importante fazer a memória do encontro anterior para duas das pessoas que não haviam comparecido naquela data. Todos participaram do processo, inclusive os técnicos e eu.

As questões centrais da conversa giraram em torno do uso do medicamento, do incômodo que causa e da esperança de poder parar de usá-lo um dia, apesar do médico dizer que será para o resto da vida. Alguns questionamentos foram feitos a respeito do formato do empreendimento que poderá vir a ser formado: seria uma cooperativa? No caso de alguns serem aposentados por invalidez ou receberem benefícios da assistência social (BPC e outros) e virem participar do projeto, perderiam a aposentadoria e o benefício?

A assistente social sugeriu que discutíssemos melhor sobre esse último assunto na próxima OT e fiquei responsável por levantar informações sobre como as pessoas que compõem as experiências que eu conhecia lidavam com essa questão.

Fizemos uma rodada de conversa sobre o que já sabiam fazer: trabalhar na roça apanhando cana, mas hoje não pode trabalhar porque recebe o benefício; fazer queijo e vender na feira – tem o equipamento até hoje; trabalhar com solda (em empresa com carteira assinada) – tem o equipamento que está com o irmão; vender roupa na região; ajudar a mãe em casa lavando louça, arrumando e limpando a casa, mas não gosta de lavar banheiro; aprendeu sozinho a montar e desmontar bicicleta e ajuda a mãe em casa e lava banheiro.

Comentamos sobre as possibilidades existentes no grupo para se pensar em alguma atividade produtiva a ser desenvolvida dependendo do projeto a ser construído por eles, das pessoas que trabalharão nele, do local onde trabalharão e quem seriam as pessoas que poderiam se interessar pelo que eles irão oferecer. Essa é uma chamada à realidade para

refletir que existem muitas coisas a se pensar antes de começar a produzir algo. Seria no CAPS ou fora dele? É uma oficina ou não?

Alguém lembrou que sendo oficina não há problema, porque tem que levar uma declaração para o médico perito confirmar que participa das atividades do CAPS, como documento que garante o recebimento do benefício. Um dos participantes disse que não participará da feira para não ser identificado como alguém que é atendido no CAPS e, por conseguinte, sofrer preconceito na cidade. Outros comentaram que sofrem preconceito por serem atendidos no CAPS.

Mostraram-me os trabalhos que fizeram nas OTs e seriam expostos na feira regional que aconteceria em outubro – tapetes de retalhos, panos de prato com *patchwork*, caixas de madeira decoradas e outros. Lembramos que a comercialização dos produtos feitos nas OTs gera recursos que são investidos na compra de material para as próprias oficinas. Tal questão não foi problematizada, nesse momento, porque parece algo institucionalizado pelos CAPS da região. Por iniciativa de Nova Esperança, criou-se, em 2010, uma feira regional para divulgar os serviços e comercializar os produtos do trabalho dos *usuários* nas OTs.

No caso do empreendimento, o dinheiro arrecadado com as vendas seria para pagar as despesas com o custo da produção e para compra de mais matéria-prima, sendo o restante distribuído entre os que participaram da atividade produtiva. O auxiliar administrativo comentou que, no Geração Poa, projeto de articulação SM e ECOSOL em Porto Alegre/RS, os trabalhadores recebem pelo tanto que participaram da produção e quando alguém está em crise e não pode trabalhar ele continua recebendo a sua parte até que volte ao trabalho.

Vimos novamente a centralidade do trabalho na vida deles, mas, é claro, ainda marcada pelo modo de subjetivação capitalístico do trabalho no formato do emprego. Por isso, nos pareceu mesmo que a primeira ação seria fomentar a constituição de um grupo em torno de uma tarefa, de um projeto em comum, sendo o trabalho o seu eixo mediador.

Nesse sentido, uma questão importante começou a ser delineada a respeito da configuração de qual coletivo poderia endereçar uma demanda social por um intercessor. Em função de minha disponibilidade de horário, definimos que o encontro comigo aconteceria somente às sextas-feiras à tarde e, como não faço parte da equipe do CAPS, o horário da sexta não compõe institucionalmente as atividades desenvolvidas pela instituição.

Refleti, entretanto, que essa atividade extra-projeto terapêutico personificada na minha presença não seria uma boa forma de inserção para um intercessor. Além disso, a discussão e a implementação de ações com o foco na geração de trabalho e renda como um dos eixos da inclusão social no trabalho não é uma tarefa minha, mas sim do serviço de SM. Assim, era

preciso redefinir esse pertencimento antes que sofresse um processo de institucionalização dessa maneira – a oficina da Márcia que acontece por conta do seu doutorado. Já havia me questionado sobre isso, mas ainda não havia me dado conta da importância de uma mudança nessa incipiente contratualidade com a instituição, na busca pela construção do DI e do intercessor encarnado nas etapas da produção de *práxis*.

Nessa direção, denominei, perante os participantes dos primeiro encontros e a equipe do CAPS, que essa atividade comigo seria uma Oficina de Geração de Trabalho e Renda (OGTR) na tentativa de nomear essa experiência no registro psicossocial das atividades do CAPS, deslocando-a do lugar que lhe fora atribuído como minha ação de pesquisa.

Dessa maneira, passei a discutir com a assistente social, a enfermeira e o auxiliar administrativo a respeito da constituição de um projeto para as OGTR no CAPS, uma responsabilidade da equipe pelo fato da inserção social no trabalho ser o terceiro eixo da RP Brasileira, com o qual eu poderia contribuir. Por ainda não existir a intersectorialidade necessária entre as políticas públicas municipais naquele momento, a constituição de uma iniciativa de geração de trabalho e renda dentro do CAPS seria um passo tático que poderia produzir demandas que forjariam a criação de ações nos campos das políticas de Assistência Social, do Trabalho, da Justiça e da própria Saúde.

A intenção primeira era refletir sobre a OGTR e sua inserção no projeto terapêutico singular dos que são atendidos por eles. Levei a publicação do MS sobre as discussões que aconteceram no encontro de 2004 sobre Oficinas de geração de trabalho e renda que tem como título: *Saúde Mental e Economia Solidária – inclusão social pelo trabalho*. Concentramo-nos na mesa de relatos sobre algumas das experiências em curso no Brasil e, em especial, em como cada serviço constrói sua forma de intervenção no campo do trabalho junto com os que atendem. Nesse evento, essas iniciativas foram denominadas de OGTRs, que mesmo compondo o projeto terapêutico são diferenciadas das OTs em relação ao foco da atividade, aos objetivos e metodologias utilizadas.

Por isso, combinei com a equipe que elaborassem um projeto com esse enfoque para posterior discussão entre nós como instrumento de planejamento das atividades antes de deflagrar qualquer processo institucionalizado com enfoque no trabalho enquanto direito. Isso implicaria em identificar, a partir do projeto terapêutico singular de cada pessoa atendida, quem estaria no momento de dar um passo à frente no processo de inclusão social. Melhor dizendo, quem estaria com *pulsão desejante* de se relacionar com o mundo do trabalho e de estabelecer outra contratualidade social consigo mesmo, com a família, com o CAPS e com a cidade. Uma tarefa muito delicada, em que se poderia cometer muitos equívocos - por isso

requeria uma discussão no âmbito da própria SM, da clínica ampliada e da dimensão política da inclusão social no trabalho produtivo.

As OGTR foram iniciadas no dia 24/09/2010 e terminaram no dia 16/12/2011. Durante esse período, foram realizadas 31 (trinta e uma) OGTRs. Nas primeiras oficinas, participaram de 07 (sete) a 11 (onze) participantes. No final do processo, quatro pessoas participaram ativamente e se organizaram coletivamente para a constituição de um projeto de geração de trabalho e renda a ser desenvolvido dentro do CAPS, onde produzirão estopas de retalhos de tecidos e ganchos para lona de caminhão.

As ferramentas com as quais trabalhei foram a cartografia, o diário de campo e o grupo operativo (que também lancei mão quando do trabalho de campo no mestrado) com a escuta do processo grupal. Todas elas apresentadas quando tratei sobre o dispositivo intercessor.

O caminho foi sendo construído no contexto das possibilidades existentes em cada momento da oficina e através da escuta das histórias de vida de trabalho e de outras, assim como das ideias sobre atividades produtivas que poderiam ser desenvolvidas. No início, o grupo era aberto aos que estivessem interessados em participar daquele espaço naquele dia, mas, com o tempo, configurou-se em um processo grupal em torno da dimensão trabalho e da possibilidade de vir a ser um trabalhador, desenvolver uma atividade produtiva sem ser empregado de alguém e gerar alguma renda para si mesmo. Tal questão demarcou uma identificação de alguns com o projeto e a desistência de outros, que apareciam vez ou outra podendo participar da oficina; até que o grupo definiu qual seria o seu projeto coletivo e passou a prospectar suas ações e a realizá-las conjuntamente, ou seja, quando se tornou um coletivo de trabalho, embora ainda em processo de construção de sua autogestão.

Com essa introdução, compusemos o campo da ação que será mais bem descrito através das narrativas que serão agora apresentadas.

No dia 24/09/2010, realizamos a primeira OGTR. Nesse mesmo dia, conheci a psicóloga supervisora da equipe do CAPS, contratada pelo Ministério da Saúde/Coordenação da Área Técnica da SM a partir da demanda da própria equipe que estava desenvolvendo grupos operativos com os *usuários*. Além disso, recebi a informação sobre uma ideia que a Secretária de Saúde do município teve a respeito de uma possível atividade a ser desenvolvida pelos *usuários* para gerar renda – a produção de ganchos para lona de caminhões e carretas. O marido dela, que criou artesanalmente uma máquina que produz esses ganchos de maneira muito simples com material barato e de fácil manuseio, se dispôs a doá-la ao grupo e a treiná-los a fazer os ganchos.

A questão colocada pela equipe era como apresentar isso para os trabalhadores que são atendidos no CAPS e onde essa atividade seria desenvolvida: nas OTs ou na OGTR? O que foi discutido é que sendo na OT, mesmo tratando-se de uma atividade rentável, os recursos gerados pelo trabalho dos seus participantes seriam investidos na própria oficina e em outras atividades do CAPS como passeios, por exemplo. O que, para mim, manteria a dimensão do trabalho enquanto terapêutico sem produção de autonomia e não avançaria na direção do trabalho enquanto um direito humano.

Caso essa atividade produtiva fosse sugerida para a OGTR sem antes haver uma discussão com seus participantes e a contextualização desse processo de inclusão social no trabalho produtivo, isso poderia matar a possibilidade de construção de autonomia e emancipação por parte dessas pessoas, por ser algo de fora para dentro do possível grupo e não uma construção coletiva dele mesmo.

Diante do impasse, fomos até a Secretária de Saúde conhecer o produto e seu processo de produção. A ideia nos pareceu realmente viável economicamente: tem um processo produtivo simples que seria ensinado pelo próprio criador da máquina que faz o gancho com arame galvanizado e plástico que o reveste, o custo do material é baixo e a máquina será doada ao CAPS. Entretanto, demanda a participação de poucos trabalhadores e a organização do trabalho se pautaria pela divisão de tarefas, que mesmo não sendo muito complexas envolvem certo grau de coordenação motora fina, o que implicaria na dificuldade de alguns em participar da produção. Além disso, como já foi dito, a atividade produtiva em si não seria fruto da construção de um projeto coletivo e a organização do trabalho já estaria previamente determinada pela relação com a máquina que produz o gancho e a divisão social das tarefas.

Consensuou-se que a ideia era boa, mas somente seria apresentada após um processo amplo de discussão junto aos participantes da OGTR. Combinamos, também, que seria discutida, com toda a equipe e a psicóloga supervisora do MS, a questão do encaminhamento para a participação na OGTR a partir do projeto terapêutico singular das pessoas atendidas no CAPS.

Na oficina do dia 11/11/10, conversamos sobre as ideias que as pessoas presentes no grupo consideravam possíveis de serem desenvolvidas como atividade de trabalho para a geração de renda. Coloquei que quando temos uma ideia é importante dizê-la, mesmo não sabendo se vai ou não dar certo. Depois das ideias apresentadas e registradas por uma trabalhadora do CAPS, começamos a pensar sobre questões que eles levantaram, como o dinheiro que seria necessário para conseguir fazer o que estava sendo proposto; os equipamentos necessários; a questão de não se saber fazer o que foi proposto e ter que

aprender (quem ensinaria?); quem compraria o que eles estavam pensando em fazer; onde trabalhariam. O lidar com a realidade foi trazido à tona por todos, então comentei que depois da ideia eles estavam considerando a realidade e a possibilidade de dar certo, ou seja, estavam começando a fazer um projeto. Todos participaram e complementaram a fala um do outro.

Nesse dia, estava presente uma pessoa que teve uma participação distinta dos demais; com sua lógica singular, atravessou o processo do grupo com suas demandas para além da discussão sobre o trabalho e suas reflexões filosóficas sobre temas aparentemente desconectados, mas que, em vários momentos, colocou em questão o que estava sendo apresentado por mim e pelos trabalhadores do CAPS.

Durante a oficina do dia 26/11/10, com a participação da psicóloga supervisora pelo MS, retomamos as ideias levantadas no encontro anterior e ampliamos a discussão sobre o que precisaria ser levado em consideração quando se pensa em trabalhar junto e vender o produto do seu trabalho. Os ausentes na oficina anterior puderam dar suas ideias, que também foram discutidas à luz da realidade que as pessoas do grupo conhecem.

Durante a oficina, a participação da mesma pessoa citada anteriormente provocou certo incômodo na equipe e em mim também, desencadeando a questão de quem participaria da OGTR – considerada, por mim, como “um passo à frente” no processo de inclusão social no trabalho. O que implica em um contato mais cotidiano com o mundo do intercâmbio, das trocas, e se dá no contexto da relação com os que trabalham juntos, com a cidade e com as idiossincrasias inerentes a esse processo. Para mim, existe uma diferenciação entre OGTR e OT porque, nesta, o trabalho apresenta a dimensão do cuidado de si, ao passo em que a primeira aponta para o intercâmbio, para as trocas econômicas e sociais no âmbito do território da cidade.

No final da oficina, retomamos o fato de estarmos no momento de ter ideias e de pensar sobre elas a partir da realidade que se conhece e propusemos que os presentes trouxessem alguns produtos que já existem das ideias que eles tiveram, além de pensarem em outras para serem discutidas pelo grupo.

Depois da oficina, em reunião com a equipe e a supervisora do MS, provoquei a discussão sobre se seria importante a realização de encaminhamento para a oficina ou se ela seria aberta a todos os que são atendidos, mesmo que ainda não tenham despertado o interesse pela questão do trabalho. Sendo por encaminhamento, caberia à equipe identificar entre as pessoas que são atendidas pelo serviço quem estaria em condições de compor com o mundo do intercâmbio e pensar o trabalho como possibilidade de novas contraturalidades sociais? Há

algum tempo atrás se dizia que seria o sujeito que estivesse “compensado” e, atualmente, se tem utilizado o termo *estabilizado* em seu tratamento.

Toda essa discussão me remeteu à importância de se manter a *vigilância epistemológica* (DRAWIN, 2009) em relação às antigas práticas de diagnóstico, classificação, discriminação e exclusão, não compatíveis com a dimensão ética, estética e política da Reforma Psiquiátrica e da própria articulação SM e ECOSOL. Evita-se, dessa forma, a prática de *sobreimplicação* (LOURAU, 2004) ao determinar o que seria certo ou errado para aquele contexto, assumindo uma postura *sobre* e não *com* o campo.

Entretanto, a OGTR sendo aberta a todos, poderia acarretar a participação, no grupo, de sujeitos que estão em um processo muito intenso no cuidado de si e que, por isso, não quisessem estabelecer contraturalidades sociais mediadas pelo trabalho. O que poderia interferir no processo de constituição do vínculo grupal e na elaboração do projeto coletivo das pessoas que vislumbassem o trabalho coletivo como possibilidade de intercâmbio social e econômico. Nessa perspectiva, consensuou-se que os interessados em participar da OGTR teriam acesso a essa no contexto do seu projeto e processo terapêutico. Ainda tínhamos dúvidas e lidaríamos com essas no percurso da construção e reflexão sobre a OGTR.

Tais questões provocaram, a posteriori, uma reflexão a partir da proposição de Yasui (Comunicação oral em 22/02/2013) de que a criação de um critério que exclui poderia tornar o mundo do trabalho não acessível ao mundo dos psicóticos graves. No contexto da intercessão, o que pudemos tornar consenso foi a premissa de que participaria do projeto de inclusão social no trabalho produtivo o sujeito que tivesse interesse e desejo em fazê-lo, independentemente de sua condição de saúde, pois ao se cuidar e ser cuidado poderia retornar a todas as suas atividades cotidianas, inclusive as de trabalho, assim como outros que lidam com momentos de crise onde se têm direito ao não-trabalho.

Também foi discutida a questão das relações entre a OT, os grupos operativos desenvolvidos pela supervisora do MS, e a OGTR, que começaram a ser pensadas a partir do início de minha atuação junto ao CAPS. Consensuou-se que essas atividades são complementares e compõem o projeto terapêutico singular das pessoas atendidas e são de responsabilidade da equipe do CAPS, com a participação temporária da supervisora e minha.

Outra questão foi a sugestão da Secretária de Saúde sobre a produção dos ganchos para carretas e caminhões. Sugeri que essa era uma ideia para *se ter na manga* e que, anterior à sua apresentação, seria importante a discussão e definição, entre os que estão no grupo, sobre qual atividade produtiva pretendem desenvolver como elemento importante na

construção do vínculo grupal com foco na tarefa (nesse caso, o trabalho) e a elaboração do projeto coletivo.

Para mim, sugerir essa ideia sem que esse processo tenha acontecido seria matar a possibilidade de protagonismo e emancipação dos participantes do grupo. Em relação à questão de quem participa da oficina nesse momento, consensuou-se que é preciso respeitar o momento de cada pessoa atendida e o fato de alguns ainda não estarem suficientemente abertos ao outro de maneira a conseguir trabalhar coletivamente.

No dia 09/12/10, a enfermeira relatou sobre a oficina anterior, na qual eu não estava presente, em que foram discutidas várias possibilidades de atividades produtivas registradas por ela, que havia feito o relato da oficina.

O auxiliar administrativo e a assistente social me chamaram a atenção a respeito do uso que tenho feito de uma linguagem muito técnica com o grupo, os participantes muitas vezes não entendem o que estou falando, ficam dispersos, e não questionam porque não têm muita liberdade comigo. Comentou que eles ficam mais à vontade com os técnicos da equipe e participam mais. Fiquei incomodada com o comentário, pensando na mudança que empreendi de uma subjetividade de educadora popular, quando trabalhava na incubadora de economia solidária, para de professora universitária com uma linguagem com maior dificuldade de acesso a outras pessoas e me lembrei do trabalho de tradução e da relação entre conhecimento acadêmico e senso comum em Boaventura de Sousa Santos. Seria eu uma pesquisadora colonizadora? O pensar sobre tais questões me incomodou mais do que o comentário recebido.

Conversamos sobre o processo de condução da oficina a ser realizado por eles e não por mim, pelo fato dos que participam se sentirem mais à vontade e também por ser a oficina uma tarefa do serviço e não minha, que estava ali temporariamente e não na condição de alguém que compõe a equipe. Com esse endereçamento ao auxiliar administrativo e à assistente social, percebi que me incomodou, também, o fato deles terem apontado algo que eu não havia percebido, mas ao mesmo tempo, também percebi que eles, como trabalhadores do CAPS, precisam mesmo se apropriar do processo e atuarem como sujeitos de suas intervenções, como fizeram em relação a mim.

Nesse sentido, combinamos que ao invés de fazermos as oficinas quinzenalmente em função da minha disponibilidade, poderíamos fazê-la semanalmente e eles seriam seus facilitadores, contando com a minha presença nos momentos que havíamos definido no início do processo, quando da discussão sobre a minha proposta.

No dia 16/12/10, a enfermeira, a estagiária e eu estávamos com os participantes da oficina. Comentei com eles que soube a respeito do que haviam pensado como algumas possibilidades de trabalho e pedi para que me contassem o que havia acontecido na oficina anterior. Eles me falaram sobre a estopa para limpar carro, usada em oficina e posto de gasolina, e que precisaria de máquina para costurar os retalhos; de fazer estampas de camiseta para escolas; fazer sacolas de plástico para embalagem; produtos de alimentação (pastel, coxinha, bolo, bolinho de chuva, pão caseiro); fazer bombom; carrinho feito de PET; tapete feito na máquina de costura; horta; máquina de fazer fralda descartável; enfeite de parede em MDF; máquina pra fazer sorvete (geladinho).

Lembrei de uma conversa nossa, na qual falei que quando se pensa nas ideias das atividades que poderiam ser desenvolvidas era preciso deixar a cabeça livre pra pensar. Agora, quando se vai colocar a ideia na realidade, seria preciso pensar em como isso pode ser feito e uma das maneiras é conhecer os lugares onde as pessoas precisam, no dia-a-dia, daquilo que eles estavam pensando em produzir. Sugeri, então, que depois da volta do recesso de final de ano, começássemos a tentar colocar algumas dessas ideias na realidade. Além disso, seria importante pensar em como organizar a atividade deles, planejando e registrando a matéria-prima que precisariam, o dinheiro que seria necessário pra começar e quem seriam os compradores do que eles pretendiam fazer. Provocando-os a pensar, percebi que eles têm noções de registro de gastos e planejamento da vida cotidiana, principalmente os que recebem aposentadoria ou BPC.

Considero que o campo da intercessão começou a ser configurado pelos participantes da oficina de discussão sobre o trabalho ainda denominada em seu início como OT. Posteriormente, com a criação da OGTR, passaram a refletir sobre a possibilidade de ir para além do trabalho como construção de si (terapêutico) e a discutir a possibilidade da organização coletiva, solidária e autogestionária dessa produção, com a intencionalidade de comercialização (trabalho para o intercâmbio).

O acesso à história de vida dos que se interessaram em participar das conversas informais sobre o trabalho e as possibilidades de se trabalhar de uma maneira diferente, tanto da condição de *usuário* nas OTs, como a de empregado, aconteceu a partir da criação desse espaço dentro do CAPS identificado como OGTR.

As histórias contadas na roda de conversa das oficinas, atravessadas por manifestações da “alteridade radical” (BASAGLIA, 1985) de seus participantes, nos possibilitaram conhecer as experiências de trabalho de alguns e o incômodo de sua ausência na vida de outros; as situações de precarização no trabalho enfrentadas e os impactos dessas sobre a saúde mental,

muitas vezes sendo o pivô do acesso à aposentadoria por invalidez; e a realidade de quem nunca trabalhou como empregado e, ainda jovem, com expectativas de fazê-lo, considerando o risco de, com isso, perder o acesso ao BPC.

Essas questões tão atuais e comuns ao ser humano do século XXI somente aparecem porque o CAPS, como um dispositivo de atenção ao sofrimento psíquico, o permite e nos faz reafirmar o pensamento a respeito da centralidade do trabalho nas vidas desses sujeitos da experiência da loucura.

Além disso, ao pensarem no acesso ou no retorno a uma atividade de trabalho, a forma de concebê-lo ainda era a do emprego – acordar cedo todo dia, passar o dia trabalhando, chegar em casa cansado, ter um patrão que possa orientar e elogiar, receber o salário no final do mês, mas também ter que se submeter às ordens de quem manda, fazer as atividades sob a pressão do tempo etc. Nesse primeiro momento, não consideraram outras formas de trabalhar, sendo uma delas a de trabalhar junto, sem patrão, assumindo tanto a produção como o planejamento e a gestão do próprio trabalho e, ao invés de salário, dividir as *sobras* (termo usado no cooperativismo) depois de pagar todos os custos.

Nesse sentido, a partir do início de 2011, foi preciso demarcar a OGTR como o espaço para os que se interessavam pela construção de um projeto comum de trabalho coletivo (lembrando que o CAPS pode atender o interesse de inserção pelo emprego, mas a contribuição na intercessão tem como foco a ECOSOL).

Para isso, começamos pela construção de um possível projeto comum, definindo qual seria a atividade produtiva (a partir das ideias de todos os que quiseram continuar), o como e onde se daria a produção, quem seriam os fornecedores de matéria-prima e os consumidores dos seus produtos. Essas são estratégias da ECOSOL para provocar os participantes do grupo a se organizarem a partir dos seus interesses singulares na tentativa de encontrar um interesse comum e daí, quem sabe, acontecer uma vinculação grupal mediada por uma tarefa coletiva que, no caso desse grupo, era o trabalho para o intercâmbio. Lembrando sempre que um EES supõe o compartilhamento da ética e a transparência nas atividades de trabalho de produção, distribuição e consumo.

Outra questão interessante foi que, ao se identificarem como trabalhadores, somente se viam como produtores, sem considerar as outras atividades (planejamento, contabilidade, comercialização e gestão etc.) como suas, havendo uma prática de delegá-las aos que possuem características de liderança no grupo e maior experiência como trabalhador assalariado. Para lidar com essa questão, foi preciso a descentralização da tarefa de se pensar e executar o projeto do empreendimento da figura da intercessora encarnada e do assistente social do

CAPS (no começo de 2011, a assistente social foi transferida e o auxiliar administrativo, concursado como assistente social, assumiu esta função na equipe).

Refletimos com os participantes, também, sobre a importância do projeto poder ser circulante, prevenindo a configuração da figura de subjetivação de *chefe do grupo*, o que colocaria em risco a autonomia e a participação ativa dos demais integrantes e a cristalização do projeto no formato psicossocial do emprego.

Essa foi a estratégia da construção da autogestão pela via da prática cotidiana nas OGTR – a desconstrução efetiva do lugar de poder da autoridade de especialista, tanto de assistente social como de professora da UEM, deixando-o vago para que pudesse ser ocupado pela tarefa ou a causa a ser desse coletivo, exercitando a *ignorância douta*. Melhor dizendo, ao construir o processo autogestionário com os sujeitos da possível *práxis* produtiva, produzi minha própria *práxis* de intercessão como intercessora encarnada que tentava fazer ecoar, no campo de intercessão, as questões do coletivo em relação ao presente e ao devir.

Na retomada das atividades, fui ao CAPS no dia 25/01/11, terça-feira, participar de uma OT para conversar sobre a OGTR. Quando cheguei, estavam a enfermeira e a estagiária. Conheci algumas pessoas com as quais ainda não havia tido contato e aproveitamos o momento, por sugestão da enfermeira, para divulgarmos a existência da oficina da sexta-feira com o foco no trabalho produtivo.

Conversamos sobre as diferenças entre a OT e a OGTR e sobre quem poderia participar dessa última. Fiz uma rápida apresentação, porque havia duas pessoas que estavam participando pela primeira vez da oficina. Alguns dos que já participavam da OGTR comentaram sobre o que acontece e o interessante foi o consenso em lembrar que todos estão tendo ideias com o que vão trabalhar. Lembraram do carrinho feito com garrafas PET, dos produtos de alimentação, dentre outras atividades.

Quando foi perguntado sobre o que acontece na oficina, um dos participantes lembrou (isso compõe o seu discurso no cotidiano das oficinas) sobre a indústria, o seu desenvolvimento, que está criando muitos empregos e o consequente crescimento da cidade, fatos que ele disse ter conhecido pela televisão. Interessante notar, em sua fala, que há uma concepção hegemônica de desenvolvimento econômico e de progresso, calcada na produção industrial. Isso ainda é amplamente divulgado nos meios de comunicação, aos quais todos nós temos acesso.

Foi preciso, nesse momento, fazer uma diferenciação entre trabalho e emprego, sendo esse último uma das formas de se trabalhar que garante carteira de trabalho assinada, mas não é a única forma. Muitos se lembraram que trabalharam com várias coisas mesmo sem carteira

e foi consenso que isso também é trabalho. Outra pessoa se lembrou da discussão sobre a importância de todos trabalharem no projeto e não ficar encostado no outro; foi ponderado que, já que o trabalho é coletivo, todos precisam participar e não ficar deixando trabalho para os outros fazerem, o que atrapalha o relacionamento e o bom andamento do grupo.

Alguém lembrou que não adianta só produzir se não tiver como vender e que tem que pensar também em quem vai comprar o que eles vão fazer. Contou que na sua história pessoal ele se esqueceu de fazer isso e acabou ficando endividado. Lembramos que por isso é importante a participação de todos que estiverem no projeto, para evitar que apenas alguns paguem por um possível prejuízo. É preciso pensar em um monte de coisas, dentre elas quem serão os fregueses deles antes de começar a produzir e que isso será feito nas OGTRs.

Outra pessoa falou que trabalhou muito tempo com um monte de coisa, mas que está encostado porque adoeceu, outro se lembrou que quando adoeceu o patrão o chamou e disse que ia ajudá-lo a conseguir se aposentar porque ele não poderia mais trabalhar. Outra pessoa lembrou-se de uma colega de trabalho que, ao ser consultada sobre sua volta ao trabalho, disse para o chefe das duas que ela não teria mais condições de continuar trabalhando e, por isso, teve que se aposentar, mas não queria.

Conversamos, então, sobre o porquê da pessoa que adoece e passa a ser atendida no CAPS não poder trabalhar, sendo considerada incapaz para o trabalho. Comentaram sobre como as pessoas da cidade que sabem que eles são atendidos no CAPS falam que eles são doidos. Não quis problematizar essa questão naquele momento, porque é justamente essa condição de “doidos incapazes para o trabalho” que garante o recebimento de benefícios e de aposentadoria para muitos deles e preferi esperar um momento mais amadurecido pra tratar sobre o tema com os que estiverem trabalhando no projeto de geração de trabalho e renda.

Em um segundo momento, conversamos sobre a diferença entre a OT e a OGTR, o que ainda não estava claro para os que participavam da última. Então, pedi para que descrevessem o que fazem na OT, responderam que fazem tapete, artesanato, pintam e ficam conversando sobre muitas coisas. Uma pessoa se lembrou que quando foi ao CAPS de outra cidade também era assim, que tem CAPS num monte de cidade.

Lembrei que também existem OGTRs nos CAPS de todo o Brasil. Por isso, não estávamos inventando esse tipo de oficina, porque ela faz parte do que o CAPS oferece para as pessoas que atende. As OTs recebem recurso do MS e da Prefeitura, as OGTRs também recebem recursos para comprar material e equipamento de trabalho, mas para tanto é preciso escrever um projeto. Isso pode ser feito depois que forem discutidas todas as ideias e algumas serem escolhidas para fazer parte do projeto. O projeto seria colocar a ideia no papel do jeito

que se quer que ela seja na realidade, por isso a importância da participação de todos os interessados.

Coloquei para o grupo que basicamente a diferença era que, na OT, o material com o qual eles trabalham é do CAPS, não deles. O que eles produzem é comercializado, por exemplo, na feira dos CAPS de toda a região e o dinheiro seria do CAPS para ser revertido na compra de material para as OTs ou para os passeios que fazem. Eles também não são os responsáveis por definir o que seria feito na oficina, isso é planejado pelos profissionais do CAPS. Na OGTR, seriam eles que definiram o que fazer e o como fazer, com quem iriam trabalhar, teriam de adquirir o próprio material para começar a produção, teriam que ir atrás da freguesia, vender os produtos, fazer o registro de tudo que acontecer e pagar as contas, dividir as sobras entre eles e bancar o prejuízo, caso aconteça.

Por ser muita coisa a se pensar e fazer, seria preciso ir devagar, dando um passo de cada vez e conversando sempre sobre o que está acontecendo, contando com o apoio e acompanhamento do CAPS, da Secretaria de Saúde, da Prefeitura e o meu - durante um tempo porque trabalho na UEM e não no CAPS. Para mim, um facilitador do processo era o fato de que muitos dos que estão participando recebem benefícios e aposentadoria e não tinham tanta pressa em relação à geração de renda.

Em um terceiro momento, as pessoas se posicionaram se gostariam de participar da OGTR, muitos se interessaram e deram sugestões de ideias no campo da alimentação como fazer pastel, bolo, bolinho de chuva. Aproveitamos essas ideias para exercitar a tentativa de confrontá-las com a realidade, pensando qual a matéria-prima, quem seria a freguesia, onde seriam feitos, quais equipamentos seriam necessários, quem seriam os concorrentes. Isso, claro, havendo atravessamentos recorrentes dos que têm outras demandas que ainda não se articulam com o mundo do trabalho.

No dia 04/02/11, na OGTR, retomamos o trabalho a partir da lembrança de que na volta das atividades do CAPS, começaríamos a discutir as ideias para tentar colocá-las na realidade e decidir qual delas seria a atividade produtiva que eles gostariam de desenvolver como projeto coletivo. Estava presente uma pessoa que foi informada da existência da oficina de geração de trabalho e renda na OT do dia 25/01.

Para retomar as ideias, cada um tentou se lembrar de quais eram. Para alguns, essa tarefa parecia ser mais difícil, mas todos participaram e 11 (onze) ideias foram citadas: carrinho feito de PET, bombom, tapete feito na máquina de costura, horta, enfeite de parede em MDF, máquina para fazer sorvete – geladinho, paninho para lavar carro, máquina para

estampar camiseta, máquina de fazer fralda descartável, fazer sacolas de plástico para embalagem, alimentação (pastel, coxinha, bolo, bolinho de chuva, pão caseiro).



FIGURA 1 – Ideias de atividades produtivas sugeridas pelos participantes da OGTR – arquivo pessoal.

Partindo desse conjunto de ideias, foi solicitado que escolhessem uma delas para começarmos a pensar sobre como colocá-la na realidade. Um dos participantes, que estava bem implicado com a possibilidade de voltar a trabalhar, sugeriu “fazer sacolas de plástico para embalagem” e afirmou ter muito interesse nessa atividade, inclusive conversou com os feirantes com os quais trabalhou antes de ficar “doente” e eles disseram que compravam de fora as sacolinhas que usavam. Informou, também, que não seria muito difícil comprar a máquina para fazer as sacolas e que o fornecedor do plástico é de Londrina, já que não tem fornecedor em Maringá.

A partir de sua fala, foi proposto que pensássemos, para cada uma dessas ideias, em quatro coisas importantes antes de começar a fazer qualquer atividade produtiva: 1) qual a matéria-prima, o material que precisaria ser utilizado nessa atividade; 2) quais os equipamentos que seriam necessários; 3) onde seria comercializado o que for produzido por eles, quem seria a clientela; 4) a questão do planejamento e da contabilidade.



FIGURA 2 – Uma das ideias e as dimensões implicadas na produção, distribuição e consumo do produto; planejamento e gestão do projeto – arquivo pessoal.

Todos participaram dentro de suas possibilidades de contribuição, mas, é claro, o autor da ideia participou mais e a defendeu durante toda a discussão. Foi lembrado a ele que, como seria um trabalho coletivo, mesmo ele tendo o direito de querer fazer um monte de coisa, seria preciso primeiro contar a todos as suas ideias sobre como fazer a atividade, discutir com todos do grupo e somente depois da decisão tomada por todos é que ele e outras pessoas poderiam buscar o que foi decidido. Por isso, seria importante esperar a decisão do grupo antes de começar a fazer contatos para conseguir a máquina e a clientela.

Foi possível perceber que a preocupação com a gestão do empreendimento não era comum a todos, mais em especial a essa pessoa que desenvolveu vários tipos de negócio sozinho, não tendo, portanto, a experiência de ter se associado a outros. Por isso, também, sempre fazia referência à questão de que não pode acontecer de uns trabalharem mais que outros e todo mundo receber do mesmo jeito. Em função dessa fala, foi lembrado a respeito do princípio da solidariedade e da cooperação, onde cada um receberia pelo trabalho realizado e não somente por fazer parte do grupo.

Quando cheguei ao CAPS, no dia 18/02/11, em conversa com o assistente social, ele me disse que na última oficina com os interessados no projeto de geração de trabalho e renda, não foi possível começar a colocar as ideias na realidade. Informou que os participantes estavam desinteressados, achando que isso não iria dar em nada, querendo deixar de frequentar a oficina. Ele mesmo se mostrou apreensivo e parecendo concordar com a visão dos participantes, me provocando, também, certo desânimo.

Recordei, com ele, que o projeto era para e com os participantes, que se eles não tivessem interesse em realizá-lo e não assumissem a responsabilidade, não seria possível

concebê-lo e muito menos executá-lo. Caso o projeto fosse concebido sem a contribuição dos participantes, quem acabaria arcando com as responsabilidades seriam os técnicos. Lembrei, também, que a parte dos técnicos seria elaborar o projeto institucional da OGTR, que seria divulgado como uma atividade do CAPS que comporia o projeto terapêutico singular de seus participantes.

Ele me disse que a enfermeira, que também estava na oficina, incentivou os participantes a virem na OGTR quando os encontrou em outras atividades do CAPS durante a semana. Isso deu certo, porque muitos deles estavam presentes. Foram mostradas as fotos tiradas na outra oficina, decidido como seria a discussão sobre cada uma das 11 (onze) ideias que tiveram e lembrado que isso havia começado na oficina anterior.

Fizemos uma votação para definir quais seriam as ideias a serem discutidas nessa oficina, com o intuito de estimular a participação de todos e construir o processo de autogestão. Foi consenso que as atividades de planejamento e contabilidade estariam em todas as ideias para lembrar que, em um empreendimento, não existe apenas a produção e a comercialização, mas também a gestão e que esta também deveria ser feita por todos.

Na medida em que as ideias iam sendo discutidas, dois dos participantes tomaram a frente na organização dos cartazes e de sua fixação na parede junto às outras ideias já discutidas, sendo que os demais chegaram a opinar sobre qual o melhor lugar na parede para fixá-las. Percebi que foi o começo de um processo de construção de autonomia, de tomada de responsabilidade sobre o próprio trabalho e de construção do trabalho coletivo, antes mesmo do projeto coletivo ter sido construído. Era evidente que alguns ainda lidavam com questões que interferiam em sua participação mais efetiva no processo, sendo essas referentes a comprometimentos cognitivos e de acesso à educação escolar. Entretanto, naquele momento, isso não interferiu diretamente na discussão sobre as ideias. Uma questão que surgiu foi como eles lidariam com essas diferenças no processo de definição do projeto coletivo e de gestão, produção e comercialização do empreendimento.

No dia 04/03/11, véspera do feriado de carnaval, 05 (cinco) pessoas estavam presentes na oficina. Sugeri ao assistente social que coordenasse o processo e eu escreveria o que fossem falando. Entretanto, interferei a todo tempo, imprimindo ritmo à discussão, tentando deslizar no movimento do grupo, desafiando-o à ação. Sei que tenho uma boa escuta e leitura do processo grupal, inclusive das dimensões singulares que poderiam contribuir para a reflexão sobre a ação e a construção do projeto. Entretanto, sei também que fiz intervenções que desencadearam movimentos sem que o grupo se apropriasse deles como seu, o que poderia interferir negativamente na constituição do grupo.

Demos continuidade à discussão sobre as últimas ideias da mesma forma, fazendo a votação para definir com qual delas começaríamos e como seria a sequência da discussão. Uma delas (fazer fraldas descartáveis) foi desconsiderada porque a prefeitura iria oferecê-las gratuitamente para a população carente, informação que foi trazida por um dos participantes. Outra ideia – fazer horta – também foi desconsiderada em decorrência da falta de espaço, no CAPS, para o desenvolvimento da atividade.

Uma participante sugeriu que fosse feito pamonha e curau e insistiu bastante nessa ideia, mesmo já tendo sido consenso que os participantes não apresentariam novas ideias além das 11(once) e que, na alimentação, o produto a ser feito seria o pão caseiro. Essa condição foi lembrada com certa veemência pela estagiária que trabalhou com eles nas OTs enquanto não se tinha terapeuta ocupacional e oficina de artesanato, caracterizando uma relação heterônoma pautada pela autoridade. Ponderei, com ela, que como não havíamos discutido as ideias que foram desconsideradas e, pelo interesse da participante, poderíamos rapidamente discutir a sua ideia e o fizemos. A participante informou que foi o marido dela que sugeriu fazer pamonha e curau e que ela tinha morado um tempo na roça quando era pequena. Outro participante ponderou que o milho estava muito caro e nem sempre se encontrava pra comprar.

Aproveitei o aparecimento da família e perguntei para os demais se comentaram com seus familiares sobre o projeto e o que eles disseram. Todos haviam comentado e disseram que estão sendo apoiados por eles (nesse momento, pensei na importância de se chamar uma reunião com os familiares depois de definida qual seria a atividade produtiva a ser desenvolvida).

Passamos, então, à escolha prévia de uma das ideias por cada um dos participantes. Cada um escolheu a sua própria sugestão, o que pode caracterizar a perspectiva individualizante ainda presente nas relações entre eles. Talvez fosse importante, nesse momento, desenvolver algumas atividades que provocassem a vinculação grupal. Para lidar com esse tipo de escolha, propus que pensássemos sobre quais seriam os critérios de escolha para a ideia inicial a ser desenvolvida, lembrando que outras também poderiam ser desenvolvidas posteriormente. Quem contribuiu mais para a definição dos critérios foi o participante que tem mais visão de negócio e parece ser um dos mais interessados no êxito do projeto, visto que compareceu a todas as oficinas e vem brincando que será o tesoureiro da cooperativa.

No final das contas, o assistente social, esse participante e eu elencamos os critérios de escolha que foram afixados na parede e nortearam as escolhas de cada um – estas, por sua

vez, também foram afixadas, deixando espaço na folha para que os outros pudessem colocar suas escolhas que, depois, foram discutidas à luz dos critérios já elencados, mantendo a possibilidade de que outros critérios pudessem ser incluídos posteriormente.

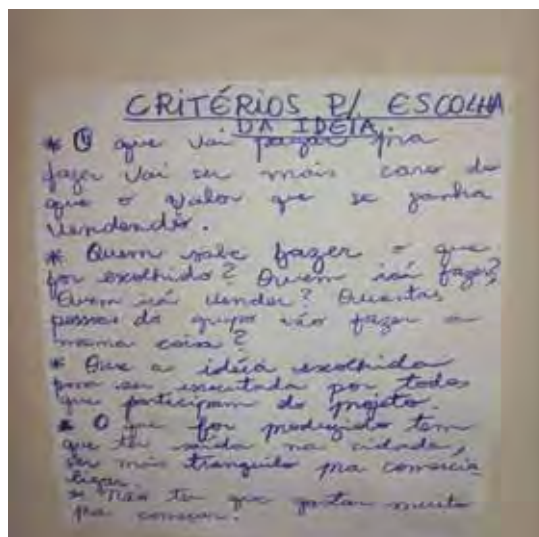


FIGURA 3 – Critérios para a escolha da ideia a ser desenvolvida como atividade produtiva – arquivo pessoal.

Em todo esse movimento, partimos da premissa de que é preciso sonhar, ter ideias para realizar esse sonho e transformá-lo em um projeto a ser testado na realidade. Nessa perspectiva, construímos essa metodologia, na qual toda a produção dos participantes em relação à socialização dos sonhos, ao levantamento das ideias, à identificação da matéria-prima e dos equipamentos necessários e à ponderação de quem seriam os possíveis clientes foi registrada e anexada na parede da sala de oficinas do CAPS. Todo esse material compôs um mosaico da produção coletiva deles com a participação do assistente social e minha com a incipiente função de intercessora encarnada.

Lembrando sempre que, em todas as possibilidades de atividade produtiva, estavam presentes as tarefas cotidianas de planejamento, produção e gestão coletiva do empreendimento. Depois disso, cada ideia foi discutida com a participação de todos a partir da realidade atual do grupo de concretizá-la por meio dos critérios de escolha colocados acima. Desse crivo, como um teste de realidade, ficaram duas ideias como atividades produtivas do grupo - que veremos logo a seguir -, que marcaram o início de sua existência.

No dia 18/03/11, o assistente social e eu tivemos uma conversa antes da oficina e ele me relatou sobre suas condições de trabalho, que consistiam no acúmulo do cargo administrativo que executava antes e de sua atual função de assistente social, além de

trabalhar em dois dispositivos da saúde – CAPS I e UBS. Por estar cansado, me disse que não poderia assumir sozinho o trabalho com a OGTR, o que poderia colocar em risco a continuidade da mobilização em torno do trabalho e a construção do projeto coletivo dos que dela participam e, também, claro, a interrupção do meu trabalho de campo.

Lembrei do nosso curso sobre ECOSOL com a participação de profissionais do AB e dos CRAS e sugeri pensar em alguém que poderia participar com ele desse projeto, alocando-o no campo da inclusão produtiva pela articulação do CAPS com o CRAS. De qualquer forma, pensei que seria fundamental marcar uma reunião com toda a equipe do CAPS para discutir sobre a OGTR e o possível projeto a ser realizado por seus participantes dentro do CAPS, garantindo, assim, a identificação dessa atividade produtiva ainda como trabalho protegido.

A frase “quero ver no que vai dar isso” apareceu de novo no relato do assistente social sobre o discurso de alguns participantes da oficina, em especial, dos que estavam naquele momento em melhores condições de trabalhar. No início da oficina, um dos participantes também relatou que alguém disse estar esperando para ver no que vai dar; aproveitei essa oportunidade, então, para transformar a frase em questão para os presentes, provocando-os a pensar sobre “no que vai dar isso”.

Todos disseram que esperavam que desse certo e um dos participantes, que era um dos mais animados e com maior prática de comercialização e gestão de uma atividade produtiva, informou que viajaria para o nordeste, de onde veio, e, se tudo desse certo, ele se mudaria com a esposa para lá. Disse isso emocionado, porque aprendeu muita coisa no CAPS e ansiava pelo êxito do projeto. Infelizmente, soube que após um curto período depois de sua volta à Nova Esperança, ele havia morrido. Não quis, naquele momento, entrar em detalhes sobre sua morte, apenas a lamentei.

Lembrei a todos que ainda não sabíamos “no que vai dar” e isso dependeria do que todos quisessem que acontecesse; que estávamos dando um passo de cada vez, construindo o projeto juntos. Retomei todos os passos que havíamos dado através da produção afixada na parede e os lembrei do que ainda seria importante a ser considerado como, por exemplo, a definição de qual atividade produtiva eles desenvolveriam; como conseguiriam o dinheiro para comprar matéria-prima e os possíveis equipamentos para começar o trabalho; a formação para a autogestão do empreendimento deles; a comercialização do produto e o como seria o lançamento do projeto na cidade.

Perguntei se eles teriam dinheiro para comprar o material que lhes permitiria começar a trabalhar e eles disseram que não. Como consegui-lo, então? Eles sugeriram que através de

promoções como torneio de truco, almoço, bingo e outros. Soubemos que a mãe de um dos participantes é ótima cozinheira e trabalha para eventos na cidade; o que mais daria dinheiro seria o torneio de truco e o bingo, porque não teriam que gastar com compra de ingredientes e daria para vender bebida e comida (pastel, coxinha etc.).

Reconheci que a construção coletiva começou a despontar nesse movimento. Discutimos também que, após a definição da atividade produtiva, seria preciso definir quem trabalharia com ela e como seria a organização desse trabalho (horário de trabalho, divisão das tarefas, compra de matéria-prima, comercialização, contabilidade etc.). Ou seja, seria preciso construir o regimento interno.

No final da oficina, informei que há algum tempo uma pessoa sugeriu uma ideia para o grupo e estávamos esperando, o assistente social e eu, a melhor hora para contar a eles e agora que estavam quase decidindo por uma ideia para transformar em projeto, pensamos ter chegado o momento.

Perguntei se gostariam de receber essa pessoa na próxima oficina, caso ela pudesse comparecer para conversar com eles e ela mesma contaria qual é a ideia. Informamos que essa pessoa era a secretária de saúde. Todos aceitaram e um dos participantes disse que independente da política, quem quisesse trazer coisas boas para o CAPS seria sempre bem-vindo. Muito bom perceber a apropriação e o pertencimento que ele tem em relação ao CAPS e a maneira que se posiciona como sujeito nessa relação com as autoridades nomeadas pelos políticos eleitos.

No dia 01/04/11, posterior à oficina com a presença da secretária de saúde, o assistente social estava aparentemente mais animado por conta do que havia acontecido, porque os participantes ficaram entusiasmados com a ideia. Ele havia combinado com eles para me contarem como tinha sido a reunião. Antes da oficina, aproveitamos para projetar os próximos passos: reunião com toda a equipe do CAPS para conversarmos sobre o projeto e torná-lo responsabilidade da equipe; reunião com os familiares para conversarmos sobre o projeto e incluí-los na construção dele a partir de então; preparação do projeto institucional das oficinas (que já seria uma redação para concorrer aos editais de financiamento da SM através do Ministério da Saúde) e do lançamento do projeto, para divulgá-lo como uma atividade institucional do CAPS no âmbito da inclusão social no trabalho produtivo preconizada pela Reforma Psiquiátrica Brasileira.

A coordenadora foi informada sobre esses novos passos e avisou que estão conseguindo pessoas para apadrinhar com recurso financeiro o projeto. Reforcei a importância do protagonismo e de outra contratualidade social dos participantes em torno de

um projeto coletivo, inclusive em ações de levantamento de recursos para as primeiras atividades de produção e lembrei, ainda, da importância da participação da família nesse momento e de que a mãe de um dos participantes é cozinheira; apareceu no grupo a ideia de se fazer uma almoço para arrecadar recursos para o projeto, além de bingo, truco, rifa e outras ideias. Entretanto, é claro, que as contribuições da comunidade seriam bem vindas.

No momento da oficina, o fato de alguns dos interessados não estarem presentes foi uma preocupação entre os participantes em relação a quem de fato participaria do projeto. Nesse dia, me contaram que a secretária de saúde esteve com seu filho para falar com eles sobre a ideia que ela queria sugerir como atividade produtiva: a confecção de ganchos para segurar lona de caminhão e carreta. Contou que seu marido inventou uma máquina muito simples para essa tarefa e seu filho demonstrou como se faz. Os que estavam presentes ficaram animados e o assistente social relatou que percebeu uma questão de gênero quando os homens, em sua maioria no grupo, ficaram com “os olhos brilhando” enquanto era demonstrada a forma de produção do gancho.

Optaram, então, por desenvolver essa atividade produtiva junto com a confecção de estopas para borracharias, postos de gasolina e outros. Antes, porém, os lembrei da importância de fazermos o exercício de colocar a ideia da produção dos ganchos na realidade, da mesma forma que fizemos como todas as outras que eles mesmos sugeriram, ou seja, pensando na matéria-prima e nos equipamentos necessários, onde comercializar, mantendo as atividades de planejamento - contabilidade, produção e comercialização.



FIGURA 4 – Discussão sobre a ideia da Secretária assim como foi realizada com todas as outras – arquivo pessoal.

Definidas as atividades produtivas, seria preciso começar a pensar no projeto a partir das possibilidades que a cidade oferece para o consumo dos produtos com os quais escolheram trabalhar. Comentei, então, sobre uma ferramenta da ECOSOL denominada “mapeamento de consumo”, que é diferente de pesquisa de mercado. Nessa última, grosso modo, se mobiliza os possíveis consumidores a precisarem daquilo que será produzido e isso é feito através de *marketing* e propaganda provocando o consumidor, através do convencimento, a ter necessidade do produto que promete resolver seus problemas. No mapeamento de consumo, se procura identificar, primeiramente no território do entorno do empreendimento, quais seriam as pessoas ou empreendimentos da comunidade que utilizavam esse produto e, portanto, tinham uma demanda regular de consumo do que se pretende oferecer. Essa busca de informação seria feita através de visitas aos estabelecimentos, explicando sobre o projeto (verbalmente e também através de algum folheto informativo) e perguntando sobre a demanda que esses teriam a respeito daquele produto que estavam começando a oferecer para o mercado de trocas, a quantidade necessária em seu consumo mensal e quem eram seus fornecedores.

Entretanto, antes de começar o *mapeamento de consumo*, era preciso saber quem, de fato, ficaria no grupo para iniciar o trabalho que ainda não seria o de produção, mas de planejamento do empreendimento. Então, seria preciso, primeiro, definir os participantes do grupo para depois começar o mapeamento, embora fosse possível identificar quais seriam os possíveis lugares a serem visitados.

Foi muito interessante como todos os que estavam presentes participaram, falando ao mesmo tempo, trocando informações e confirmando se o que estavam pensando procedia ou não. Dessa forma, o grupo trabalhou com uma experiência de autogestão sem hierarquia entre eles, os técnicos do serviço e eu atuamos juntos e foi uma experiência muito rica e gratificante, da qual não me dei conta no momento, já que também estava envolvida dentro do processo e não de fora observando e pensando sobre ele. Nesse dia, vivenciei e compreendi mais sobre a *práxis* do intercessor encarnado.

Ao final dos trabalhos, foram identificados os lugares da cidade a serem visitados no *mapeamento de consumo* e sua localização no território da cidade, um trabalho que havia sido iniciado na oficina anterior. Solicitei, então, que fosse providenciado um mapa da cidade para a visualização do possível *mapa do consumo* desses produtos e para fazermos o planejamento das visitas. Foi consenso entre os participantes que, na próxima oficina, os que quisessem mesmo compor o grupo de trabalho deveriam comparecer, que se teria uma ata da reunião a ser assinada pelos presentes e quem quisesse entrar depois desse dia precisaria ter a permissão

do grupo. Nesse dia, começaríamos o *mapeamento de consumo*, marcando o início da atividade produtiva, que é o planejamento do empreendimento.

Importante marcar que, no processo de definição da atividade produtiva a ser desenvolvida, todas as possibilidades foram discutidas à luz das tarefas cotidianas de planejamento, produção e gestão coletiva do empreendimento. Depois disso, cada ideia foi discutida com a participação de todos a partir da realidade atual do grupo de concretizá-la e foram criados os critérios para a escolha de qual seria a atividade produtiva a ser desenvolvida. Desse crivo, como um teste de realidade, ficaram duas ideias como atividades produtivas do grupo – estopas de retalhos de tecidos e ganchos para lona de caminhão –, fato que marcou o início de sua existência.



FIGURA 5 – As ideias escolhidas, o exercício de colocá-las em contato com a realidade e as possibilidades elencadas para o mapeamento de consumo – arquivo pessoal.

A partir daí, seria realizada pelos próprios participantes a pesquisa de preço da matéria-prima necessária, a definição de onde e como seria feito o *mapeamento de consumo*, o nome e o *slogan* do grupo como elementos identificadores do seu trabalho e como o projeto seria apresentado aos familiares, aos moradores da cidade, aos fornecedores e possíveis consumidores.

O projeto seria uma atividade desenvolvida dentro do CAPS, compondo o projeto terapêutico singular dos que dele participam, ou seja, ainda estaria no âmbito do trabalho assistido pelo poder local no contexto das políticas públicas de SM e ECOSOL. O que lhes daria condições de experimentar a possibilidade nascente e se decidirem sobre participar ou não de um EES sem correr o risco de perder o BPC e a aposentadoria. A ação caracteriza-se por ser mais uma concessão tática necessária no atual momento de indefinição a respeito da discussão sobre as mudanças necessárias na Lei das Cooperativas Sociais.

3.2 A PRÁXIS PRODUTIVA DOS SUJEITOS DO “ARTE EM OFICINA, UM PROJETO EM AÇÃO COLETIVA” COMO CAMPO DE INTERCESSÃO E A PRÁXIS DE INTERCESSÃO DO INTERCESSOR ENCARNADO

O momento descrito acima se configurou como a construção da relação entre a possível *práxis* produtiva dos sujeitos, como campo de intercessão, e a *práxis* de intercessão do intercessor encarnado. Uma relação entre sujeitos com dimensões afetivas, intersubjetivas e de poder pautadas pela autogestão como prática social produzida na perspectiva do trabalho coletivo.

Na OGTR realizada em 08/04/11, apenas um dos participantes chegou na hora certa, depois chegaram outros dois e, no final, chegaram duas das três mulheres que participavam do grupo desde o começo. Uma estagiária do serviço social, casada com um caminhoneiro, sugeriu ao grupo que fizessem kits de gancho para que os postos de gasolina dêem de brinde aos caminhoneiros.

O comentário e a preocupação inicial foram em relação ao “consenso” de fecharmos o grupo naquele dia e darmos início ao processo de organização do empreendimento. Refletindo sobre essa decisão, percebi que coloquei em xeque a intenção dos participantes em participar do projeto, o que criou certo recuo em assumir uma responsabilidade desse porte. O que teria acontecido? Essa foi a pergunta que marcou o início da conversa com os técnicos e os participantes. Lembrando que esse seria o momento de ingresso oficial, de assumir compromisso, de colocar o nome em um papel, de inscrição no coletivo. Como os participantes estão lidando com isso? Essa questão tem sido levada em conta no atendimento clínico e nas OTs? Está efetivamente compondo o projeto terapêutico singular de cada participante? Dimensões que deveriam ser discutidas com a equipe técnica na próxima reunião.

Era possível perceber o incômodo dos presentes com a ausência dos demais. Não quis mexer nesse sentimento e mantive o foco no projeto coletivo de começar a pensar no mapeamento sem desenvolver alguma ação direta na cidade até que o grupo estivesse definido.

Como a autogestão estava em processo de construção, quem deu início à discussão sobre como abordar os possíveis consumidores foi um dos participantes, tentando formular uma pergunta para dar início à conversa que tem como objetivo coletar informações sobre o consumo de estopas e de ganchos para lona de carreta e caminhão. Outras questões foram apresentadas, posteriormente, por outras pessoas.

Lembrei, então, que antes de começar a buscar saber o que interessaria aos possíveis fregueses seria preciso se apresentar para as pessoas com quem conversariam. Como seria essa apresentação? Naquele momento, discutimos sobre a importância da atividade produtiva do grupo aparecer para a cidade como um projeto desenvolvido dentro do CAPS, com foco na inclusão social pelo trabalho, como uma atividade que compõe o projeto terapêutico singular deles. Várias experiências assim existem no Brasil em CAPS, Centros de Convivência e Associações de Usuários, Familiares e Trabalhadores da Saúde Mental.

Nesse formato, a atividade produtiva estaria inserida dentro da perspectiva do trabalho protegido e, por isso, eles não correriam o risco de perder o BPC e a aposentadoria. Era importante divulgar esse projeto como uma atividade desenvolvida dentro do CAPS, não sendo, portanto, um trabalho remunerado. Além dessa identidade como *usuários do serviço de SM*, qual seria a identidade deles enquanto um grupo que tem um projeto coletivo de trabalho? Como seria o nome do grupo, do empreendimento, do projeto? Como eles iriam se apresentar como grupo para os possíveis consumidores?

Fomos envolvidos por um silêncio e foi possível perceber o desconforto dos participantes, tendo um deles, inclusive, saído da sala e ido embora do CAPS; os que permaneceram disseram “ele não está bem hoje”. Entendi esse momento como crucial porque me dei conta da existência frágil do grupo, de um vínculo grupal mediado pelo trabalho ainda por ser construído. Tentei de provocá-los a dizer o que lhes vinha à mente e apenas uma pessoa se arriscou e suas sugestões falavam de reciclagem, brechó e reaproveitamento ao se pensar no produto estopa. A produção do gancho não se relacionava a essa questão, porque toda a matéria-prima seria comprada para ser transformada. Os demais recusavam suas ideias de nomes, mas não conseguiam sugerir algo diferente.

Fiquei pensando se com esses nomes associados a algo que estava em mal estado e sofreria um processo de recuperação essa pessoa também não estaria falando sobre eles mesmos e, por isso, a recusa dos demais e a dificuldade em sugerir algo diferente disso.

Contei, então, sobre a escolha do nome *Suricato* para uma associação e projeto de Belo Horizonte onde os grupos trabalham fora do CAPS, mas ancorados na associação. Esse nome foi escolhido porque o Suricato é considerado o animal mais solidário que existe, ele não abandona seus filhotes e companheiros mesmo em situação de perigo extremo e estão sempre vigiando o território uns para os outros e, assim, todos ficam protegidos dos predadores. Contei, ainda, do Bar Saci que também está ancorado em uma associação, chamada Casa do Saci em São Paulo - o Saci representa um menino que mesmo tendo

grandes dificuldades a enfrentar por ter somente uma perna é bastante travesso e esperto, além de ser muito animado e feliz.

Então, chegamos à conclusão de que antes mesmo de começarmos o mapeamento é preciso construir um nome para o projeto e um folheto que informe sobre o trabalho deles, caracterizando-o ainda como trabalho protegido. Além disso, como trabalhariam em grupo, poderiam divulgar que fazem parte da articulação entre a SM e a ECOSOL saindo, posteriormente, do CAPS, como outros projetos fizeram ancorados em uma associação. O assistente social lembrou que antes de começar o mapeamento seria preciso fazer uma pesquisa de preços do material que precisariam para produzir a estopa e o gancho e verificar as possibilidades de conseguirem doações de retalhos, o que diminuiria os custos. Ficaram de cuidar disso na próxima oficina, que seria com o assistente social, a enfermeira e a estagiária.

A reunião com a equipe aconteceu no dia 15/04/11 e contou com a presença da psicóloga (coordenadora do CAPS), da enfermeira, do assistente social, da estagiária do curso de enfermagem, do terapeuta ocupacional e da artesã oficinaira da OT.

Para começar, realizei um retrospecto sobre o meu contato com o CAPS desde o curso sobre Saúde Mental e Economia Solidária que ofereci em Maringá, ocasião na qual conheci a assistente social e o auxiliar administrativo (depois assistente social na equipe) que me convidaram a oferecer a proposta da pesquisa para o CAPS. Lembrei que foi depois de apresentar o projeto aos demais profissionais do CAPS e à Secretária de Saúde, sendo esse aceito, que iniciei o trabalho de campo junto ao CAPS.

Lembrei que não sou trabalhadora da SM no CAPS e sim professora da UEM e, por isso, chegaria o momento do encerramento de minha participação no processo de inclusão social no trabalho produtivo desenvolvido pelo CAPS. Entretanto, isso não precisaria encerrar a realização das OGTRs e, muito menos, a atividade produtiva desse grupo em processo de constituição. Assim sendo, solicitei a reunião para socializarmos, os técnicos e eu, com todos os que não tiveram muito acesso a informação, como tem sido esse processo de constituição do coletivo de trabalho autogestionário a partir das OGTRs, como aconteceu a definição da atividade produtiva que o grupo pretendia desenvolver, como estava a constituição do grupo de trabalho e como se daria o lançamento do projeto na cidade.

Fiz a retrospectiva do intercâmbio entre SM e ECOSOL desde 2004, citando o encontro que resultou na publicação do Ministério da Saúde, e o banco de dados da Área Técnica da SM do MS sobre iniciativas de geração de trabalho e renda em todo o Brasil, que naquele momento contava com 640 empreendimentos. Isso para deixar claro que a OGTR foi construída com a minha ação e participação, mas é uma tarefa dos profissionais do CAPS

porque a inclusão social no trabalho produtivo é o terceiro eixo da RP e, portanto, é de responsabilidade dos dispositivos que compõem a rede de atenção em SM, que é o caso deles.

Seria preciso, então, a elaboração de um projeto de OGTR como uma das atividades da equipe do CAPS de Nova Esperança. Lembrei sobre a mesa-redonda das experiências exitosas no evento de 2004, que talvez pudesse inspirá-los a escrever esse projeto, que é de responsabilidade de toda a equipe, pelo fato do direito ao trabalho compor o projeto terapêutico singular dos sujeitos da experiência da loucura. Entretanto, naquele momento, o direito a ser considerado era o de ter acesso ao trabalho protegido até que possam viver do próprio trabalho. O terapeuta ocupacional perguntou se era obrigatório ter uma portaria da prefeitura criando esse projeto. Respondi que não, porque esse estaria respaldado pela Lei das Cooperativas Sociais de 1999 e compõe oficialmente com o atendimento oferecido pelo CAPS no tocante à criação, apoio e acompanhamento de atividades de inclusão social no trabalho produtivo.

Retomei a questão da minha saída, com data prevista para quando acontecer o *nascimento psicossocial e oficial* do projeto, seu lançamento e apresentação para o conjunto da sociedade de Nova Esperança. Sugeri que esse momento acontecesse através de um almoço de lançamento, uma forma tanto de divulgação como de arrecadação de recursos para a compra de matéria-prima e equipamento.

A coordenadora fez uma projeção para o lançamento em outubro, talvez em função da realização da II Feira Regional de Saúde Mental organizada pelo CAPS de Nova Esperança. Outra questão discutida foi a continuidade do acompanhamento ao empreendimento depois de minha saída. Sugeri que buscassem o apoio das Incubadoras das Universidades (UEM e FAFIPA) para o processo de incubagem. Informei que estava fazendo alguns contatos para tentar garantir isso, inclusive contei sobre as vagas no curso de ECOSOL que será oferecido na cidade. Além disso, eu poderia acompanhar o trabalho da equipe em relação à inclusão social sem ter mais contato direto com os sujeitos da experiência da loucura.

Lembrei da importância dos novos interessados passarem por todo o processo de organização do grupo e escolha da atividade produtiva, desenvolvidos com esse primeiro projeto, caso queiram dele participar ou criar um novo grupo com outro projeto. Isso seria importante para evitar que, ao entrar sem antes ter refletido sobre o trabalho, o novo integrante possa interferir de maneira a desorganizar o grupo e provocar retrocesso no trabalho realizado. No caso de um novo grupo, evitar que esse venha a desenvolver uma atividade de maneira alienada tanto do seu próprio projeto quanto do significado disso em sua vida e de suas expectativas que poderão ser frustradas, inviabilizando o próprio grupo. Sem

negar, é claro, que a entrada de cada novo membro sempre causa algum tipo de impacto sobre o grupo e prestar atenção nesse movimento faz parte do processo de acompanhamento do empreendimento.

Quando cheguei no dia 06/05/11, soube pelo assistente social e pela enfermeira que os participantes da OGTR foram dispensados porque eu não pude ir a Nova Esperança. Naquele dia, eles não quiseram discutir a dispensa dos participantes, dizendo que foi um mal entendido. Então, fiquei na minha porque eles pareceram não querer questionar o pensamento da coordenadora de que a oficina não pode ser realizada sem mim, como se a mesma fosse somente de minha responsabilidade.

Depois, o assistente social comentou comigo que o único técnico de referência da oficina seria ele mesmo. Relatou que na oficina anterior foram levantados alguns nomes para o projeto com os que estavam presentes. Conversamos sobre a questão dos participantes estarem com dificuldades de assumir o compromisso com o projeto de geração de trabalho e renda. Eu disse que essa era uma dimensão a ser trabalhada no contexto do projeto terapêutico porque não é uma atividade isolada das demais práticas de cuidado e atenção, mas ele não me disse como isso tem sido feito no CAPS.

Nesse dia, retornou ao grupo uma pessoa que participou somente uma vez e estava agitada, querendo saber de tudo e dizendo que não estava entendendo nada. Comentei com ela que o grupo havia discutido várias questões durante a sua ausência e que para que ela entenda melhor o que está acontecendo é importante continuar participando da oficina, inclusive até para ser um dos participantes do projeto.

Um dos participantes mostrou os cartazes na parede, explicando todo o trabalho até então, situando o momento em que estavam - de dar nome ao projeto e quais seriam os produtos com os quais trabalhariam. Outro participante lembrou que, antes de começar a produção, é preciso “fazer a pesquisa”, que é o mapeamento de consumo e que, para isso, é preciso que o projeto tenha nome para ser apresentado. A pessoa que voltou ao grupo quis ver os produtos – a estopa e o gancho para segurar lona de caminhão –, que foram mostrados pelo assistente social, que explicou como seria o cálculo do custo e a margem de lucro que eles teriam. Ele disse: “isso não dá dinheiro, não”.

Discutimos sobre o fato de que antes de gerar renda para os participantes, o projeto é também para aprender a trabalhar em coletivo, a fazer a gestão conjunta do empreendimento, a se relacionar com as pessoas de fora do CAPS como trabalhadores e não somente como *usuários* do CAPS. Como em todo começo de empreendimento, talvez não seja mesmo suficiente para viver dele, mas isso depende também deles para acontecer.

Passamos, então, à discussão sobre a escolha do nome dentre os que foram sugeridos na oficina anterior. Um dos participantes sugeriu que fossem *Aprendizes do CAPS e Industrial*; outro sugeriu que fosse *Arte em oficina e Trabalhadores do futuro*. Comecei a problematizar os nomes. Em relação à questão de ser aprendiz, isso seria nesse primeiro momento, mas depois de aprender a fazer os produtos eles seriam produtores, trabalhadores. Como ficaria o nome depois disso? Sugerí, então, que juntassem dois nomes *Aprendizes do CAPS – trabalhadores do futuro*, mas eles não gostaram da sugestão e isso foi muito positivo, porque não endereçaram a mim o poder da decisão – mais um elemento de que a autogestão do grupo está acontecendo, embora, nesse momento, um deles esteja despontando como liderança.

Em relação a ter a caracterização como industrial, questionei se poderiam se definir como indústria, visto que, apesar de alguns equipamentos, boa parte da produção seria feita manualmente. Como ficaria dizer para a cidade que são uma indústria nessas condições? Depois dessas ponderações, quem havia sugerido *Aprendizes do CAPS* abriu mão da proposta e aderiu ao *Arte em oficina*, tornando-se este o nome do grupo. Em suma, duas pessoas sugeriram nomes e as demais complementaram essas ideias. Todos concordaram que fosse assim, batemos palmas pela tarefa e para o autor da ideia, lembrando que ele também chegou a esse nome com a contribuição das sugestões de todos que estavam na última oficina.

Além disso, é preciso pensar em como será a forma de apresentação do produto – a embalagem e a etiqueta – e, antes disso, qual será o *slogan* do grupo. Expliquei que o *slogan* é uma frase que diz qual é a proposta do projeto. Passamos a pensar sobre isso, mas decidimos deixar para a próxima oficina e eu fiquei de levar algumas contribuições do que existe na SM e ECOSOL.

No dia 20/05/11, o assistente social e eu conversamos sobre o esvaziamento do grupo, considerando que esse era um acontecimento comum no processo de constituição de grupos. A enfermeira, que estava grávida, não se ocupou mais com a realização da OGTR, mesmo que vez ou outra aparecesse para contribuir; a estagiária da enfermagem esteve sempre presente, parece que congregava com o que estava acontecendo, mas seu pertencimento era transitório, assim como o meu. A coordenadora manifestou preocupações com a demora da formação do grupo e sugeriu ao assistente social que se começasse a produção, mesmo sem ter ainda planejado a compra do material e as vendas. O CAPS forneceria o primeiro material, ou seja, ela queria começar a atividade produtiva nos moldes da OT, como percebi desde o começo das atividades.

Comentei com o assistente social que talvez fosse mesmo a hora de tentar saber quem eram os integrantes do grupo e começarmos a fazer a pesquisa de preços para calcular o preço de custo e de venda dos produtos, desenvolvendo maior concretude ao projeto através da busca por dados de realidade, para depois partirmos para o mapeamento. Para isso, seria importante uma mobilização dos participantes para a presença na oficina. Ele me informou que as OTs estavam com muita participação e isso me pareceu uma comparação e um questionamento a respeito do aparente desinteresse dos participantes pela OGTR e, por isso, estavam deixando de vir.

Nesse momento do projeto, estavam participando 05 (cinco) pessoas – 02 (duas) mulheres e 03 (três) homens. Quando fomos para a oficina, dois participantes estavam presentes, depois chegou uma terceira que, geralmente, era animada e sempre chegava com novidades de doações e de formas de se fazer a estopa, o que me pareceu ser a escolha de produção das mulheres, porque elas sempre se referiam mais a questões relacionadas à produção da estopa.

Um dos participantes que esteve afastado por um tempo por conta da internação de seu irmão me pareceu ser também liderança no grupo, por ter experiência com várias atividades de trabalho, inclusive de comercialização porta a porta, e, também, por ter maior facilidade na execução das atividades relacionadas ao planejamento, produção e gestão do empreendimento. Entretanto, me pareceu que ele tem certa intolerância aos que têm maiores dificuldades, não os incluindo na delegação de tarefas, o que me deixava preocupada com a construção da autogestão no grupo.

Apresentei, como havíamos combinado, os produtos de dois empreendimentos de SM e ECOSOL – uma camiseta com o *slogan* “Loucura pela Arte” da Trabalharte de Juiz de Fora/MG e a embalagem dos bombons de cupuaçu com o *slogan* “Trabalho logo existo” da Cooperativa da Praia Vermelha do Rio de Janeiro/RJ com uma etiqueta descrevendo o projeto de inclusão social pelo trabalho. A repercussão foi boa e aproveitei para voltarmos a falar da importância de toda essa preparação antes de “lançarmos o produto” no mercado da cidade de Nova Esperança. Lembrei que o mais importante ainda era saber quem iria trabalhar no projeto para realizarmos as atividades de pesquisa de preço e de mapeamento antes de começarmos a produzir. Assim, iniciariam o trabalho sabendo o quanto gastariam para produzir e um preço de venda que desse para pagar o custo, comprar mais matéria-prima e distribuir a *sobra* (termo utilizado pelo cooperativismo) entre eles.

Para isso, seria preciso saber quantos e quem seriam os trabalhadores. Levantamos os nomes das pessoas que participaram da maioria das oficinas e chegamos a 08 (oito)

participantes. Ficou combinado que, na semana seguinte, eles conversariam pessoalmente com todos e marcariam a próxima oficina para a pesquisa de preços. Uma das participantes chegou comentando que tem um monte de tecido para fazer estopa e trouxe uma amostra; na conversa, entendeu-se que seria uma estopa mais para limpar móveis do que para posto e borracharia, o que também poderia ser um produto do projeto. Falou, ainda, de uma amiga que tinha várias informações sobre como fazer, onde comprar e comercializar as estopas e que ela se dispôs a ensiná-la. Em vista de sua empolgação em falar sobre as novidades, um dos participantes delegou a ela a pesquisa de preço do material para a estopa, sem incluir a outra participante nessa ação, ficando com ele a tarefa de levantar os preços da matéria-prima para os ganchos.

Comentei que seria bom se a amiga citada pudesse ir ao CAPS ensinar a todos o jeito que ela faz. Era preciso identificar, no espaço do CAPS, qual seria o lugar do projeto onde se poderia guardar o material e os equipamentos para o início da produção. Alguém lembrou sobre a compra de uma morsa para prender o equipamento de fazer os ganchos para lona de caminhão e o assistente social comentou que, na ausência desse equipamento, pode-se improvisar com alguém segurando a máquina e o outro fazendo o gancho.

No final, reafirmei a importância dos participantes definirem se querem ou não trabalhar no projeto e começarem a contribuir nas atividades de planejamento. Uma das participantes, que ficou calada a maior parte do tempo, protagonizou a última frase da oficina: “Tem que ter vontade e atitude pra trabalhar”. Aproveitei para valorizar sua fala diante dos outros.

Era interessante como eu não ficava apreensiva ou ansiosa quando estava a caminho do CAPS. Era quando descia do ônibus que me vinham as ideias sobre o que seria mais importante conversar com os participantes naquele dia, sem me preocupar com quem estaria presente. Talvez porque eu não tivesse a responsabilidade de fazer acontecer os projetos nesse serviço de SM, talvez porque a maioria dos participantes não tinha pressa em “produzir para viver” (SANTOS, 2005), talvez porque não estivesse engajada nesse projeto pela via da produtividade – do ter que mostrar resultado para ter reconhecimento. Talvez, simplesmente, porque permiti que o movimento do grupo tivesse seu fluxo sem imprimir o meu ritmo – não fui coordenadora do processo, fui intercessora encarnada.

No dia 27/05/11, estavam no CAPS o assistente social, a enfermeira e a estagiária. Conversamos sobre como seriam as oficinas seguintes, ficando a próxima por minha conta e do administrador de empresas, para falarmos sobre precificação, e a do dia 17/06 por conta delas em função de uma viagem do assistente social. Sugeri que passassem o filme “Dá pra

fazer” (que eu emprestaria) e discutissem com eles o que aparecesse a respeito da temática do filme. Entretanto, na oficina, descobrimos que um dos participantes viajaria com a família e resolvemos mudar os planos, deixando de fazer a oficina do dia 03/06, de modo que administrador de empresas fosse comigo no dia 17/06, o que também não aconteceu e acabei eu mesma discutindo com o grupo questões relacionadas ao planejamento e autogestão contábil e econômica de um EES. Dessa forma, também não foi possível vermos o filme.

Três participantes estavam na oficina. O assistente social comentou que uma das participantes talvez não tivesse ido porque, durante a semana, ele se incomodara com a insistência dela em trazer as doações que tem conseguido para a confecção das estopas para o CAPS, dizendo-lhe que ainda não tinha lugar para guardá-las e parece que ela não gostou do tom da conversa. O outro havia sido visto indo com a mãe em algum lugar, alguém comentou que ele não está muito bem.

Um dos participantes perguntou para o assistente social se eles poderiam começar a produção depois das férias do CAPS. Aproveitei essas “deixas” para conversarmos sobre onde seria, então, o lugar no CAPS em que poderiam guardar a matéria-prima e os equipamentos e produzir os materiais, além de decidirmos, o que seria necessário organizar antes de começarem a produção. Entretanto, somente poderíamos começar a definir essas coisas a partir da data das férias do CAPS para sabermos o que seria possível fazer até lá e depois do retorno. Começamos pela produção com o levantamento do custo da matéria-prima e dos equipamentos, dois participantes haviam feito a pesquisa de preço referente à produção do gancho para lona de caminhão e percebemos que não seria tão caro para começar, mas seria preciso levantar esse primeiro recurso (o “capital inicial”). Pensou-se em rifa, bingo ou recorrer à secretaria de saúde, ao invés de pedir para algum vereador ou empresário da cidade. Sugeri o “Livro de Ouro” com assinaturas e os valores doados, mas eles não gostaram da ideia.

Uma cena muito legal foi o fato de uma das participantes e eu não sabermos o que é um arame galvanizado; ela me perguntou e eu pedi para eles nos explicarem, um dos participantes nos disse que “é o arame usado no varal que não enferruja porque tem uma camada de aço que o protege”. Então, comentei “agora sim nós, mulheres, conseguimos entender...”. Foi muito interessante circular a informação sem hierarquia, cada um podendo dizer do que sabe e do que não sabe sem vergonha de se expressar, sendo acolhido por quem detém a informação e criando companheirismo com quem não as detém. Essa mesma participante ainda se referia muito a mim para saber sobre algo, por isso, era preciso provocar seu empoderamento diante dos homens mais jovens com os quais ela lidaria no cotidiano de

trabalho. Questionei, então, se os homens estavam mais interessados na produção dos ganchos e as mulheres na produção da estopa. Eles disseram que não, que podem trabalhar com as duas atividades, mas a mesma participante ficou calada.

Fomos, depois, ver o possível local no CAPS que poderia ser o depósito para o material do projeto e onde seria realizada a produção. Existe uma pequena sala com várias prateleiras e um armário, que poderia ser aproveitada para todos os projetos após uma faxina e organização do espaço. Existe uma varanda nos fundos do CAPS (ao lado desse depósito) que tem uma mesa redonda, que poderia ser aproveitada para a produção dos ganchos, e espaço suficiente para abrigar também a produção da estopa. O que se precisaria pensar era na proteção para os equipamentos e o material em dias de chuva, adequando o espaço para o objetivo do grupo, e fazer uma pintura caracterizando-o como o espaço do Projeto “Arte em Oficina”.

Ficamos todos empolgados com a possibilidade e, a partir daí, nossa tarefa seria viabilizá-la junto à coordenação do CAPS e à Secretaria de Saúde.

Quando cheguei ao CAPS, no dia 17/06/11, estavam dois participantes, os chamei para começarmos a oficina e o primeiro tema foi a ausência dos demais. Verificamos junto às listas de presença quem de fato comporia o grupo e identificamos mais três pessoas. Lembraram de outra pessoa que deu a ideia da estopa, mas fazia muito tempo que não ia à oficina. Mesmo assim, ficaram de conversar com ela para saber se ainda tinha interesse em participar. Comentaram, ainda, sobre outro participante, mas concordaram que ele não está muito bem, está mais agitado, não consegue ficar muito tempo quieto, poderia estar entrando em crise, o que afirmaram ser comum entre eles.

Não quis provocá-los a falar sobre como lidariam com os momentos de crise dos que participariam do projeto, já que esse fato seria algo que interferiria de maneira determinante na organização do trabalho e na produção em si da estopa e do gancho para caminhão. Pensei que ainda era cedo para discutir essa questão, talvez fosse melhor esperar começar a produção e diante da concretude da atividade produtiva puxar esse assunto, cuidando para que não lidem desde aquele momento com as impossibilidades que poderiam inviabilizar o seu empreendimento. Quando os outros três chegaram e o grupo estava composto com seus cinco participantes, senti uma alegria ímpar ao vê-los juntos e reconhecendo-se como integrantes de um mesmo projeto. Entretanto, é preciso contemporizar que dentre esses mais freqüentes, apenas uma deles precisaria naquele momento de gerar renda para a família e, aparentemente, ela ainda não estava muito situada em relação ao que estava acontecendo, embora tenha participado de todas as oficinas desde que entrou para o grupo.

Todos juntos, tratamos, então, de cuidar do projeto, retomando a questão do desenho que simbolizaria o grupo (logomarca) e a frase que identificaria melhor o que eles estão fazendo juntos (*slogan*).

Fizemos novamente um “temporar de parpitar”. Todos participaram, lembrando de grandes *slogans* das empresas que fazem propaganda na televisão; fui contextualizando suas contribuições dentro do foco do projeto e do próprio nome que foi escolhido por eles – *Projeto Arte em Oficina*. Apareceram sugestões e um deles as escreveu no papel para depois serem votadas. Foram as seguintes ideias de *slogan*: um projeto em ação; arte de viver; boa profissão; Arte em (sem especificar); apenas uma participante não quis dar opinião e ficou com a primeira ideia.

Então, fui problematizando com eles cada uma das contribuições, questionando sobre onde estava a existência do grupo nessas frases, já que o trabalho deles seria coletivo. Perguntei a quem sugeriu “boa profissão” se ela estava, com a frase que pensou, botando fé de que essa atividade produtiva viria a ser uma boa profissão para ela e para os seus companheiros de grupo e ela respondeu: “eu acho que sim”. Questionei se a repetição da palavra *arte*, que figura no nome do projeto, não seria deixar de dizer algo mais sobre o projeto que definisse melhor a sua forma de trabalhar. Na votação, foi escolhido o *slogan* “um projeto em ação”. Aproveitei e sugeri que talvez pudesse ser “um projeto coletivo em ação”; o autor não gostou dessa maneira e sugeriu “um projeto em ação coletiva” e assim definimos o *slogan*, com a aprovação de todos.



FIGURA 6 – Banner do projeto para sua divulgação na II Feira Regional de Saúde Mental em Nova Esperança em 2011– arquivo pessoal.

Foi muito relevante o autor da ideia se posicionar como sujeito da própria ação diante de seu coletivo de referência, de igual pra igual, tal como se pode ser; aberto a acolher sugestões e reelaborar sua proposta, de maneira a ser reconhecido pelos demais, inclusive por mim que sou *um a mais* na experiência desse grupo. Com essa experiência, me desloquei do lugar de autoridade que experimentei com o grupo nascente dos catadores quando do meu mestrado para o de intercessora encarnada.

Depois disso, voltamos à questão do desenho: ficou definido que um dos participantes que gosta de desenhar o faria, tendo como ideia a ação coletiva; além disso, todos procurariam pela *internet* em separado e depois juntos no CAPS na próxima oficina, imagens e figuras com essa temática para que todos pudessem votar na que julgassem melhor.

Decidido isso, retomamos os cartazes que haviam sido retirados da parede com as informações sobre quais eram as duas atividades produtivas a serem desenvolvidas e o mapeamento de consumo e os pregamos novamente junto com os demais, que continham o trabalho que tivemos em relação ao colocar as onze ideias em contato com a realidade. Enquanto os rapazes cuidavam disso, nós, mulheres, ficamos “tricotando” sobre como se proteger do frio com echarpes e outros produtos de crochê. Uma cena que pode denotar a singularidade de gênero, mas que também pode apontar para a divisão sexual do trabalho.

Acrescentamos à parede o cartaz com o nome e o *slogan* do projeto e um cronograma de ação para o último encontro antes das férias do CAPS. Esse seria para discutir a definição do preço de custo e do preço de venda de cada um dos produtos – reiniciando no dia 29/07 as atividades com a organização do espaço de produção –, além de pensar nas atividades para se levantar dinheiro para comprar a matéria-prima para o início da produção.

Após as férias, no dia 29/07/11, os cinco participantes do projeto compareceram, mesmo que três deles tenham chegado atrasados. Estava definido como atividade aprender a fazer a precificação através do cálculo do preço de custo (a partir da pesquisa de preço realizada por três dos participantes), do valor do trabalho deles e, assim, chegar ao preço de venda.

Chegando ao CAPS tive uma surpresa, os cartazes com a discussão sobre as duas atividades produtivas escolhidas por eles e sobre o mapeamento de consumo a ser realizado não estavam afixados na parede e haviam sumido, lembrando que esses cartazes estavam fora da parede na outra oficina e foram afixados novamente para dar continuidade ao trabalho de planejamento. Tal acontecimento me fez pensar sobre como estava a relação do projeto com os trabalhadores do CAPS que não compareciam às sextas-feiras e, por isso, não nos encontrávamos. Quais seriam suas críticas e com o que estariam dispostos a contribuir? Para

eles, esse projeto fazia mesmo parte do projeto terapêutico ou seria algo à parte? Seria preciso marcar uma nova reunião com todos para conversarmos sobre o projeto que estava próximo de ser lançado à comunidade de Nova Esperança. Seria preciso, também, marcar uma reunião com os familiares dos participantes para dialogarmos sobre o projeto, saber o que pensam a respeito e suas disponibilidades de contribuição.

Como a ausência dos cartazes me incomodou, produzi um agenciamento para saber sobre o que havia acontecido, já que todos os outros continuavam no mesmo lugar, sem que nenhum deles tivesse caído ou sido retirado. Lembrei de que eu havia fotografado todos os cartazes e, portanto, tínhamos as informações necessárias para refazê-los. Foi o que eu e o assistente social começamos e terminamos, com a ajuda dos participantes, na oficina seguinte.

Quando chegaram à sala, os participantes notaram a ausência dos cartazes e eu comentei que não sabia onde eles estavam ou o porquê de terem sido retirados e que iríamos precisar deles para a oficina de hoje. Lembrei que tinha as fotos dos cartazes e poderíamos refazê-los e pregá-los novamente na parede. Dessa forma, seria preciso que fizéssemos um esforço a fim de nos lembrarmos o que estava escrito neles, partindo das perguntas feitas para se entender como se define o preço de um produto. Isso foi trabalhado através de exposição em *data show*, sendo o material cedido pelo administrador de empresas que atua com a ECOSOL.

Durante a exposição, houve a participação de todos. O primeiro *slide* continha a fotografia de um coletivo de trabalho autogestionário com o título: “O nosso negócio”. Eles foram provocados a falar sobre o negócio que estão constituindo. Era possível identificar as diferenças de entendimento sobre o projeto que existe entre eles, mas também era possível perceber um ajudando o outro a se situar no que estava acontecendo. Lembraram que iriam produzir estopa e gancho para lona de caminhão.

Como havia uma foto na projeção, pedi que imaginassem como seria a foto do projeto deles. O que cada um estaria fazendo na fotografia. Uma das participantes respondeu que costuraria e cortaria as estopas, a outra respondeu que pintaria e faria crochê. Em tom de brincadeira eu disse *não vai não* porque essas atividades não são necessárias para se fazer estopa e gancho, tentando trazê-la para o foco do projeto. Ela retomou e disse, é mesmo, é o nosso “objeto” – penso que ela quis dizer “projeto” –, mas, de alguma maneira, a palavra objeto revela uma dimensão de foco do jeito que ela conseguiu entender. Um dos participantes disse que cortaria a mangueira e o arame para preparar o gancho. Os outros dois participantes disseram a mesma coisa.

Então, perguntei: *Quem vai usar a máquina de fazer o gancho?* Os homens se entreolharam e ninguém se manifestou como pronto para fazê-lo. Entendemos, então, que será necessário um treinamento para que eles aprendam a fazer o gancho. Um deles disse que os homens ficam com a fabricação do gancho e as mulheres com a estopa (tentativa de institucionalizar o trabalho dessa forma). Outro entrevistou, dizendo que não precisava ser assim e uma das mulheres acrescentou que também quer fazer os ganchos. Comentei que é importante que todos saibam fazer tudo para quando alguém faltar o outro poder fazer o seu trabalho.

No movimento do grupo, foi possível cartografar os afetos e compreender a distribuição do poder e a divisão sexual do trabalho na maneira como eles atribuíam as tarefas entre si. Através da problematização desse movimento, conseguiram percebê-lo, o que não garantiria que tal movimento não aconteceria novamente quando do início da produção.

No segundo *slide*, estavam as seguintes perguntas:

- Qual o propósito do empreendimento? Qual o ramo de atuação? Capacidade de produção e vendas? Conhecendo o mercado: consumidores, fornecedores e concorrentes.

Discutimos que era um projeto de trabalho coletivo a ser realizado dentro do CAPS e que tinha como propósito, de acordo com um dos participantes, a geração de lucro para os trabalhadores. O ramo de atuação foi reafirmado como produção de estopas e de ganchos para lona de caminhão. Foi consenso não saber a capacidade de produção e vendas porque não “ensaiaram” a produção e não fizeram o mapeamento de consumo. Foi tranquilo definir quem são os fornecedores, os consumidores e os concorrentes a partir do que havia sido discutido na confecção dos cartazes sobre cada ideia que eles deram para o projeto. Interessante notar como todos se envolveram nas respostas a essas questões, demonstrando satisfação por conseguirem responder quase todas a partir do planejamento que havíamos feito juntos.

O “Estudo de Viabilidade” apresenta os seguintes objetivos:

- Identificar e fortalecer as condições necessárias para que o projeto tenha êxito; identificar e tentar neutralizar os fatores que podem dificultar o êxito do projeto; permitir que todos os participantes conheçam a fundo o projeto que estão por iniciar, comprometendo-se com suas exigências e implicações.

Nesse momento, conversamos sobre a importância da participação de todos para que o projeto alcançasse o êxito, além da colaboração das famílias, do CAPS e da Secretaria de Saúde como apoiadores. Para eles, os motivos que mais poderiam prejudicar eram as faltas dos participantes sem aviso prévio e a não realização do seu trabalho no projeto. Nesse

momento, se falou sobre a entrada de outras pessoas interessadas e lembraram-se novamente da permissão de retorno para as pessoas que participaram de muitas reuniões. Os outros teriam de passar pelas atividades que eles passaram antes de entrar no projeto. Todos afirmaram saber sobre o projeto, embora fosse possível perceber diferentes dimensões de entendimento, alguns sabiam esclarecer para o outro sobre o que estávamos falando.

Reafirmou-se a importância da presença de todos nas oficinas onde conversaríamos sobre a organização do trabalho deles no projeto e sobre a precificação para que todos soubessem de tudo, participassem do que estava acontecendo e tomassem as decisões juntos.

Perguntas necessárias: O que vamos produzir? Que quantidade pretendemos produzir? Por quanto produziremos? Para quem venderemos?

Dessas questões, apenas a primeira pode ser respondida nesse momento, as demais precisariam de outras ações que ainda estavam por vir como o mapeamento de consumo.

Sobre os investimentos:

- Listar tudo o que é preciso comprar e gastar para instalar o projeto (máquinas, equipamentos, construção, móveis etc.); Para a produção desejada, quais são as máquinas e equipamentos que precisamos comprar? Qual é o preço?; Vai ser preciso alugar/construir galpão, sala etc?; Listar tudo o que vai ser preciso construir e comprar com os respectivos preços.

Essas questões foram trabalhadas no processo de discussão sobre as ideias que foram sugeridas por eles e estavam afixadas nos cartazes que falavam sobre matéria-prima; equipamentos; onde comercializar; planejamento. Foram discutidas também quais ideias demandariam compra de equipamento, conseguir um espaço para produzir, qualificação para os participantes, dentre outras questões que foram utilizadas como critérios para a escolha da estopa e do gancho para lona de caminhão.

Sobre a matéria-prima:

- Para se produzir, quais as matérias-primas (tudo que é utilizado para a fabricação do produto) que teremos que comprar?; Em que quantidade? Quanto custam?; Qual a quantidade de matéria-prima para produzir uma unidade do produto?; Já foi possível que eles respondessem as três primeiras perguntas, somente a última ainda não, porque não se começou a “ensaiar” a produção.

Sobre o dia-a-dia do projeto:

- Quantas pessoas são necessárias para atingir a produção programada? O que cada um vai fazer? Como será a distribuição do resultado do trabalho?; Eles

querem manter as cinco pessoas no grupo, deixando em aberto a possibilidade de serem seis com um dos que já participou do grupo e sempre é citado. O que cada um fará será definido quando do começo da produção, mas alguns já têm suas preferências e suas dificuldades em relação a algumas tarefas, como por exemplo, costurar. A questão da distribuição dos resultados está muito distante, mas é algo que está no horizonte do grupo.

No final da oficina, um deles comentou que seu primo trabalha em um projeto na APAE e que ganha R\$250,00 mensais. Aproveitei para perguntar a todos quanto eles esperavam tirar com o projeto mensalmente. Pareceu-me que ainda não haviam pensado nisso. Peguei, então, o valor que esse primo recebe e multipliquei por cinco, o que daria R\$ 1.250,00. Caso quisessem receber esse valor, o projeto teria que gerar essa renda todo mês, livre de todos os gastos. Aparentemente, isso os assustou e um dos participantes comentou que se não for renovada sua licença saúde terá de retornar para o mercado de trabalho e deixar o projeto. Comentei que se ele precisar fazer isso, talvez possa conciliar o trabalho fora com o trabalho no projeto dentro do CAPS.

Combinamos, então, de dar o primeiro passo para se começar a produção – fazer a faxina no almoxarifado do CAPS e definir o local nesse para guardar a matéria-prima com a qual irão trabalhar – que ficou marcada para a próxima semana. Para isso, identificamos as pessoas que são alérgicas e definimos que todos nós usaríamos máscara no nariz e luvas para mexer com o material que estava estocado e para lavar o almoxarifado.

Quis participar desse momento com eles por ser a primeira vez que iriam trabalhar juntos fazendo o mutirão da faxina; dessa maneira, poderia escutá-los nessa condição de coletivo, sendo *um a mais* nesse momento, e provocar a reflexão sobre o que vivenciaram nesse dia.

No dia 05/08/11, fizemos o mutirão da faxina no local onde seria guardada a matéria-prima para a produção das estopas e dos ganchos para lona de caminhão. Antes, porém, comecei a reorganizar com o assistente social a reconstrução dos cartazes sobre as atividades produtivas escolhidas que haviam sido retirados da parede da sala das OTs. Fizemos isso através das fotos que eu havia encaminhado por e-mail. A coordenadora chegou ao CAPS e comentei sobre o que estávamos fazendo, sem expressar minha indignação sobre o acontecido, mas marcando a importância desses cartazes continuarem afixados na parede até terminarmos o processo de constituição do projeto (seria importante discutir com o grupo sobre qual destinação será dada a esses cartazes quando do lançamento do projeto).

O assistente social me contou que uma pessoa, que participava esporadicamente da OGTR, havia conversado com os participantes do projeto para saber como estava o andamento e se interessou por voltar, mas afirmou que não iria costurar. Ficamos sabendo, através de umaicineira, que eles fizeram curso de costura juntos, ou seja, ela não quer fazer exatamente aquilo que sabe fazer. Por que será?

Afixamos os cartazes novamente na sala das OTs, enquanto começava uma oficina com duas pessoas, sendo uma delas participante do projeto, no local e horário em que a sala estava destinada à OGTR. Os cartazes com as duas atividades produtivas escolhidas pelo grupo foram novamente afixados à parede com a ajuda daicineira e de um dos participantes do projeto. Lembrei à participante do projeto que estava aguardando para começar a OT que aquele era o dia da faxina do almoxarifado, mas fiquei com a impressão de que ela preferiria ficar nessa oficina. Era preciso saber quem, de fato, tinha interesse em participar do projeto, dando espaço para os que talvez tenham a intenção de sair.

Antes de começarmos a faxina, essa mesma pessoa me falou que esteve doente (com tosse) na semana e que tem problema de coluna. Combinamos que ela não pegaria nada que fosse pesado e ficaria ao ar livre para não ficar muito exposta à poeira. Começamos conversando no local onde antes era servido o lanche. Esse é mais perto de onde irão trabalhar e penso que será o melhor lugar para darmos continuidade às OGTR.

Perguntei ao participante que vem de vez em quando por onde havia andado nesse tempo todo, ele respondeu que não estava bem, estava ouvindo vozes e por isso não podia participar. Perguntei se havia melhorado e ele respondeu que sim. Disse-lhe que era muito bom tê-lo de volta.

Muito interessante falar sobre “ouvir vozes” como um fenômeno passível de acontecer aos sujeitos da experiência da loucura sem que eles precisem ser internados, assim como existem outras pessoas que lidam com outras experiências e estão predispostas a enfrentar outros fenômenos como, por exemplo, uma crise renal.

Combinamos, então, como seria a faxina. Informei que uma das participantes não poderia entrar no almoxarifado e nem carregar coisas pesadas, por isso ficaria na porta, recebendo apenas material mais leve. Lembramos da máscara e da luva, o assistente social as distribuiu e depois de todos preparados, tiramos fotografia para registrar o momento. Antes, combinamos como seria a retirada, a organização do material no espaço de fora e como ele seria colocado novamente dentre do almoxarifado.

Quando começamos a faxina, foi possível observar o processo grupal no tocante à organização do trabalho e à distribuição de tarefas, bem como a disposição de todos com a

atividade. Dois dos participantes pareciam ser mesmo figuras de liderança, envolveram os demais em todas as tarefas sem impedi-los de fazer alguma coisa e sem dar ordens. Isso é muito bom de se ver. De fora do almoxarifado, uma das participantes e eu íamos reorganizando o material, separando alguns que poderiam ser jogados fora, agrupando os semelhantes para facilitar o acesso e, nesse movimento, conversávamos, contando histórias e fazendo brincadeiras. Depois ajudei a lavar o chão do almoxarifado.

Todos se envolveram em retirar o material do lugar onde estava, já que ele corria o risco de ser molhado pelo escoamento da água no final da faxina; isso aconteceu em meio a conversas, brincadeiras e discussões sobre futebol – sociabilidade cotidiana entre amigos, uma coisa muito boa. Enquanto o piso secava, sentamos para conversar sobre a experiência, agora sem luvas e máscaras.

Foi impressionante perceber como uma atividade corriqueira pode se transformar em algo tão potente e agregador. Para não parecer uma atividade com um fim em si mesmo, provoquei os participantes a pensar sobre como seria a disposição da matéria-prima para a produção dentro do almoxarifado. Para isso, relembramos qual é a matéria-prima da qual precisarão para produzir a estopa e o gancho para lona de caminhão. Nesse meio tempo, uma das participantes chegou se desculpando pelo atraso porque teve que atender um entregador que passara em sua casa. Sentou-se perto do participante que vem de vez em quando e o cumprimentou, feliz por ele ter voltado para o grupo. Contou que conseguiu uma pessoa, a oficinaira do CAPS, para ensiná-la a costurar; lembrei que é importante que todos tentem aprender a costurar e, por isso, seria bom a oficinaira ensinar a todos. Lembrei que um dos participantes fez o curso de costura, inclusive com essa oficinaira, e que talvez também pudesse ensinar. Ele disse que isso ocorreu há muito tempo e que não quer costurar, mas pode ensinar.

O assistente social lhes informou sobre a II Feira Regional de Saúde Mental e da possibilidade de lançarmos o projeto nesse evento. Para isso, seria preciso começar o *ensaio* da produção dos produtos a serem expostos. Não nos referimos a essa situação de aprendizagem como treinamento, mas como *ensaio* por ser um momento de construção da concertação entre os sujeitos da *práxis* produtiva de estopas e ganchos para lona de caminhão em constituição.

Fizemos rapidamente um pré-cronograma de ação, começando pela visita à APAE para aprender a fazer a estopa e, ato contínuo, realizar a atividade de entrega da máquina de fazer o gancho pela secretária de saúde e a aprendizagem da produção deste no próprio CAPS.

Para isso, seria necessário ter a matéria-prima. O assistente social comentou que está fazendo alguns contatos e que, em breve, ela estaria disponível sem custo inicial para os participantes. Por conta do horário do ônibus, tive que deixá-los recolocando o material no almoxarifado, sem poder participar do final da faxina. Na saída, informei à coordenadora sobre os encaminhamentos em relação à feira e ao ensaio de produção. Ela me lembrou a respeito da reunião com as famílias e ficou de falar com o assistente social sobre essa questão.

No dia 19/08/11, fomos à APAE para aprender a fazer a estopa – a escolha dos retalhos, a montagem em cima da folha de catálogo telefônico, a costura depois da montagem. Fomos na “comboza” do CAPS, com o assistente social dirigindo. Uma pessoa que participou poucas vezes da OGTR estava no CAPS e o assistente social teve dúvidas se o chamaria ou não para ir. Considerei que não, porque ele não participava do grupo, o que o deixou em dúvida sobre a participação no projeto dos que haviam participado de alguma oficina anterior e mesmo alguém novato. Retomei com ele o que penso sobre o assunto: quem se interessar por participar de uma atividade de geração de trabalho e renda, precisará passar por todo o processo de discussão sobre o trabalho antes de entrar nesse projeto ou mesmo se for construir outro projeto junto com outras pessoas. Tal prerrogativa tem como premissa a prevenção da alienação no processo através de uma reflexão e problematização anterior sobre a dimensão trabalho na vida e nos projetos de quem se interessar em participar.

Dois dos participantes não foram e uma das participantes chegou algum tempo depois de iniciada a visita, quando três deles já estavam aprendendo a montar a estopa. O assistente social nos apresentou para a assistente social que nos atendeu, dizendo que a visita era por conta do “projeto da Márcia”. Conversei com ele sobre isso a fim de desconstruir essa ideia.

Foi muito bom vê-los aprendendo com a instrutora da APAE a escolher os melhores retalho e a montar a estopa, vê-la costurando os tecidos e ensinando-os a retirar o papel depois da costura. Todos se interessaram pela confecção das estopas. Claro que uns tinham mais dificuldade do que outros e seria preciso um bom acompanhamento quando do início do processo de produção para que as dificuldades individuais não criassem dificuldades relacionais e de organização e execução das atividades de produção. Dimensões importantes no processo de construção da autogestão – conhecer suas possibilidades, limites, dificuldades, respeitá-los, correr risco e exercitar a solidariedade.

Houve uma boa interação entre eles e percebi empolgação por parte do grupo, no assistente social e em mim por termos começado a colocar o projeto na realidade sabendo que esse estava cada vez mais próximo de ser concretizado. A participante que me parecia estar desinteressada teve um insight a respeito de alguma coisa da qual não me lembro, mas o mais

importante era saber que ela estava trabalhando subjetiva e cognitivamente para conseguir entender mais o que estava acontecendo e, com isso, poderia vir a se tornar mais sujeito de sua relação com esse trabalho.

No dia 02/09/11, o assistente social estava indignado com alguns acontecimentos relacionados ao projeto. Para ele, não havia interesse, por parte de toda a equipe do CAPS, pelo projeto na maneira como estava sendo desenvolvido. Havia discordância em relação do fato deste estar identificado à Economia Solidária e o pensamento de que o importante seria gerar renda para os *usuários*, não necessariamente através de projetos coletivos e autogestionários de inclusão social no trabalho produtivo.

Isso também me deixou com certa indignação, porque havia mesmo percebido alguns acontecimentos que aparentemente expressaram certo descompromisso da maioria da equipe em relação ao projeto, principalmente depois que começamos a provocar algumas mudanças buscando sua inserção no espaço do CAPS, como a faxina no almoxarifado. Um deles foi a realização de OTs no local e horário designados para a OGTR dentro do espaço interior do CAPS e, mesmo quando não existiam participantes, a oficina permanecia nele, desenvolvendo suas atividades manuais¹².

Entretanto, nesse dia, solicitamos sua saída para que houvesse a OGTR com a participação de 03 (três) pessoas dos 05 (cinco) integrantes – um deles perdeu o auxílio doença e estava à procura de algum trabalho no mercado e a outra estava com problemas familiares; um participante, que não estava muito assíduo, não era mais considerado como sendo do projeto.

O interessante, naquele momento, foi discutir como seria a organização do trabalho de produzir a estopa e o gancho para lona de caminhão. Eles me mostraram os ganchos que fizeram na semana anterior, informando que foi muito tranquilo trabalhar com a máquina, que era muito simples de manejar. O participante que estava se mostrando como uma liderança com foco na tarefa ajudou a todos, inclusive a mim, a produzir um gancho. Antes, porém, explicou todo o processo.

¹² Aqui cabe algumas considerações a respeito da *temporalidade* e da *transversalidade*, a partir das contribuições de Veronese (Comunicação pessoal em 22/02/2013) como categorias que contribuem para a análise da relação dos técnicos com o processo de intercessão. Sabemos que as lógicas produtivista e do tempo escasso permeiam as relações institucionais. Por isso, pudemos identificar certo desconforto de alguns profissionais da equipe do CAPS em relação ao tempo de maturação e de entendimento necessário a eles mesmos e aos sujeitos da experiência da loucura diante da proposta de inclusão social no trabalho produtivo pela via da ECOSOL. Essa perspectiva rompe com a lógica de produção de não-existência e da monocultura do tempo linear, cronológico e produtivista (SANTOS, 2000, 2002) que referenciam a concepção de trabalho na sociedade capitalista. O fato desta ser trazida para o contexto do CAPS como uma oferta de possibilidade produziu uma transversalidade provocadora de outros posicionamentos subjetivos e de concepção de trabalho pelos atores sociais envolvidos no processo de intercessão.

Levei a organização das informações fornecidas pela instrutora da APAE no formato de orientações para a produção da estopa e eles foram complementando com o que faltava. Realizamos a mesma atividade em relação ao gancho. Seria interessante ter um quadro com essas informações descritas no local de trabalho e com espaço para recados, horário de trabalho, atribuições de tarefas na semana etc., com o objetivo de construir, de maneira autogestionária, a organização do trabalho na oficina.

Lembrei sobre qual era o meu pertencimento com o projeto e que ficaria com eles até o final do ano. Como nós ajudamos uns aos outros em nossos projetos, eu gostaria de retribuir a oportunidade de estar com eles, oferecendo um dos equipamentos que precisavam para prender na mesa a máquina de fazer o gancho, que é a morsa. Ficamos de comprá-la na próxima oficina e também de ensaiar a produção da estopa para depois podermos fazer o mapeamento de consumo, aproveitando para divulgar o projeto e o seu lançamento na feira regional dos CAPS, que aconteceria no dia 13/10/11.

O assistente social e eu conversamos com uma funcionária do CAPS que sabia costurar e fazer a estopa para ajudá-los nesse momento de ensaio da produção e, principalmente, a aprender a costurar. Em relação ao restante da equipe, era importante marcar uma reunião para que os próprios trabalhadores da oficina apresentassem o seu projeto como um ensaio para o mapeamento de consumo.

No dia 09/09/11, fomos ao local externo do CAPS, onde eles lanchavam e não mais era utilizado - porque havia aumentado o número de pessoas participando das OTs, não sendo mais possível comportar todos no mesmo lugar na hora do lanche. Essa sala fica perto do almoxarifado e do espaço coberto onde tem a mesa na qual se poderia montar a área de produção dos ganchos. Então, pensamos em torná-la o espaço das OGTR e de produção do grupo.

A sala estava muito suja, com alguns produtos artesanais inacabados em cima da mesa. Improvisamos uma limpeza rápida da mesa. Aproveitei o material da OT para retomar a diferenciação entre essa e a OGTR. Comentaram que em uma fazem artesanato, pintura, crochê; o que fazem é vendido para comprar novos materiais para a oficina e que quando fazem passeios eles pagam uma taxa que inclui deslocamento e alimentação. Qual é a diferença, então? Parecia que ainda não estava muito claro. Comentei que, na OGTR, eles teriam de planejar e trabalhar para produzir alguma coisa que eles mesmos iriam comercializar e fazer a contabilidade, organizar todo o trabalho; o dinheiro que conseguiriam seria para pagar as contas, comprar matéria-prima e depois distribuir o restante entre eles, talvez guardando um pouco para comprar algum equipamento ou fazer um caixa de reserva.

Lembramos que era preciso falar com a auxiliar de serviços gerais para limpar o lugar para fazermos a oficina e quando eles estivessem trabalhando lá no final do dia, eles mesmos limpariam e organizariam o local de trabalho.

Quando perguntei o que farão com o dinheiro que ganharem no projeto, o participante que ainda não se decidiu por ficar respondeu que guardará no banco; outro disse ainda não saber, enquanto uma das participantes afirmou que pagaria as contas da casa e compraria comida. Era preciso falar com os outros participantes que as atividades de trabalho iriam começar e seria importante a presença de todos. Já que eles começariam a trabalhar, somente se falta ao trabalho por um motivo muito forte. Um deles se incumbiu dessa tarefa. Falei, então, sobre o termo de consentimento que precisaria que assinassem antes de terminar minha participação no projeto; li o termo de maneira dinâmica, explicando seu conteúdo, e todos aceitaram assinar, o que aconteceu na semana seguinte.

Antes de sairmos para comprar a morsa na “comboza” (o veículo do CAPS), fotografei todos os cartazes que produzimos sobre as ideias que tiveram para a produção e sobre os critérios de escolha da ideia para a mesma, os retiramos da parede da sala que ocupávamos anteriormente para guardá-los como um *banco de ideias*. Resgatamos o cartaz com o nome do projeto e os outros com as duas ideias que estão sendo desenvolvidas como atividades produtivas e os afixamos na parede central da sala designada para que trabalhassem. Faltava refazer o cartaz do mapeamento de consumo, etapa que adentraríamos a seguir.

Fomos à Casa das Ferragens, no centro da cidade, para comprar a morsa e foi muito bom vê-los juntos, conversando sobre o equipamento. Enquanto o vendedor nos atendia, pude perceber que eles ficaram na expectativa de que o assistente social viesse até nós para efetuarmos a compra juntos, o que não aconteceu, porque ele precisou ficar no carro, em decorrência da falta de estacionamento. Mesmo assim, somente aceitaram fazer a compra depois de terem conversado com ele sobre o tamanho da morsa. Estava consolidada a vinculação entre eles e o assistente social como o técnico de referência deles nesse projeto.

No dia 16/09/11, havíamos combinado de fazer o treino da produção da estopa. Nesse dia, apareceu o sentimento de indignação com o atraso de uma das participantes, sendo considerado um ato de irresponsabilidade com o trabalho. Importante considerar que o local da oficina estava limpo e começamos a preparar o ambiente para a produção da estopa.

Antes, porém, elaboramos um cronograma para os dias 23/09 (ensaio da produção da estopa e do gancho juntos – providenciar equipamento e parafuso para fixar a morsa na mesa redonda para a produção do gancho); 30/09 (fazer o mapeamento de consumo enquanto se divulga o lançamento do projeto da oficina de trabalho do CAPS – *Arte em oficina: um*

projeto em ação coletiva); dia 07/10 (produzir gancho e estopa para a divulgação na feira do dia 13/10).

O assistente social trouxe a máquina de costura, 02 (dois) participantes cuidaram de enfiar a linha na agulha, o que levou um pouco de tempo, até que decidiram tirar a agulha da máquina, colocar a linha nessa e depois recolocá-la na máquina. Tarefa difícil, mas bem sucedida. Podemos ver aí a dimensão do pertencimento e a apropriação dos meios de trabalho dialogando sobre a melhor forma e tomando decisões conjuntas. Foi incrível ver como isso é amplamente possível quando se é permitido, incentivado e refletido. Embora sendo atividades simples, desprovidas de muita complexidade, foi um exercício de se trabalhar de outra maneira, uma subjetivação - produzindo sujeitos coletivos e autogestionários com potência de superar suas dificuldades e organizar sua própria forma e ritmo de trabalho fora da produção em série, com ritmos e tempos controlados - mediada pela heteronomia nas relações de trabalho.

Organizamos a mesa para a produção da estopa e relembramos o processo que havíamos discutido na oficina anterior. A quantidade de retalhos havia diminuído, porque a funcionária que nos estava ajudando com a produção da estopa utilizou alguns para fazer algumas estopas de um jeito diferente da APAE como modelo para os participantes. Entretanto, havia uma quantidade suficiente para um primeiro ensaio.

Organizamos como seria o trabalho e todos se posicionaram em volta da mesa. De posse das folhas da lista telefônica como suporte para a montagem da estopa, eles partiram para a escolha dos retalhos. Fizemos a memória do *como fazer* aprendido na APAE. Eles iam fazendo e trocando ideias, sugerindo, dizendo que daquele jeito não estava certo. O assistente social e eu estávamos envolvidos com a situação mesmo sem montar a estopa, trabalhamos juntos dando os palpites possíveis. Marquei o tempo sem avisar que o faria, somente para termos uma ideia da evolução deles no processo de montagem, porque a costura seria feita depois com a ajuda da funcionária.

Foi mais demorado montar a estopa do que fazer o gancho. Entretanto, a organização do trabalho de forma dialogada e a ajuda mútua foram muito bonitas de se ver, claro que cada um tem seu jeito de falar, mas o clima foi amistoso o tempo todo. Os com maior facilidade ajudavam os de maior dificuldade. Depois de um tempo, uma das participantes chegou e arrumou um lugar à mesa para montar uma estopa e eles mesmos se organizaram, passando a ela informações sobre o que estava acontecendo.

Na hora da costura, duas funcionárias que trabalham na cozinha e nos serviços gerais os ensinaram a costurar. Uma delas chegou com uma postura de tomar a frente no processo,

orientando de maneira diferente como fazer a estopa, de modo que tive de intervir sobre sua postura heterônoma para marcar a diferença da prática que estamos construindo nessa oficina. Lembrei que haviam aprendido na APAE a fazer a estopa com a folha de lista telefônica embaixo para facilitar para eles e porque esse é o tamanho que tem mais saída para a comercialização. Ela insistiu em defender sua ideia, mas desistiu depois, porque iriam custurar as estopas montadas por eles e a outra funcionária chamou para si essa tarefa.

Impressionante sua maneira de acolher as dificuldades deles sem vê-las como impossibilidades e de estimular suas capacidades e autonomia no exercício de aprender a custurar, incentivando-os a tentar até conseguir. Seria uma ótima oficineira. Fiquei emocionada com essa cena. Todos conseguiram “conduzir” a máquina, embora alguns tenham apresentado maior dificuldade, o que nos preocupou em relação à possibilidade de ocorrência de um acidente de trabalho.

A alegria deles em conseguir fazer coisas que talvez nunca imaginassem fazer um dia foi muito bonito de se ver. A cada apropriação, percebo que se sentem sujeitos da ação e vamos acompanhando esse processo no decorrer do trabalho até o final do ano. A grande preocupação era a aparente dissociação da oficina em relação ao restante das atividades do CAPS e a indisposição da coordenação com o trabalho coletivo e autogestionário, o que poderia torná-la, com o tempo, uma oficina hierarquizada, na qual a figura do oficineiro-patrão venha a ser definida e valorizada pela equipe do CAPS.

A produção dos ganchos para expor na feira regional dos CAPS começou no dia 30/09/11. Todos estavam presentes. Entretanto, se repete o movimento do grupo em relação à chegada de seus participantes: os dois homens chegam primeiro, uma das mulheres depois e, por último, a outra das mulheres que tem se atrasado com frequência. Eles conseguiram, com a ajuda do assistente social e minha, organizar o trabalho, dividindo as tarefas de cortar (de acordo com as medidas previstas na madeira), o arame e os pedaços de plástico (de dois tamanhos) para o seu revestimento.

As dificuldades de alguns foram sendo resolvidas no decorrer da atividade e um dos participantes assumiu a liderança e o processo de fazer o gancho no equipamento destinado para essa tarefa. Em determinado momento, as mulheres ficaram com a tarefa de cortar a matéria-prima e os homens com a tarefa de confeccionar os ganchos. Pareceu-me estar em curso certa divisão sexual do trabalho, inclusive verbalizada por um deles: “os homens fazem os ganchos”. Pergunto eu: “Por que”? Não obtive resposta e tive a impressão de que o participante que sugeriu a ideia se incomodou com minha intervenção.

Para não deixar se configurar dessa maneira, pedi ao assistente social que ajudasse as mulheres na confecção de alguns ganchos enquanto os homens cortavam o material necessário. Os dois conseguem confeccionar melhor, mas como não precisavam de uma produção grande nesse momento, pensei ser importante que as duas tivessem o seu tempo necessário para também conseguir fazê-lo. Ficamos na expectativa do como o grupo lidará futuramente com essa questão.

O assistente social se contrapôs à tentativa de produzir estopa para a feira; entendi que estivesse preocupado com a dificuldade do grupo em produzi-la com qualidade, mas tive a impressão de que ele estava querendo abolir a ideia. Resolvi conversar com ele sobre isso na próxima oficina em que estivesse presente.

Independente disso, o mais importante foi ver o grupo acontecendo e sendo capaz de produzir a quantidade de ganchos projetados para serem apresentados na feira. Além disso, de conseguirmos criar as etiquetas e o *banner* com colaboração externa e gratuita de um aluno do curso de Artes Visuais da UEM. Os participantes do grupo se dispuseram a ir ao CAPS em outros horários para terminar o processo de produção em tempo para o lançamento do projeto na feira.

Solicitei à coordenadora do CAPS um espaço na reunião da equipe para que os participantes do projeto possam apresentá-lo e preparei uma apresentação em *data show* com algumas fotografias do processo de constituição do grupo.

Não pude ir à II Feira Regional do CAPS, no dia 13/10/11, mesmo tendo voltado de viagem do feriado com esse objetivo, por conta de uma chuva muito forte em Maringá que impossibilitou o meu deslocamento até Nova Esperança. Fiquei muito chateada, mas depois pensei no que poderia acontecer sem a minha presença e talvez isso fosse bom para a autonomia do grupo. Estava previsto o lançamento do projeto, mas não tivemos como prepará-lo por conta da prioridade na produção dos ganchos para o lançamento.

O assistente social me informou que o lançamento oficial não aconteceu e me passou a seguinte mensagem por *e-mail*: “Não foi possível fazer uma exposição oficial do projeto, porém os meninos [...] deram um *show!!!* Eles explicaram para a prefeita (e outros políticos que foram visitar a feira) detalhadamente o projeto, a produção dos ganchos, tudo enfim, desde o início do projeto. Fiquei surpreso e emocionado. Foi lindo!! Não se esqueceram de ti...!!”¹³

¹³ (S. Palombini II, comunicação pessoal, 15 de outubro de 2011).

Também fiquei muito emocionada ao ler essa mensagem e me dar conta de que se apropriaram do que é deles.

Como havia preparado um material com as fotos sobre o projeto desde o início para ser utilizado na reunião com a equipe, resolvi mostrar ao grupo no dia 21/10/11. Antes, porém, seria bom conversarmos um pouco sobre como foi a feira e o processo de produção dos ganchos que foram expostos nela.

O assistente social me relatou que havia R\$ 10,00 no caixa do projeto, por conta da venda de uma embalagem com 20 ganchos durante a feira. Disse, também, que havia acabado o arame galvanizado e que esse dinheiro daria para comprar mais. Embora soubéssemos que quem decide o que fazer com o dinheiro é o grupo, poderíamos problematizar a questão da utilização do dinheiro como uma decisão deles, tendo como foco a continuidade do processo de produção, que começaria a ser pago pelo próprio trabalho deles.

Contou, também, que na segunda-feira somente 02 (dois) participantes (uma mulher e um homem) vieram para a oficina terminar de produzir os ganchos e ficaram incomodados com a ausência dos outros dois. Muito boa essa indignação; para mim, representa a constituição de um coletivo de trabalho em que todos devem trabalhar e contribuir, ou seja, autogestionário.

Outra coisa interessante foi a estagiária de serviço social perguntar para eles, na oficina anterior à feira, como poderia ajudá-los e terem definido juntos qual seria a melhor forma. O que me faz pensar na possibilidade dela se apropriar, enquanto participante da equipe (mesmo que de forma temporária), de modos mais participativos de lidar com os que são atendidos pelo CAPS. Ou seja, sendo supervisionada pelo assistente social que participa das OGTRs, ela entendeu sua proposta e contribuiu com o grupo sem tomar para si o poder de fazer o que tinha de ser feito. Participando igualitariamente, ela reafirma a proposta de organização do trabalho de maneira democrática e autogestionária.

Tirei uma dúvida sobre a posição do assistente social a respeito da produção de estopas – a meu ver, ele parecia estar reticente. Ele disse que não era isso e a preocupação seria com quem iria acompanhá-los na aprendizagem da costura, mas que falaria com a coordenadora para liberar a funcionária que contribuiu com a aprendizagem da costura pelos participantes às segundas-feiras, que não tem OT, para participar do projeto. Após a conversa, resolvemos chamar os participantes para verem as fotos no computador do escritório do CAPS.

Como sempre, a ordem de chegada foi a mesma, ou seja, ainda havia discrepância entre eles em relação ao comprometimento com o horário de início da oficina. Nesse dia, o

participante que ainda vem de vez em quando também apareceu para participar da oficina, desde o começo até o fim.

A primeira apresentação das fotos foi muito interessante, uma vez que consistiu em uma rememoração de todo o processo de constituição do grupo. Todos foram se lembrando de pessoas que não ficaram e de suas contribuições, das fases do processo, de como aconteceram as atividades, perguntando uns aos outros quando não se lembravam de alguma coisa. Quando repassamos as fotos para as duas que chegaram atrasadas, mesmo sendo mais rápido do que a primeira vez, todos mantiveram o interesse pela atividade.

Combinamos de todos participarmos da reunião com a equipe e deles escolherem quem seria a pessoa do grupo que apresentaria o projeto, podendo utilizar as fotos como ilustração. Um detalhe importante foi quando apareceram as fotos do ensaio dos quatro que ficaram no grupo e eram, então, os integrantes do projeto. Nesse momento, lembrei a todos que outras pessoas podem entrar no projeto, como o participante que de vez em quando visitava o grupo, mas ainda não definiu se queria ficar para valer. Como ele participou de quase todo o processo de constituição desse grupo, caso quisesse, ainda daria tempo de começar.

Nesse momento, tomei para mim a decisão sobre quem teria ou não condições de entrar no grupo ao invés de fortalecer o poder de decisão do grupo. Um equívoco que somente mais tarde me dei conta.

Lembrei que a partir daquele dia passaria a ser um compromisso de trabalho e, por isso, não daria mais para faltar ou mesmo atrasar para trabalhar no *Arte em Oficina*, que estava deixando de ser uma OGTR para ser um projeto. Lembrei, também, do mapeamento de consumo e do momento do ano em que estávamos. Dali a pouco viriam as férias do CAPS e questionei quais seriam as ações do projeto até terminar o ano. Convoquei-os para pensar sobre a relação entre o que acontece dentro do projeto e sua relação com o mundo externo, sendo os possíveis consumidores um de seus aspectos.

O assistente social sugeriu que o projeto acontecesse às segundas-feiras com a produção de estopa e às sextas-feiras com a produção de gancho. Seria de responsabilidade de todos do grupo que a partir daquele momento se encontrariam para trabalhar juntos nesses dois dias no CAPS. Na segunda, ficariam mais com a estagiária de Serviço Social e com a funcionária que os ensinaria a costurar e, na sexta, com o assistente social. Quando eu estivesse presente, cuidaríamos do mapeamento de consumo que precisaria de produtos para ser mostrados aos possíveis consumidores da cidade. Assim, a produção para a comercialização começaria a partir do ano seguinte (2012).

Dessa maneira, começo meu desligamento dessas pessoas, dos trabalhadores do projeto *Arte em Oficina*, do meu companheiro assistente social, do CAPS e de Nova Esperança. Entretanto, me comprometo com as últimas tarefas a serem cumpridas: a realização da reunião de apresentação do projeto à equipe do CAPS e o mapeamento de consumo.

De 11/11 a 16/12/12, nos dedicamos a essas duas tarefas. No início desse momento, 02 (duas) participantes do projeto estavam passando por problemas de saúde pessoais e com pessoas da família. Assim, a preparação para o mapeamento de consumo foi realizada pelos dois participantes, o assistente social e eu. A estagiária de enfermagem reencontrou o mapa que nos havia sido disponibilizado quando começamos a pensar nessa atividade há algum tempo atrás. Como não conheço a cidade, não pude ajudar a encontrar os pontos no mapa onde existem Postos de Gasolina, Oficinas Mecânicas, Borracharias e Lava-Jatos. Sendo assim, os demais se ocuparam dessa tarefa. Enquanto fui procurando os nomes e endereços dos lugares na lista telefônica, eles identificavam e marcavam com cores diferentes no mapa cada uma dessas categorias de possíveis fregueses/consumidores.

Eles identificaram uma região onde havia uma maior concentração de borracharias e oficinas nas quais poderiam comercializar a estopa. Como se localiza na estrada, seria também um lugar possível para a venda dos ganchos para lona de caminhão.

Foram identificados 06 (seis) postos de gasolina, sendo que um deles tem parada para descanso; 05 (cinco) oficinas mecânicas, sendo uma delas bem próxima ao CAPS; 03 (três) borracharias e 01 (um) Lava-jato (ao lado do CAPS). Combinamos que faríamos primeiro o mapeamento de consumo da estopa e, depois, o do gancho para lona de caminhão.

Foi interessante trabalharmos como um grupo em que se pode contar com a participação de todos, dentro das possibilidades de cada um. Vê-los olhando e se apropriando da cidade, tendo como foco o produto do trabalho que podem oferecer a ela foi muito emocionante, mesmo que fosse, ainda, um acontecimento em processo. Lembrando que eles conhecem as pessoas desses lugares, o que pode facilitar o contato e a aceitação do produto pelas relações de proximidade ou mesmo de amizade.

Assim, combinamos como seria feito o mapeamento. Como seria preciso garantir a identificação do trabalho deles, nesse momento, como protegido, entregaríamos, em cada lugar, o folder do CAPS informando que eles participam de um projeto de geração de trabalho e renda como uma das atividades desenvolvidas no CAPS, caracterizando-o como não remunerado. Levaríamos algumas estopas em uma embalagem com a etiqueta do projeto para deixar de amostra (foram escolhidas e embaladas as melhores); no outro dia, levaríamos

ganchos em embalagens de 20 unidades e alguns avulsos para serem manuseados pelos possíveis clientes. Além disso, levantaríamos informações sobre o empreendimento como o nome, o endereço, o telefone, a quantidade de estopa ou gancho consumida e os fornecedores.

Na oficina seguinte, realizamos o mapeamento de consumo da estopa. Organizamos o material para a divulgação e fomos ao lava-jato ao lado do CAPS, à oficina mecânica quase em frente ao CAPS e à oficina mecânica Maran, localizada em uma avenida também próxima. O assistente social ficou responsável pela anotação das informações, os trabalhadores pela apresentação do projeto e do produto e eu na retaguarda. Nas duas primeiras, de menor porte, tivemos uma ótima receptividade, os responsáveis disponibilizaram as informações solicitadas com tranquilidade, mostraram as estopas que usam e se dispuseram a comprar do projeto também (atualmente o único fornecedor é a APAE). O primeiro encomendou que o projeto faça uma estopa menor, porque atualmente cortam a que compram da APAE ao meio para adaptar à necessidade deles. Na segunda, houve certo estranhamento quanto à abordagem inicial feita por um dos trabalhadores, que foi modificada pelo outro trabalhador sem desqualificar o que o primeiro havia feito e a situação foi contornada. Na última, de maior porte, que atende somente carros, fomos recebidos apressadamente e com a informação de que consomem da APAE; mesmo assim, entregamos o folder e o assistente social coletou as informações necessárias. Talvez esse lugar não fosse um cliente possível, mas não custava insistir.

O mais importante disso tudo foi caminharmos juntos pelas proximidades do CAPS com um motivo construído por uma ação coletiva, na qual todos estavam sabendo o que e como fazer, imprimindo, nesse consenso, sua singularidade, se relacionando e lidando com uma realidade diferente da que até então haviam vivido. Os participantes do projeto, como apresentadores, interagiram mais e foi possível observar que um deles estava mesmo se definindo como liderança democrática nesse processo.

Houve uma OGTR nesse meio tempo e o assistente social me contou que somente um dos trabalhadores havia ido à oficina para produzir mais ganchos e esse, ao terminar seu trabalho, reservou o que havia feito em uma sacola de plástico para deixar claro que essa seria uma produção somente dele e não teria rateio com os outros quando fosse vendida. Pensamos que isso seria justo e poderia chamar a atenção dos demais a respeito das formas de organização do trabalho em todas as atividades a serem desenvolvidas a partir da elaboração do regimento interno do projeto.

Continuamos com o mapeamento de consumo do gancho para lona de caminhão. Todos os trabalhadores estavam presentes, por isso, foi preciso informar o que havia sido e

como foi feito o mapeamento. Decidimos ir a um dos postos de gasolina identificados para fazer um teste e conhecer como as pessoas reagiriam à oferta desse produto. Esse posto se localiza perto do CAPS e não precisaríamos de veículo, já que o serviço estava sem motorista. Ao sairmos do CAPS, vimos uma carreta estacionada e pudemos observar como o gancho estava colocado e como segurava a lona, seu formato e tamanho. Os trabalhadores ficaram satisfeitos ao identificar que o gancho produzido por eles era semelhante ao visto no caminhão, somente a cor da borracha era diferente (pensando nisso, esse pode ser um diferencial ao fazer ganchos com cores diferentes para combinar com o layout do veículo.)

No caminho, fomos identificando possíveis outros lugares onde poderíamos deixar os produtos do projeto. Um dos trabalhadores fez a abordagem das pessoas no posto de gasolina, identificou o projeto de geração de renda (esqueceu-se do trabalho) como sendo desenvolvido dentro do CAPS e entregou o folder, e o outro apresentou o produto. A pessoa que estava no caixa disse para conversar com o gerente do posto; este, por sua vez, informou que não trabalham mais com diesel e, por isso, não atendem mais caminhoneiros. Sugeri que fôssemos ao posto na estrada ali perto, onde aqueles “fazem parada” e poderiam se interessar pelos ganchos.

Foi interessante observar que um dos trabalhadores conquistou desenvoltura no que estava fazendo e o outro conseguiu aguardar o momento de entrar na cena após a sua fala, embora o tenha feito com sua singularidade peculiar. A experiência foi satisfatória porque a cada movimento de aproximação com a cidade foram sendo construídas outras formas de expressão e os participantes se apropriavam mais do que estavam fazendo e identificavam melhor o que poderiam fazer para que o projeto desse certo. Sempre que voltávamos do mapeamento, sentávamos e elaborávamos a experiência, conversando sobre o que aconteceu e prospectando quais seriam as próximas ações.

No último dia de trabalho de campo, foi realizada a reunião entre a equipe do CAPS (coordenadora e psicóloga, assistente social, terapeuta ocupacional e estagiária da enfermagem), 03 (três) participantes do projeto e eu. Comecei apresentando todo o processo, desde o início do trabalho com os sujeitos da experiência da loucura, deixando bem claro que desenvolver atividades de geração de trabalho e renda é uma tarefa da equipe de SM através, em princípio, da OGTR que é diferenciada em objetivos e em metodologia da OT. Uma questão importante era endereçar para a coordenação as demandas de equipamento para o projeto, assim como a preparação de outros que queiram dele participar ou mesmo criar outros projetos no âmbito do CAPS.

Apresentamos as fotos que foram tiradas no decorrer do processo e os trabalhadores, o assistente social e eu fomos comentando sobre o momento que elas representavam. Cada fase como um marcador temporal: o início do grupo, quando todos podiam participar; os que se interessaram por desenvolver uma atividade produtiva; os que levantaram as ideias para as atividades produtivas; os que definiram as duas ideias (fator delimitador do início do projeto) e se definiram como trabalhadores do *Arte em Oficina*, começando a ensaiar o processo de produção da estopa e dos ganchos para lona de caminhão; a produção dos ganchos que foram comercializados na II Feira Regional do CAPS, quando apresentaram o projeto para a cidade e os demais CAPS da região.

O terapeuta ocupacional perguntou sobre alguns equipamentos e contribuiu fazendo a diferenciação entre matéria-prima e equipamentos para os participantes; comentou sobre a presença do mapa na foto do mapeamento de consumo. Além disso, trouxe a questão do grupo em constituição com os usuários de álcool e outras drogas que ele e assistente social estavam acompanhando.

Quando falamos sobre o mapeamento de consumo, percebi que era preciso discutir mais o porquê de algumas ações como, por exemplo, o fato de levar o *folder* para entregar aos possíveis clientes. Parecia não ter ficado claro, para os trabalhadores do projeto, a questão de informar para a cidade que essa é uma atividade desenvolvida dentro do CAPS, no âmbito do trabalho protegido, impedindo que eles percam o BPC. Sendo assim, seria preciso cuidar para que eles não atuem de maneira alienada.

Fiz questão de marcar a importância do CAPS se apropriar do que foi construído ali dentro, porque era uma construção coletiva deles, como trabalhadores, do assistente social e de todos que participaram do projeto, inclusive eu. Lembrando que a inclusão social no trabalho produtivo era uma tarefa do CAPS no contexto do projeto terapêutico singular deles. Com a participação do assistente social no curso do Ministério da Saúde com a Incubadora Tecnológica da UFRJ, a equipe estaria em condições de acompanhar o projeto no tocante à gestão. Com isso, ele teria a função de multiplicador do processo na região. A coordenadora lembrou que a diretora regional de saúde até se admirou de Nova Esperança ter sido escolhida para participar desse curso e que o projeto daria maior visibilidade ao próprio CAPS na cidade, na região, no Estado e no MS. O assistente social lembrou que a partir da inscrição do projeto no CIST seria possível pleitear recursos através dos editais do MS para comprar equipamento e matéria-prima. Parece que foi possível fazer a inscrição do projeto *Arte em Oficina* na dinâmica social do CAPS.

O último encontro, no início de 2012, não foi no contexto de uma OGTR porque era uma despedida. Tinha comigo a posição de conversar sobre minha saída do projeto e prospectar com os trabalhadores, o assistente social e quem mais estivesse presente, a respeito das ações a serem desenvolvidas para garantir a continuidade do *Arte em Oficina*. É claro que a decisão de sair era minha. Percebi, porém, que mesmo sabendo da importância dessa ação para o projeto, gostaria de continuar participando do processo desse coletivo. Havia um vínculo constituído pelo afeto, pelo compromisso com o seu êxito, pelo engajamento militante com a transformação social. Como foi difícil deixar de ser *um a mais*. Isso também compõe a subjetivação do intercessor encarnado – viver o luto de deixar de ser um dentre outros para se dedicar à sua *práxis* singular de produção de conhecimento.

Quando começamos a conversa, a enfermeira que estava de licença maternidade havia retornado ao grupo. Tal fato me fez lembrar a música *Encontros e Despedidas*, do Milton Nascimento: “(...) e é assim, chegar e partir, são só dois lados da mesma viagem”.

Retomamos de onde paramos – a reunião com a equipe do CAPS no final do ano, quando tratamos do futuro do projeto e da participação da equipe nesse. Nesse momento, recapitulamos a história do projeto e aproveitei para reafirmar que esse é uma tarefa do CAPS e não uma atividade sob a minha responsabilidade em função do meu doutorado. Sendo assim, minha contribuição foi propor a discussão sobre a inclusão social no trabalho produtivo e a construção de um projeto dentro do CAPS, através de OGTRs que possuem uma metodologia e um objetivo diferenciados das OTs. Lembrei que essa temática é um dos eixos da Reforma Psiquiátrica e compõe o projeto terapêutico singular dos que são atendidos pelos serviços de SM.

Retomando o encontro com os participantes e a equipe do CAPS no final de 2011, me pareceu mesmo que o processo de produção coletiva estava acontecendo porque, diante da proposta de fazer a memória daquela reunião, todos participaram complementando as informações uns dos outros. Tal fato me fez pensar que o coletivo e o autogestionário continuam em curso – agora não mais restrito à atividade produtiva em si, está encarnado na prática discursiva de seus participantes. No final, lembrei que também falamos sobre a minha saída do projeto. O que não significava uma ruptura radical porque eu poderia estar com eles novamente ocupando outro lugar – o de formadora em Economia Solidária. Informe sobre o curso de formação que eles poderiam participar, caso quisessem.

Essa ação seria mais um passo para a inscrição no social dos participantes como trabalhadores em constituição de um empreendimento coletivo e autogestionário. Interessante, também, foi o fato de um dos participantes sugerir a apresentação das fotografias com a

história deles de construção do Projeto *Arte em Oficina*. Além, claro, de divulgar o projeto e seus produtos, seria uma forma de contribuir com os demais através do relato da experiência deles para um coletivo mais ampliado.

O curso aconteceu em Nova Esperança em 2012. Contribuí com um dos módulos e apresentei as fotografias, como foi sugerido no último encontro. O assistente social participou, mas os sujeitos da experiência da loucura não participaram. Questionei o fato, mas me dei conta de que não participava mais do projeto e, por isso, somente contribuiria com suas decisões se houvesse alguma demanda, o que não era o caso. Naquele momento, consegui compreender o fato de que havia desocupado minha função de intercessora encarnada na relação com os trabalhadores do *Arte em Oficina – um projeto em ação coletiva*.

3. 3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Consideramos que o campo de intercessão foi constituído pela *práxis* produtiva dos sujeitos da experiência da loucura, atendidos no CAPS, que se interessaram em conversar sobre a questão do trabalho e, depois, passaram a participar das OGTRs, desencadeando o processo de constituição de um coletivo de trabalho em construção de sua autogestão que é o *Arte em Oficina – um projeto em ação coletiva*.

Inicialmente, a perspectiva da equipe do CAPS em relação a esse movimento esteve relacionada à realização da minha pesquisa de doutorado, mesmo havendo a participação direta de dois trabalhadores da equipe junto comigo. Tal condição foi sendo desconstruída na medida em que a OGTR constituiu-se como um espaço em aberto onde outras pessoas, como a auxiliar de serviços gerais e a Secretária de Saúde, participaram e contribuíram, sugerindo possibilidades, principalmente em relação à escolha da atividade produtiva e ao mapeamento de consumo realizado.

Além disso, não havia preparação alguma de minha parte *a priori* como intercessora encarnada. As ações a serem realizadas em cada oficina eram definidas após a chegada ao CAPS e no encontro com o assistente social e outros trabalhadores para elaborarmos quais seriam as ofertas de possibilidade com as quais operaríamos naquele dia, retomando sempre o princípio ético da autogestão e da noção de *práxis* como norteadores da ação junto aos participantes da OGTR.

Nas reuniões realizadas com a equipe para informar, discutir e refletir sobre a experiência em curso no CAPS, foi possível perceber a passagem de um distanciamento dos demais trabalhadores não envolvidos diretamente com o processo, como se este fosse algo de

fora para dentro do serviço, para a identificação de que essa atividade compõe suas atividades no campo da SM. Nesse sentido, outros processos de discussão sobre inclusão social no trabalho produtivo começaram a acontecer com os que são atendidos por questões relacionadas ao uso de álcool e outras drogas, já que se trata de um CAPS I, onde se atende toda a demanda em SM do município.

O acesso à informação relativa ao intercâmbio entre SM e ECOSOL, a presença dessa questão no site do Ministério da Saúde no *link* da Saúde Mental, bem como as publicações, cartilhas e portarias relativas a essa temática despertaram o interesse dos demais em se apropriar desse processo em curso.

Além disso, os participantes do *Arte em Oficina* constituídos como um coletivo de trabalho em processo de construção de sua autogestão passaram a participar das reuniões em equipe para discutir o seu próprio projeto. Sendo assim, posicionaram-se como sujeitos de sua própria ação, como trabalhadores que construíram um projeto que pode vir a ser um EES e que demanda a contribuição da equipe do CAPS.

Diante do exposto acima, podemos considerar que a *práxis* de intercessão (DI) empreendida está em consonância com a noção de *clínica ampliada* na qual “a análise se produz em um campo de forças (...) e a clínica torna-se uma relação estratégica nos espaços sociais, e não o ato médico ou psicoterapêutico do espaço do consultório” (AMARANTE; TORRE, 2001, p. 78). Podendo, assim, ser realizada em diferentes locais, momentos e acontecimentos do campo social.

O mapeamento de consumo pode ser considerado uma experiência de *clínica ampliada*. As visitas às oficinas mecânicas, ao lava jato e aos postos de gasolina situados no campo social do entorno do CAPS foram realizadas tendo como pano de fundo o intuito de divulgar a existência do projeto e dos produtos do trabalho de seus participantes, atendidos em um serviço de SM. Muito mais do que isso, propiciou momentos importantes de se transpor o território atribuído aos loucos, porque esses foram ao encontro do outro com uma oferta de troca que, para além da econômica, é também social. Nesses ensaios, nos foi possível construir táticas contra o estigma de “doido” porque estivemos presentes enquanto participantes do mesmo projeto sem intervir nas tentativas dos participantes de se expressarem nos espaços que compõem o circuito econômico da cidade.

Nesse contato, foi possível que eles se assumissem como sujeitos trabalhadores diante de outros no cotidiano dos acontecimentos da vida, lançados ao risco e às possibilidades do encontro ou do desencontro. Embora, sendo seus próprios interlocutores nesse momento, estavam identificados à instituição CAPS e acompanhados por dois profissionais. Essa

condição também se configura como uma tática, tendo em vista que estão em busca de construção de autonomia, mas alguns deles recebem Benefícios de Prestação Continuada (BPC).

Entretanto, na *práxis* de intercessão, não se desconsiderou a existência do sofrimento psíquico, mas também não estivemos circunscritos à estrutura clínica ou ao nº no CID 10 correspondente aos que participaram das OGTR, ou mesmo com o número de internações pelas quais passaram.

Nessa perspectiva, é importante saber que o fato de alguém ouvir vozes o impossibilita de manter o contato social cotidiano que o trabalho demanda, mas que isso se aplica também a alguém que sofre de algum outro transtorno em saúde, como, por exemplo, um infarto. Em ambos os casos, às vezes, é necessário um período de afastamento com o retorno posterior às atividades cotidianas, inclusive as de trabalho.

No processo de organização do serviço, no tocante à inclusão social, um fato interessante foi quando o assistente social passou a elaborar o projeto a ser apresentado à Secretária de Saúde e ao Prefeito Municipal, com o intuito de ampliar as possibilidades de financiamento para as iniciativas através da pactuação entre o município e o Ministério da Saúde. Nesse movimento, junto com a Coordenadora do CAPS, ele “descobriu” que no documento de criação do CAPS está previsto a realização de ações de geração de trabalho e renda como uma das atividades que deve constar no projeto terapêutico dos que são por eles atendidos. Tal fato desconstrói a perspectiva inicial de dissociação entre a questão do trabalho produtivo dos sujeitos da experiência da loucura ser apenas uma proposta da intercessora por conta de seu doutorado e não ser uma tarefa da equipe de SM, passando a ser algo legitimado pelas diretrizes da PNSM, que criou o próprio dispositivo CAPS.

Sabemos que algumas questões ainda estão por serem refletidas e colocadas na realidade social, como, por exemplo: Como será a relação do Projeto *Arte em Oficina* com o CAPS que o abriga? E com os familiares dos que dele participam? E com a cidade onde moram? E com os EESs da região? E com o poder público local? E com a política estadual e nacional de SM e de ECOSOL?

Sabemos que o processo de mudança paradigmática e de produção de um modo de subjetivação provocados pelo trabalho no contexto de uma prática de constituição de um EES pelos sujeitos da experiência da loucura é tarefa instigante e desafiadora, mas que também traz, em seu bojo, idiosincrasias que podem impactar sobre a saúde e a vida dessas pessoas.

Sabemos, também, que as condições iniciais de trabalho desse coletivo não foram as melhores, mesmo porque, naquele momento, ainda não se era possível contar com o apoio

mais efetivo das políticas públicas locais e da própria comunidade para a sua efetivação e manutenção.

Entretanto, nos foi possível realizar a vigilância em relação aos impactos dessa experiência em seus participantes, problematizando com todos, em cada oficina, sobre suas expectativas e preocupações, assim como as estratégias para se lidar com essas no contexto da realidade de suas condições de existência e do território onde atuariam como trabalhadores.

Além disso, é possível promover o acesso do coletivo a atividades de formação e de organização das redes sociais da ECOSOL na região, e a política pública da Assistência Social com seus programas de qualificação profissional no âmbito da inclusão produtiva. Existem, também, experiências dessa natureza em outras cidades próximas e uma Rede Nacional de Empreendimentos de Saúde Mental e Economia Solidária constituída pelos empreendimentos mapeados pela Área Técnica de Saúde Mental do Ministério da Saúde através do CIST, onde o projeto *Arte em Oficina* está cadastrado, ou seja, possui um registro institucionalizado de sua existência.

Nesse caminho, realizei alguns contatos com professores e profissionais de projetos no campo da ECOSOL que se dispuseram a acompanhar o *Arte em Oficina*, realizando o processo de incubagem com foco na comercialização e autogestão contábil e financeira; assim como na constituição da associação de usuários, familiares e trabalhadores da Saúde Mental no município de Nova Esperança/PR que, posteriormente, poderá ser o lugar fora do CAPS para as atividades de trabalho produtivo dos sujeitos da experiência da loucura e de outros que com eles queiram compor.

A última notícia que tive sobre o *Arte em Oficina*, através do assistente social, foi que, em setembro de 2012, os integrantes conseguiram realizar suas primeiras vendas de ganchos. Os trabalhadores ficaram tão empolgados que fizeram juntos a entrega do produto do seu trabalho aos seus *fregueses*, fazendo a contagem das embalagens e negociando o preço final da encomenda. Na gestão do recurso financeiro advindo dos pagamentos à vista, decidiram comprar mais matéria-prima e dividir igualmente a *sobra* entre eles, ou seja, experimentando o circuito virtuoso da produção, comercialização e consumo no mundo das trocas sociais e econômicas.

Um direito conquistado a ser cotidianamente garantido.

CAPÍTULO IV – A PRÁXIS UNIVERSITÁRIA NO DIMPC: UMA OFERTA DE POSSIBILIDADE AOS QUE CONTRIBUEM COM A CONSTITUIÇÃO DE COLETIVOS DE TRABALHO AUTOGESTIONÁRIO

*Acreditar no mundo significa
principalmente suscitar acontecimentos,
mesmo pequenos, que escapem ao controle,
ou engendrar novos espaços-tempo, mesmo
de superfície ou volume reduzidos. (...) É
ao nível de cada tentativa que se avaliam
a capacidade de resistência ou, o
contrário, a submissão a um controle.
Necessita-se ao mesmo tempo de criação e
povo.*

Deleuze, 1992, p. 218.

Após o término da *práxis* de intercessão é chegado o momento de nos dedicarmos à *práxis* universitária ao experimentar produzir conhecimento sobre nossa própria ação no campo como intercessora encarnada dialogando com as teorias que nos referenciam no campo da Ciência nesses tempos de transição paradigmática e de complexidade.

Como vimos, anteriormente, o Dispositivo Intercessor toma a noção de campo como o território da realidade concreta e da intersubjetividade em que acontece o encontro entre a *práxis* dos sujeitos que compõem este território, caracterizando o campo de intercessão, com a *práxis* de intercessão do intercessor encarnado. Essa vai para além da intervenção porque sua ação não se esgota no próprio campo, pois é a partir e *a posteriori* dele que é construída a *práxis* universitária como um *Meio de Produção* do conhecimento (DIMPC). Nesse sentido, o presente capítulo tem como foco a produção de conhecimento sobre a *práxis* de intercessão por mim construída como intercessora encarnada.

O conhecimento produzido no campo de intercessão acontece a partir do não-saber do intercessor porque quem o produz são os próprios sujeitos da *práxis* produtiva, através de seu fazer-saber construído no processo da intercessão, embora o intercessor encarnado esteja necessariamente incluído, por ser *um a mais* nessa produção. Nessa direção, ao sair do campo de intercessão, o intercessor-pesquisador assume sua ação na *práxis* universitária através do DIMPC, onde lhe é possível produzir conhecimento sobre sua *práxis* de intercessor encarnado.

Trata-se, então, de produzir saber sobre o processo de produção do saber na *práxis*, ou seja, um saber sobre o processo de produção do saber na ação/para a ação; não mais um saber para a prática, mas um saber sobre os processos de intercessão na produção da própria *práxis* (como integração fazer-saber). Eis a segunda forma de interferir na superação da divisão técnica do trabalho: colocar o saber como tarefa exclusiva do intelectual profissional versus o saber como guia para a *práxis* e um saber como intercessão no processo de sua produção, neste caso, um saber sobre como ajudar a saber fazer (COSTA-ROSA, 2008, p. 4).

O importante, nesse momento, é discutir sobre a produção de um saber (*práxis* de pré-incubagem) sobre como contribuir com o saber fazer dos sujeitos da *práxis* produtiva, no campo de intercessão, quando do processo de constituição de um coletivo de trabalho autogestionário no contexto da SM. Sendo este saber uma oferta de possibilidade aos que atuam no intercâmbio entre SM e ECOSOL e desejem operar como intercessores neste contexto. Além disso, gostaria de contribuir com os que produzem conhecimento no âmbito da instituição Universidade que se interessarem pela possibilidade de fazê-lo através do Dispositivo Intercessor como recurso metodológico.

4.1 SER SUJEITO PRODUTOR DE CONHECIMENTO – MEU CONTEXTO, ANÁLISE DE IMPLICAÇÃO E DIÁLOGOS TEÓRICOS

Sobre o fazer-saber do sujeito produtor de conhecimento na *práxis* universitária, me permito dizer que, na tessitura entre os fazeres e saberes que me referenciam se pode pensar a produção de conhecimento como obra do cotidiano vivido, sentido e elaborado para além da racionalidade da ciência clássica, embora também a considere. Para isso, pensemos método como procedimento, caminho, programa, trajetória, esforço, percurso, modo, estrada, rota, técnica, via de acesso, planejamento, rumo, direção...

Consideremos que positivismo, realismo, humanismo, materialismo, idealismo, psicanálise, fenomenologia, construcionismo, complexidade e tantas outras correntes do pensamento produzem diferentes conceituações, sentidos e metáforas sobre o que vem a ser o método na ciência. Tais contribuições povoam, movem e inquietam os que desejam e se lançam ao trabalho de produzir conhecimento no final do século XX e neste início do século XXI. Lembremos que em meio a tantas concepções, entraves, questionamentos, lutas paradigmáticas a respeito do que é Ciência, e, consequentemente, seus métodos de pesquisa, cabe ao pesquisador empreender escolhas, fundamentá-las, torná-las coerentes e legitimadas na relação com seus pares.

Na *práxis* universitária, busquei encontrar, na relação com os autores com os quais conversei, pontos de conexão e ancoragem para minhas inquietações decorridas da experiência de produzir conhecimento. Em certos momentos, sofri o *desassossego no ar* descrito por Santos (2000, p. 42) como “a sensação de estar na orla do tempo, entre um presente quase a terminar e um futuro que ainda não nasceu”. Tal sensação parece nomear a angústia provocada pela *luta paradigmática* que experimentei nessa tentativa de produzir conhecimento na contemporaneidade; o que, muitas vezes, me fez *navegar por cabotagem*. O que significa dizer, de acordo com o mesmo autor, o ato de realizar deslocamentos em territórios ainda desconhecidos, sem perder de vista o continente das referências que me situam nessa trajetória.

Vemos, aqui, o contexto existencial do pesquisador que – institucionalizado na Universidade e buscando *linhas de fuga* para a ciência instituída – lida, ao mesmo tempo, com diferentes paradigmas e suas dimensões epistemológicas, teóricas, metodológicas e político-ideológicas, se contrapondo nessa *luta paradigmática* que acontece simultaneamente no fora de si, mas, principalmente, no dentro de si.

Não se trata apenas de ler os pensadores que provocam e tentam compreender as crises na ciência, buscando algo que preencha lacunas ou construa pontes no conhecimento. Trata-se, antes, de viver internamente essas crises e realizar escolhas, construir pertencimentos, encontrar referenciais teórico-metodológicos que se configurem em ancoradouros existenciais para a inquietude provocada pela experiência de conhecer, compreender, elaborar, relacionar-se e experimentar o encontro com outros que são sujeitos do seu próprio existir e de seu fazer-saber.

Em minha trajetória de vida é possível perceber que as atividades de pesquisa por mim desenvolvidas nasceram de inquietações provocadas pela inserção profissional em práticas realizadas na ECOSOL (Incubadora Comunitária do Movimento Sindical em Patos de Minas/MG) e como supervisora de estágio em Psicologia do Trabalho em um CAPS (docente universitária e extensionista na Incubadora de EESs da UEL/PR). Além disso, participo do movimento social da ECOSOL desde o ano de 2001 e da Associação Brasileira de Pesquisadores em Economia Solidária (ABPES) desde o ano de 2004.

Tendo em vista as diferentes posições ocupadas, é preciso refletir sobre minha relação e implicação subjetiva com esses lugares, partindo da premissa de que essas experiências trazem, em seu bojo, um forte engajamento político e militante.

Lacerda (2009, p. VIII-X) contribui com essa tarefa ao refletir sobre sua posição de sujeito autor a partir da composição entre três devires: o *Eu militante*, o *Eu pesquisador* e o

Eu técnico; o primeiro sendo aquele ligado à prática cotidiana do movimento social, com uma postura engajada de luta e reivindicação pela transformação social; o segundo sendo ligado à racionalidade, à ciência com seus métodos e conhecimentos para se compreender a realidade prática, assumindo uma postura de autor/produtor da escrita científica e compromissado com a objetividade, embora enfrente conflitos paradigmáticos entre o sentir e o pensar; o terceiro, por fim, realiza a mediação entre os outros dois, apropriando-se da teoria com vistas a utilizá-la como ferramenta para sua ação prática. Convive tanto com a ciência como fonte de conhecimento quanto com sua empolgação militante, balizando as duas na medida de sua reflexão crítica sobre as contribuições dessas para sua prática profissional.

A sensação que tenho é de que meus devires atravessam um ao outro a todo tempo: ora concorrendo entre si, ora dialogando, ora silenciando, ora... Nesse interjogo, experimento momentos de maior interlocução com um ou outro, embora, na maioria das vezes, um contemporize o meu discurso sobre o outro e também a minha ação. A busca se refere em produzir uma estratégia ou uma tática de pensar, sentir, elaborar e se pronunciar de maneira complexa, na qual haja uma tessitura possível entre esses e outros tantos devires. No meu caso, o de ser mulher, mãe, esposa, filha, irmã, amiga e professora, devires que também concorrem a todo tempo com o devir de produtora de conhecimento. Tarefa difícil que se apresenta no horizonte da utopia, como algo a ser construído (ou não) no âmbito das possibilidades cotidianas.

Nessa conjuntura, assumo a figura de subjetivação do pesquisador engajado e militante político como sujeito do devir de produção de conhecimento, ou seja, a subjetivação de autora. Sendo assim, o que torna mais complexa minha análise de implicação sobre a *práxis* de intercessão realizada, junto ao *Arte em Oficina*, é a participação que tive no campo de intercessão como *um a mais* junto aos sujeitos na construção de sua *práxis* produtiva. Fato esse que alguns pesquisadores engajados também experimentaram e, por isso, podem contribuir com o pensar e o elaborar no contexto da articulação epistemologia↔teoria↔metodologia↔política↔práxis na produção de conhecimento a partir da realidade concreta e cotidiana do campo social. Entretanto, os pesquisadores em ECOSOL a serem citados não têm inserção no campo social da SM.

Para Santos (2010, p. 36; 37), o pesquisador em ECOSOL se depara com desafios epistemológicos referentes à clássica cisão “teórica e empírica entre o econômico e o social” e com desafios metodológicos no que diz respeito à “relação entre política e ciência”. Outra questão apontada pela autora se refere ao fato de muitos desses pesquisadores terem um envolvimento com o campo da ECOSOL, seja em sua prática cotidiana, como atuantes em

entidades de apoio (como as Incubadoras Universitárias), seja como trabalhadores de políticas públicas ou como trabalhadores de EESs. Nessas três situações existe, com frequência, um engajamento político com a causa do movimento da ECOSOL, o que produz uma implicação subjetiva pela vivência cotidiana entre pesquisa e prática, tanto em atividades de trabalho como de militância.

Tendo como referência as ciências sociais, a mesma autora propõe ser possível a “conciliação entre saber científico e engajamento político, processo de conhecimento e ação política” (SANTOS, 2010, p.37) através da noção de *práxis* em Marx. Tal premissa fundamenta o DIMPC por mim construído em minha experiência na *práxis* universitária como intercessora-pesquisadora.

Nicola Badaloni¹⁴ (s/d) considera, tendo Antonio Labriola como referência, que a *práxis* é um conceito fundamental no pensamento marxista sobre as questões relacionadas tanto à produção através do trabalho quanto à ciência, sendo esta também considerada um trabalho, por ser o materialismo histórico a produção de conhecimento sobre o homem que trabalha. Compreende o pensamento como um ato que é um esforço e, por isso, é um trabalho que quando se torna pensamento produzido contribui com outros esforços para se produzir novos pensamentos.

Assim também o é no Dispositivo Intercessor como intercessão-pesquisa, onde se intenta produzir uma *práxis* de intercessão que produza uma *práxis* universitária que se propõe a contribuir com a produção de *práxis* e conhecimento por outros intercessores.

A *práxis* considerada por Gramsci (1981, p. 51) como o conceito de unidade entre teoria e prática é produzida no campo da ação. Nesse, se parte tanto da prática para a construção de uma teoria que coincida e se identifique com essa, acelerando seu *processo histórico em ato* e tornando-a mais coerente e eficiente, quanto da teoria com a intenção de organizar sua dimensão prática para transformá-la em ação.

Para o autor, é em momentos históricos de transição, quando há um maior movimento de transformação, que a prática produzida carece de elaboração teórica para se tornar mais eficiente e expansiva e que a teoria existente demonstra ser ou não realística e passível de assimilação pela prática em movimento.

¹⁴ Ver artigo “Filosofia da práxis” de sua autoria. Disponível em: http://www.acesa.com/gramsci/texto_visualizar.php?mostrar_vocabulario=mostra&id=642. Acesso em: 25 mar. 2012.

Através do Dispositivo Intercessor, nos propomos a produzir conhecimento como contribuição ao atual intercâmbio entre SM e ECOSOL como *um processo histórico em ato* em curso no Brasil.

Além de Marx e o materialismo histórico como filosofia da *práxis*, Cunha e Santos (2011, p. 38) constroem uma trajetória histórica citando vários autores que tratam sobre a relação entre a ciência e a política como Gramsci, Durkheim, Mauss, Caillé e Bobbio; e os brasileiros Florestan Fernandes, Caio Prado Jr., Darcy Ribeiro, Mauricio Tragtenberg, Paul Singer e Marilena Chauí.

De acordo com as autoras, todos eles contribuem para a produção de conhecimento ao considerarem a complexidade existente na relação entre *objetividade e subjetividade; rigor teórico e metodológico; participação social e política*. Entendemos que, nessa relação, cada um dos elementos envolvidos retroage sobre o outro ampliando suas potencialidades.

Sendo assim, concordamos com as autoras quando afirmam que:

[...] a subjetividade não deve mais ser recusada; que a experiência do observador é crucial para a apreensão do real e não pode ser descontextualizada; que o real se revela cada vez mais fragmentado e ilusório, impossível de ser captado em sua totalidade e complexidade; e que há espaço inclusive para que reflexões éticas, de fundo humanístico, sejam aplicadas às conclusões científicas (CUNHA; SANTOS, 2011p. 41).

Entretanto, tais considerações ainda se referem à produção de conhecimento do pesquisador sobre o outro que compõe o campo de pesquisa, como alguém que detém os meios de produção da ciência mesmo vivendo a *transição paradigmática* (SANTOS, 2000), e constrói argumentos sobre a realidade desse outro. O Dispositivo Intercessor propõe justamente o rompimento com essa premissa a partir da figura de subjetivação do intercessor-pesquisador que produz conhecimento sobre sua própria função de intercessor encarnado na relação com a *práxis* dos sujeitos, que é o campo da intercessão, e não sobre esse ou os sujeitos que o produziram.

Tal condição carece de maior reflexão e elaboração epistemológica, teórica, metodológica e política. A presente tese é, também, uma contribuição a este processo em curso como um exercício de autoria nessa perspectiva. O que o torna mais intenso e complexo, pelo fato da autoria ser marcada pela implicação com o que interessa, impulsiona e move o ato de pensar do sujeito autor sem garantia alguma de que seu conhecer, elaborar e agir possam contribuir com a realidade social cotidiana, no meu caso, o intercâmbio entre SM e ECOSOL.

Todavia, encontro alento em Sordi (2003, p. 149), quando de sua afirmação de que “a autoria tem a ver com a vontade de produzir efeitos” e para o produtor encontrar-se com sua autoria é preciso “não somente o ato criativo – novas formas de produção – mas encontrar um sentido para sua própria obra”. Uma intenção a ser construída no horizonte das possibilidades por sabermos que ao viver, conviver e lidar com tantas crises mundialmente contextualizadas nos campos econômico, ecológico, científico, político e psicossocial enfrentamos questões da ordem e da desordem, da homeostase e do caos, da vida e da morte. Sendo assim, não nos é possível ficar imunes e alheios, como se tais acontecimentos não nos afetassem, uma vez que pretender produzir conhecimento exige pensar nas crises, até porque seu objetivo já deve partir de algo como uma crise.

O que me impulsiona é saber que o contexto apontado acima, somado ao de crise nos fundamentos da Ciência e de crise no mundo do trabalho, desencadeada pelo capitalismo financeiro em escala global, se configura um contexto sócio-histórico propício à produção de conhecimento a partir do Dispositivo Intercessor como intercessão-pesquisa, como se pode ver na citação abaixo:

O Dispositivo Intercessor pode ser considerado um campo aplicado para a produção do conhecimento (...). É uma ferramenta para superar as dicotomias introduzidas pela cisão fazer-pensar/decidir-executar das Formações Sociais fundamentadas pelo Modo Capitalista de Produção. (...) A intercessão-pesquisa pode ser situada na perspectiva das abordagens que procuram transformar conhecendo, em vez de ‘conhecer para transformar’ (PEREIRA, 2011, p.13).

Nessa direção, por ter a intenção de *conhecer para transformar* em minha *práxis* como intercessora encarnada no campo de intercessão, construí, junto aos sujeitos que o constituíram, ferramentas com potência de facilitar/provocar o movimento singular destes na produção de seu fazer-saber de trabalhadores em processo de constituição de um coletivo de trabalho autogestionário.

O interessante, nessa experiência, foi o exercício de não me pautar pelo Discurso Universitário, mesmo tendo me apresentado, em um primeiro momento, como professora da Universidade com intenção de conhecer e contribuir com a construção de uma iniciativa de inclusão social no trabalho produtivo, caso tivessem algum interesse nessa direção. O deslocamento aconteceu justamente porque percebi muito cedo que o conhecimento *a priori* não tinha potência alguma de produzir algo naquele espaço por sua desconexão com a realidade cotidiana dos sujeitos da experiência da loucura.

A contratualidade possível à realização da intercessão aconteceu quando os sujeitos da *práxis* produtiva, que constituíram o projeto *Arte em Oficina*, se abriram ao risco de estar

junto a alguém que lhes propôs uma situação inédita onde talvez fosse possível, mas não garantido, construir fazeres e saberes a respeito de si mesmos e sobre questões relativas ao trabalho. Tal acontecimento provocou, em ambos, a busca por algo que talvez nem fosse conhecido, nem fosse alcançado, mas que poderia ser vivido, compartilhado, refletido e, quiçá, nomeado; ou seja, a partir da oferta de uma possibilidade se constituiu uma demanda por um intercessor que deslizesse no movimento que se instaurou a partir deste pacto.

Tal processo produziu, através do interjogo entre as forças dos sujeitos da *práxis* produtiva, da *práxis* do intercessor encarnado, da instituição CAPS e do município de Nova Esperança, a constituição de um coletivo de trabalho autogestionário com potência de produzir, comercializar e consumir, planejar e realizar sua própria gestão; ou seja, de entrar no circuito do mundo produtivo a partir das possibilidades encontradas e construídas nesse interjogo. Nesse contexto, tomamos como referência epistemológica para a produção de conhecimento sobre a *práxis* do intercessor encarnado no campo de intercessão a *Filosofia da Práxis* em dialogia com a *Transição Paradigmática*, as *Epistemologias do Sul* e a *Teoria da Complexidade*.

Tendo como questão norteadora a constituição de grupos com potência de se tornarem coletivos de trabalho autogestionário, com a qual nos comprometemos, tomamos como referência a Psicologia Social em sua vertente crítica, retomando a leitura de *Psicologia de grupo e análise do ego* em Freud (1996); posteriormente, questionamos sua noção de grupo a partir do conceito de *processo grupal* em Pichon-Rivière (2005), que tem como referência o Materialismo Histórico; tomamos, ainda, a noção de *reinvenção do coletivo*, em Enriquez (1999), e o conceito de *coletivo*, em Oury (2009).

Para analisarmos o lugar ocupado como intercessora encarnada na intercessão realizada junto aos sujeitos da *práxis* produtiva, realizamos a análise de implicação e também a cartografia dos afetos provocados por essa inserção.

4.2 A PRÁXIS DE INTERCESSÃO COMO PRÁXIS DE PRÉ-INCUBAGEM: DIMENSÕES TEÓRICO↔PRÁTICAS

Podemos nos remeter à *práxis de intercessão* como a configuração de um *espaço-tempo* (DELEUZE, 1992), um entre o *ainda-futuro* e o *já-passado*, com desafios em que não cabem fórmulas, receitas e ideias pré-concebidas sobre modos de agir e pensar, mas sim o provisório necessário à experimentação, à problematização e ao questionamento; ou seja, ao exercício do pensamento que aponta para a criação (MACHADO E LAVRADOR, 2001, p.

49). Tomando, a partir das mesmas autoras, o processo como *acontecimento*¹⁵, como algo inédito que se dá no meio, no entre. Onde me foi possível *enxergar, sentir e viver* os movimentos dos sujeitos que constituíram e iniciaram o projeto *Arte em Oficina* e o meu próprio movimento como intercessora encarnada.

É sobre este processo↔acontecimento que me proponho a tratar, partindo da premissa de que não fiz apontamentos e interpretações, mas questionamentos, problematizações, agenciamentos e oferta de possibilidades. Não adotei a posição de psicóloga ou de pesquisadora na relação com os sujeitos da experiência da loucura atendidos no CAPS I que participaram das OGTR e constituíram o projeto *Arte em Oficina*.

Qual foi, então, a posição por mim assumida na *práxis* de intercessão como intercessora encarnada?

Para Martini (2010), a função assumida pelo intercessor encarnado provoca os sujeitos a ocuparem seu lugar de agentes do laço social e, ao se incluírem nele, possibilita a produção de um saber próprio daquela coletividade. Nesse sentido, o suposto-saber do intercessor funciona como um operador com potência de manter os sujeitos abertos para novas possibilidades. Por isso, na *práxis* de intercessão, “o intercessor deve suspender seu saber, pois sabe que ao fazer isso, um saber próprio há de ser formulado em conjunto e este saber poderá reestruturar o campo” (MARTINI, 2010, p.37).

Essa suposição de saber do intercessor encarnado é, ao mesmo tempo, posta em suspenso de acordo com a noção de *ignorância dousta*, um saber que sabe seus limites e seu limite essencial é não poder produzir o saber capaz de circunscrever o fazer-saber dos sujeitos da *práxis* que se configura como campo de intercessão (MARTINI, 2010; STRINGHETA; COSTA-ROSA, 2007).

Tarefa difícil, que implica abertura para o outro em sua alteridade, sem um projeto pré-estabelecido, mesmo sabendo que a ocupação desse lugar somente foi possível após a aprovação de um projeto pela instituição Universidade e pela instituição CAPS. Criar contornos, caminhos e possibilidades abrindo mão do lugar de conforto do saber instituído para ver, conhecer, reconhecer o outro e com ele se relacionar é experimentar um desassossego e uma solidão que são aplacados pela criação do vínculo, do laço social com os sujeitos da *práxis*. Entretanto, esse somente será suficientemente bom se for construído por

¹⁵ De acordo com Zourabichvili (2004, p. 6) *acontecimento* é um conceito criado por Deleuze em *Lógica do Sentido* e com Guattari em *O que é a filosofia?* e *Mil Platôs* que expressa uma temporalidade que possui uma *estrutura-dupla*: um estado de coisas como *efetuação* em um fato e/ou pessoa – um presente definido –; e sua contra-efetuação como multiplicidades concretas advindas do passado que o antecede e do futuro que o transcende, encarnadas no *movimento* em um espaço-tempo sem lugar e atemporal, portanto, no campo das possibilidades.

afetos e ações calcadas na complementaridade, em que a necessidade dos sujeitos envolvidos possa ser ressignificada e, com isso, vir a se transformar em desejo.

Surge daí a importância da análise de implicação como um dos conceitos-ferramenta que norteiam a produção de conhecimento na *práxis* universitária do intercessor-pesquisador.

Concordamos com Barus-Michel (2004, p. 124), quando considera a implicação como o “instrumento privilegiado de apreender o psicológico no e com o social”. Quando saímos da teoria, encontramos situações reais sem ter, com esse movimento, a intenção de adentrar em processos inconscientes dos sujeitos que constituem um grupo. Melhor dizendo, ao nos inserirmos na experiência cotidiana de um processo coletivo, podemos alcançar suas significações, o que nos provoca a ir mais além da descrição de “estados, processos, fenômenos” (BARUS-MICHEL, 2004, p. 125), porque passa pela inscrição da palavra em um dispositivo de escuta, que faz com que a implicação tenha repercussão no coletivo constituído pelos sujeitos do campo.

Na experiência compartilhada com os sujeitos da *práxis* produtiva, pude identificar alguns momentos de repercussão da implicação no coletivo. Quando, em algumas vezes que cheguei ao CAPS, por exemplo, fui informada pelo assistente social e outros sobre os questionamentos e o desânimo dos participantes em relação à possibilidade concreta de realização do projeto. O que também me provocou insegurança e incerteza no tocante à continuidade do mesmo pela aparente ausência de pertencimento, tanto da instituição quanto de seus participantes.

O que estava em curso seria apenas algo provocado por mim sem repercussão subjetiva e concreta na vida dos outros? Estaria eu atuando no campo da *sobreimplicação*? Tais questionamentos me produziam angústia e incômodo por parecer que eu estava infringindo algo ao outro por conta de minha própria demanda, o que inviabiliza o movimento dos sujeitos por se renderem à autoridade de alguém que os sobrepõe.

Lidando com os sentimentos provocados pelos questionamentos acima, era preciso começar a OGTG. Naquele dia, assim como em todos os dias, nos cumprimentamos e demos início à oficina fazendo a memória do encontro anterior, com quem estava presente. Trata-se de uma estratégia de apropriação da história do grupo a partir das narrativas sobre como cada um a apreendeu, contribuindo para a construção de uma história coletiva. Ao escutá-los, busquei identificar o processo, as nuances de movimento, de desejo e de possíveis prospecções, tanto singulares quanto coletivas, sobre os temas que traziam à tona a partir de minha provocação à fala. Do mesmo modo, tentei perceber minhas próprias inquietações.

Na perspectiva do diálogo, sem questioná-los ou apontar em suas falas aquilo que me fora informado antes do início da oficina, me concentrei na intersubjetividade que ia sendo construída entre nós no momento presente para agregar outros elementos da realidade ao que diziam. Dessa maneira, busquei implicá-los no processo de identificação das problemáticas a serem enfrentadas e as possíveis saídas para as mesmas, me colocando à disposição para contribuir com o que fosse por eles decidido. Naquele dia, assim como na maioria das vezes, isso teve um efeito catalisador e propulsor de investimento no projeto pelos participantes, mesmo sem ter garantias de que este seria de fato exitoso.

Importante considerar, também, a análise de implicação em relação aos trabalhadores do CAPS e à coordenadora da equipe, assim como com a gestão municipal, representada pela Secretária de Saúde. Infelizmente, não me foi possível o encontro com os familiares dos sujeitos do *Arte em Oficina*, mesmo considerando o envolvimento destes como algo catalisador para a consolidação do projeto em curso. Sendo, então, uma tarefa a ser desenvolvida pelo dispositivo CAPS, caso considere ser importante.

Ocupando o território da atenção em saúde mental pela via do trabalho junto aos sujeitos da experiência da loucura, inicialmente através de uma oferta relacionada à realização do trabalho de campo do doutorado, percebi a diferenciação dessa ação em relação às demais atividades do CAPS, não compondo com a instituição. O que se deu tanto de minha parte, como da equipe.

Interessante notar que no decorrer do tempo junto aos atores sociais da instituição – os profissionais da enfermagem e os do serviço social, os profissionais dos serviços gerais, o motorista e os sujeitos da experiência da loucura – minha inserção e imersão no campo aconteceram no contexto do cotidiano das OGTR e em torno desta foi criada a demanda de participação e contribuição desses profissionais. Com eles, construí uma relação de colaboração, na qual foi possível conversar, refletir, problematizar, sugerir, brincar e se divertir.

No final do processo, algumas dessas pessoas me incorporaram ao trabalho do CAPS como *uma a mais*, sem saber de minha formação como psicóloga e como professora universitária. Tal fato expressa que foi possível minha atuação como intercessora encarnada também junto à instituição, embora isso não tenha sido em sua totalidade, mesmo havendo reuniões periódicas sobre o projeto com toda a equipe.

Após as considerações acima, é preciso problematizar sobre qual foi o saber a partir do fazer por mim elaborado e articulado na *práxis* de intercessão junto ao campo de intercessão produzido pelos sujeitos da *práxis* produtiva? Qual a contribuição original para a produção de

conhecimento na temática proposta? O que esta tese propõe como contribuição teórico-prática configurada como *práxis* universitária?

Sabemos que os CAPS são os dispositivos da SM onde, na maioria das vezes, as iniciativas de inclusão social no trabalho produtivo são constituídas a partir das próprias demandas de desenvolvimento de atividades de trabalho por parte dos sujeitos da experiência da loucura. Sendo assim, no intercâmbio entre SM e ECOSOL, as equipes dos CAPS realizam o acompanhamento do processo de constituição de projetos neste campo, o que pode vir a se tornar um processo de *pré-incubagem* de possíveis EESs que, posteriormente, possam ser incubados pelas equipes das Incubadoras no contexto da ECOSOL.

No decorrer do trabalho de campo, percebi que minha *práxis* de intercessão configurava-se como uma *pré-incubagem* que poderia vir a ser apropriada e desenvolvida pela própria equipe do CAPS e de outros serviços de SM. Desde, é claro, que houvesse uma apropriação do conhecimento já existente e do que seria produzido em cada experiência singular em curso. Esta foi a oferta de possibilidade que enderecei à instituição CAPS de Nova Esperança e que foi aceita. Uma ferramenta a mais de trabalho tanto para os que atuam nas equipes das UBS, CAPS, Centros de Convivência e associações quanto para os que atuam nas equipes das Incubadoras Universitárias e Comunitárias de EESs e que acompanham empreendimentos com essa singularidade.

Entretanto, esse conhecimento não seria especificamente uma metodologia a ser apropriada ou uma tecnologia social a ser colocada à disposição dos que atuam nesse campo. Como *práxis* a ser socializada, pode vir a ser um *guia na e para a ação* (SANTOS, 2000), que suscitaria questões e reflexões e provocaria a produção de fazeres e saberes que poderiam incidir sobre a prática clínica e social nos serviços de SM. Assim como sobre o processo de incubagem de EESs oferecido pelas Incubadoras das Universidades ligadas ao PRONINC no campo do intercâmbio entre SM e ECOSOL.

Na ECOSOL, o processo de fomentar a constituição de um grupo em torno de uma tarefa e de um projeto em comum, sendo o trabalho seu eixo mediador, é chamado de *pré-incubagem*.

Na literatura relacionada à Economia Solidária, o termo *pré-incubação* é mais utilizado (embora nem sempre seja suficientemente descrito), enquanto o termo *pré-incubagem* é dificilmente encontrado. Importante lembrar que processos de *pré-incubagem* e de incubagem não estão restritos ao âmbito de ação das Incubadoras Universitárias, podendo ser realizados por outros atores sociais que desenvolvam ações que se configurem como apoio e acompanhamento à EES, como, por exemplo, a *práxis* de intercessão produzida nesta tese.

As duas Redes de Incubadoras, a ITCP (Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares) e a UNITRABALHO (Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho), tratam sobre a atividade de pré-incubação, descrevendo-a de maneira diferente, mas sempre como um dos tempos ou etapas da Incubação de EES, que acontece em momentos singularizados, embora interdependentes.

A Rede ITCP possui quatro tempos de incubação após a seleção e sensibilização dos grupos a serem incubados: a) construindo o projeto ou “sonho cooperativo” (*onde se é possível identificar atividades relacionadas à pré-incubagem, grifo nosso*); b) desenvolvimento do Projeto Cooperativo; c) expansão do Projeto Cooperativo; d) Graduação e Autonomia da Cooperativa¹⁶.

Na Rede UNITRABALHO, a metodologia de incubação inclui: a) Implantação e avaliação do trabalho das incubadoras; b) Incubação nas suas etapas (pré-incubação, incubação e desincubação) e a avaliação participativa dos empreendimentos incubados (fatores de desenvolvimento, crise, sucesso, insucesso, redefinição de estratégias); c) Intercâmbio entre incubadoras para implantação de novas incubadoras; d) Intercâmbio entre EES, no sentido da construção de Redes de Economia Solidária¹⁷.

Optamos por adotar o termo *pré-incubagem* ao invés de *pré-incubação* por entendermos que aquele aponta para uma noção de processo em um campo onde são produzidas ações a partir da relação intersubjetiva entre os que dele participam. Assim, nosso foco é mais no processo do que na ação em si, sem desvalorizar a importância da concretude da ação no contexto da realidade cotidiana.

Consideramos como *pré-incubagem* o processo de acompanhamento da constituição de um coletivo mediado pelo trabalho autogestionário enquanto uma tarefa, uma causa a ser, dos que dele participam, em que fazeres e saberes são produzidos a partir da intersubjetividade por eles construída.

Nessa perspectiva, é importante conhecer a história de vida dos participantes e, em especial, suas narrativas sobre a relação com o trabalho; suas experiências de trabalho, potencialidades, interesses e projetos pessoais; discutir as concepções de trabalho existentes, tendo como referências a história do trabalho e a economia solidária nessa história; acompanhar o processo de construção de um projeto coletivo a partir da eleição pelos

¹⁶ Disponível em: http://www.itcp.coppe.ufrj.br/metod_tempos.php. Acesso em: 02 nov. 2011.

¹⁷ Ver artigo “Sobre concepção de Incubadora Universitária de Empreendimentos de Economia Solidária da UNITRABALHO e sobre metodologia de incubação”. Disponível em: <http://www.unitrabalho.org.br/spip.php?rubrique14>. Acesso em: 02 nov. 2011.

participantes de uma atividade produtiva a ser realizada, a identificação de quem se interessa por desenvolvê-la, bem como a análise de sua viabilidade psicossocial e econômica a partir das possibilidades dos participantes, da própria realidade de suas vidas e da comunidade onde estão inseridos.

Na revisão bibliográfica realizada, não encontramos pesquisas ou relatos de práticas que enfatizassem como acontece o processo de constituição de grupos pelos sujeitos da experiência interessados em desenvolver atividades produtivas para o intercâmbio nas UBS, CAPS, Centros de Convivência e associações. Assim como publicações sobre a participação das Incubadoras e/ou outras instituições que atuam com a ECOSOL nesse momento inicial de inserção no mundo produtivo. É claro, que tal fato não implica que essas não existam.

Sendo assim, a *práxis* de intercessão como pré-incubagem de EESs é o produto desta tese como contribuição à relação contemporânea entre loucura e trabalho dentro e fora dos serviços de SM no contexto brasileiro de intercâmbio com a ECOSOL. Assim, configura-se como possível produtora de subjetivação, de apropriação dos sujeitos de seu próprio fazer, que também é um saber com potência de produzir transformação na matéria com a qual trabalham e, com isso, transformarem a si mesmos e a realidade cotidiana na qual estão inseridos.

Além disso, como oferta de possibilidades aceita pelos sujeitos da experiência da loucura atendidos no CAPS I de Nova Esperança, o que promoveu o rompimento da dinâmica da ação de um sobre a ação de outros, produzindo um movimento coletivo. Esse é o trabalho do intercessor, operar na realidade social assumindo a função catalisadora de dimensões múltiplas e heterogêneas do humano com potência de produção de subjetivações para além das cristalizadas historicamente na história da loucura com o trabalho. Como modo de subjetivação, pode ser mais específico ou mais amplo, produzindo o subjetivar do sujeito da experiência da loucura no modo de produção coletivo e autogestionário. O que não garante que este processo esteja acabado ou seja definitivo, tendo em vista suas contradições internas e as instabilidades externas no campo das políticas públicas nas quais está inserido.

Nesta direção, considero ser a *práxis* universitária construída por meio do DIMPC, no âmbito desta tese, como uma oferta de possibilidade aos que contribuem com a constituição de coletivos de trabalho autogestionário. Tendo em vista as contribuições teóricas advindas da realização da *práxis* de intercessão, onde me foi possível, através do dispositivo intercessor como intercessão-pesquisa, produzir um *acontecimento* no campo do trabalho vivo, desejante e emancipado (SUAYA, 2010; ARRUDA, 2003) e não somente em sua face terapêutica. Embora, não desprezasse a importância do cuidado de si nas práticas dos serviços de SM. O

trabalho na perspectiva da ECOSOL na dinâmica de todo o processo no campo de intercessão, contribuiu com a deflagração de processos de transformação na subjetividade dos sujeitos da experiência da loucura em termos de certa autonomia e exercício da autogestão que apontam para a construção de um coletivo.

Para alcançar tal intento é preciso romper, como condição de possibilidade, com as *funções da subjetividade capitalística* descritas por Guattari e Rolnik (1986, p. 40) que são: a *culpabilização* (na qual sempre existe uma imagem de referência à qual se reportar para se explicar um processo); a *segregação* (como a anterior, pressupõe a identificação de qualquer processo com quadros de referência imaginários, favorecendo ações de manipulação); a *infantilização* (em que sempre existe alguém que pensa pelo outro, organizando sua vida social e sua produção).

No tocante à *culpabilização*, ao invés de utilizar a imagem de referência do *portador de transtorno mental* para explicar as dificuldades inerentes à inclusão social no trabalho produtivo e, com isso, produzir a interiorização da impossibilidade pelos sujeitos, inibindo o seu direito de ter acesso ao trabalho; é preciso problematizar essas dificuldades levando em conta o contexto da realidade social do cotidiano desses sujeitos e de suas famílias, da equipe do CAPS e do território onde estão inseridos, além das dimensões concretas envolvidas no processo.

No tocante à *segregação*, ao invés de organizar o projeto de geração de trabalho e renda, identificando as diferenças existentes entre as possibilidades de trabalho dos participantes, delimitando a contribuição destes a partir de suas capacidades atuais e, com isso, criando uma escala de valorização hierárquica onde uns detêm maior poder que outros pelo que podem oferecer ao projeto; é preciso potencializar a ação de cada um, convocando-o a se posicionar se tem ou não interesse em participar, a identificar qual será sua participação no projeto e se precisará de algum tipo de formação para realizar o que se propõe a fazer. Valorizando o desejo e a singularidade se torna mais possível constituir um coletivo que se aproprie de suas potencialidades.

No tocante à *infantilização*, essa é a *função da economia capitalística* mais próxima do mundo da produção e se refere à relação de dependência do outro e do controle social internalizado por essa relação, como, por exemplo, a relação circunscrita ao chefe e trabalhadores, ao professor e alunos, aos pais e filhos, aos cuidadores e pacientes.

É, ainda, uma dimensão crucial na relação do sujeito da experiência da loucura com o trabalhador de SM que representa a dimensão do cuidado, mas também a presença do Estado

e suas normativas de vida; e, com os intercessores que, *a priori*, não correspondem a figuras relacionadas ao poder instituído, mas sim instituinte.

Na função de intercessora encarnada, busquei o deslocamento da figura de autoridade com poder de fazer a mediação entre o sujeito e sua relação com o mundo, me posicionando no campo de intercessão de maneira a não direcionar as ações dos sujeitos da *práxis* produtiva. Tentei, dessa maneira, romper com as normas de vida da ordem capitalística que modelizam a conduta, a ação, os gestos, o pensamento, o sentido, o sentimento e o afeto (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 42). Em especial, evita-se, também, a modelização de sua produção para o mundo do intercâmbio ao respeitar, mesmo tendo a ECOSOL como eixo paradigmático, os modos de apropriação do trabalho coletivo e autogestionário pelos trabalhadores do *Arte em Oficina* na invenção de outra forma de sociabilidade no mundo do trabalho.

A produção desse movimento se configura, mesmo que não tenha sido com toda a sua potência, como um *processo de singularização* caracterizado por Guattari e Rolnik (1986) como *automodelador*.

A partir do momento em que os grupos adquirem essa liberdade de viver seus processos, eles passam a ter uma capacidade de ler sua própria situação e aquilo que se passa em torno deles. Essa capacidade é que vai lhes dar um mínimo de possibilidade de criação e permitir preservar exatamente esse caráter de autonomia tão importante (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 46)

Com base nessa afirmação, temos uma ideia a respeito do desafio e do compromisso que assumimos ao atuar no campo da produção de sujeitos, tanto de nós mesmos como do outro, com o qual nos relacionamos.

Na experiência vivida e compartilhada na *práxis* de intercessão como *pré-incubagem*, nos foi possível cartografar os afetos, as ações e os movimentos concretos, subjetivos e intersubjetivos dos que participaram das OGTR. Buscando escutá-los, compreendê-los e acompanhá-los, conseguimos a inserção nesse campo de intercessão construído em torno de uma oferta de possibilidade fundada na proposta do trabalho coletivo e autogestionário. No processo, fomos identificando focos de discussão e análise aos quais nos dedicamos agora, após a saída do campo.

Ao retomar as referências epistemológicas, teóricas e metodológicas com o intuito de empreender a *práxis* universitária de produção de conhecimento, algumas temáticas foram sendo configuradas como fios de análise para a questão que nos inquieta, que é o nascimento,

a constituição de grupos que têm como tarefa o trabalho coletivo e autogestionário no encontro da loucura com o trabalho na ECOSOL.

Ao intercessor encarnado, por não deter o saber ao exercer sua *ignorância douda*, não cabe orientar ou questionar os acontecimentos do grupo, mas sim provocar os sujeitos à reflexão. No início do processo, três questões me desafiaram na realização dessa tarefa: a concepção comum entre os sujeitos do trabalho como assalariado e no formato do emprego; a expectativa de que alguém assumisse a condução do grupo demandada ao assistente social e, posteriormente, a um dos sujeitos com maior visão de empreendimento e experiência em vendas; e a existência de um recorte de gênero, quando da definição da atividade produtiva e da distribuição das tarefas.

Tais questões são produtoras de relações de poder assimétricas que interferem negativamente na construção da autogestão, implicando em delegações que impedem a construção do comprometimento dos sujeitos com a tarefa, a causa a ser do grupo.

A centralidade do trabalho na singularidade da vida dos sujeitos da experiência da loucura nos permitiu aprofundar o conhecimento sobre suas concepções a respeito das possibilidades existentes de se trabalhar em nossa sociedade. Neste exercício, retomamos a concepção do trabalho assalariado no formato, ou não, do emprego em uma estrutura heterônoma onde existe alguém, em condição de superioridade, com a função de regular as ações de outros a ele subordinados. Nessa direção, a questão da liderança nos parece ser a mais importante de ser discutida, por ser um fenômeno que interfere diretamente na relação entre os sujeitos na construção de autonomia e de autogestão e permeia a constituição e a sobrevivência de grupos.

Tal fato nos remete à questão da relação/interação social entre dois ou mais sujeitos em torno de um determinado objetivo que, basicamente, caracteriza a formação de um grupo. O fato de um desses se destacar como alguém a quem se delega, se reconhece ou se impõe o exercício do poder sobre os demais aponta para a elaboração freudiana sobre a formação de grupos em torno da figura de um líder/chefe.

Freud (1996, p. 96) afirma que deve haver algo para unir os indivíduos de um grupo e esse elo seria justamente a coisa que é a sua característica. Ou seja, algo precisa transversalizar os sujeitos para que esses queiram se reunir, constituindo um grupo com uma determinada singularidade. Dentre os possíveis elos estão o líder, as ideias e o trabalho (LE BON, 1920 apud FREUD, 1996, p. 105).

Ao discutir a questão da igualdade entre os membros do grupo, o autor reafirma a assimetria de poder entre eles ao considerar que o grupo capaz de subsistir, de se manter

constituído, é aquele no qual os membros devem ser iguais uns aos outros e reconhecer apenas um, dentre todos, com superioridade e poder para dirigir os demais.

Nessa condição, o líder assume a figura de subjetivação do temido *pai primevo* em um grupo que “deseja ser governado pela força irrestrita e possui uma paixão extrema pela autoridade; na expressão de Le Bon, tem sede de obediência” (p. 161).

Para além dessa afirmação taxativa, encontramos, em Freud (1996), uma brecha para refletirmos sobre outras formas de relacionamento entre os membros de um grupo.

Como vimos, o mesmo autor atribuiu destaque à figura do líder no contexto das relações grupais ao considerar que o laço mútuo entre os membros de um grupo é constituído por processos identificatórios baseados em uma qualidade emocional comum que reside no laço estabelecido com o líder. Entretanto, considera que a influência não é exercida somente por esse, mas também pelos demais membros do grupo, uns sobre os outros, se configurando como um *fator de sugestão mútua*. Aponta, assim, para a existência de dimensões subjetivas e intersubjetivas nas relações grupais.

Nessa direção, McDougall (1920 apud FREUD, 1996, p. 109) contribui com o pensamento de Freud sobre o que move os sujeitos a se reunirem, ao considerar que um grupo somente é constituído por *indivíduos* que tenham algo em comum entre si: um interesse, um objeto, uma inclinação pessoal que produza certo grau de *influência recíproca*.

Nessa perspectiva, Freud (1996) apresenta o amor como um laço libidinal com potência de limitar o narcisismo do líder. Discute essa questão tomando, como exemplo, as relações de colaboração entre companheiros de trabalho construindo “laços que prolongam e solidificam a relação entre eles até um ponto além do que é simplesmente lucrativo” (p. 130). Nessa direção, considera o amor como *fator civilizador* para o desenvolvimento da humanidade como um todo, por sua capacidade de transformar egoísmo em altruísmo, como acontece em situações de trabalho mútuo.

Enriquez (1999) e Morin (2007), no século XX, nos apresentam a perspectiva do *Novo Humanismo* como um processo civilizatório de transformação da hominização em humanização, onde seja possível realizar a humanidade reinventando o coletivo, reencontrando a dimensão histórica, o sentido político, o significado de nossos atos, o prazer de viver juntos.

A reinvenção do coletivo, a nosso ver, é um contraponto à concepção freudiana da tribo organizada em torno da figura do líder, do chefe, do pai temido da horda primeva, por propor a ruptura com o território heterônomo do patriarcado como forma de organização das relações sociais, de produção econômica e de assimetria de poder na modernidade. Tendo em

vista que é na ética da relação de igualdade e democracia direta que se constrói a solidariedade como ajuda mútua, reciprocidade e complementaridade.

Consideramos a figura totêmica do chefe como um dos grandes entraves ao desenvolvimento de coletivos de trabalho autogestionário, sendo preciso a provocação do deslocamento do foco nas determinações heterônomas não produtoras de autonomia dessa figura de subjetivação para o foco na tarefa, na causa a ser de um grupo. Neste, o poder é circulante, mesmo que em alguns momentos seja mais exercido por um ou outro sujeito a quem se atribui o poder de organizar a ação ou de representação política, em função das exigências da realidade concreta e cotidiana.

Por isso, é preciso estar atento à expressão singular e coletiva dos que constituem um grupo no tocante aos elos que os unem, tomando o cuidado para que tal intento não tenha o caráter de um diagnóstico, mas de um mapeamento das formas de existir do grupo, mantendo o respeito por essas e, todavia, as questionando em suas práticas serializadas.

A provocação aos sujeitos da experiência da loucura, no início do processo das OGTR, para que contassem suas histórias de vida de trabalho e expressassem seus interesses caminhou nessa direção. A escuta recíproca, o questionamento das possibilidades, a contribuição através de informações pautadas nas experiências de trabalho e as sugestões apresentadas e discutidas possibilitaram o reconhecimento de si e do outro no tocante à dimensão trabalho.

Importante dizer que, como intercessora encarnada, não me imbuí das ferramentas de análise e interpretação das falas dos sujeitos, mas de uma escuta dos movimentos, dos recuos, das expectativas, esperanças, dos desânimos diante da realidade. Em especial, cartografando o desejo dos sujeitos, tomando como referência Deleuze e Guattari (2004), que o concebem como sendo algo revolucionário por conectar fluxos contínuos e parciais, produzindo realidades, mundos – o social; possuindo, assim, uma dimensão política. Desvinculando o conceito de desejo da noção freudiana de inconsciente, os autores o definem como o princípio imanente do processo de construção, que não deve ser tomado como um fim.

Para Barus-Michel (2004, p. 56), o social é uma referência associada à lei que vincula e forja a união entre os que compõem um grupo, articulando os elementos dispersos, permitindo a elaboração de sentido através de uma língua comum que possibilita o reconhecer-se no outro, a construção e realização de uma ação coletiva. Tal acontecimento produz a elaboração de um projeto, porque “é para o ato que os homens se associam. O social já é um projeto” Mais além, de acordo com a autora, a produção de um grupo é o social inserido na realidade, o que retroage sobre o próprio social no tocante ao sentimento de

pertencimento de seus atores sociais, como sujeitos que se comprometem socialmente unidos pela ação e a lei.

Tais proposições contribuem com a reflexão sobre a importância de a OGTR ser, em primeira instância, um *espaço-tempo* de fluxos de toda sorte, sem que seja possível definir, *a priori*, os seus objetivos. Ou seja, caso essa tenha um fim em si mesma, não logrará êxito em se constituir como um processo no qual o desejo seja construção e não teleologia. Não se trata de espontaneísmo, mas sim de produção coletiva de mundos por sujeitos que se encontram e, por isso, se repelem e se atraem, se agregam ou se dissociam. Um espaço, enfim, em que o desejo desses possa investir no campo social e lhes seja possível constituir um projeto em comum, mesmo sabendo que esse é algo inacabado, que possui forças e fragilidades internas e externas ao se relacionar com outros mundos.

Nessa direção, cabe prudência para não se produzir práticas de inclusão calcadas na falta produzida pelas práticas de exclusão, tendo em vista ser imprescindível que a construção de um mundo de direitos seja alicerçada na dimensão do desejo, em que se é possível atuar como sujeito desejante. É nesse sentido que nos propomos a caminhar e a contribuir, ao nos dedicarmos à constituição de coletivos de trabalho autogestionário. Sabemos que, mesmo longe de ser a grande panacéia para os males do nosso mundo, tal perspectiva nos propicia o exercício cotidiano da democracia direta que implica em conflitos e confrontos pelas diferenças, mas também em laço social produzido pela mutualidade possível do desejo, das ideias, do social, dos projetos, das tarefas, enfim, da vida.

Nesse intento, temos a Psicologia Social Crítica como referência teórica para a produção de conhecimento sobre a *práxis* de intercessão por mim realizada como ferramenta de contribuição ao nascimento de grupos que tenham o trabalho como sua tarefa fundante e com potência de vir a ser um coletivo de trabalho autogestionário. Para isso, tomamos a noção de *processo grupal* em Pichon-Rivière (2005) e suas proposições de pré-tarefa, tarefa, projeto e esquema referencial.

Lembrando que, em se tratando de um processo, essas dimensões não terminam para que a outra possa acontecer. Pelo contrário, retroagem umas sobre as outras e é exatamente esse movimento que produz a processualidade do grupo.

Para o autor, a *pré-tarefa* se refere ao “campo no qual o projeto e a resistência à mudança seriam as exigências de sinais opostos e criadoras de tensão” (PICHON-RIVIÈRE, 2005, p. 19). Para sair desta situação de estranheza que desespera, cria-se uma *resolução transitória de luta* através da condição do *como se*, na qual se faz entender que o trabalho está sendo realizado, embora de maneira alienada.

Na escuta da dimensão da *pré-tarefa* dos sujeitos da experiência da loucura, quando do início das conversas nas OTs, onde apresentavam interesse, mas também ansiedades e preocupações em relação à retomada do trabalho produtivo e o que lhes seria proposto, contavam suas histórias de vida e experiências de trabalho, o que nos possibilitou identificar suas potencialidades, interesses e projetos pessoais. Aceitaram discutir sobre suas concepções de trabalho e a provocação de associá-las à história do trabalho que conheciam e que lhes era apresentada por mim como, por exemplo, a economia solidária. Houve, também, questionamentos, saídas da sala, assuntos alheios à proposta realizada por ainda não saberem do que se tratava aquele momento. Sem saber no que tudo aquilo resultaria, permaneceram se deixando levar até ver qual seria a destinação de tanta conversa, dispostos a conhecer a proposta que seria feita por mim como alguém semelhante aos trabalhadores do CAPS, embora ocupando o território da oficina de geração de trabalho e renda, diferenciado-a da oficina terapêutica.

A *tarefa* implica em “uma percepção global dos elementos em jogo, com a possibilidade de manipulá-los” (PICHON-RIVIÈRE, 2005, p. 21) e em um contato com a realidade que propicia tanto o *ajuste perceptivo*, situando-se como sujeito, como a elaboração de *estratégias e táticas* de intervenção na realidade com potência de provocar transformações, o que configura o *projeto*. Por fim, o mesmo autor resume a noção de *tarefa* como “tudo o que implica modificação em dupla direção (a partir do sujeito e para o sujeito), envolvendo assim a constituição de um vínculo” (PICHON-RIVIÈRE, 2005, p. 21) encarnado na elaboração e execução de um projeto comum.

Tal condição pode ser expressa pela provocação em transformar os sonhos em ideias, confrontando-as com a realidade concreta e se apropriando de ferramentas para construir um projeto e empreendê-lo em grupo. Nesse momento, buscou-se provocar e acompanhar o processo de construção do projeto coletivo a partir da eleição, pelos participantes, de uma atividade produtiva a ser realizada; a identificação de quem se interessava por desenvolvê-la; de qual matéria-prima e equipamentos seriam necessários e adquiri-los; o início do processo produtivo dentro do CAPS; a realização do mapeamento de consumo para identificar e conhecer os possíveis consumidores; a análise da viabilidade psicossocial e econômica a partir de suas possibilidades, da própria realidade de suas vidas e da comunidade onde estão inseridos.

A construção de uma *tarefa* está intrinsecamente imbricada à noção de *Esquema Conceitual Referencial Operativo – ECRO* em Pichon-Rivière como o “conjunto de

conhecimentos, de atitudes, que cada um de nós tem em sua mente e com a qual trabalha na relação com o mundo e consigo mesmo” (PICHON-RIVIÈRE, 2005, p. 61).

A *práxis* de pré-incubagem implica em contribuir com a elaboração de um ECRO comum pelos sujeitos em constituição de um coletivo de trabalho autogestionário, sendo esta sua tarefa prioritária caso pretenda construir uma língua comum, um código de referência comunicacional que propicie a construção do social que é o projeto que implica na ação que retroage sobre o coletivo.

Para Scarcelli (2008)¹⁸, “a construção desse ECRO se dará a partir da reestruturação, do reajuste dos esquemas conceituais dos sujeitos envolvidos na relação, o que implica superação e, consequentemente, mudança da situação estabelecida”.

No processo vivenciado na *práxis* de intercessão, consideramos como *esquema referencial* dos sujeitos do *Arte em Oficina* suas experiências de vida e de trabalho, assim como o conhecimento sobre a realidade da cidade enquanto um território de relações sociais afetivas e produtivas. Além disso, o mapeamento das potencialidades produtivas e de consumo realizado por eles no território do entorno do CAPS. A construção desse *esquema referencial* subsidiou a construção do projeto comum do grupo e as ações de colocá-lo na realidade através das atividades de produção, comercialização e consumo de matéria-prima.

A *práxis de intercessão* implica, também, em uma escuta, que consideramos ser justamente a escuta do processo grupal. No caso do processo grupal do *Arte em Oficina*, como um coletivo de trabalho autogestionário, a escuta do processo grupal englobou a escuta da subjetividade de seus participantes – seus modos de ser, de pensar, de se relacionar, de se posicionar, de se comunicar. Assim como a escuta da intersubjetividade construída pelo relacionamento entre eles desde o início das conversas sobre suas histórias de trabalho e formas de enfrentamento de suas condições de vida, de compartilhamento de seus sonhos, ideias e projetos. Ademais, a escuta do processo grupal em ação na realidade como um projeto elaborado e executado, produzindo o social.

Importante considerar que tal escuta não é privilégio dos que possuem formação no campo psi, sendo uma possibilidade concreta aos que têm sensibilidade ao movimento, à construção coletiva, ao encontro entre os que podem vir a elaborar e colocar na realidade um projeto comum. Entretanto, o provocar e contribuir sem induzir escolhas e ações se configura como o grande desafio aos que atuam junto aos sujeitos da experiência da loucura, sendo

¹⁸ Comunicação oral, realizada durante a aula da disciplina “Trabalho com Grupos na Área da Saúde”, no Curso de atualização em HSPM em 28/03/2008 na cidade de São Paulo/SP.

também uma tática fundamental no campo da micropolítica, que é a constituição de coletivos de trabalho autogestionário.

O grupo enquanto processualidade possui intrinsecamente dimensões que podem produzir a configuração de um *coletivo*. No caso da ECOSOL, um coletivo de trabalho autogestionário que, em seu intercâmbio com a SM, contém singularidades a serem consideradas ao se operar na *práxis* de pré-incubagem.

O conceito de coletivo, geralmente, está muito imbricado ao de grupo e de social e, muitas vezes, aparece como sinônimo dos anteriores. Por isso, tomei como referência a concepção de Oury (2009) da Psicoterapia Institucional no âmbito do dispositivo *Clube* na Clínica La Borde por entendermos que esta abarca importantes dimensões que podem contribuir com a discussão sobre o coletivo no contexto do intercâmbio entre SM e ECOSOL.

Para que seja instaurado um processo grupal que produza o social, é importante a constituição de uma linguagem que seja construída e apropriada pelos envolvidos, assim como de um projeto em comum, que aponte para a ação na realidade concreta e cotidiana.

Feito isso, nos é possível perceber que as singularidades dos sujeitos que compõem o grupo começam a aparecer e podem ser interpretadas como individualidades que ameaçam o projeto comum (muitas vezes também denominado como projeto coletivo). Essa questão me produz inquietações já há algum tempo e, na *práxis* de intercessão, junto aos sujeitos da experiência da loucura em sua alteridade radical, ficou mais evidente meu interesse em problematizá-la, embora sem a pretensão de apontar caminho ou direção.

O autor nos propõe articular, ao mesmo tempo, dimensões coletivas e singularidades, preservando-as através da *heterogeneidade* e da *distinguilidade* em que os envolvidos no processo não precisam falar a mesma língua, serem semelhantes, ocupar o mesmo espaço ou mesmo desempenhar as mesmas funções.

O coletivo, então, seria o articulável entre as singularidades por ser o espaço onde se é permitido e incentivado o dizer/narrar, onde o desejo e a ação de cada um também podem se articular porque são colocados à disposição da tarefa na relação com o outro. O que mais me chama a atenção, embora não seja utilizada a noção de autogestão, é a premissa de rompimento da heteronomia com a não sobreposição de um sobre o outro. Mesmo que o movimento de sobreposição aconteça, este pode ser dito, discutido, questionado e ressignificado através do dispositivo *reunião*, que têm características semelhantes ao dispositivo *assemblée* da Psiquiatria Democrática Italiana.

O trabalho produtivo, como tarefa que provoca a construção da intersubjetividade através da autogestão que produz o coletivo (OURY, 2009), é uma dimensão crucial, que se

configura como uma concepção de trabalho que pode contribuir para a reflexão e transformação nas atuais práticas sociais relacionadas à inclusão social no trabalho produtivo, no âmbito dos serviços de SM Brasil. Essa é a discussão que propomos após o relacionamento com as potencialidades de trabalho, de criação e de reinvenção experimentadas pelos sujeitos que constituíram o *Arte em Oficina* em seu processo grupal, que pode vir a produzir um coletivo de trabalho autogestionário.

Seria preciso, neste momento, aprofundar a diferenciação entre grupo e coletivo sem provocar uma dicotomização. Mesmo sabendo disso, não me foi possível fazê-lo no âmbito desta tese, ficando assim como intenção de continuidade de discussão teórica que, possivelmente, demandará a busca por outro campo de intercessão.

4.3 A PRÁXIS DE PRÉ-INCUBAGEM DE COLETIVOS DE TRABALHO AUTOGESTIONÁRIO NO CAMPO DA CLÍNICA AMPLIADA

O dispositivo intercessor na *práxis* de intercessão como uma *práxis* de pré-incubagem tem potência de produzir o coletivo porque se propõe a respeitar a diferença e a expressão da singularidade entre os sujeitos. Isso pôde ser vivido e compartilhado quando, em sua alteridade radical, os sujeitos da *práxis* produtiva expressavam as mais diferentes formas de pensamento sobre temas os mais variados que eram trazidos por alguns e ampliados por outros, em um fluxo de ideias que atravessam umas às outras.

Em algum momento, a entrada do intercessor encarnado na discussão com a questão do trabalho disparava o início ou a retomada de uma determinada questão referente a esse assunto, sem garantia alguma de que outro tema não tomasse novamente a cena. Após a constituição do campo de intercessão, os fluxos continuaram. Entretanto, a retomada do foco no trabalho era mais possível a partir de uma maior visibilidade construída com eles sobre a questão da possibilidade de se organizarem para trabalhar juntos.

Participando como *um a mais* no nascimento do *Arte em Oficina*, concordamos com Santos e Nechio (2010, p. 131), quando afirmam que “o grupo dispõe, propõe, cria campos de fala e planos de transformação de modos de vida (subjetividade); força o aparecimento de certas falas e suprime outras (...) produz e distribui forças e relações de poder” e, também, que o dispositivo provoca o *ver* e o *falar* dos sujeitos em grupo.

Consideramos, então, a OGTR como um dispositivo que produziu um espaço de diálogo, reflexão e ação sobre o trabalho produtivo no território do CAPS I, contribuindo para a constituição do projeto *Arte em Oficina*. Além disso, provocou a apropriação dos sujeitos da

práxis produtiva de seus interesses em relação ao trabalho e o encontro com outros com os quais compartilharam experiências e ações concretas de identificação de um interesse comum, de discuti-lo coletivamente, emitindo e escutando opiniões, colocando-as em contato com a realidade concreta na qual estão inseridos.

A identificação pelos sujeitos de suas ideias de atividades de trabalho e potencialidades produtivas, exercitando o contato com as possibilidades concretas de aquisição de equipamentos, de compra de matéria-prima, de necessidade de formação; a realização do mapeamento de consumo no entorno do CAPS (em um primeiro momento) do produto da atividade produtiva que definiram como deles; e o fato de virem a ser além de trabalhadores, os gestores de seu próprio trabalho, realizando todo o processo produtivo de produção, comercialização, consumo e gestão do empreendimento, nos remete à perspectiva da Empresa Social da Psiquiatria Democrática Italiana e à estratégia da Clínica Ampliada no contexto da Atenção Psicossocial preconizada pela Reforma Psiquiátrica Brasileira na década de 80.

Entendemos, neste momento, a *práxis* do intercessor encarnado produtora de uma *práxis* de pré-incubagem como um dispositivo da Clínica Ampliada.

Sobre a Empresa Social, consideramo-la uma referência ética e política para o intercâmbio entre a SM e a ECOSOL, na atualidade dos processos de inclusão social no trabalho produtivo na realidade brasileira. Entretanto, trataremos melhor esta proposição no próximo capítulo.

De acordo com Guerra (2008), a participação deicineiros não “psi”, no campo da SM, muito contribuiu para a ampliação dos discursos e das relações sociais com a loucura. Consequentemente, incluiu outros saberes e fazeres às práticas clínicas de cuidado e atenção, onde a singularidade dos sujeitos da experiência da loucura foi mais respeitada, tendo em vista a diversidade de experiências produzidas pela arte, pela cultura, pelo contato com a cidade e pela participação em ações políticas no campo da luta antimanicomial.

Entretanto, consideramos que essas práticas clínicas e sociais da *Clínica Ampliada*, com maior ênfase, estavam associadas mais especificamente à questão terapêutica e de gestão coletiva dos serviços de SM do que à questão do trabalho como um direito dos sujeitos da experiência da loucura.

Tendo Franco Basaglia como referência, as proposições dessa perspectiva apontam para a constituição de uma *Clínica do Sujeito* com potência de produzir sujeitos concretos que se constituem no campo social e subjetivo do cotidiano, não somente dos serviços, mas, também, dos demais territórios onde estão inseridos. Sendo assim, a *Clínica Ampliada* tem

como centralidade a existência concreta desses sujeitos, levando em conta o sofrimento psíquico e o contexto de vida destes (CAMPOS, 1992).

É na experiência concreta de vida dos sujeitos que o trabalho assume um caráter fundante no processo de desinstitucionalização, sendo um operador nos modos de existir, de relacionar e de se posicionar social, subjetiva e politicamente diante dos processos da vida. No caso da relação entre loucura e trabalho, entendemos esse último assim como Bernardes e Guareschi (2004), que o considera

[...] não somente como uma atividade correspondente ao artificialismo da existência humana, mas também como produtor de modos de ser, produtor de formas de os indivíduos se relacionarem consigo mesmos, que constituem um si, pelo qual se reconhecem, se observam (BERNARDES; GUARESCHI, 2004, p. 83).

Essa foi a aposta que fizemos ao oferecer a possibilidade aos trabalhadores atendidos no CAPS de se reunirem para conversar, projetar, experimentar possibilidades de produzir outras formas de trabalho além das que já conheciam. A oportunidade da invenção, de transformação a partir do desejo compartilhado e colocado em contato com a realidade, onde o risco é iminente e o êxito é uma busca compartilhada.

A clínica ampliada é intrinsecamente transdisciplinar, com práticas desenvolvidas na comunidade que provocam o entrecruzar de saberes, fazeres e práticas cotidianas no território da cidade e/ou do bairro. Concordamos com Estelita-Lins, Coutinho e Oliveira (2009) quando consideram ser importante a concepção e a prática da clínica ampliada na superação das históricas dicotomias entre indivíduo e sociedade, casa e rua, público e privado. Assim como, para nós, a superação das dicotomias entre saúde e doença, serviço de saúde mental e comunidade, atenção básica e atenção psicossocial, loucura e normalidade. Tal exercício de pensar e construir carece da discussão de “categorias ligadas à saúde mental como alteridade, dependência, autonomia, reabilitação” (ESTELITA-LINS; COUTINHO; OLIVEIRA, 2009, p. 213) que transcendem o arcabouço teórico-prático de qualquer uma das disciplinas afetas ao saber-fazer no cuidado em saúde mental articulado com outros saberes e fazeres.

Para isso, é preciso um exercício de transbordamento, ultrapassando a borda das especialidades profissionais ao encontro do campo psicossocial da vida que acontece para além dos serviços de SM e de suas disciplinas profissionais. A ação primordial a ser empreendida, neste contexto, é o deslocamento para o espaço público e comunitário das trocas cotidianas com seus encontros e desencontros, sabores e dissabores, delícias e dores. Por ser marcada pelo encontro e pelo diálogo entre sujeitos, a clínica ampliada se funda e produz dimensões subjetivas e intersubjetivas; culturais e políticas.

Consideramos o intercâmbio entre a SM e a ECOSOL em curso no Brasil como inscrito na perspectiva da clínica ampliada, por ser um campo profícuo de invenções e reinvenções de saberes e práticas que subsidiem o processo de acompanhamento de coletivos de trabalho autogestionários existentes e que ainda se constituirão dentro e fora dos serviços de SM.

Nesse sentido, a interlocução necessária entre o mundo da assistência e o mundo da produção a ser construída pelos que com ela se comprometem carece desse paradigma, que amplia as possibilidades de encontro e de diálogo com vistas à transformação e ao transbordamento das disciplinas, evitando territórios estanques definidos como campos específicos de saber-fazer.

Acreditamos que, com esta perspectiva, os projetos de inclusão social no trabalho produtivo têm maiores possibilidades de serem exitosos em seus propósitos no intercâmbio com o mundo vivo da produção, que somente acontece no cotidiano das ações de consumo da matéria-prima necessária ao trabalho; da produção ou prestação de serviço como tarefa coletiva dos trabalhadores; e da comercialização, negociando preços e fazendo as entregas dos produtos.

Realizam-se, assim, as trocas sociais, econômicas e afetivas possíveis à vida que acontece no viver com o outro em sociedade.

Sobre o saber-fazer da psicologia imbricado com outros no exercício da clínica ampliada, Sundfeld (2010) nos convoca a ação e à invenção de:

Refletir o cotidiano com os atores envolvidos, contribuir para o fortalecimento dos vínculos e a criação de um espaço de resistência às formas de disciplinarização que se inserem nos processos de trabalho, nas relações e nos corpos. Enfim, apostar na construção de um coletivo desejante do exercício de uma clínica viva, pulsante, aliada aos deslocamentos e desvios, potências liberadoras de novos modos de habitar o mundo (SUNDFELD, 2010, p. 194).

É preciso dizer que tanto a *práxis* produtiva dos sujeitos trabalhadores do *Arte em Oficina*, quanto a *práxis* de intercessão como pré-incubagem do intercessor encarnado foram construídas a partir da ação dos primeiros em interlocução com a ação do segundo em acontecimentos deflagradores de movimentos que retroagiram sobre todo o processo de constituição e realização deste *projeto em ação coletiva*.

Todo o processo foi relacional, não havendo atividades de formação para alguma ação relacionada à ECOSOL justamente para não caracterizar a heteronomia caracterizada por alguém que sabe o que é importante o outro aprender. As ferramentas do mundo da produção

foram sendo apresentadas e ressignificadas na medida em que foram sendo necessárias para compreender algo ou para dar um passo à frente ou atrás.

O operar do intercessor encarnado no movimento dos sujeitos na constituição do grupo foi o de escutador e provocador a um só tempo. Em alguns momentos, a indefinição sobre qual seria o caminho gerou angústia e desistência de alguns, o que desencadeou questionamentos e incômodos nos que ficaram. A ausência de direção de minha parte e do assistente social para que o desejo deles se pronunciasse logrou êxito, embora também nos tenha preocupado a possibilidade de não dar certo e o como lidaríamos com o sentimento de impossibilidade deles e nosso.

Algumas ações fomentaram a vinculação entre os sujeitos, como, por exemplo, a limpeza e a organização do almoxarifado do CAPS, feitas em regime de mutirão, criando espaço para guardar a matéria-prima para a produção que viria a acontecer. Junto com esse acontecimento, houve, ainda, o deslocamento do local onde aconteciam as OGTR, que às sextas-feiras à tarde não era ocupado e passou a ser, com atividades de uma OT. Esse outro lugar se localiza nos fundos do CAPS, em frente ao almoxarifado, junto a um banheiro e a uma área coberta que também caberia como espaço para a produção dos que se interessassem pelo projeto.

Antes, porém, havia acontecido a definição das atividades produtivas a serem realizadas com a participação dos que estavam presentes nas OGTR, que aconteceram com tal finalidade. Por isso, já sabíamos qual seria a matéria-prima e o espaço necessário para guardar o estoque, embora o nome e o *slogan* do projeto ainda não estivessem definidos.

Nesse processo, foi muito interessante e instigante conhecer e respeitar as diferenças e perceber o exercício da complementaridade que os quatro trabalhadores que fundaram o projeto conseguiram realizar e concretizar. Até mesmo com os que deixaram de participar da OGTR e, de vez em quando, apareciam sem ter noção do que estava acontecendo – esse era o momento de fala dos interessados para contar sobre o processo em curso, deixando em aberto a possibilidade de entrada de novos integrantes, desde que se inteirassem de tudo para também poder contribuir.

Não se trata de procurar causas, mas de traçar, acompanhar os movimentos, as redes, as tramas que vão se constituindo no cotidiano dos trabalhadores de forma a produzir rupturas (...) priorizando a criação, a possibilidade de diferir das formas instituídas e hegemônicas de funcionamento social, tendo como referência privilegiada a fala dos trabalhadores (MINAYO-GOMEZ; BARROS, 2002, p. 659).

Um fato concreto da realidade – a realização da II FERIA Regional dos CAPS, onde o projeto poderia ser lançado – provocou a definição de quem o comporia e também sua identidade, com as sugestões e escolha do nome e do slogan pelos interessados.

Para isso, precisaram começar a produção, retomando a descrição das duas atividades produtivas escolhidas – gancho para lona de caminhão e estopa para oficina e posto de gasolina. Partimos para decidir como seria comprada a matéria-prima e os primeiros equipamentos necessários. Nesse período, foi feita a doação dos equipamentos para a produção dos ganchos e da matéria-prima para o “ensaio da produção”. Não denominamos como treinamento porque todo mundo ensinava todo mundo a se apropriar do como fazer, embora alguns, com maior habilidade em alguma das tarefas, ajudassem o outro.

Minayo-Gomez e Barros (2002) também contribuem com a articulação da prática com a teoria ao afirmarem que:

[...] a maneira como nos comportamos, sentimos, amamos, enfim, vivemos, é produzida pelos processos por meio dos quais os humanos se relacionam, para produzir o mundo em que vivem. (...) São nossas práticas sociais cotidianas que produzem diferentes formas de existência e, portanto, de trabalho, de trabalhador, de saúde e de doença (MINAYO-GOMEZ, BARROS, 2002, p. 660).

A experiência compartilhada com esses sujeitos me mostrou que isso é realmente possível quando se tem abertura para o outro e para o novo, apesar dos medos e inquietações que esta disponibilidade nos provoque. Algo interessante aconteceu, porque até hoje não busquei saber, e não o farei, qual é o diagnóstico de cada um dos sujeitos com os quais convivi durante o trabalho de campo. Sim, também é possível colocar a doença entre parênteses, como sugeriu Basaglia.

Na II Feira Regional dos CAPS, o *Arte em Oficina – um projeto em ação coletiva* fez a exposição dos ganchos produzidos. Não expuseram as estopas porque, mesmo com a colaboração das trabalhadoras dos serviços gerais, que também são costureiras, no ensaio da produção eles priorizaram apresentação do que já sabiam fazer (ganchos para lona de caminhão). Na apresentação do projeto por dois participantes às autoridades do município e a outros visitantes, eles demonstraram que se apropriaram de seu trabalho tanto no fazer quanto no saber, narrando todo o processo de constituição do projeto e o como se produz gancho para lona de caminhão.

Na finalização da *práxis* de intercessão e minha saída do campo como intercessora encarnada, realizamos o mapeamento de consumo em oficinas mecânicas e lava-jatos no entorno do CAPS. Participar deste processo junto com eles foi muito interessante. Desde o

preparo do *kit mapeamento* (amostra de estopa e saquinhos de gancho com a etiqueta do projeto confeccionada por um aluno da UEM e impressa na instituição, além de um folder do CAPS para deixar claro à população que ainda se tratava de um trabalho assistido) até a apresentação do projeto por eles; passando pelo encontro com uma carreta repleta de ganchos segurando a lona na carroceria.

Todos estes acontecimentos provocaram várias ideias de como encontrar os caminhoneiros para fazer venda direta e da importância de fazer ganchos com cores variadas para agradar o maior número possível de interessados, inclusive as mulheres caminhoneiras chegando até à reunião com a equipe do CAPS, que tinha, como finalidade, discutir os rumos do projeto *Arte em oficina*.

Sendo essa uma das ações do serviço no âmbito do projeto terapêutico singular dos que são atendidos no contexto da política pública intersetorial de *inclusão social pelo trabalho* dos MS/Coordenação de Saúde Mental e MTE/Secretaria de Economia Solidária. Ou seja, mesmo podendo contar com minha contribuição em seu nascimento/constituição, o acompanhamento do projeto é uma tarefa do CAPS como um serviço de SM, não se circunscrevendo à minha intercessão por conta da realização do doutorado.

CAPÍTULO V – A EMPRESA SOCIAL COMO REFERÊNCIA ÉTICA E POLÍTICA PARA O INTERCÂMBIO ENTRE SAÚDE MENTAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Neste capítulo, temos como objetivo realizar uma interlocução entre a Reforma Psiquiátrica e a implantação da Política Nacional de Saúde Mental (PNSM), como uma política pública do Ministério da Saúde (MS) conquistada pelo Movimento Nacional da Luta Antimanicomial, configurando o *mundo da assistência* aos sujeitos da experiência da loucura; e o Programa Nacional de Economia Solidária, como uma política de governo do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), engendrado pelo Movimento da Economia Solidária, configurando o *mundo da produção* constituído pelos que trabalham de maneira coletiva e autogestionária. Tencionamos, assim, contribuir com a discussão política sobre este movimento em curso no Brasil, na expectativa de que esse seja crítico e produtor de sujeitos e alternativas.

Para isso, tomamos como referência a noção de *Empresa Social* da Psiquiatria Democrática Italiana, denominada por Rotelli, Leonardis e Mauri (1994) como aquela que produz o intercâmbio entre o mundo da assistência e o mundo da produção. Antes, porém, contextualizaremos o momento histórico no qual nasceram esses e outros movimentos sociais que produziram políticas estatais tanto no Brasil como em outros países.

Na década de 80 do século XX, a crise do Estado-Providência nos países centrais agravou as desigualdades sociais, provocando uma maior exclusão social que, nos países periféricos, precarizou com maior intensidade as condições sociais existentes, em especial, o aumento do número de pessoas mortas pela fome. Enquanto os países do Norte desenvolvido apostavam no neoliberalismo como a nova ordem econômica mundial, os países do Sul subdesenvolvido denunciavam sua selvageria, apontando para a construção de outra ordem econômica mundial com o incremento dos movimentos sociais, em especial, dos que lutaram pela democracia (SANTOS, 2010a, p. 18).

Nessa direção, pode-se afirmar que o projeto capitalista de sociedade forjado nos últimos séculos no campo da economia, do direito, da religião, da ciência e da mídia, consolidado no final do século XX, possui contradições. Naquele momento histórico, essas foram acirradas e passaram a repercutir nas entranhas da vida cotidiana das práticas sociais, das práticas profissionais, das práticas de produção do conhecimento, das relações de produção e reprodução da vida pelo trabalho. Enfim, em todas as esferas do humano e, por isso, produziram experimentações em movimentos sociais alternativos, que se constituíram

como contraposição a esse projeto de sociedade, colocando em cena outros sujeitos e outras práticas de mobilização social e política, configurando-se como “Novos Movimentos Sociais – NMSs” (SANTOS, 2005, p. 256).

Tais NMSs, de acordo com o mesmo autor, realizam a crítica tanto à regulação social capitalista, quanto à emancipação social socialista marxista, expressando uma radicalidade contra os *excessos de regulação da modernidade* (SANTOS, 2005, p. 258) que afetam não somente as formas de trabalhar e produzir, mas também os modos de viver e produzir subjetividades. Oprimindo não somente uma classe social, mas outros grupos e, até mesmo, toda a sociedade, como no caso do incremento da violência urbana, por exemplo. Por isso, os NMSs acontecem no âmbito da sociedade civil mantendo distância do Estado, dos partidos políticos e dos sindicatos tradicionais.

Com o acirramento dessas crises/contradições do capitalismo financeiro internacional no campo econômico e social, ocorre a desconstrução da polaridade Norte/Sul, produzindo o que Santos e Meneses (2010, p. 19) denominam por *Sul Metafórico* – um campo de desafios epistêmicos, uma metáfora que vai para além das dimensões geográficas. Entretanto, na contemporaneidade da relação Norte/Sul, não é mais possível uma sobreposição total, porque no Norte existem grupos sociais sujeitos à dominação capitalista e colonial e, no Sul, sempre existem empresas do Norte e elites locais que se beneficiam dessa dominação. Para os autores, o *sul metafórico* é constituído pelas experiências sociais protagonizadas pelos oprimidos pelas diferentes formas de dominação colonial e capitalista que, para além dessa condição, produzem e reproduzem fazeres, saberes e formas contra-hegemônicas de vida.

No contexto do *sul metafórico*, pode-se pensar o nascimento de um movimento social através de uma grande mobilização advinda de situações adversas a um determinado coletivo da população que identifica a existência de um *inimigo comum*, não necessariamente personificado em alguém, o qual deve ser combatido em função da intensidade e eficácia de seu poder de destruição da vida. A organização social e política, em torno de uma ideologia constituída pelos envolvidos no processo, produzem práticas sociais de mobilização, ação e comunicação configuradas como estratégias de luta, sendo fundamentadas por fazeres e saberes historicamente produzidos por outras formas de mobilização e que são apropriados à causa a ser do movimento, produzindo outros fazeres e saberes.

A partir das contribuições dos autores citados, consideramos o Movimento Nacional da Luta Antimanicomial (MNLA) e o Movimento Nacional da Economia Solidária (MNES) como NMSs por colocarem outros sujeitos na cena política brasileira, não se referirem especificamente ao movimento sindical e não estarem diretamente ligados a partidos políticos.

Embora tenham uma relação direta com o Estado Brasileiro em seu processo de redemocratização pós-ditadura militar pela via da criação, implantação e implementação de políticas – pública e de governo – nos campos da Saúde Mental e do Trabalho. Estratégias possíveis somente após a promulgação da Constituição de 1988, resultante da mobilização social e política de tantos, muitos e diferentes NMSs.

A articulação institucionalizada entre SM e ECOSOL está em curso no Brasil desde 2004, quando da realização do evento *Oficina de Experiências de Geração de Renda e Trabalho dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental*. Desse encontro, foram construídas estratégias de inclusão social pelo trabalho dos *usuários* dos serviços de saúde mental, com transtornos mentais graves e/ou decorrentes do uso de álcool e outras drogas, por meio da constituição de empreendimentos econômicos solidários, como grupos informais, associações e/ou cooperativas (BRASIL..., 2004).

Como se pode perceber, esse encontro teve como temática a inclusão social pelo trabalho e aconteceu entre os atores sociais das políticas estatais e não no contexto das ações dos movimentos sociais, embora, é claro, muitos dos que estavam presentes sejam militantes desses. Entretanto, o que tem unificado a luta dos militantes dos movimentos da Luta Antimanicomial e da ECOSOL é a questão do Cooperativismo Social, o que provocou a realização de uma conferência temática específica sobre essa questão, que subsidiou a discussão das Conferências Nacionais dessas duas políticas no ano de 2010. Nesse contexto, tencionamos produzir uma interlocução entre as práticas dessas políticas no tocante à relação entre loucura e trabalho que possa contribuir com os sujeitos da experiência da loucura e seus familiares, bem como com os trabalhadores e gestores das Políticas de SM e ECOSOL, em suas iniciativas de inclusão no trabalho produtivo coletivo e autogestionário.

Tomamos como referência ética e política a noção de *Empresa Social* protagonizada pela Psiquiatria Democrática Italiana com suas proposições e estratégias de intercâmbio entre o *mundo da assistência*, configurado pela SM e o *mundo da produção*, configurado pela ECOSOL com seus princípios de autogestão, solidariedade e cooperação no trabalho em uma dimensão econômica da produção.

Sendo assim, substituímos o termo *articulação*, utilizado no discurso oficial, pelo termo *intercâmbio*, em decorrência deste representar o mundo das trocas que envolvem dimensões afetivas, psicossociais, políticas, culturais e econômicas que se dão no cotidiano da realidade concreta das práticas sociais de inclusão no trabalho produtivo. Onde a ação de construir um projeto comum a partir das possibilidades de seus participantes através do diálogo, da autogestão e da prospecção possa vir a ser consolidada. Para isso, é preciso que

exista o apoio do Estado Brasileiro, através da política pública de SM em intersectorialidade com as políticas de Assistência Social, de Trabalho, de Educação, de Seguridade Social, de Justiça e de Direitos Humanos.

Identificamos, porém, a ausência de referência à noção de Empresa Social nas práticas discursivas dos que estão envolvidos com a relação loucura e trabalho coletivo e autogestionário nos serviços de SM e, mesmo, dos que militam no MNLA; na bibliografia publicada sobre o tema à qual tivemos acesso, embora, em algumas delas tenha havido a citação do termo *empresa social*, sem que houvesse uma explicitação sobre sua contribuição para o processo em curso; e nas informações em *sites* referentes a algumas das experiências no Brasil. O termo *empresa social* também não apareceu nas visitas realizadas a algumas dessas experiências e nas conversas com a equipe do CAPS I da cidade de Nova Esperança/PR, quando da *práxis* de intercessão por mim realizada junto aos sujeitos da experiência da loucura e ao assistente social.

Existem artigos publicados no Brasil por Franco Rotteli sobre a noção triestina de Empresa Social, mas não há livros publicados sobre esse tema ou mesmo traduzidos, como é o caso do livro *La Empresa Social* de Rotteli, Leonardis e Mauri (1994), publicado na Argentina e utilizado para as discussões nesta tese. Consideramos ser de muita importância a tradução e publicação deste livro no Brasil, tendo em vista o atual intercâmbio entre a SM e a ECOSOL com a questão em voga do cooperativismo social.

Nesse campo, Fernanda Nicácio, em sua participação no evento de 2004 acima referido, coloca em questão a presença ainda marcante, tanto nos serviços de SM e para os atendidos nesses, quanto nas relações sociais cotidianas, das concepções de *trabalho terapêutico*, como elemento disciplinador no tratamento moral e da lógica do *trabalho protegido*, onde não há participação ativa dos sujeitos da experiência da loucura e, por isso, esses não se apropriam de seu trabalho. Propõe, então, a concepção de *terapêutico como produção de autonomia*, em que tratamento e reabilitação são estratégias de cuidado interdependentes que podem acontecer concomitantemente (BRASIL..., 2005b, p. 98).

Em artigo posterior, Nicácio, Mangia e Ghirardi (2005) ampliam a discussão, tendo como perspectiva a premissa do trabalho como direito como uma estratégia de superação da concepção de trabalho terapêutico e da lógica do trabalho protegido.

Tomando como referência as noções italianas de Desinstitucionalização e Empresa Social, associada à ECOSOL, propõem as cooperativas sociais como um *caminho* na constituição de EESs “pautados pela efetiva participação nas trocas sociais, pela produção de valores e de direitos, e pela invenção de itinerários de emancipação e de novas formas de

interação com a experiência da alteridade” (NICÁCIO; MANGIA; GHIRARDI, 2005, p. 63). Produz-se, assim, a inclusão social das pessoas em situação de desvantagem que possui desafios que apresentam múltiplos aspectos como:

[...] as relações entre o sujeito e o trabalho, a produtividade capitalista, a produção de bens e de valores, a produção de subjetividade, as formas de sociabilidade, os processos de desfiliação, o campo dos direitos, as transformações contemporâneas nas relações de produção e no universo do trabalho (NICÁCIO; MANGIA; GHIRARDI, 2005, p. 62-63)

Nessa direção, a questão do cooperativismo social tem sido tema de vários encontros para se discutir a inclusão social pelo trabalho, como a Conferência Temática sobre Cooperativismo Social em 2010 que, como foi citado, subsidiou as discussões nas Conferências Nacionais da Saúde Mental e da ECOSOL, realizadas também em 2010; e o “II Encontro Nacional de Experiências de Geração de Trabalho e Renda da Saúde Mental: Rumo ao Cooperativismo Social”, realizado em dezembro de 2011 no Rio de Janeiro/RJ, através da parceria entre a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da UFRJ e a Coordenação de Saúde Mental do Ministério da Saúde.

Importante considerar, também, a constituição, em 2012, da primeira cooperativa social formalizada no Brasil pelos participantes inseridos em projetos que compõem a Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo – a *Cooperativa Social 18 de Maio*. Tal fato pode vir a ser um operador na busca de uma referência para a discussão ético-política no âmbito do intercâmbio entre SM e ECOSOL com vistas a fundamentar, refletir e fomentar as práticas existentes, contribuindo, também, com as que estão por vir.

Nesse contexto, retomamos Nicácio, Mangia e Ghirardi (2005) quando afirmam que:

[...] a proposição de cooperativas sociais, implica no desafio da criação e potencialização de lugares, contextos e relações que possibilitem a convivência com a diversidade, como experiência enriquecedora e vivificante, a produção de novas formas de participação no mundo do trabalho e da economia, o fortalecimento das contratualidades, e a ampliação de redes de pertencimento e de trocas, operando no campo conflitivo da inserção, e confrontando, constantemente, os processos de invalidação e exclusão (NICÁCIO, MANGIA E GHIRARDI, 2005, p. 65).

Estabelecendo esses elementos como norte, nos propomos a contribuir com a atual conjuntura brasileira de intercâmbio entre a SM e a ECOSOL, tendo como foco o processo de constituição de um grupo de trabalho produtivo, no contexto de um CAPS I, com potência de vir a ser um coletivo de trabalho autogestionário ou, melhor dizendo, uma cooperativa social como um EES. Tal processo consta nos capítulos anteriores que tratam sobre a *práxis* de

intercessão do intercessor encarnado e a *práxis* universitária do intercessor-pesquisador por mim realizadas.

5.1 EMPRESA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA NO INTERCÂMBIO ENTRE O MUNDO DA ASSISTÊNCIA E O MUNDO DA PRODUÇÃO

As estratégias produzidas pela Empresa Social compõem o processo de Desinstitucionalização realizado pela Psiquiatria Democrática Italiana, que é uma das referências teórico-práticas da Reforma Psiquiátrica Brasileira. Nessa, a reinserção social pelo trabalho através do cooperativismo social é um dos eixos da *práxis* de seus atores sociais e políticos.

Sendo assim, a noção de Empresa Social como estratégia de desinstitucionalização guarda uma intrínseca relação com o mundo da assistência em SM no Brasil, em especial, no tocante à Atenção Psicossocial com o trabalho em rede com os dispositivos da Atenção Básica; os CAPS e os Centros de Convivência como retaguarda assistencial; as residências terapêuticas e o programa De Volta pra Casa como retaguarda de moradia; e a (re)inserção pelo trabalho, tendo como um de seus dispositivos a constituição de cooperativas sociais, regulamentadas por legislação específica, embora essa não contemple a realidade das possibilidades existentes.

A Empresa Social também apresenta uma estreita relação epistemológica, teórica e prática com a ECOSOL. Ambas possuem premissas que se coadunam no que se refere à participação democrática, à autogestão nas ações de produção, distribuição e consumo no campo das trocas econômicas e sociais e à potência de produção de sujeitos através das práticas sociais de reinserção e inclusão no trabalho produtivo. Assim como no que diz respeito ao entendimento sobre a concepção de trabalho produtivo dos que estão fora do circuito econômico e social, retomando o conceito de trabalho como *atividade* do Materialismo Histórico.

De acordo com Leontiev (2004, p. 75), recorrendo a Marx e Engels, o trabalho como atividade especificamente humana apresenta dois elementos interdependentes que são: 1) o uso e a fabricação de instrumentos para agir sobre a natureza modificando-a e, com isso, modificando a si mesmo; 2) o fato de ser realizado com outros homens através de atividades coletivas que lhes são comuns, o que os torna sujeitos do processo social do trabalho. Ou seja, interliga, em um mesmo processo, a transformação da natureza pelo homem que, com isso, transforma a si próprio produzindo sociedade, linguagem e consciência.

A questão primordial que produz o intercâmbio entre SM e ECOSOL é o trabalho em sua concepção coletiva e autogestionária, indo ao encontro do mundo da produção para fora dos dispositivos de SM, superando a perspectiva do trabalho somente como recurso terapêutico ainda presente na cultura de alguns dos que atuam nesses dispositivos.

Entretanto, a proposta é de inter-relacionamento entre assistência e produção e não de dicotomização ou ruptura, não existindo, também, qualquer tipo de juízo de valor sobre a importância maior de uma ou de outra prática, mesmo que seja necessária uma reflexão crítica sobre a noção do que seja o terapêutico junto aos serviços de SM. Nessa direção, a tarefa que nos propomos é refletir sobre o intercâmbio entre SM e ECOSOL, tendo como referência a noção de Empresa Social. Partimos de relatos, discussões e conceituações dos autores sobre suas *práxis*, nas quais questões teóricas, práticas e organizativas são apresentadas sem a pretensão de criar conceituações sobre a realidade vivida, mas visam antes à socialização de suas experiências e das noções sobre a realidade por eles produzidas.

Tomamos as noções de *empresa social*, *economia solidária*, *cooperativa social*, *território e desenvolvimento local*, *mercado e trabalho* como marcadores teórico-práticos por nós criados, para localizar os campos intercambiáveis entre SM e ECOSOL. Depois, discutiremos as convergências no tocante ao *mundo da produção* entre a Empresa Social e a Economia Solidária, tomando como eixo a relação dessas com o Estado, com a questão do acesso ao crédito e com os processos de formação para o trabalho.

A *noção de empresa social* é considerada por Defourny (2009), levando-se em conta as características e os indicadores que a definem, levantados através de pesquisas realizadas sobre o tema a partir da década de 80 do século XX em vários países da Europa, implicando em uma diversidade de abordagens existentes sobre essa noção. Duas delas são enfatizadas pelo autor, a da rede européia, na segunda metade dos anos 90, e a do governo britânico, em 2002.

Para a primeira abordagem, existem quatro indicadores que atestam o caráter econômico e empreendedor da empresa social que são: 1) a contínua atividade de produção de bens e serviços como sua principal razão de ser; 2) o alto grau de autonomia, por serem constituídas e gerenciadas por um grupo de pessoas com um projeto próprio sem interferência do poder público, mesmo quando financiadas por este; 3) a presença de um significativo risco econômico a ser assumido total ou parcialmente por seus membros; 4) a utilização de recursos monetários e não-monetários e a existência mínima de emprego remunerado.

Um destaque é feito à dimensão social da empresa social no tocante ao seu objetivo de servir à comunidade; a ser constituída por um grupo de cidadãos autônomos; ao poder de

decisão dos participantes não estar atrelado ao capital investido por cada um; à sua dinâmica ser participativa e promotora da democracia através da atividade econômica; à limitada distribuição dos lucros impedindo sua maximização (DEFOURNY, 2009, p. 190).

Para a segunda abordagem, a empresa social é “uma atividade comercial (...) com objetivos essencialmente sociais e cujos excedentes (...) são revestidos mais nessa atividade ou na comunidade do que guiados pela necessidade de maximizar os lucros para acionistas ou proprietários” (DTI, 2002, p. 13 apud por DEFOURNY, 2009, p. 189).

Podemos considerar que essas duas abordagens não se contrapõem em relação ao entendimento de que uma empresa social produz recursos financeiros provenientes da ação direta de seus membros e de algumas outras pessoas contratadas por estes para desenvolver a atividade produtiva de bens e serviços (setor comercial), que é sua razão de existir; que a gestão é coletiva e participativa, na qual o investimento dos ganhos monetários é feito na retroalimentação da atividade que realizam e no desenvolvimento social da comunidade em que está inserida e, por isso, não busca a obtenção de lucros excessivos para seus membros.

A noção de Empresa Social adotada pela Psiquiatria Democrática Italiana contempla as abordagens apresentadas. Entretanto, apresenta uma especificidade no tocante à dimensão da assistência, em especial à Saúde Mental, que não aparece nas considerações de Defourny. Por isso, tomaremos como referência a perspectiva dos autores que, apropriando-se dessa noção a partir de suas *práxis* como trabalhadores da Saúde Mental em Trieste na Itália, a ressignificaram no contexto da realidade concreta do processo de Desinstitucionalização.

Empresa Social, para Rotelli, Leonardis e Mauri (1994), é o nome dado, desde 1987, às novas estratégias de enfrentamento das crises no mundo do trabalho e da assistência social engendradas por algumas experiências de inovações em instituições e políticas sociais. Estas são originárias de práticas e culturas que expressam a realidade de diferentes países da Europa, inclusive da Itália, que é o contexto com o qual dialogaremos. Tais experiências se referem à constituição de empreendimentos que produzem o social no contexto de uma assistência que investe no único capital que possui – as pessoas –, acreditando nestas, reconhecendo e criando condições necessárias para a “implementação, utilização e transformação de suas capacidades em algo coerente e real” (ROTELLI; LEONARDIS; MAURI, 1994, p. 11).

Para os autores, a Empresa Social é uma estratégia que se interessa pelo caminho das experiências contra-hegemônicas, no campo da produção, que denunciam os limites da racionalidade econômica. Uma estratégia que, utilizando os custos sociais para inventar novos

espaços de mercado e de produção, se interessa pelas economias de desenvolvimento local e pela história que surge da cooperação, da democracia e da participação.

A empresa social é, enfim, uma estratégia produtiva, mas cujo lugar de eleição é o social, a reprodução, a assistência, a redistribuição. (...) Amplia, portanto, os espaços de ação do mercado e as possibilidades de empreendimento, de trabalho e intercâmbio social (ROTELLI; LEONARDIS; MAURI, 1994, p. 26, *tradução nossa*).

Nesse sentido, busca-se promover a produção de sujeitos através do intercâmbio da loucura (até então restrita ao mundo da assistência e ao terapêutico) com o trabalho (até então restrito ao mundo da produção no formato do emprego protagonizado pelos considerados capazes para isso). Como *estratégia produtiva*, a Empresa Social atua no âmbito do mercado como o mundo da produção e no mundo da assistência, onde se é possível criar possibilidades de trabalho, de empreendimento e de realização produzindo, assim, o intercâmbio entre a assistência, o econômico e o social.

Evaristo (2000, p. 106) situa a empresa social como um instrumento dentro do marco histórico do processo de Desinstitucionalização. Sua utopia é fazer existir o social ao redor das pessoas em desvantagem, incluindo o trabalho em um articulado percurso terapêutico ao invés de considerá-lo isoladamente no campo econômico. Para isso, se mobiliza e otimiza os recursos públicos; qualificam-se as consultas nos Centros de Saúde Mental, acompanhando o percurso dos usuários, prevenindo rupturas através do uso flexível das estruturas e subvenções públicas; se reduz o mercantilismo exagerado, tentando conjugar solidariedade com produtividade.

A forma de organização do trabalho é a cooperativa; criada como alternativa à ausência de receptividade por parte dos empresários em contratar pessoas em situação de desvantagem, torna-se a principal ferramenta de distanciamento do diagnóstico e do estatuto de assistido, contribuindo com a construção da imagem de trabalhador.

Onde estaria, então, a dimensão clínica neste contexto?

Em relação ao mundo da assistência em SM, Rotteli (2000) caracteriza a empresa social como o dismantelamento da lógica manicomial encarnada na organização material e nas práticas clínicas e sociais da ciência psiquiatria no âmbito da instituição manicômio. É *fazer viver* o social em todas as suas contradições pela via do processo de desinstitucionalização, promovendo a *emancipação terapêutica* dos usuários dos serviços de SM. Nesse sentido, se constrói uma multidimensionalidade entre o político, o administrativo, o técnico, o operativo, o cultural e o afetivo que, ao se retroalimentarem, são capazes de

produzir a reinserção dos excluídos sociais e econômicos no circuito sadio da vida e de sua riqueza. Rompe-se, assim, com a perspectiva de invalidação e negação das possibilidades e potencialidades das pessoas de “dar, trocar, de ser, de produzir”, em que “produzir é ter um *status*, é estar incluído na grande sociedade do mercado, mercado humano, da produção, de relação entre os homens” (ROTTELI, 2000, p. 303).

Na Itália, de acordo com o autor, participam da Empresa Social todos aqueles que possam estar atentos e sensíveis à questão de renegociar um pacto social, constituindo-se em uma forma de convivência dentro da comunidade. Sendo assim, profissionais especializados, intelectuais, pessoas que nada têm a ver com a psiquiatria, trabalham nas cooperativas sociais junto com os usuários e os técnicos dos serviços.

No contexto da RP brasileira, essas dimensões aparecem nas práticas clínicas e sociais da *Clínica Ampliada*, embora estejam associadas mais especificamente à questão terapêutica e de gestão coletiva dos serviços de SM do que à questão do trabalho como direito. Tendo Franco Basaglia como referência, as proposições dessa perspectiva apontam para a constituição de uma *Clínica do Sujeito* com potência de produzir sujeitos concretos, que se constituem no campo social e subjetivo do cotidiano não somente dos serviços, mas também dos demais territórios onde estão inseridos. Sendo assim, a *Clínica Ampliada* tem como centralidade a existência concreta desses sujeitos, levando também em conta o sofrimento psíquico e o contexto de vida deles (CAMPOS, 1992).

Para Rotelli, Leonardis e Mauri (1994), a Empresa Social busca e produz sinergia entre o mundo da assistência e o mundo da produção; se apoia na simultaneidade entre os processos de formação profissional e de trabalho; constrói ao mesmo tempo espaços de risco e redes de segurança para seus participantes; conquista e combina as energias dos contextos locais; busca sua expansão na pequena dimensão e na diversificação dos campos de ação das cooperativas sociais; produz qualidade em seus produtos, processos e meio social; provoca mudanças culturais e institucionais no mundo da assistência.

Esses são os princípios que fundamentam a relação entre loucura e trabalho na Psiquiatria Democrática Italiana, que tem a *cooperativa social* como dispositivo no processo de *emancipação terapêutica* e de *reinserção social* dos que são atendidos pelo mundo da assistência.

Sobre a noção de *Economia Solidária*, esta se constitui como uma alternativa econômica historicamente marcada pela luta política pelo direito ao trabalho pela via da organização dos próprios trabalhadores. Encarnada no mundo da produção e acontecendo nos interstícios, nas brechas do capitalismo, a ECOSOL está no cerne das formações econômicas

pré-capitalistas, na qual o interesse não estava em qual tipo de propriedade geraria o máximo de riqueza que, por sua vez, não constituía o objetivo da produção. A questão mais importante, naquele momento, era qual propriedade geraria os melhores cidadãos e não o maior volume de dinheiro (MARX, 1977, p. 80).

Está, também, na história associativista dos trabalhadores desde o século XIX, através do cooperativismo operário preconizado por Robert Owen (1771-1859) como luta de resistência contra os impactos da Revolução Industrial. Em 1832, Owen criou o *Labour Exchange* (Bolsa de Trabalho), onde se intercambiavam produtos de cooperativas a preços justos, calculados conforme o número de horas de trabalho gastas em sua produção. Nos anos 80, a mesma estrutura de intercâmbio de mercadorias, com o uso de moeda social, surgiu no Canadá com as LETS (sistemas locais de emprego e comércio) e na Argentina, nos anos 90, com a denominação de Clubes de Troca (SINGER, 2003; LAVILLE; GAIGER, 2009).

Outros antecedentes são o movimento das comunas a partir do século XIX e a criação, em 1844, da Cooperativa de Rochdale, uma cooperativa de consumo que chegou a ser formada por 10.000 operários. Seus princípios “definem com precisão o que é uma autêntica cooperativa autogestionária: igualdade política (cada cabeça um voto), livre entrada e saída do quadro social, neutralidade política e religiosa e prioridade à educação cooperativa” (SINGER, 2003, p. 119). Valores até hoje vigentes no Movimento Cooperativista Nacional e Internacional.

Durante quase todo o século XX, a ECOSOL sofreu um recrudescimento em função da consolidação da economia de mercado e da institucionalização do trabalho no formato do emprego. De acordo com Singer (2000), sua revivência acontece a partir da década de 80 com a contra – revolução neoliberal. O aumento dos níveis mundiais de desemprego, no final do século XX, teve como consequência o incremento do trabalho informal como geração de renda, de sobrevivência material e de manutenção de espaços de trabalho, mesmo em condições precárias e de outras práticas econômicas e sociais alternativas aos que estão fora do circuito e são denominados, por Spink (2009), como “os que se viram”. Dentre essas outras formas de organizar o trabalho, a economia solidária emerge como uma estratégia alternativa ao desemprego e à precarização do trabalho através da organização coletiva e autogestionária de grupos de produção e de prestação de serviços; de associações e cooperativas de produção, prestação de serviços, comercialização, consumo e crédito.

Pode-se dizer, então, que as marcas identitárias fundantes da Economia Solidária são a pluralidade e a confluência de diversos fazeres e saberes e a organização política dos trabalhadores através dos princípios de autogestão, cooperação e solidariedade. Sendo um

termo polissêmico, abarca múltiplas dimensões do trabalho para além de sua significação como emprego na economia de mercado. Autores de vários países contribuem para o entendimento desta multidimensionalidade a partir da realidade das experiências nas quais estão inseridos.

Coraggio (2000; 2003; 2009) caracteriza a economia do trabalho como um conjunto integrado de múltiplas atividades econômicas de produção e reprodução comandadas pelos trabalhadores, tendo o trabalho como recurso central e, como orientação, a reprodução ampliada da vida e das capacidades dos envolvidos com o processo como principal estratégia de sobrevivência.

Em Icaza e Tiriba (2003, 2009), pode-se encontrar a economia popular como o conjunto de atividades econômicas e práticas sociais desenvolvidas pelos setores populares no sentido de garantir, com a utilização de sua própria força de trabalho e dos recursos disponíveis, a satisfação de necessidades básicas, tanto materiais como imateriais.

Além dessas conceituações, temos a de economia plural em Laville (2009), fundamentado em Polanyi (1983) e Mauss (2001), que tem os princípios de redistribuição e de reciprocidade como elementos fundamentais de uma sociedade não-mercantil, em que o mercado é socializado através de um processo político de deliberação.

Essas conceituações apresentam, em seu bojo, a centralidade do trabalho na produção e reprodução da vida pelos trabalhadores que compõem os setores populares onde o coletivo, o autogestionário e o solidário são os eixos das atividades sociais, culturais, políticas e econômicas de produção, distribuição e consumo. Nesse sentido, Arroyo (2003) chama de economia popular solidária aquela que acrescenta o desafio de, também como fator de desenvolvimento, ser germinada, brotada de dentro para fora, de baixo para cima, aberta para o mundo, mas com identidade própria, que possa estabelecer um diálogo em que o eixo é o equilíbrio, a distribuição, a justiça. E aí a economia começa a se fundir, a se misturar com outros valores com os quais a economia atual não dialoga. Um desses valores é o princípio da Dádiva (CAILLÉ, 2009, p.103), que pressupõe a produção de bens e serviços sem a função de atender interesses individuais e de lucro, sem especificamente serem produzidos somente para a venda, podendo ser também concedidos, compartilhados, retribuídos. Na economia da dádiva, as ações de dar, receber e retribuir são o ponto fundamental das relações de troca no campo social que buscam produzir sociabilidade e não a rentabilidade pura e simples das trocas com o foco no econômico e na propriedade privada.

Singer (1999; 2000; 2003) aponta a economia solidária como uma solução não-capitalista para o desemprego e a solidariedade como alternativa à lei de sobrevivência do

mais apto. Nesse sentido, aponta o contraste entre a solidariedade e o individualismo competitivo da sociedade capitalista. Como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, ela surge através da resistência dos que estão ou podem vir a ser excluídos da economia de mercado através do desemprego.

Assim, de acordo com o autor, é uma “criação em processo contínuo” de luta engendrada pelos trabalhadores de vários setores contra o capitalismo e pode ser entendida como o conjunto de atividades econômicas – de produção, comercialização, consumo, poupança e crédito - organizado sob a forma de autogestão. Isto é, pela propriedade coletiva do capital e participação democrática (uma cabeça, um voto) nas decisões dos membros da entidade promotora da atividade¹⁹.

A noção de *autogestão* é fundante na concepção de ECOSOL por ser o princípio ético intermediador das relações e da organização do trabalho em todas as suas dimensões nos EESs. Podemos pensá-la como um conceito intercessor por se tratar de uma prática social que está “entre”, permeando a construção da intersubjetividade dos trabalhadores nos mais diversos âmbitos – econômico, de sociabilidade, afetivo, político.

Autogestão é “o conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática das tomadas de decisão, que propicia a autonomia de um *coletivo*” (ALBUQUERQUE, 2003, p. 20) que possui uma multidimensionalidade. Na dimensão social, é resultado de um processo decisório, no qual pessoas e grupos participam e aceitam as ações e resultados referentes ao coletivo; na dimensão econômica, existe o privilégio, ao passo que, no processo de produção, há o fator trabalho em detrimento do capital; na dimensão política, a

¹⁹ Entretanto, existem diferentes formas de apropriação das proposições expostas acima, que são consideradas por Cruz e Santos (2011, p. 63-72) através de quatro modalidades que compreendem a economia solidária como: *a) inclusão social*, na qual existe uma dimensão pragmática de “resposta à reorganização produtiva e flexibilização do trabalho” (p. 64) em que a sociedade e o Estado são os protagonistas e não os trabalhadores; *b) alternativa ao desenvolvimento local*, na qual existem atividades sócio-econômicas coletivizadas no território com o objetivo de “revitalização econômica da sociedade local” (p. 66), sem que haja o engajamento em movimentos sociais que buscam provocar mudanças mais amplas na sociedade; *c) re-edição das ilusões do socialismo utópico*, em que se postula que os EESs não contribuem para a emancipação social, porque estão inseridos na concorrência capitalista por sua submissão à lógica de acumulação de capital e, por isso, promovem a precarização do trabalho. Como “resposta de vanguardas do movimento social, ou de intelectuais” (p. 68), rompe com a resistência histórica dos próprios trabalhadores, sendo um retrocesso à seguridade oferecida pelo Estado de bem-estar social; *d) síntese dialética da resistência social contra os efeitos do neoliberalismo*, na qual a autogestão contrapõe a heteronomia e subordinação nas relações de trabalho, provocando o pensar e o agir de maneira crítica através da participação democrática. No entanto, são muitos os desafios para sua “viabilidade e sustentabilidade (...), financiamento/crédito e (...) comercialização” (p.69), que são enfrentados pela atuação crítica e coletiva dos trabalhadores na construção de alternativas. Além disso, a produção do conhecimento sobre a economia solidária é realizada tendo como foco a perspectiva dos trabalhadores dos EESs. As proposições que apresentamos neste capítulo coadunam com essa última modalidade.

tomada de decisões é uma construção coletiva, com poder compartilhado; na dimensão técnica, se caracteriza por ser outra forma de organização e divisão do trabalho.

A autogestão é um princípio ético e uma prática concreta de radicalização da democracia direta no cotidiano, sendo o trabalho um dos campos em que essa pode acontecer (MOTHÉ, 2009, p. 26).

Entretanto, é preciso afirmar que a autogestão não é um estado sublime de superação das contradições presentes no Modo de Produção Capitalista, mas uma luta cotidiana engendrada na realidade concreta das práticas dos trabalhadores que buscam construir a democracia direta nas relações de trabalho. Processo este que é atravessado a todo o momento pela ideologia e pela cultura do projeto capitalista de sociedade e, por isso, está sempre inacabado, por ser também resultante do engajamento utópico dos que dele participam, onde os conflitos são bem vindos por provocarem a dialogia necessária aos processos de negociação.

E, se não for assim, corre-se o risco de se produzir uma subjetividade compacta, sectária e serializada que engessa a possibilidade de agenciamento para a realização de sua autoanálise, mantendo os sujeitos prisioneiros de seu *status-quo* de primazia do coletivo, sem considerar as singularidades.

No pensamento marxista, a autogestão é considerada em seu sentido amplo como a forma de democracia na sociedade socialista. Contrapõe-se à democracia parlamentar por não se restringir à dimensão política, abrangendo também a economia e a cultura, com princípios de descentralização, participação direta e delegação de poderes limitada, estabelecendo um mínimo de coordenação necessária. É o fundamento dos ideários do Socialismo Utópico, do Movimento Anarquista, dos Movimentos Revolucionários Socialistas, em especial a experiência dos Kibbutz na Iugoslávia, e está presente na concepção de emancipação humana em Marx, na qual o poder social do indivíduo se configura como um poder político (BOTTOMORE, 1998, p. 23)

Paul Singer considera a ECOSOL como um “mosaico de movimentos sociais”²⁰ protagonizados pelos trabalhadores em luta pelo direito de viver e trabalhar de maneira coletiva, solidária e autogestionária. Dentre estes, estão o Movimento dos Catadores de Material Reciclável, a Via Campesina, o Movimento dos Sem Terra e o Movimento Nacional da Luta Antimanicomial.

²⁰ Retirado da fala de Paul Singer (s/d) em uma mesa de debates durante o Fórum Social Mundial em 2009 na cidade de Belém/PA.

O elemento aglutinador mais consistente de intercâmbio entre a SM e a ECOSOL, que acontece no âmbito do território de abrangência dos dispositivos institucionais da SM através da ação dos que dela participam, é a *cooperativa social* como uma possibilidade concreta de EES. Nesse sentido, é importante resgatar algumas discussões de Rotelli, Leonardis e Mauri (1994) a respeito das diferenças entre a Empresa Social e a assistência tradicional que mantém práticas ergoterápicas em relação ao papel do trabalho.

É a partir do rompimento com a ergoterapia que as atividades produtivas na Empresa Social passam a ser realizadas através do trabalho nas cooperativas sociais; onde a relação dos sujeitos da experiência da loucura com o mundo do intercâmbio econômico e social no âmbito da cidade começa a ser restituído – sendo o trabalho um dos componentes, um dos espaços em que se é possível cultivar as relações entre as pessoas.

Além disso, é pela via do trabalho que se é produzida, rompendo com a figura do “assistido”, a figura de subjetivação dos *sócios-trabalhadores* como inicialmente operários ainda muito focados no processo de produção para os chamados por eles de *sócios-empresendedores* como “aqueles que se propõem a conseguir um determinado objetivo investindo nos recursos de que dispõem”²¹, sendo eles mesmos a matéria-prima do seu trabalho com seus fazeres, saberes e táticas (ROTELLI; LEONARDIS; MAURI, 1994. p.55).

Em Trieste, na Itália, as cooperativas sociais são caracterizadas como *Tipo A* – as que atuam no âmbito do Terceiro Setor por receberem incentivos financeiros do Estado para desenvolver ações relacionadas ao *mundo da assistência*, desenvolvendo serviços educacionais, de cuidado e apoio às pessoas em situação de desvantagem, como a reabilitação social, creches, albergues; e como *Tipo B* – as que caracterizam o *mundo da produção* por desenvolverem ações no campo da inserção e reinserção social pelo trabalho, através de atividades de produção, prestação de serviços e comércio (MARTINS, 2009).

Interessante notar que, na Itália, com as crises econômicas e o declínio do Estado de Bem-Estar Social, a assistência também pode ser oferecida por organizações não estatais. Diferentemente do Brasil onde, após a constituição de 1988, a assistência é de responsabilidade do Estado em suas esferas municipal, estadual e federal através da elaboração, execução e acompanhamento de políticas públicas.

A comunidade é o território de atuação das cooperativas sociais, tendo em vista que é através dessas que se coloca na realidade o princípio de se conquistar e combinar as energias (recursos, potências, concertação dos atores etc.) do contexto local onde estão inseridas.

²¹ Relato de Renata Görgen, enfermeira do Departamento de Saúde Mental de Trieste e presidente da cooperativa Il Posto delle Fragole (Ibid., 1994, p. 62, *tradução nossa*).

Nesse sentido, a *noção de território* é de muita importância para a Empresa Social por ser este o espaço do encontro e das trocas não somente econômicas, mas também sociais, afetivas, políticas.

De acordo com Rotelli, Leonardis e Mauri (1994), é nos contatos informais das relações de amizade e de pertencimento comunitário, para além do espaço de institucionalidade dos dispositivos da assistência, que é possível o desenvolvimento de atividades fundadas na ajuda mútua, na reciprocidade, na solidariedade. Nessas, os atores se fazem através da construção de redes interpessoais onde a constituição e implantação de um projeto de cooperativa social acontecem com a participação de todos os atores envolvidos – operários, artesãos, trabalhadores da SM, profissionais especialistas da saúde, funcionários municipais, famílias, empresas privadas –, não havendo hierarquização valorativa do trabalho.

Para isso, é preciso exercitar a “capacidade de produzir mesclas e coalizões entre atores e poderes distintos” no território, multiplicando os intercâmbios entre “lugares, interlocutores, objetos, razões de intercâmbio” produzindo o que é chamado em Trieste de “praças de mercado” (ROTELLI; LEONARDIS; MAURI, 1994, p. 121). No território, o mercado e o intercâmbio não são abstratos porque acontecem na concretude da vida que circula na compra, na venda, na contratação, no consumo, no encontro, nos desejos e nas representações dos que dele participam.

Na ECOSOL, é pela via do trabalho coletivo e autogestionário em sua inter-relação com o consumo que se produz a figura de subjetivação do *prosumidor*, um termo de domínio público que caracteriza aquele que tanto é produtor como consumidor e, sendo assim, pode atuar de maneira crítica, política e interdependente nesses dois âmbitos nas relações de produção, distribuição e consumo que produzem a *organização da casa* – a economia –, buscando o *bem viver* preconizado pela ECOSOL.

Nesse sentido, tenciona-se o intercâmbio da loucura, para além da assistência, com o trabalho, para além da produção, no território da comunidade com potência de produzir uma *praça de mercado* onde seja possível promover o desenvolvimento local, levando em conta a complexidade dos fatores sociais, culturais, políticos e econômicos; tendo como principal eixo a participação democrática de seus atores sociais e políticos na identificação dos limites, dos desafios e possibilidades desse território, realizando as mudanças necessárias a partir da realidade concreta do cotidiano deste.

Essa é a perspectiva com a qual trabalhamos ao projetar as ações de articulação entre a SM e a ECOSOL, tendo a cidade, ou mesmo o bairro, como território a ser desenvolvido e onde se possa produzir uma *praça de mercado*.

Entretanto, os autores nos alertam para o fato do território ser, muitas vezes, hostil por haver nele resistência da administração pública, indisposição dos trabalhadores da saúde mental em mudar suas modalidades de trabalho, inércias mecânicas e culturais, além da cultura assistencialista e paternalista de submissão ao ter que pedir para obter algo. Consideram, também, a dificuldade em encontrar sujeitos disponíveis e dispostos a inventar seu próprio papel e desempenhá-lo. Sendo preciso, então, criá-los.

É necessário construir o cenário, elaborar projetos, [...], é necessário fazer um empreendimento e então as pessoas começam a adquirir contornos mais claros, uma densidade maior, um lugar e um peso. As cooperativas sociais produzem muitas coisas em termos de bens e serviços, mas somente têm sentido quando, ao fazê-lo, produzem sujeitos (ROTELLI; LEONARDIS; MAURI, 1994, p. 135, *tradução nossa*).

A disposição para a tarefa e a definição de projetos na cooperativa social, para os autores, são de responsabilidade de seus participantes com uma história comum calcada em valores singulares e coletivos. Nesse sentido, liberdade e responsabilidade andam juntas. Esses elementos, conjugados em torno do sentimento de pertencimento de grupo, do vínculo grupal, e da relação cotidiana de intercâmbio com a comunidade local, trazem à tona a questão da produção para atender demandas, provocando a confrontação com o mercado, onde existem regras a serem conhecidas, discutidas e ressignificadas.

Assim, o trabalho passa a ser um norteador para transformar os serviços e as relações entre os que se encarregam da assistência e os assistidos, assumindo, assim, uma dimensão política articulada com a dimensão produtiva. Por essa via, os trabalhadores da assistência assumem a tarefa de desenvolver, com os sujeitos da experiência da loucura, uma atividade produtiva na qual se decida sobre um projeto, se invente uma linha de produto, a organização do trabalho para transformar a matéria-prima e produzir algo a partir dela, de comercializar e fazer a contabilidade, além de buscar recursos para o projeto.

Através do trabalho, então, se constrói solidariedade no mundo da assistência e na luta contra a marginalização dos sujeitos da experiência da loucura, onde o sentido de pertencimento, a solidariedade interna e a participação estejam juntas em um projeto comum.

As relações de ajuda e de atenção se coadunam e se multiplicam com as opções, com os materiais que são trocados, com os riscos, erros e êxitos, com sonhos e medos, com outras relações que se conjugam; mas vinculados com a vida real, já que devolver riqueza a esta última é a razão de ser dessas relações (ROTELLI; LEONARDIS; MAURI, 1994, p. 36, *tradução nossa*).

Vemos aí a existência de uma relação entre sujeitos, trabalhadores da SM e os que são por eles atendidos, posicionados em um contexto que tem como mediador o trabalho coletivo e autogestionário; onde todos participam da amplitude do processo de definição da atividade produtiva, do planejamento, da organização do trabalho, da autogestão dos recursos, pagamento dos custos e da distribuição dos ganhos em uma ética de solidariedade na relação entre os participantes e de intercâmbio destes com o mercado no âmbito do cotidiano da cidade.

Nessa direção, tomamos Costa-Rosa (2011) como referência para apontar, no *Paradigma Psicossocial* discutido por ele, a presença de proposições da Empresa Social e da ECOSOL. O autor parte da definição de riqueza em Marx como *carecimento* para discutir as implicações do *processo de produção da vida material e sua repercussão na subjetividade* a ser levado em conta no exercício do Paradigma Psicossocial pelos trabalhadores da SM no Brasil, em sua relação com os sujeitos da experiência da loucura, seus familiares e a comunidade.

A riqueza enquanto *carecimento* é definida como “o conjunto das necessidades sociais” (COSTA-ROSA, 2011, p. 24), apresentando-se como *devir* que “em sua relação com o desejo, expressa a possibilidade de usufruto coletivo dos bens produzidos no mais alto grau de desenvolvimento social das forças produtivas da coletividade” (COSTA-ROSA, 2011, p. 17). Partindo dessas concepções, estabelece uma relação entre *carecimento* e processos de subjetivação, defendendo a ideia de que “(...) existe uma relação homóloga entre o modo dos processos de trabalho em geral e os modos dos processos de constituição da subjetividade” (COSTA-ROSA, 2011, p. 18).

Nesse sentido, entendemos o trabalho coletivo e autogestionário como produtor de riqueza como *carecimento*, por se constituir através de uma organização do trabalho e dos trabalhadores que se propõe como finalidade ao atendimento das demandas sociais, subjetivas, econômicas e políticas dos que dele participam, mas também dos que com eles se relacionam, como fornecedores e consumidores. Cria-se um *círculo virtuoso* de produção e reprodução da vida através do trabalho, caracterizado como o *bem viver*, que também produz sujeitos com potência de intervir no *devir*.

A partir das contribuições do autor, podemos realizar a interlocução entre a noção de *bem viver* na ECOSOL, uma ética do *prosumidor* sujeito do trabalho coletivo e autogestionário que pressupõe a “igualdade de direitos, a justiça social produtiva e distributiva, o reconhecimento e valorização dos povos e de suas culturas, saberes e modos de

vida”²²; com a noção de *bem-dizer*, uma *ética do desejo* do *possuidor* como o sujeito que participa de uma comunidade detentora da propriedade das condições de trabalho (MARX, 1975, p. 67 apud COSTA-ROSA, 2011, p.71). A concepção de “bem dizer” está correlacionada à noção de desejo em Lacan e à noção de carência em Marx, sendo definida como “implicação desejante, marcando a posição do sujeito nos conflitos e contradições que o atravessam” (COSTA-ROSA, 2011, p. 16).

Essas noções podem vir a ser norteadoras das práticas clínicas e sociais no tocante à relação entre loucura e trabalho coletivo e autogestionário em desenvolvimento nos dispositivos institucionais da SM no Brasil, onde a ética do *bem viver* e a ética do *bem dizer* possam estar presentes.

Retomando a *noção de território*, pode-se afirmar que, na ECOSOL, existe uma intrínseca relação desta com o desenvolvimento local. Nessa direção, é preciso pensar a construção social do território como um espaço econômico que possui formas distintas de cadeias produtivas, que se articulam na construção de um ambiente social, econômico e político, de integração e de correlações de força. Além disso, é no território que são criadas redes locais a partir das relações de vizinhança e de proximidade, de história e identidade comuns, de pertencimento, o que contribui para a sustentabilidade das práticas produtivas, de formação e de crédito dos empreendimentos econômicos solidários (COELHO, 2003, p. 162).

Essa é a noção de território que fundamenta a concepção de desenvolvimento local na ECOSOL. Nessa concepção, as dimensões de horizontalidade nas relações de poder, de participação coletiva e de indução de processos de mudança a partir e para a comunidade local são elementos fundantes na construção de estratégias de resolução de problemas econômicos, sociais, culturais, ambientais e políticos. Para isso, busca-se conhecer, valorizar e ativar as potencialidades e recursos locais existentes, produzindo, com isso, uma ação participativa descentralizada de todos os atores envolvidos tanto na definição do foco da mudança, quanto em sua realização e coordenação.

Assim, o desenvolvimento local se configura como a construção de uma institucionalidade entre os diversos atores locais (comunitários, públicos, privados, voluntários) com a proposta de enfrentar os desafios comuns a partir da atividade coletiva de identificação de prioridades, de gestão de conflitos e de construção dos consensos possíveis. O mais importante, nesse processo, é que os participantes dessa concertação sejam

²² Texto sobre a Constituição do Equador disponível em: < <http://plan.senplades.gob.ec/hacia-un-nuevo-modo-de-generacion-de-riqueza;jsessionid=A7706B2445BD97BF33334349F89C47F7.nodeaplan>>. Acesso em: 09 set. 2012.

legitimados, ou seja, representem os interesses de grupos, movimentos e organizações sociais historicamente excluídos das políticas públicas e que vigore o interesse coletivo (ZAPATA, 2007).

Vemos, então, que é na *praça de mercado* como território coletivizado da empresa social que se produz o intercâmbio, no âmbito da cidade, entre o mundo da assistência e o mundo da produção. No contexto da *praça de mercado* e do desenvolvimento local, as cooperativas sociais e os demais EESs possuem pequenas dimensões e apresentam diferenciação nos campos de ação, não se dedicando a apenas uma atividade produtiva. Nesse caso, não há produção em série e o que se busca é a qualidade no produto e na relação com o consumidor. Assim, a qualidade é pressuposto básico tanto nos produtos e no seu consumo, quanto nos processos de organização e de realização no trabalho, como nas relações empreendidas para que tudo isso possa acontecer.

É possível, também, uma maior horizontalidade e transparência na definição dos papéis e nos processos de tomada de decisões onde existem, de acordo com Rotelli, Leonardis e Mauri (1994), critérios de *democracia econômica* e o exercício da *iniciativa empreendedora* na cooperativa social. Tais práticas permitem que seja mantido o contato e o encontro entre os trabalhadores, o que provoca a definição de estratégias, o enfrentamento das dificuldades e a consciência de seus pequenos e grandes passos.

Entretanto, os protagonistas da Empresa Social e da ECOSOL nos alertam para o risco da invisibilidade, da debilidade, da fragilidade no plano econômico e da sobrevivência dentro de nichos do mercado que essas modalidades de empreendimentos podem sofrer em sua relação com o mercado capitalista. Ambos propõem como medida alternativa a esse risco a construção de redes de colaboração entre esses empreendimentos, construindo sinergia, intercâmbio, trocas simbólicas, consumo e produção de riqueza, ampliando o território da praça de mercado e do desenvolvimento local.

De acordo com Rotelli, Leonardis e Mauri (1994), o mercado é uma instância com potencialidades positivas de criação de sujeitos porque “alimenta intercâmbios, encontros, experiências e emoções” e, por isso, pode ser um instrumento de “democracia e civilização” - e não somente um mecanismo de exclusão social. Nessa perspectiva, a empresa social atua no espaço possível entre os limites do mundo da empresa e da produção no âmbito desse mercado e o mundo da assistência e dos custos sociais no âmbito da esfera pública, transformando-se mutuamente e, com isso, produzindo sinergia, intercâmbio e o social.

A *práxis* da Empresa Social é apresentada por esses autores através de relatos sobre várias experiências exitosas de cooperativas sociais em cidades na Europa, na América Latina

e na América do Norte. Esses relatos são feitos por seus protagonistas e neles é possível conhecer como estes contextualizaram, em suas realidades locais, o paradigma e as premissas da Empresa Social no cotidiano de suas práticas sociais tanto do mundo da assistência, quanto do mundo da produção.

Para Fábio Pituco, enfermeiro e presidente do Consórcio das Cooperativas de Trieste, a noção de empreendimento está relacionada à vida. O mais importante não é saber gerir uma empresa em sua relação com o mercado, mas ser capaz de empreender a si mesmo, de controlar e identificar o que ocorre ao seu redor, de agir no projeto no qual se está envolvido, ou seja, ser capaz de fazer contratos na relação consigo mesmo, com o mundo, com os serviços, com sua família. Além disso, a empresa social contribui, por sua “razão de existência”, com novas formas de regulação do mercado, este sendo o território que representa o confronto com a realidade para os que participam da empresa social (ROTELLI; LEONARDIS; MAURI, 1994, p. 119).

Na ECOSOL, se têm duas importantes concepções sobre o mercado que são a de mercado solidário e a de comércio justo, em que se mantém o foco no mundo da produção com suas práticas de produção, distribuição e consumo.

Para Santos (2000), o mercado é um dos espaços estruturantes da sociedade, que não pode ser reduzido a outros espaços como o doméstico, o da produção, o da comunidade, o da cidadania e o mundial, uma vez que todos estes são multidimensionais e estão entrelaçados uns aos outros. Entretanto, Lisboa (2003) alerta para o fato de que as relações de mercado são sempre relações de poder por serem travadas entre humanos. Por isso, não são realidades naturalmente dadas e não existem de forma abstrata e universal como a teoria do liberalismo econômico nos quer fazer crer. Mercado, para o autor, é “inevitavelmente uma construção social, e por isso um campo de conflitos, sendo permanentemente recriado e ajustado” (LISBOA, 2003, p. 191).

Nesse sentido, o autor considera que o mercado é poder e por isso a importância dos espaços de mercado produzidos pela ECOSOL que promovem democraticamente o acesso dos setores da população excluídos às relações de produção e de troca econômicas e simbólicas que o mercado como “livre circulação de mercadoria e de homens” (CASTEL, 1978) propicia. O mercado na ECOSOL também promove a revalorização dos produtos com dimensões culturais, ecológicas e artesanais e o fortalecimento dos mercados locais com a organização de redes de produção, comercialização e consumo entre os EES, constituindo um mercado solidário entre estes e produzindo seu próprio espaço socioeconômico. Por todas

essas dimensões, o mercado solidário é uma legítima instituição alocadora de recursos por haver o controle social coletivo e autogestionário dos trabalhadores.

A ECOSOL, então, se configura como a construção social de novos mercados no contexto de hegemonia do mercado capitalista. É o que acontece no âmbito do Comércio Justo e Solidário, caracterizado por Cotera e Ortiz (2009) como o “intercâmbio de produção-distribuição-consumo” entre países do Norte e do Sul, que busca propiciar “melhores condições econômicas, sociais, políticas, culturais, ambientais e éticas” para os produtores responsáveis e os consumidores éticos, ampliando as possibilidades dos mercados alternativos locais em todo o mundo. Na ECOSOL, esses produtores, em sua grande maioria, ainda lidam com a exclusão e o empobrecimento, mesmo sendo possuidores de um fazer-saber que possa ser oferecido para o intercâmbio.

Assim, o comércio justo não é somente uma relação comercial, porque se configura como uma vinculação entre produtores e consumidores pela via da igualdade e do respeito mútuo introduzindo a solidariedade nas trocas econômicas.

Reconhece-se, cada vez mais, a multifuncionalidade do comércio justo, não devendo analisá-lo apenas como uma estratégia de comercialização, mas também de promoção da produção local permanente e sustentável, da criação de empregos, do estabelecimento de relações de equidade entre mulheres e homens e entre gerações, de mobilização de valores ético-culturais e de desenvolvimento a partir do espaço local (COTERA; ORTIZ, 2009, p. 62)

No Brasil, o Comércio Justo está organicamente interligado à questão da comercialização solidária no âmbito do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário. Existe um projeto de lei, encaminhado à Casa Civil desde 2009, que prevê formas alternativas de regulação do mercado a partir dos seguintes princípios: fortalecimento da democracia; respeito à liberdade de opinião de organização e de identidade cultural; condições justas de produção, agregação de valor e comercialização; apoio ao desenvolvimento local em direção à sustentabilidade; respeito ao meio-ambiente; respeito aos direitos das mulheres, crianças, grupos étnicos e trabalhadores/as; informação ao consumidor; integração dos elos da cadeia (BRASIL..., 2010b, p. 38).

O comércio justo como um dos eixos do mercado solidário se configura como um campo possível e já efetivado para as cooperativas sociais na contemporaneidade, no qual se possa, retomando o questionamento de Fábio Pituco, construir formas distintas de regulação. Entretanto, é preciso que se estabeleça seu estatuto jurídico em escala nacional, o que ainda está em curso.

Em relação aos sentidos e significados do trabalho, a empresa social critica a ergoterapia por esta fazer uso da disciplina do trabalho como seu principal instrumento organizativo dos programas de incentivo à independência e combate ao ócio no âmbito do tratamento moral. Assim, a empresa social é o oposto da ergoterapia, no sentido de que trabalhar significa empreender em condições econômicas, organizativas e relacionais para fazê-lo. Ao invés de normalizar, busca

[...] restituir a confiança e o respeito de si, a integridade e a complexidade das pessoas, produzindo liberdade, autonomia e responsabilidade. (...) Em se tratando de trabalho, o mais importante não é a disciplina, a fadiga, o sacrifício e a privação, se não a invenção, o risco, o prazer de fazer e o valor agregado que produz para si e para os outros (ROTELLI; LEONARDIS; MAURI, 1994, p. 30, *tradução nossa*).

A discussão sobre o trabalho na Empresa Social, assim como na ECOSOL, é realizada à luz das transformações no mundo da produção no final do século XX. Nesse contexto, o acesso ao emprego torna-se cada vez mais difícil, em função da competitividade estimulada pela reorganização nos modos e processos de produção industrial e pelo incremento no setor de prestação de serviços com o incentivo ao empreendedorismo forjado pelo paradigma da globalização neoliberal, da sociedade de consumo e da sociedade da informação.

Os mesmos autores apontam para o fato de que, nessas condições, poucos são os que desfrutam do que eles chamam de *normalidade de uma vida de trabalho ordenada* e muitos os que entram e continuam na exclusão. Referem-se a Robert Castel para caracterizar esse momento histórico, denominado por Guattari (1990) como *capitalismo mundial integrado*, como sendo de precariedade do trabalho sem segurança econômica, sem organização da vida e participação sindical, sem direitos e garantias, sem identidade de classe ou profissional. Contrapondo esse paradigma, afirmam que a Empresa Social não discrimina trabalho de não trabalho, porque a diferença está na qualidade do trabalho e, ainda mais, na qualidade das relações entre os trabalhadores, na qualidade dos processos e dos contextos de produção.

Assim, a Empresa Social prefere o conceito de trabalho como *atividade*, em que há uma mudança em seu sentido como algo que é feito por alguém que o realiza por si mesmo e não porque recebe ordens ou salário de outros. Busca-se uma dimensão de autonomia em detrimento da heteronomia no trabalho.

Fala-se de atividade porque é mais que logos (a racionalidade do interesse) e mais que ethos (as justificativas racionais) do trabalho, se valoriza o pathos, ou seja, o gosto, a tensão, o prazer de fazer. Mais do que as motivações materiais (a ganância), mais que as motivações morais (o dever), contam as motivações estéticas, a dimensão sensível da atividade (ROTELLI; LEONARDIS; MAURI, 1994, p. 35, *tradução nossa*).

A ECOSOL, assim como a Empresa Social, concebe o trabalho tendo como referência sua dimensão ontológica no processo de humanização do ser humano, que busca realizar a humanidade através do trabalho ao invés de ratificar a hominização dos processos de produção pela via da lógica do mercado capitalista. Em sua dimensão ética, o trabalho, nessa perspectiva, é pautado pelos princípios da coletividade, da solidariedade, da reciprocidade, da autogestão.

Assim, optamos por utilizar, nesta tese, a expressão *trabalho coletivo e autogestionário* para fazer referência à singularidade deste na ECOSOL, tendo como referência o conceito de *Coletivo* em Oury (2009) e de *Autogestão* em Albuquerque (2003).

No trabalho coletivo e autogestionário, se lida com a multidimensionalidade de fazeres e saberes; de concepções de mundo, de economia, de sociedade e de política; de experiências singulares de vida; de modos de subjetivação. Melhor dizendo, existe um espaço intersubjetivo – um *coletivo* – onde a heterogeneidade e a diversidade entre sujeitos são possíveis e colocadas no espaço público do EES pelo exercício da democracia direta e do poder compartilhado através da dialogia entre sujeitos nos campos econômico, social, subjetivo e político – a *autogestão*.

Nessa perspectiva, o trabalho é a categoria central na dialógica entre as múltiplas dimensões do humano, produzindo a si mesmo e ao outro enquanto produz condições de existência, cultura, sociedade, história. Assim, através do trabalho coletivo e autogestionário, é possível ao ser humano atuar ao mesmo tempo na economia, no social e na política sem dicotomizar interesses econômicos, questões sociais e afetos.

Arruda (2003, p. 261) se referencia na *Filosofia da práxis* em Marx para considerar a ECOSOL como a economia da *práxis*, na qual a evolução do trabalho humano é vista como “uma interação contínua e cumulativa entre ação, emoção e reflexão, prática, desejo e teoria, transformação, aspiração e conhecimento do mundo e de si próprio”.

O trabalho, na filosofia da *práxis*, é uma ação sobre o mundo produzindo uma ação sobre o próprio ser humano. Origina-se no interior deste e a ele retorna, sendo simultaneamente um “processo objetivo e subjetivo”, uma atividade intencional que produz a “subjetivação” do próprio ser humano (ARRUDA, 2003, p. 263).

Nesse sentido, o autor considera ser este o *trabalho emancipado* com potência de libertar o trabalho humano das amarras da mera sobrevivência material, provocando a reorganização da economia e do Estado em torno das necessidades humanas, das formas

familiares e comunitárias e associativas de propriedade e de gestão da produção, da promoção de um padrão ético e solidário de consumo.

Considera, ainda, que o *trabalho emancipado* implica também no resgate do prazer de trabalhar, de criar, de gerar conhecimentos e de aplicá-los na transformação de nós próprios e do mundo. A uma sociedade do trabalho emancipado corresponderia uma economia do trabalho emancipado.

Vemos, então, a concepção da *práxis* como uma ação livre, que articula fazeres e saberes produzindo sujeitos coletivos, autogestionários e emancipados e como categoria agregadora dos significados e sentidos do trabalho tanto na Empresa Social como na Economia Solidária. Nessa direção, a *filosofia da práxis* é a referência epistemológica do paradigma contra-hegemônico emergente que essas perspectivas adotam para lidar com a multidimensionalidade do entrelaçamento da economia com a vida que fundamenta, também, a produção de conhecimento nesta tese a respeito da relação entre loucura e trabalho.

5.2 CONVERGÊNCIAS ENTRE EMPRESA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ÂMBITO DO MUNDO DA PRODUÇÃO

Existem importantes convergências a serem consideradas entre a Empresa Social e a Economia Solidária no tocante a algumas especificidades do mundo da produção que não estão diretamente ligadas à Saúde Mental como mundo da assistência, embora impliquem nas ações da Saúde Mental relacionadas à inclusão no trabalho produtivo pelos sujeitos da experiência da loucura, que são: a relação destas com o Estado, com os processos de formação para o trabalho e com a questão do financiamento da produção econômica através do acesso ao crédito.

Rotelli, Leonardis e Mauri (1994) consideram que é na relação com o Estado que a Empresa Social se diferencia do *Welfare State* e do Terceiro Setor. No *Welfare State*, há uma separação entre o mundo dos assistidos, que têm suas necessidades sociais redefinidas como direitos sociais, mas são submetidos à tutela do Estado, e o mercado de trabalho, enquanto o mundo dos que trabalham e não necessitam de assistência. No Terceiro Setor, a diferença é que o social, através de doações e do trabalho voluntário, é utilizado como oferta privada de bens públicos e, assim, não contempla o intercâmbio, a reciprocidade e a produção de sinergia como o faz a empresa social. Esta não cresce à sombra da impotência do Estado como é o

caso das organizações do terceiro setor que aparentam autonomia, mas não incidem sobre a impotência do Estado que as financia.

Busca-se, então, produzir sinergia entre o Estado e o mercado, investindo nas capacidades pessoais e sociais dos sujeitos como possuidores de uma história, de possibilidades de escolha e, por isso, com potência de empregar sua energia transformadora para reparar o meio social. Nessa dimensão, os autores entendem o *habitat social* como o meio social vivido e habitado que somente pode ser reparado e qualificado se também se reparar e qualificar as capacidades que as pessoas têm para vivê-lo, o que implica no compromisso de produzir o que os autores denominam como *esfera pública* (ROTELLI; LEONARDIS; MAURI, 1994, p.169).

Nessa perspectiva, afirmam que as estratégias da empresa social provocam mudanças nas regras da assistência através de transformações nas culturas administrativas e institucionais do poder público. Isso se dá, por exemplo, através de negociações com instâncias federais de governo para mudar o percentual de usuários em programas de reabilitação laboral, da formação profissional, gerando trabalho nas cooperativas sociais, da participação dos operadores públicos da assistência nas cooperativas, assumindo como sua tarefa institucional a existência e expansão destas.

Entretanto, na relação com o Estado, a empresa social sofre controles externos sobre as iniciativas instauradas no cotidiano da vida social que, por serem experimentais e empreendedoras e calcadas no ensaio e erro, despertam no Estado a necessidade de regulação e burocratização. Esse, geralmente, não considera as contradições e a complexidade dessas iniciativas ao tentar transformar em números, através de balanços estatísticos, critérios de qualidade como a valorização dos projetos e não dos produtos; a consideração das pessoas envolvidas como participantes e não como algo pronto; o cálculo da economia dos custos da administração pública pelo investimento na produção de bens públicos, transformando os números em “sucessos, sujeitos, histórias, palavras e comunicação pública” (ROTELLI; LEONARDIS; MAURI, 1994, p. 199).

No Brasil, diferentemente dos países europeus, não tivemos a constituição de um Estado de Bem Estar Social propriamente dito, tendo em vista a história de exclusão social provocada pelas desigualdades sócio-econômicas fundantes da sociedade brasileira desde o início da colonização que atravessou o século XX, acirrando-se em suas últimas décadas. Políticas assistencialistas de cunho paternalista e nada emancipatórias compõem historicamente a relação do Estado com os excluídos da economia de mercado.

A constituição de 1988, no Brasil, é considerada como *cidadã* por ter garantido, por Lei, o acesso de todos aos bens e serviços públicos nos campos da saúde, da educação, da assistência social, da justiça, da seguridade social e do trabalho, dentre outros; sendo que cada uma dessas políticas públicas possui uma Lei Orgânica que regulamenta suas ações em todo o território nacional. Assim, portanto, se configura o mundo da assistência no Brasil, que mantém uma estreita relação com o mundo da produção porque a cidadania, a participação, a igualdade e a emancipação social são seus princípios e é através, principalmente, do trabalho que se é possível conquistar esses direitos garantidos pela constituição.

Diferentemente da empresa social, a ECOSOL apresenta um processo de institucionalização marcado por sua relação orgânica com o Estado por ser uma política de governo que tem como objetivo atingir o estatuto de política pública, ou seja, atuar no âmbito da assistência, mantendo como foco o mundo do trabalho. Entretanto, existem processos de regulação da ação do Estado através da participação democrática de outros atores, como o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), composto por entidades da sociedade civil organizada, e do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), composto por entidades governamentais e não-governamentais.

Sendo assim, a pactuação pelo desenvolvimento de projetos nas diversas áreas de atuação - como incubação de EESs; mapeamento; formação; finanças solidárias; marco legal; organização de redes de comercialização, produção e consumo; constituição de Centros Públicos de Economia Solidária; realização de Feiras Regionais, Estaduais e Nacionais, etc. - acontece através da interação entre os três segmentos, que são os trabalhadores dos EESs, as entidades de apoio e os gestores de políticas públicas. Como se pode observar, no cotidiano dos processos da ECOSOL no Brasil, há um intrínseco relacionamento entre trabalhadores, organizações da sociedade civil e o Estado que discutem e promovem o consenso sobre as diretrizes da política através de dispositivos como as Plenárias e as Conferências Nacionais realizadas periodicamente e precedidas por atividades realizadas nos âmbitos municipal, regional e estadual; assim como acontece com as políticas públicas e, dentre elas, a da Saúde Mental.

Analisando as proposições da Empresa Social e da ECOSOL, podemos afirmar que existe uma aproximação consistente entre elas no tocante ao investimento de recursos públicos, impulsionando o desenvolvimento destas; e à produção de fazeres e saberes pautados na concretude do cotidiano dos que delas participam com suas histórias de realidades, dificuldades, enfrentamentos, projetos e êxitos possíveis para o seu contexto de vida.

Na ECOSOL, busca-se produzir uma *eficiência sistêmica* (GAIGER, 2003, p. 125), na qual os benefícios sociais são mais importantes como indicadores de viabilidade socioeconômica do que os monetários ou econômicos. Além disso, esses geram efeitos ampliados ao entorno no qual se situam, provocando o desenvolvimento local com sustentabilidade, o que garante também a própria sobrevivência do empreendimento.

Entretanto, a relação da economia solidária com o Estado e o mercado também é discutida no contexto de sua institucionalização como uma política de governo. Existe uma discussão a respeito de sua descaracterização como movimento social por receber recursos do Estado para desenvolver-se e muitas vezes, por isso, sofrer a desmobilização de sua articulação política por estar, de certa forma, na dependência estrutural dos recursos públicos.

No contraponto a essa discussão, se tem a perspectiva de que os trabalhadores coletivos e autogestionários organizados em EESs têm o mesmo direito que os pequenos, médios e grandes empresários de receber financiamento do Estado para subsidiar sua produção. O que interfere nesse direito é a inexistência de uma legislação que formalize a produção coletiva, solidária e autogestionária como atividade econômica e não como economia de subsistência, o que produz a desqualificação dos trabalhadores da ECOSOL em sua relação com o mercado.

É preciso, entretanto, diferenciar a ECOSOL e o terceiro setor no que se refere à legislação ainda a ser definida para a primeira, à prática cotidiana de trabalho nos EES e à relação com o Estado e com o mercado. Na ECOSOL, os próprios trabalhadores são os signatários de sua força de trabalho, de seu fazer-saber, de seus equipamentos, de sua forma de organização do trabalho pela autogestão. Tal organização do trabalho não acontece entre os voluntários e os contratados por projetos em organizações do terceiro setor.

Para França Filho (2002), uma das marcas identitárias do terceiro setor é a sua tradição anglo-saxônica de pensar a solidariedade como filantropia, desconsiderando outras formas de ajuda mútua e reciprocidade, sendo uma instância de ajuste entre o Estado e o mercado no sistema capitalista e estando a eles subordinado. Nessa perspectiva funcionalista, o terceiro setor possui uma função suplementar na economia, preenchendo as lacunas existentes no Estado e no mercado e, por isso, sempre a reboque dessas duas instâncias.

Em relação à ECOSOL, o mesmo autor a insere no campo das experiências sociopolíticas que produzem outra relação entre economia e sociedade que remete a uma “perspectiva de regulação colocada como uma questão de escolha de um projeto político de sociedade (...) uma outra possibilidade de sustentação das formas de vida de indivíduos em sociedade, não-centrada nas esferas do Estado e do mercado” (FRANÇA FILHO, 2002, p.13).

Nesse sentido, considera que, na ECOSOL, a oferta de produtos e serviços é feita partindo das reais necessidades e demandas locais da comunidade, o que pode interferir na lei da oferta e da demanda operada através da lógica do mercado capitalista.

O desenvolvimento de qualquer atividade produtiva carece de financiamento através de investimentos econômicos e, portanto, demanda a busca e concessão de crédito para a sua realização.

A concepção de crédito para a Empresa Social está presente no relato de Renato Görgen de Trieste que considera a importância da capacidade dos participantes de conseguirem crédito para o seu empreendimento, usufruir dele e usá-lo, mas também saber concedê-lo a outros. Esse crédito é para além do econômico, pressupondo a existência de um valor atribuído ao ser humano e nele investido por ser o principal capital que produz um valor agregado de natureza social. Correndo, assim, o risco existente nas relações de intercâmbio e de sociabilidade em que “dar crédito é dar confiança (...) criando e multiplicando as situações de opção, as decisões a tomar, os lugares de intercâmbio” (ROTELLI; LEONARDIS; MAURI, 1994, p. 116, *tradução nossa*).

Nessa perspectiva, a forma de se lidar com o crédito acontece de maneira transparente, através do exercício público da autogestão tanto na contabilidade cotidiana dos recursos, como na qualidade da relação com os consumidores no contexto de uma organização democrática. É preciso, portanto, o compromisso coletivo de assumir responsabilidades e lidar com os riscos e as oportunidades, os limites e as possibilidades, os medos e a coragem, os erros e os êxitos, como afirmam os autores: “ao experimentar a lógica da empresa (...) temos descoberto a capacidade mais importante, a capacidade de risco, de empreendimento, de experimentar, tentar, equivocarse, aprender” (ROTELLI; LEONARDIS; MAURI, 1994, p. 111, *tradução nossa*).

Na economia solidária, a questão do crédito tanto econômico quanto social é discutida no âmbito do que se consensuou denominar de *Finanças Solidárias*, constituídas por:

[...] instrumentos financeiros que permitam a democratização das relações econômicas, criem condições para o desenvolvimento humano, que fortaleçam o trabalho social acumulado em cada território, que respondam às necessidades básicas da comunidade, que priorize os excluídos do sistema bancário tradicional e que tenham ações pautadas pela ética e pela solidariedade (COELHO, 2003, p. 153).

Na economia solidária brasileira, esses instrumentos existem desde as duas últimas décadas do século XX e foram criados por iniciativas comunitárias que se configuram como práticas sociais de “democratização das relações econômicas e do mercado” (COELHO, 2003,

p.154) pelos que estão situados no *sul metafórico* descrito por Santos (2010). Os Fundos Rotativos Solidários, Micro-crédito Solidário, Cooperativas de Crédito Solidário, Bancos Comunitários de Desenvolvimento e Clubes de Trocas Solidárias com moeda social são os instrumentos para o acesso ao financiamento dos EESs, que promovem o desenvolvimento local nos territórios onde são constituídos.

Tendo em vista a realidade das práticas existentes no contexto brasileiro, o movimento da ECOSOL propõe a construção de um Sistema de Finanças Solidárias que reconheça os bancos comunitários, os fundos solidários, as cooperativas de crédito e outras experiências de finanças solidárias como instrumentos para o acesso ao financiamento da ECOSOL. Para isso, é necessário criar o Programa Nacional de Desenvolvimento da Economia Solidária (PRONADES), sistematizando e divulgando linhas e programas de crédito a ele relacionados, entendendo-se que a Economia Solidária é um setor produtivo no Brasil e que, por isso, os EESs têm legitimidade para receber recursos que impulsionem o seu desenvolvimento, assim como outras formas de organização produtiva.

No tocante à *formação para o trabalho*, como último elemento a ser considerado, identificamos que, nas experiências das cooperativas sociais na Empresa Social, existe uma simultaneidade entre a formação profissional e a atividade produtiva através do trabalho. Sendo assim, a formação para o trabalho possui um *potencial propulsor* onde se *aprende fazendo*, como, por exemplo, ao elaborar projetos através da discussão e decisão sobre o que se há por fazer e as condições de possibilidade para fazê-lo. Por isso, não se tenciona qualificar profissionalmente os participantes para a inserção em um posto de trabalho no formato do emprego em uma perspectiva assistencial e paternalista. Entretanto, é importante considerar que existem limites aos *sócios-trabalhadores* que recebem subsídios estatais por invalidez ou desocupação por serem considerados como incapazes para o trabalho no formato do emprego, mas não necessariamente sendo incapazes para o trabalho nas cooperativas sociais (ROTELLI; LEONARDIS; MAURI, 1994, p. 90).

Nessa direção, utilizam a formação profissional para a elaboração de projetos feitos pelos próprios atores, o que significa dizer sobre a importância de suas capacidades em se constituírem em uma “pluralidade de vozes de diferente peso, com características autônomas, interconectadas entre si, que falem do que há por fazer, que discutam, decidam, discordem” (ROTELLI; LEONARDIS; MAURI, 1994, p.95, *tradução nossa*). Ou seja, a capacidade de praticar a autogestão.

Na ECOSOL, a formação possui uma perspectiva contextualizada na realidade da sociedade e na concretude do cotidiano de vida e de trabalho onde estão inseridos os que dela

participam. Busca ser emancipatória e engajada nas questões sociais, econômicas, políticas e culturais, considerando as diversidades de gênero, etnia, raça e geração, promovendo o respeito aos direitos humanos.

Fundamenta-se na concepção da educação popular como processo de construção de conhecimento, promovendo a formação continuada contemplando, valorizando e promovendo o uso dos recursos da cultura e saberes populares locais, além de trabalhar as diversidades de linguagens e a transversalidade de temas. Considera os problemas e as necessidades das pessoas e dos grupos e busca promover a autonomia e a emancipação do trabalhador com vista a superar o trabalho alienado e a divisão sexual do trabalho; educando para o compartilhamento do trabalho e do cuidado com as pessoas (FÓRUM, 2008, p. 21).

A autogestão permeia toda a ação formativa através de uma metodologia que busca a participação, a integração, a construção, a partilha e a interação entre o saber popular e o saber técnico-científico. Dessa forma, promove a superação entre trabalho manual e trabalho intelectual, trabalho produtivo e trabalho reprodutivo, humanizando o que o capitalismo divide e desumaniza com suas hierarquias valorativas.

Nesse sentido, se produz saberes, sentidos de vida e vínculos sociais a partir das relações afetivas e de confiança nas interações entre sujeitos como *ato pedagógico*. A metodologia autogestionária dos processos formativos parte do princípio de união entre economia e política através do trabalho. Por isso, toda formação é precedida por um processo de diagnóstico participativo construído pelos envolvidos que também participam das decisões relacionadas ao planejamento, execução, avaliação e sistematização das atividades, unindo teoria e prática numa nova *práxis* de avaliação crítica e autocrítica coletiva (BRASIL..., 2007b, p. 7-10).

Interessante observar como, na Empresa Social e na ECOSOL, a formação dos que se interessam em participar caminha no sentido de conhecer o mundo da produção, se apropriar dele como sujeitos e não como trabalhadores que vendem sua força de trabalho como mercadoria. Nelas, vemos as práticas formativas sendo realizadas por instituições que compõem o mundo da assistência, onde seus integrantes se comprometem com a emancipação, a diversidade e a transformação social através do trabalho.

Diante de toda essa complexidade, como essas dimensões éticas, políticas, econômicas, sociais, subjetivas e culturais podem ser apropriadas e entrelaçadas, de maneira a tecer uma prática cotidiana nos serviços de SM com potência de produzir sujeitos que realizem o intercâmbio entre loucura e trabalho produtivo, coletivo e autogestionário? De quem é a tarefa de empreender essa ação? Com quem se pode contar para que haja êxito nesse

intento? Que desafios e possibilidades atravessam esse projeto? Quais referências teóricas, metodológicas e práticas podem subsidiá-lo? Que posição essa questão ocupa no atual cenário brasileiro da PNSM? Quais caminhos apontam para possíveis perspectivas?

5.3 SAÚDE MENTAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA – DO TRABALHO TERAPÊUTICO AO TRABALHO COLETIVO E AUTOGESTIONÁRIO

Sem a pretensão de oferecer respostas às provocações feitas acima, mesmo porque essas somente podem ser construídas no contexto da realidade concreta do cotidiano do intercâmbio entre a SM e a ECOSOL, nos propomos a tecer algumas considerações no campo da oferta de possibilidades.

No contexto deste intercâmbio, pode-se observar a existência da centralidade do trabalho, onde lhe são atribuídas dimensões como recurso terapêutico, direito humano, produtor de sujeitos, possibilidade concreta de cidadania e emancipação como instrumento de inclusão social dos sujeitos da experiência da loucura.

Embora o trabalho possua múltiplas dimensões no contexto da Atenção em SM, consideraremos, neste momento, sua dimensão terapêutica como construção de autonomia relacionada ao *cuidado de si*, nas OTs, e sua dimensão produtiva relacionada ao *trabalho para o intercâmbio*, nas OGTRs. Ambas compõem o Plano Terapêutico Singular dos sujeitos da experiência da loucura atendidos nesses dispositivos.

O enfoque que nos interessa, neste momento, é o trabalho para o intercâmbio, em que o mundo da assistência se encontra com o mundo da produção, sendo possível a constituição de uma *praça de mercado*. Nesse contexto, se torna possível a experiência concreta da transformação da matéria-prima através de sua transformação pelo produtor que, com isso, transforma sua realidade concreta, pois, assim como a matéria, a realidade também pode ser produzida, mudada, transformada. Transformando, dessa maneira, o próprio produtor e a sociedade.

Nessa proposição, vemos a concepção de subjetividade como produção em Guattari (1986) e a concepção marxista sobre a intrínseca relação entre o modo de produzir a manutenção da vida através do trabalho e a natureza dos meios que se tem para fazer isso, que definem o modo de ser e de viver do produtor (MARX, 1977, p. 113). Nesse sentido, pode-se falar do trabalho como produtor de modos de subjetivação, principalmente, quando observamos que as condições de produção tanto da empresa social, como da ECOSOL

produzem subjetivações de trabalhador distintas das que são produzidas pelo modo de produção capitalista no formato do emprego, do subemprego ou mesmo do trabalho informal.

No intercâmbio entre a SM e a ECOSOL, pode-se ter um modo de produção que preconiza a qualidade tanto do produto, quanto do produtor e do consumidor, como das relações forjadas no trabalho e no seu intercâmbio com o mercado como livre circulação de mercadorias; que tem como premissa a construção coletiva e autogestionária de todo o processo de elaboração de um projeto comum de trabalho e de vida; de consumo da matéria-prima para a produção; de organização e execução do trabalho de produção; bem como da comercialização do produto do empreendimento e da autogestão do mesmo (pesquisa de preços, mapeamento de consumo, registros financeiros e contábeis, preço de custo e de venda, etc.).

Um modo de produção com potência de produzir um sujeito trabalhador com características distintas das de um trabalhador da economia capitalista porque, mesmo que esse tenha experiência de produção e de vida nessa perspectiva, lhe é possível ressignificá-la através da prática cotidiana do trabalho coletivo e autogestionário.

Entretanto, existem muitos limites à construção desse modo de produção da ECOSOL que podem ser estendidos aos EESs constituídos pelos sujeitos da experiência da loucura. Para discuti-los, tomamos como referência os estudos de Carvalho e Pires (2001, p. 174) sobre as dimensões existentes no cotidiano dos EESs, que os caracterizam em sua particularidade, que são:

- (1) A *Dimensão Jurídico-Econômica*: configura-se pelas formas de ordenação legais e econômicas (internas ou externas) às quais o EES está submetido. Engloba a análise das leis (criadas pelos próprios trabalhadores dentro do próprio EES e as leis gerais do país) e as formas de estruturação econômica do EES (acesso ao crédito, mercado, parcerias, os diversos bens de produção material e intelectual, a situação dentro da economia interna e externa ao EES).
- (2) A *Dimensão Político-Administrativa*: representada pelas diversas formas de exercício do poder e do controle, assim como os mecanismos gestionários e suas implicações; as relações entre as diversas formas de exercício do poder e as resistências a essas formas de exercício ou de reprodução do poder; as diversas estruturas de gestão do EES; as formas de dominação e resistências; as formas de acesso às instâncias decisórias; os mecanismos de informação e de formação da força de trabalho para a compreensão dos processos administrativos e da dinâmica do mercado; e a participação no poder local e nacional e as formas e estratégias de acesso a esse poder.

- (3) A *Dimensão Sócio-Psicológica*: referente a todo o grupo de relações intersubjetivas estabelecidas entre os trabalhadores e destes com o EES enquanto instância da coletividade produzida por eles mesmos; o modo de gestão e de execução do trabalho por eles construído; as construções intersubjetivas dos significados e identificações coletivas, bem como a percepção de sua localização dentro de um contexto mais amplo; a “construção do entendimento coletivo” sobre o trabalho e a gestão do EES; as identificações e as identidades coletivas dos trabalhadores; os choques que podem existir entre essas identidades/identificações e as formas de expressão intersubjetiva desse choque; os medos e fantasias que povoam o imaginário desses trabalhadores; a existência de espaços informais de resolução de conflitos, de produção de conhecimento e de estabelecimento de metas e princípios orientadores do EES pelos sujeitos trabalhadores.

Para o levantamento acerca dos limites da ECOSOL a partir do cotidiano dos EESs e de suas relações com as entidades de apoio, o poder público e o mercado tomamos como referência o Relatório II do Acompanhamento e Avaliação do Programa Nacional de Cooperativas Populares – Proninc (CUNHA; VARANDA, 2007); realizado pela FASE – Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional no período de abril de 2005 a julho de 2007. Além disso, a pesquisa bibliográfica realizada por Liboni (2012) em sua tese de doutorado.

Além dessas fontes, também parto de minha própria experiência profissional como integrante da equipe de uma Incubadora de EESs constituída no âmbito do Movimento Sindical, de uma Incubadora Universitária ligada ao PRONINC na Universidade Estadual de Londrina (UEL), e, como extensionista e pesquisadora em ECOSOL.

Em relação à *Dimensão Jurídico-Econômica*, os limites se relacionam aos seguintes fatos: os EESs não terem, na maioria das vezes, uma sede própria e *os equipamentos necessários para um funcionamento satisfatório* (grifo nosso); as dificuldades de acesso ao crédito, o que impede o financiamento para o capital de giro, inviabilizando o desenvolvimento desses, e, quando existe o financiamento, este não é diferenciado e adequado ao perfil e dinâmica econômico-financeira do EES; a diminuição do número de integrantes ao longo do tempo, pelo fato dos recursos financeiros produzidos não serem suficientes para manter a subsistência de todos; a inadequação do marco jurídico legal para a cooperativa popular, que fica sujeita às mesmas regras da cooperativa mercantil; os canais e locais de comercialização dos produtos e oferta de bens e serviços serem restritos e insuficientes para

escoar a produção e viabilizar economicamente os EESs (CUNHA; VARANDA, 2007, p. 35, 42)

Em Liboni (2012, p. 56), encontramos outros limites, como a ideia de que se é impossível existir solidariedade onde ainda existe o mercado capitalista; os EESs serem meras estratégias de sobrevivência, paliativos aos efeitos da economia liberal; a capacidade de trabalho dos seus participantes serem tanto a sua forma de sustentação financeira, quanto o motivo de suas fragilidades; o isolamento que os EESs, *que não atuam em redes de comercialização produção e consumo* (grifo nosso), vivenciam ao enfrentar um mercado que lhes é hostil, dentro da lógica do capitalismo; o alto nível de instabilidade financeira e organizativa dos EESs.

Em relação à *Dimensão Político-Administrativa*, em alguns casos, como das cooperativas de reciclagem, a dificuldade de estabelecer parcerias com o poder público local na coleta e entrega do material reciclável; a dificuldade dos participantes dos EESs em realizar as atividades de autogestão administrativa e contábil, o que os mantêm por muito tempo em uma relação de dependência da assessoria da entidade de apoio; a inadequação da metodologia e da linguagem utilizada pelas incubadoras, no processo de incubação, à realidade sócio-educacional dos participantes dos EESs, bem como a fragilidade da discussão sobre dimensões extra-econômicas (como a discussão e mobilização política, por ex.); a ausência de uma participação mais efetiva do poder público nas esferas federal, estadual e municipal na adequação de critérios de acesso a recursos públicos à especificidade dos EESs. (CUNHA; VARANDA, 2007, p. 35, 42)

Em Liboni (2012, p. 56), encontramos, ainda, outros limites, como a permanência de práticas de trabalho alienado nos EESs; a possibilidade destes se constituírem como uma nova forma de exploração do trabalhador; a dependência dos agentes externos e o risco de tutela dos mesmos; a defasagem tecnológica e o despreparo técnico-profissional de seus trabalhadores; o excesso de espontaneidade destes e a ausência de apoio institucional, *que impacta sobre a possibilidade de êxito dos EESs* (grifo nosso), o que os torna quase invisíveis à sociedade e, por isso, muitas das vezes permanecem no campo das tentativas.

Em relação à *Dimensão Sócio-Psicológica*, encontramos um limite apenas em Liboni (2012, p. 56) que é a questão da preocupação dos participantes dos EESs em relação à possibilidade de liberdade ou de repressão. Tal proposição nos remete à possível existência de um pêndulo existencial entre a participação na organização do trabalho, mudando-a no que for necessário e a crença de que sem a fiscalização do outro que lhes seja hierarquicamente superior os participantes “folgarão” no trabalho.

Pode-se observar que sobre essa terceira dimensão, mais pertinente às ciências humanas, os autores não destacaram muitos limites. Embora estejam presentes com frequência no cotidiano dos processos de incubação, esses se referem à dimensão extra-econômica ou não-mercantil, que muitas das vezes não é considerada com maior importância nos processos de constituição e acompanhamento dos EESs. Na ECOSOL, essas se configuram no que consensuou-se denominar como *viabilidade psicossocial*, uma noção ainda a ser mais bem definida no âmbito da ECOSOL.

Dentre os limites a ela relacionados, podemos identificar a cultura ainda muito presente na concretude das relações de trabalho nos EESs da demanda pela figura do chefe, geralmente associado como aquele que sabe mais sobre a atividade produtiva. Essa cultura de subordinação é marcada, com frequência, pelo sentimento de baixa auto-estima e de falta de motivação dos participantes, pela crença de que não são capazes para desenvolver a atividade produtiva e, ao mesmo tempo, gerir o EES.

Assim como também existe a formação de subgrupos (processo de coalização grupal) para burlar as regras estabelecidas no coletivo que não correspondem aos seus interesses, como se esses não pudessem ser explicitados no coletivo, provocando a mudança nas formas de trabalho. Podem também ser considerados limites a dificuldade de dialogar – exercitar a argumentação e a escuta do outro; a falta de união; os que não trabalham de acordo com o que foi consensuado não aceitarem ser questionados; a cultura de que todos devem se amar incondicionalmente para o projeto dar certo, negando as contradições e os conflitos existentes entre eles, dentre outros (ANDRADE, 2004, 123).

Evaristo (2000, p. 107) considera como limites da Empresa Social a dimensão cultural na qual os símbolos da utopia talvez não contagiem os sujeitos envolvidos e as mudanças aconteçam apenas no nível do comportamento e de maneira superficial; o risco de que, no intercâmbio entre o mundo da assistência e o mundo da produção, um se sobreponha ao outro de maneira negativa, desconfigurando a interlocução para a transformação; a possibilidade do sistema de cooperativas se configurar como um mundo à parte da realidade social cotidiana, constituindo-se como um território de exclusão; o risco de que o mundo da assistência expulse as práticas extra-clínicas (para além do mundo da assistência) por racionalização de recursos ou mesmo para se proteger contra os riscos de se relacionar com o mundo da produção.

Diante do cenário dos limites apresentados, pode-se chegar à conclusão de que existem mais impossibilidades do que possibilidades tanto no projeto da ECOSOL, como no da Empresa Social, o que não se configura como uma verdade absoluta. Embora tais questões componham a realidade concreta desses processos, elas não são sua totalidade, tendo em vista

que, no cotidiano das práticas, existem, também, múltiplas experiências exitosas em que esses limites são enfrentados e, muitas vezes, superados – assim como também acontece com a história da implantação e implementação da PNSM no Brasil, com seus limites e possibilidades.

Nesse sentido, podemos relacionar a história da construção da ECOSOL com a história da Reforma Psiquiátrica, observando que ambas são constituídas como políticas estatais a partir da ação e mobilização política de movimentos sociais que propõem um projeto de sociedade alternativo ao capitalismo e trazem, em seu bojo, a questão da exclusão-inclusão social em uma perspectiva emancipatória. Assim, em ambas, o trabalho tem um significado diferente daquele para o qual a maioria de nós se prepara socialmente para exercer, que é o trabalho no formato de emprego.

Sabemos que tanto as iniciativas de inclusão no trabalho empreendidas pelos sujeitos da experiência da loucura, como o trabalho coletivo e autogestionário nos EESs são constituídos no contexto de uma história de lutas políticas contra a exclusão social no contexto da sociedade capitalista. Sabemos, também, que existe um conjunto legitimado de práticas emancipatórias em seus espaços de referência e a institucionalização dessas práticas através de políticas públicas consolidadas e em vias de implantação.

Existe, atualmente, um número expressivo de práticas sociais constituídas tanto no âmbito dos dispositivos da SM como os CAPS e Centros de Convivência, como em outros territórios diferenciados, embora intrinsecamente relacionados aos anteriores, como as Associações de Usuários, Familiares e Trabalhadores da Saúde Mental.

Consensuou-se, entre as duas políticas, denominar essas práticas como *iniciativas de inclusão social pelo trabalho* – termo que pretende englobar a diversidade de possibilidades produzidas. No site da Saúde Mental no Portal do Ministério da Saúde existe um Banco de Dados, sobre essas iniciativas, construído através do Cadastro de Iniciativas de Inclusão Social pelo trabalho – CIST²³. No final de 2010, constavam informações sobre 640 iniciativas no Brasil no tocante ao Estado, municípios e locais onde estas são desenvolvidas. Além do nome, endereço, contato, telefone e e-mail, seus produtos e serviços.

Essas experiências compõem a Rede Nacional de Saúde Mental e Economia Solidária, que busca:

²³ Formulário disponível em: http://formsus.datasus.gov.br/site/formulario.php?id_aplicacao=865.

[...]. A criação de uma rede de oportunidades buscando a qualificação técnica das iniciativas de geração de trabalho e renda e propõe a construção de redes de empreendimentos sociais, que fortaleçam as ações para inserção no trabalho das pessoas com transtorno mental e/ou com transtornos decorrentes do uso de álcool e outras drogas (PORTAL..., 2009).

Em análise realizada sobre os produtos e serviços oferecidos, bem como o Estado, o número de cidades e de iniciativas, se pode perceber a existência de uma diversidade de produtos e serviços, embora estejam relacionados a algumas atividades produtivas específicas como artesanato, coleta seletiva e reciclagem, confecção, produtos alimentícios, tecelagem e marcenaria. Em menor proporção estão atividades de serigrafia, trilhas ecológicas/turismo, lava-jato, jardinagem e produção de plantas medicinais. Existem iniciativas em todos os Estados do Brasil, embora haja uma predominância destas na Região Sudeste. Outra questão encontrada é o fato de que, nessas iniciativas, o dispositivo mais utilizado é a oficina – terapêutica; de geração de trabalho e renda; e de trabalho.

Existe uma concentração de iniciativas em um número restrito de cidades na maioria dos Estados, o que nos faz pensar que, possivelmente, essas estejam inseridas no entorno das capitais destes e de cidades com maior porte. Embora a rede de serviços de SM esteja presente em muitas das cidades de pequeno porte no interior dos Estados, sabemos que a interiorização das ações de uma política pública depende de uma rede complexa de acesso e busca de informação e de recursos, além da vontade política do gestor local e da equipe de SM dos serviços em implementá-la.

Em relação às atividades produtivas, podemos ainda considerar que estas, em sua maioria, não implicam em atividades de produção industrial, por isso, não demandam compra de equipamentos e/ou maquinários e de processos de capacitação para a relação homem-máquina. Sem entrar em muitos detalhes, é sabido pela literatura científica que a organização do trabalho taylorista-fordista produz impactos incapacitantes sobre a Saúde Mental do trabalhador, o que nos faz pensar que em processos de trabalho coletivo e autogestionário seja preciso romper com essa lógica, principalmente na organização do trabalho e nas ações de capacitação advindas da escolha de uma atividade produtiva a partir da elaboração de um projeto coletivo fundamentado nas potencialidades dos que se interessam em participar de projetos de SM e ECOSOL.

É na realidade dessas experiências de intercâmbio, em curso no Brasil, entre o mundo da assistência pela via da SM com o mundo da produção pela via da ECOSOL, que entendemos a noção de Empresa Social, na perspectiva triestina, como uma possibilidade de referência ética e política para a relação entre loucura e trabalho coletivo e autogestionário; e

a *cooperativa social*, uma das modalidades de EES, como o dispositivo produtivo, psicossocial e político desse intercâmbio.

Nessa direção, temos a importante questão da retomada, no Brasil, da discussão jurídica e política da Lei das Cooperativas Sociais (Lei Federal nº 9.867/1999).

Sabemos da influência da Lei Italiana, nº 381, de 08 de novembro de 1990, sobre a Lei Brasileira das Cooperativas Sociais, bem como os vetos que o Projeto de Lei nº 4.688, de 29 de junho de 1994, sofreu para a consolidação de sua redação final. Por isso, é importante tecermos algumas considerações críticas a esta no tocante à caracterização do trabalho como “assistido e protegido”. Nessa perspectiva, o mundo da assistência, ao invés de realizar o intercâmbio com o mundo da produção (preconizado pela empresa social), realiza a regulação da relação dos sujeitos da experiência da loucura com este mundo, muitas vezes, representando-os, confirmando a representação social destes como incapazes para o trabalho como atividade sócio-produtiva e desqualificando-os enquanto sujeitos, deixando de contribuir com o processo de desinstitucionalização preconizado pela Reforma Psiquiátrica no Brasil.

Por isso, consideramos importante a discussão sobre o trabalho nos projetos de inserção pelo trabalho pela via do cooperativismo social no âmbito da SM no Brasil.

A Conferência Temática de Cooperativismo Social, ocorrida em maio de 2010, antecedendo as duas conferências nacionais – SM e ECOSOL –, caminha nessa direção quando propõe: a criação de um grupo de trabalho para discutir as diferentes proposições de leis sobre cooperativismo e rediscutir a Lei de 1999 constituindo uma nova legislação para o cooperativismo social (BRASIL..., 2010b, p. 10).

O temário da conferência foi “Trabalho e Direitos: Cooperativismo Social como Compromisso social, Ético e Político” e dela participaram representantes do Poder Público; de organizações da sociedade civil como entidades de fomento e apoio, entidades de pesquisa e movimentos sociais e populares; das iniciativas de cooperativismo social (formais e informais).

Os eixos temáticos foram a construção de um marco conceitual e jurídico que atenda às reivindicações dos segmentos envolvidos e a consolidação de uma política pública intersetorial que integre diferentes setores do governo, em suas três esferas, e deste com a sociedade civil organizada com vistas a apoiar e fomentar o cooperativismo social no Brasil (BRASIL..., 2010b, p. 9).

No marco conceitual, destacamos a composição mista da cooperativa social pelos segmentos incluídos na lei 9867/1999, a prerrogativa de que esta seja constituída em espaços

distintos dos locais de tratamento e a responsabilidade dos dispositivos da assistência (Saúde Mental, Sistema Prisional, Direitos Humanos e Assistência Social) de fomentarem as iniciativas, tendo como apoio os gestores locais. Tais proposições contribuem para o deslocamento do trabalho como função estritamente terapêutica para o trabalho coletivo e autogestionário como um direito dos que estão em situação de desvantagem.

No marco jurídico, destacamos a garantia do direito de manutenção do BPC e da criação, pela Previdência Social, de um programa específico para os que participarem das cooperativas sociais; a proposição de que as cooperativas sociais sejam reconhecidas pelo Poder Judiciário e o Ministério Público como empreendimentos jurídicos e não como “coopergatos”, que exploram o trabalhador e não respeitam os princípios do cooperativismo popular; a discussão sobre a lei 9867/1999 com vistas a constituir outra legislação que contemple as atuais necessidades das pessoas em situação de desvantagem. Tais questões apontam para o campo da garantia de direitos, reconhecendo os que estão em situação de desvantagem como cidadãos com potência de participar do mundo produtivo constituído pelos trabalhadores neste país.

Nas políticas públicas, propõem-se as ações imprescindíveis para a concretização da garantia de direitos aos trabalhadores em *situação de desvantagem*. Dentre elas, destacamos as que se referem especificamente ao mundo produtivo e que também estão na pauta da ECOSOL, como a criação de uma Política Nacional de Fomento, Financiamento e Apoio ao cooperativismo social; o avanço na formação para o trabalho; o acesso a programas governamentais de melhoria da qualidade dos produtos, desenvolvimento tecnológico, inovação e assessoria técnica; e o acesso aos Fundos e Compras Públicas; a utilização de recursos do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador; criação de bolsa de formação para o trabalho.

Pelo exposto acima, nos é possível afirmar que, na atualidade da realidade brasileira de intercâmbio entre a SM e a ECOSOL, existe um cenário de iniciativas, ações, encontros e prospecções em curso que apresenta uma concretude configurada nas práticas cotidianas dos que buscam a retomada do direito ao trabalho produtivo. Tal configuração justifica nossa contribuição através da Universidade como uma das políticas públicas financiadas pelos cidadãos brasileiros que também somos.

Sabemos que são muitas as dimensões a serem consideradas neste entrelaçamento da vida com o trabalho, ainda mais em uma perspectiva oposta à objetividade e subjetividade de trabalhador assalariado encarnada em nossas relações na sociedade capitalista.

Na construção de um projeto de constituição de um CAPS, preconiza-se que a questão da inclusão social esteja presente como uma prática inserida no Plano Terapêutico Singular dos que são por ele atendidos. Penso que se configura como uma prática clínica onde a dimensão terapêutica do trabalho está inscrita no campo da construção da autonomia e não da disciplina. A questão talvez seja: como não atuar no Modo Capitalista de Produção no âmbito das oficinas terapêuticas (por ex: vendendo os produtos destas para suprir as necessidades de financiamento de equipamentos e material de trabalho que faltam e que deveriam ser repostos pelo poder público local); e no âmbito das oficinas de geração de trabalho e renda (mantendo o *status quo* do trabalhador assalariado submetido à autoridade de alguém identificado como mais qualificado para a tarefa de coordenar o projeto ou mesmo o empreendimento).

Além disso, nas oficinas e projetos de geração de trabalho e renda, pode acontecer de o trabalhador ser mantido apenas na condição de executor da produção, sem participar de outras atividades como o planejamento, a compra de matéria-prima, a gestão coletiva do projeto/empreendimento, da comercialização e a contabilidade. Isso, na maioria das vezes, é iatrogênico porque se configura como uma situação de exploração que intensifica a alienação e deve ser abolida das relações de cuidado.

As tarefas relacionadas à gestão da vida são cotidianas a qualquer um de nós, inclusive, no tocante ao trabalho a que todos temos direito por princípio. Embora isso, de fato, não nos seja garantido. O direito a participar de todas essas atividades é uma possibilidade de contratualidade social que transcende o terapêutico e caminha na direção de ser um direito humano de existência para além da loucura. Isso tem uma dimensão política de mudança social, de si e do outro com o qual me relaciono, na medida possível a cada um.

Então, o momento é de conhecer, se reconhecer, refletir e repensar o modo de produção e reprodução da vida encarnado nas práticas clínicas e sociais da SM brasileira e discutir a respeito de qual projeto de inclusão social no trabalho produtivo está sendo construído em seus dispositivos. Além disso, como esse se relaciona com as demais políticas públicas que compõem o mundo da assistência.

O documento “Relatório de Gestão 2003-2006” (BRASIL..., 2007a, p. 48) contém proposições que apontam para os desafios a serem enfrentados pelos que se comprometem com o intercâmbio entre a SM e a ECOSOL:

A garantia do direito ao trabalho é uma das questões centrais nos processos de construção de contratualidade, de protagonismo e de um novo lugar social para as pessoas com transtornos mentais e/ou com transtornos associados ao consumo de álcool e outras drogas. Certamente, constitui uma tarefa delicada e complexa que exigirá, nos próximos anos, o empenho no diálogo e articulação com os diversos

atores e recursos dos territórios para a efetiva produção de empreendimentos econômicos solidários e inclusivos das pessoas em situação de vulnerabilidade, no contexto das políticas públicas promotoras de desenvolvimento local e inclusão social.

Na realidade brasileira, a constituição de iniciativas de inclusão social no trabalho como uma prática clínica, social, política e produtiva no campo do intercâmbio da SM e ECOSOL, acontece no contexto do mundo da assistência no âmbito do Estado Brasileiro através de dispositivos como as Unidades Básicas de Saúde, os Centros de Atenção Psicossocial e os Centros de Convivência; mas, também, nas Associações de usuários, familiares e trabalhadores, e nas experiências fora dos espaços específicos da SM, embora a eles interligadas. Dessa forma, os desafios envolvidos nesta ação acima citados têm como principais atores sociais e políticos os sujeitos da experiência da loucura e seus familiares, a equipe de trabalhadores dos serviços de SM, os que compõem o mundo da produção pela via da ECOSOL, a comunidade e a cidade como território. Além de outros a serem acionados a partir das demandas produzidas pela própria ação desses sujeitos.

Sendo assim, coloquemos nossas mãos, mentes e corações à obra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intercâmbio entre SM e ECOSOL, produtor de outras formas de relação entre loucura e trabalho no contexto brasileiro, configura-se como um “processo histórico em ato” (GRAMSCI, 1981, p. 51) em que transformações são engendradas pelos movimentos sociais da Luta Antimanicomial e da ECOSOL e práticas sociais são construídas no campo da inclusão social no trabalho produtivo no cotidiano dos serviços de SM.

Partindo dessa proposição e assumindo a função de intercessora-pesquisadora na *práxis* universitária (DIMPC), com o intento de produzir conhecimento sobre a relação entre loucura e trabalho a partir da *práxis* de intercessão realizada, me foi necessário buscar uma referência que possibilitasse um ir e vir na relação com a realidade social, sem me deter em apenas alguns de seus aspectos.

Sendo assim, para melhor compreendê-la, busquei como recurso teórico os conceitos de *universal*, *particular* e *singular*, provenientes da dialética hegeliana e incorporados à epistemologia materialista histórica.

De acordo com Martins [200-], é na dialética entre singularidade-particularidade-universalidade que a processualidade e a totalidade dos fenômenos pode ser compreendida, sendo esta uma característica fundante da epistemologia materialista histórico-dialética.

A autora cita a premissa de Luckács (1970) de que é nos nexos existentes entre singular-particular-universal que reside o fundamento que sustenta uma autêntica e verdadeira aproximação e compreensão da realidade.

Na dimensão *singular*, o fenômeno se revela em sua imediatez – ponto de partida do conhecimento –, em sua dimensão *universal* se revela em suas complexidades, suas conexões internas, as leis de seu movimento e evolução, a sua totalidade histórico-social. A dimensão *particular*, por sua vez, é provocada pela contínua tensão entre o singular e o universal como opostos.

O singular seria o conjunto das práticas existentes no Brasil com suas diferentes perspectivas a respeito da relação entre trabalho e loucura, presente nos dispositivos das oficinas terapêuticas, das oficinas e dos projetos de geração de trabalho e renda, das oficinas de trabalho, dos empreendimentos de saúde mental e economia solidária, das cooperativas sociais em desenvolvimento, bem como nos eventos e acontecimentos instituídos e instituintes provocados pela Luta Antimanicomial, pela Área Técnica da Saúde Mental do MS em sua parceria com a ECOSOL e por outros coletivos como a Rede de Saúde Mental e Economia Solidária em São Paulo.

Além disso, a invenção cotidiana presente nessas experiências em curso que partem do instituído como protocolo, mas, sem circunscrever-se a esse, produzem suas próprias estratégias contextualizadas na realidade social, econômica, política e cultural na qual estão inseridas.

Tal realidade se caracteriza, *a priori*, pela organização material dos serviços de SM, onde se lida com os entraves burocráticos e de financiamento na relação com o gestor público local e são produzidas as estratégias e táticas que constituem o nascimento e a sobrevivência das iniciativas de geração de trabalho e renda. Estas contam com as potencialidades de seus participantes e, muitas vezes, sem acompanhamento teórico e prático que subsidie a produção de fazeres e saberes sobre a relação loucura e trabalho.

O Universal seria o discurso da inclusão social no trabalho produtivo presente nas diretrizes da política pública intersetorial SM e ECOSOL. Essa é transversalizada pelas diferentes concepções históricas de trabalho, assim como foi descrito no primeiro capítulo: a concepção disciplinadora do tratamento moral na psiquiatria clássica; a concepção clínica de ressocialização na RP francesa; a concepção política da emancipação terapêutica pela reinserção social na RP italiana; a concepção de trabalho terapêutico da terapêutica ocupacional de Nise da Silveira; a concepção de reabilitação psicossocial produzida na RP brasileira.

Nesse campo, também estão presentes as dimensões jurídicas que balizam essas práticas, bem como as portarias que oferecem os incentivos financeiros aos serviços para que sejam constituídas iniciativas de inclusão social no trabalho produtivo com ênfase na ECOSOL e a realização de eventos como conferências e feiras nacionais, processos de formação para o intercâmbio entre SM e ECOSOL e ações de mapeamento das iniciativas.

O Particular seriam os acontecimentos relacionados às dimensões *Jurídico-Econômica, Político-Administrativa e Sócio-Psicológica* descritas por Carvalho e Pires (2001, p. 174), existentes na realidade concreta e cotidiana das experiências onde são produzidas as contradições entre o universal e o singular no tocante à legislação (estatuto, regimento interno, leis gerais do país como a das cooperativas sociais) e às questões econômicas (financiamento dos projetos através de editais do MS, acesso ao crédito, produção e comercialização dos produtos, a gestão contábil e financeira dos recursos), que possibilitam ou não a viabilidade dos coletivos de trabalho autogestionários.

Assim como as questões internas afetas às relações de poder, dominação e resistência nos processos de tomada de decisão e seu encaminhamento, a relação com o poder do mercado e dos gestores públicos em suas três instâncias (local, estadual e federal); e a

construção da coletividade como instância da intersubjetividade entre os participantes dos projetos levando-se em conta a organização do trabalho estabelecida por eles e os medos, fantasias, choques, negociações e consensos democráticos produzidos no processo.

No DI como intercessão-pesquisa, parti do singular configurado pelo campo de intercessão em sua concretude imediata de experimentação nas OGTR e na constituição do projeto *Arte em Oficina* (onde aconteceu a *práxis* de intercessão como *lócus* para a posterior produção de conhecimento na *práxis* universitária) em sua relação com o universal representado pela PNSM em sua diretriz de *articulação* entre a SM e a ECOSOL no âmbito da inclusão social *pelo* trabalho.

Nesse contexto, o particular se caracteriza pelo interjogo entre essas dimensões na realidade social, onde aconteceram embates, agenciamentos, posicionamentos, diálogos e negociações, encontros e despedidas.

Diante dessa realidade social e a partir do cenário construído para compreender a relação entre loucura e trabalho, assim como as concepções sobre essas duas dimensões e as práticas de atenção e cuidado delas advindas no transcurso da História, me é possível tecer algumas considerações.

No final desta tese, compreendi que o trabalho configurou-se como estratégia de confronto e de luta nos momentos de crise nos paradigmas da história da loucura. Na crise econômica que desencadeou a grande internação dos loucos, mendigos, vagabundos e delinquentes; no advento da psiquiatria como ciência pautada pela noção de sujeito do cogito cartesiano, em que assume uma função terapêutica disciplinadora na busca pela cura da doença mental através do tratamento moral; na II Grande Guerra, quando os hospícios abrem suas portas aos loucos por conta dos bombardeios aéreos e esses conseguem trabalhar nas fazendas da região sem medicação ou qualquer outra forma de tratamento, não sendo identificados como doentes mentais; nas reformas psiquiátricas, nas quais é tanto uma estratégia de ressocialização na França, de emancipação pela inserção no trabalho produtivo na Itália, de reabilitação psicossocial e de inclusão social no trabalho produtivo no Brasil.

Suaya (2009, p. 53) considera, a partir de Foucault em “A História da loucura na idade clássica” (1967/2003), que o trabalho foi o instrumento utilizado no nascimento da psiquiatria para fazer o corte entre os loucos e os demais degenerados sociais, que foram o objeto de intervenção da grande internação. A exclusão desse grupo marcou a singularidade do louco como não incluído no processo produtivo, como incapaz para o trabalho e, portanto, objeto da assistência do Estado através do tratamento oferecido pela ciência psiquiatria.

De acordo com a autora, o contraponto a essa perspectiva acontece alguns séculos depois, nos movimentos das reformas psiquiátricas que incluíram o trabalho como o eixo nuclear de suas práticas onde a disjunção entre loucura e trabalho é transformada em conjunção.

Retomando o contexto brasileiro, é possível identificar a presença tanto da disjunção, quanto da conjunção entre loucura e trabalho que acontece pela coexistência, no cotidiano dos serviços de SM, das práticas hegemônicas da psiquiatria e das práticas das reformas psiquiátricas que a contrapõe com estratégias de luta e de confronto.

Nessa direção, o que me parece ser fundamental em processos de inclusão social no trabalho produtivo é, em primeira instância, a reflexão crítica sobre a premissa da incapacidade para o trabalho historicamente atribuída aos sujeitos da experiência da loucura e o rompimento com esta marca social, subjetiva e jurídica que atravessa os processos de transformação social neste campo.

Há que se ter em vista que discutir as dimensões afetas à relação loucura e trabalho é questionar as teorias clássicas sobre o sujeito. Por isso, é importante conhecer as potencialidades e respeitar as dificuldades singulares dos que se lançam ao desafio de superar suas próprias condições de existência.

Tais premissas fundamentaram tanto a *práxis* de intercessão quanto a *práxis* universitária por mim empreendidas.

Na experiência compartilhada com os sujeitos da experiência da loucura como intercessora encarnada na *práxis* de intercessão, assim como com o assistente social do CAPS, a processualidade foi uma dimensão fundante na construção do vínculo e das possibilidades que foram sendo testadas e colocadas na realidade através da ação coletiva.

Entretanto, no começo, era importante delimitar algumas questões pelo fato de ser o momento de construir a contratualidade possível e necessária para possibilitar o encontro. Para isso, era preciso me expressar de forma a ser compreendida porque, mesmo que nada estivesse previamente estabelecido, havia uma proposta e uma aposta a serem feitas.

Nesse turbilhão, o mais interessante foi o fato de eu ter conseguido deslizar nos acontecimentos e ir encontrando as brechas para colocar o meu desejo em relação ao campo social da realidade concreta com a qual lidava, relacionando-o com o desejo dos sujeitos com os quais me encontrava. Isso exercitando o não ocupar o lugar de quem conduz alguma atividade, mas, sim, na horizontalidade das relações cotidianas.

É claro que alguns temores compuseram o mosaico dos sentimentos provocados por essa condição como, por exemplo, perder a possibilidade de continuar neste campo social e

ter de começar tudo de novo e, também, de criar expectativas nos sujeitos envolvidos que poderiam ser provocadoras de frustração e desistência de tentar novamente. Ainda bem que nada disso aconteceu.

O dispositivo OGTR construído em conjunto com os trabalhadores do CAPs, embora tenha sido uma proposta feita por mim, delimitou um *espaço-tempo* dentro da instituição onde o trabalho retomaria sua potência de produção e reprodução da vida e de subjetividade, o que seria concretizado pelo desejo e ação dos que se interessassem em participar deste processo.

O conceito de *desejo* em Deleuze e Guattari (2004), como aquele que produz o social por ser uma construção e não um fim em si mesmo, serviu de referência para pensar a relação entre *produção desejante* e *produção da vida material* no campo da inclusão no trabalho produtivo. Rauter (2000) nos remete às conexões possíveis entre a produção desejante e a produção da vida material no contexto das OTs (também as OGTR) como vetores de existencialização.

Na produção desejante, o produzir está sempre inserido no produto, ou seja, o produto do trabalho humano expressa a subjetividade de seu produtor, porém, esse movimento não a delimita em uma forma compacta e estagnada de existência.

Esse é outro instigante desafio para os que se lançam à tarefa de manter a vida em movimento, em processualidade e, ao mesmo tempo, construir condições de materialidade que sustentem a vida e o desejo, o que também nunca será perene, por ser intrinsecamente fluido e contraditório.

Para isso, torna-se imprescindível que, no campo da SM, as oficinas possam realizar conexões entre a prática do cuidado de si, produzindo desejo que produz realidade e a prática do intercâmbio das trocas sociais, produzindo a vida material que produz e reproduz vida.

Tal intento, de acordo com Rauter (2000, p.270), é possível “caso consigam (*as oficinas*) conectar-se com o plano de imanência da vida, o mesmo plano com base no qual são engendradas a arte, a política e o amor” (*grifo nosso*).

Lembrando que o atual plano de imanência da vida, engendrado no âmbito da globalização econômica e da sociedade de consumo, apresenta complexidades a serem consideradas. Embora saibamos que a inclusão social no trabalho produtivo aconteça através de práticas sociais e econômicas diferenciadas e alternativas a esse modelo, estas acabam por sofrer as consequências das mudanças macro em curso.

Nesse contexto, concordamos com a mesma autora quando afirma que:

Quando se deseja, por meio da arte ou do trabalho, produzir territórios existenciais (...) cresça que está se falando (...) não de adaptação à ordem estabelecida, mas de fazer com que trabalho e arte se reconectem ao primado da criação, ou com o desejo ou com o plano de produção da vida. Pois que o plano da produção desejante é também o plano de engendramento do 'mundo humano' (RAUTER, 2000, p. 271).

Experimentamos a produção desejante de criar a possibilidade de ser trabalhador na produção de ganchos para lona de caminhão e, com isso, produzir vida material e subjetiva pelos participantes do *Arte em Oficina*, no cotidiano da prática social e econômica por eles construída no processo de pré-incubagem (*práxis* de intercessão). Tal acontecimento somente nos foi possível por existir um campo de intercessão constituído por eles ao inventarem, coletivamente e com a minha colaboração, o contexto, a forma, o produto e o saber sobre o como fazer, assim como as potencialidades de comercialização e de compra de matéria-prima e o planejamento e gestão do projeto.

Diante dessa realidade social concreta, considero que este processo possa ser denominado como *práxis* produtiva, por haver um domínio dos trabalhadores de todo o processo produtivo de transformação da matéria-prima em produto e, também, das melhores formas de compra de insumos e de comercialização.

Além disso, os trabalhadores do *Arte em Oficina* se apropriaram dos saberes existentes sobre as formas de produção, comercialização e consumo na medida em que foram sendo gradativamente incorporados ao cotidiano de suas ações de constituição de um coletivo de trabalho autogestionário. Sendo que estas atividades se configuram como o meio no qual lhes é possível a entrada ou o retorno ao mundo da produção, embora ainda no campo do trabalho protegido, por ser uma iniciativa de geração de trabalho e renda constituída no âmbito de um serviço de SM.

Aqui, é preciso considerar que muitos dos sujeitos da experiência da loucura estão aposentados por incapacidade para o trabalho ou recebem BPC. Direitos garantidos por lei que atravessam as iniciativas de inclusão social no trabalho produtivo, compondo com o campo das imanências a serem consideradas.

Neste momento, farei um deslocamento do campo de intercessão em si, sem aboli-lo, e me concentrarei mais em minha ação como intercessora encarnada nesse. Considero que minha *práxis* de intercessão se configurou como um processo de pré-incubagem, uma prática social de acompanhamento a trabalhadores em seu processo de constituição de EESs.

Por minha perspectiva epistemológica de referência se pautar nas conceituações de trabalho valor e desejante em SUAYA (2010) e trabalho emancipado em ARRUDA (2003), tive como intento provocar a criação de *territórios existenciais* onde os fazeres e os saberes

estivessem intrinsecamente interligados às práticas sociais, em especial, às práticas de atenção e cuidado em SM, que tem as oficinas como um de seus dispositivos.

Sendo assim, entendo que, no âmbito desta tese, construí uma *práxis* de pré-incubagem de EESs. Digo isso porque, diante da realidade social na qual estive inserida, recorri ao conhecimento que havia me apropriado anteriormente para, no cotidiano da relação com os sujeitos da experiência da loucura ao agir como intercessora encarnada, produzir a articulação entre a teoria que me referenciava e a prática social que contribuí para que acontecesse constituindo, assim, minha *práxis* de intercessão.

Após o término dessa relação com o campo, me dediquei exclusivamente ao meu fazer-saber, buscando em minhas referências teóricas e metodológicas as contribuições para ampliar a produção de conhecimento sobre minha *práxis* de intercessão.

Retomei, assim, minha experiência com o nascimento de uma associação de catadores de material reciclável quando da realização do mestrado para melhor compreender a *práxis* de pré-incubagem do *Arte em Oficina*. Percebi que a necessidade inicial dos trabalhadores ligada à sobrevivência/autopreservação - do próprio grupo e não da vida material dos trabalhadores - deixou de existir na medida em que os sujeitos da experiência da loucura conseguiram lidar com suas próprias questões e construíram uma perspectiva de autonomia através do trabalho coletivo.

Assim, a necessidade imperativa em relação ao outro que não vinha e não participava da OGTR cedeu lugar a uma convivência de reciprocidade e de ajuda mútua, ou seja, de solidariedade entre os poucos que desejaram continuar e se constituir como um possível coletivo.

A escuta do processo grupal configurado pelos sujeitos do *Arte em Oficina*, assim como de minha própria implicação possibilitou a emergência de linhas de fuga ao instituído normatizador do cotidiano do CAPS, sendo um de seus elementos mais consistentes a eleição da OT, onde o trabalho mesmo sendo terapêutico pode ser comercializado, como o dispositivo de cuidado de maior importância.

A *invenção* da OGTR, como outro território ocupado pelos sujeitos da experiência da loucura, os convocou ao movimento e ao deslocamento em relação à concepção da OT como uma prática clínica e social onde o trabalho é um recurso terapêutico. O que pode vir a ser (ou não) apropriado pelos trabalhadores que compõem a equipe dos CAPs. Para que isso aconteça, é imprescindível o interesse e a abertura ao inesperado articulado ao desejo de existir e de produzir vida.

Como psicóloga social, meu interesse pelo nascimento de grupos e, no caso da ECOSOL, pela constituição de coletivos de trabalho autogestionário, me moveu à produção de conhecimento. É claro que, no início das atividades de doutoramento, esse desejo não estava tão bem definido. O que aconteceu no percurso a partir do esclarecimento de qual seria a melhor contribuição a ser oferecida aos sujeitos da experiência da loucura que se interessaram pela possibilidade de se inscrever no mundo do trabalho de maneira alternativa à perspectiva do emprego, preconizada pela sociedade de mercado.

Sendo assim, era preciso buscar referências teóricas para subsidiar a prática construída a partir das OGTR na escuta das histórias de trabalho; do desejo, dos projetos e do processo grupal de seus participantes; das questões suscitadas pelas atividades de propor e discutir as ideias à luz da possibilidade ou não de realizá-las naquele momento; de realizar o consumo dos equipamentos e da matéria-prima necessária; de estudar o território no mapa da cidade para o mapeamento de consumo e realizá-lo; da participação nas feiras da cidade e nas reuniões da equipe do CAPS para informar sobre os acontecimentos e endereçar seus interesses.

Neste intento, reencontrei Pichon-Rivière, que também fundamenta a metodologia das Oficinas de Autogestão com a qual trabalhei na pesquisa de campo realizada durante o mestrado. Entretanto, neste momento, a produção de conhecimento não é mais sobre o outro, mas sim sobre minha própria ação no campo que se fundamentou, principalmente, em um processo de escuta da intersubjetividade.

Uma escuta que possibilitou cartografar os movimentos, desejos e afetos dos trabalhadores e os meus enquanto intercessora encarnada. Entretanto, a *práxis* de pré-incubagem a qual me dediquei se refere ao coletivo e não ao grupo, sendo a prática cotidiana da autogestão do primeiro o que o define e distingue em relação ao segundo.

Essa tem potência de desconstruir a existência da figura de autoridade do chefe, do coordenador, da liderança única em função do centro de poder ser deslocado para o elemento agregador dos participantes que, nesse caso, é o trabalho realizado coletivamente; configura-se, portanto, como a causa a ser do grupo, superando sua necessidade de sobrevivência material, embora esta tenha de ser levada em conta a todo tempo no processo.

Entretanto, Veronese (Comunicação pessoal em 22/02/2013) nos alerta para a importância de abrimos mão da idealização de que não pode haver líder em coletivos de trabalho autogestionário e que este sempre assumirá a postura de chefe. Embora existam experiências de uma maior concentração de poder por alguns, é possível existir *lideranças empoderadoras* que contribuem com a construção e fortalecimento da coletividade, fazendo

frente à fragmentação e ao individualismo. O fato de alguém despontar como liderança não inviabiliza a construção da autogestão, desde que esta seja uma *liderança empoderadora* com potência de atuar como dispositivo de fortalecimento de processos autogestionários.

Para ampliar esta discussão, tenho interesse em buscar as contribuições de Ignacio Martín-Baró sobre a questão do poder no processo grupal, ampliando seu espectro a partir da compreensão desse no contexto do cotidiano de trabalho dos EESs, em especial, dos que produzem o intercâmbio entre o mundo da assistência em SM e o mundo da produção na ECOSOL, assim como propõe a Empresa Social. Infelizmente, isso não me foi possível no tempo determinado para a conclusão do curso de doutoramento. Torna-se, então, um de seus desdobramentos.

Levando em conta o exposto acima, pretendi produzir, na medida de minhas possibilidades, um movimento dialético entre a teoria e minha *práxis* de intercessão constituída na relação com a *práxis* produtiva dos trabalhadores do *Arte em Oficina*. Estes têm como trabalho coletivo as atividades de produção, comercialização, consumo de matéria-prima e planejamento/gestão de um EES em construção que produz ganchos para lona de caminhão.

Sendo assim, me foi possível produzir conhecimento através da *práxis* universitária, configurada como uma *práxis* de pré-incubagem construída através da intercessão realizada. Tal movimento pode ou não ser apropriado pelos que atuam nas práticas atualmente em curso no campo social brasileiro, tendo em vista que o conhecimento produzido se configura, também, como uma oferta de possibilidade.

Por isso, penso que o Dispositivo Intercessor como intercessão-pesquisa configura-se como uma potente ferramenta de intercâmbio entre as atividades de ensino, extensão e pesquisa no âmbito da instituição Universidade. Tendo em vista que a imbricação da teoria com a prática, produtora de outros saberes e fazeres, torna-se cada vez mais fundamental por propiciar o contato com a realidade social concreta que produz a formação de cidadãos críticos com potência de pensar-agir junto aos processos dos quais participa.

Outra questão importante a ser considerada é um alerta aos trabalhadores da SM que queiram atuar como intercessores. Assumir essa tarefa implica em desconfigurar a perspectiva de ser coordenador de projetos de inclusão social no trabalho produtivo como se estes fossem algo de seu domínio de poder, como uma propriedade sua dentro do serviço.

Caso isso não aconteça, a intercessão não será possível e pode ser produzida uma dupla-captura: a captura dos sujeitos da experiência da loucura, que dependem da presença do profissional para realizarem o seu próprio trabalho e, em sua ausência, o projeto pode ser

desconstruído; e a captura do profissional que fica atrelado ao serviço pela prerrogativa de que o projeto é algo de sua estrita responsabilidade e não da equipe, sendo ele o responsável por sua execução e continuidade.

Na contramão do exposto acima, é preciso lembrar que os dispositivos de SM são potencialmente instâncias nas quais os sujeitos da experiência da loucura podem vir a se constituir como sujeitos coletivos, reinventando sua própria experiência e até mesmo o conceito de coletivo. Assim como nos propõe Enriquez (1999) ao considerar o coletivo como o espaço das relações igualitárias encarnado em uma dimensão de fraternidade que não reproduz a hierarquia presente nas relações patriarcais, configurando-se como o *Novo Humanismo*.

Dessa forma, os trabalhadores da SM atuando junto aos sujeitos da experiência da loucura, trabalhadores dos projetos de intercâmbio entre SM e ECOSOL, produzem um modo de subjetivação de *trabalhador autogestionário*. Com isso, contribuem para processos mais amplos de mudança social no cotidiano de relações entre si, com a equipe dos serviços, com os familiares dos sujeitos da experiência da loucura e com os territórios dos quais participam. Essas mudanças podem ser principalmente na concepção de loucura e cuidado em SM; na representação social da incapacidade do louco para o contato com o outro e para o trabalho; e na noção de periculosidade a ele atribuída. Assim, também o fazem os que trabalham com a incubagem de EES no âmbito das Incubadoras Universitárias e Comunitárias quando no acompanhamento de projetos dessa natureza.

Importante pensar em como essas questões podem estar inscritas no projeto terapêutico singular. Como o trabalho se insere neste? Proponho que esse seja uma oferta de possibilidade aos sujeitos da experiência da loucura em seus diferentes momentos de vida, com os recursos que lhe são disponíveis, respeitando os limites de cada um no contexto do projeto coletivo mediado pelo trabalho autogestionário como um dos vetores de vinculação social e de existencialização.

É importante considerar que a inclusão no trabalho produtivo não restaura a *normalidade* e não garante o *bem estar*, tendo em vista as complexas redes de vinculação social que lhe são inerentes e as implicações dessas na vida subjetiva dos sujeitos da experiência da loucura. Melhor dizendo, a produção de autonomia não se traduz em busca e realização de cura, mas antes de possibilidades de emancipação.

A dimensão trabalho perpassa os diversos campos da RP Brasileira descritos por Amarante (1999 apud ALVERGA e DIMENSTEIN, 2005) que são:

- O *campo teórico-conceitual*, por provocar o repensar os conceitos de trabalho, exclusão/inclusão e reabilitação social ainda presentes nos serviços de SM e no território onde se inserem.
- O *campo técnico-assistencial*, pela discussão sobre os sentidos e significados do trabalho nas práticas de cuidado, de produção de autonomia e de inserção social e produtiva construídas na relação entre os sujeitos da experiência da loucura e a equipe dos serviços de SM que os atende.
- O *campo jurídico-político*, pelas questões relacionadas às atividades de trabalho produtivo e a continuidade ou não do recebimento de BPC e da aposentadoria, além do engajamento e da participação cidadã nos processos de luta pelo direito ao trabalho em suas diferentes formas.
- O *campo sociocultural*, quando do contato com a cidade como território de produção, comercialização do produto do trabalho e de consumo tanto de matéria-prima para a produção como de bens e serviços com recursos advindos de seu próprio trabalho, construindo uma relação de *prosumidor* (produtor e consumidor) com o tecido social desse território.

Entretanto, pode-se afirmar que, metaforicamente, ainda nadamos contra a corrente. Não remamos porque na relação entre loucura e trabalho não podemos contar com referenciais teóricos e práticos prontos, com ferramentas de atuação pré-estabelecidas e com uma estrutura de apoio estável para a nossa ação que poderiam ser representados por um *barco* e um *remo*. Lançamos mão do próprio corpo e do desejo de existir articulados à observação do contexto, à realização de escolhas de trajetórias onde o movimento da vida seja mais possível.

Entretanto, concordamos com Machado e Lavrador (2001, p. 57) quando consideram que o nadar em processos de criação implica em *desmontagem dos territórios de referência*, de desterritorialização. Por isso, é preciso prudência para não se provocar um *afogamento* pela não criação de consistência existencial, de outros territórios de expressão.

Sendo assim, propõem um “nado que se faz entre as águas, entre o ilimitado e o finito. Criação de eixos de ordenação e de referência (...) reinvenção do desejo (...). Um movimento de vaivém entre a potencialidade criativa e a finitude sensível” (MACHADO E LAVRADOR, 2001, p. 57).

Entretanto, não começamos da estaca zero, por termos como eixo de orientação a noção de reabilitação psicossocial advinda da proposta de Desinstitucionalização da Psiquiatria Democrática Italiana, que considera a liberdade e a emancipação como terapêuticas por romper, como nos diz Alverga e Dimenstein (2005), com a perspectiva da norma, da razão, do sujeito autônomo, da identidade serializada e da concessão de cidadania.

Produz-se, dessa forma, saúde ao produzir subjetividade, sociabilidade e potência de criação sem, com isso, se inserir de maneira acrítica no mundo da produção e do consumo. Para isso, torna-se imprescindível nos constituirmos como *sujeitos éticos*, o que significa “ampliar o exercício da invenção, da inconformação, da transformação, de ativação de coeficientes de resistência” (ALVERGA; DIMENSTEIN, 2005, p. 62).

Neste momento de transição no qual vivemos na contemporaneidade, considero importante lembrar que Gramsci (1981) nos chama a ser sujeitos da história quando afirma que o homem é o *processo de seus atos*. O refletir sobre nós e os outros na atualidade concreta de nossas vidas é, de fato, o querer saber se somos o que podemos ser, se somos “criadores de nós mesmos, de nossa vida e do nosso destino” (GRAMSCI, 1981, p. 38).

No campo das teorias que tratam sobre a produção de sujeitos e se articulam com o materialismo histórico, Carreteiro (2001, p. 108) considera que “é na vida cotidiana que as transformações ocorrem” e somente podemos reconhecer nossas possibilidades instituintes a partir do reconhecimento de nosso lugar de atores sociais, como sujeitos individuais e coletivos.

Sendo assim, todo esse movimento tem maior chance de lograr êxito se atuar no campo da micropolítica e, para isso, é preciso envolver outros atores sociais nela implicados.

Por isso, é de fundamental importância promover a interlocução entre as secretarias de saúde, assistência social, educação, trabalho, dentre outras, no âmbito das três esferas de governo (federal, estadual e municipal) na construção de políticas públicas intersetoriais; a constituição de associações de usuários, familiares e trabalhadores; o acompanhamento dos EESs pelas incubadoras Universitárias com ações de ensino, pesquisa e extensão, assim como as Incubadoras Comunitárias; a concretização de instrumentos de finanças solidárias; a realização de ações de formação; a constituição de fóruns e a realização de feiras de ECOSOL.

Todas estas questões estão presentes no cotidiano dos sujeitos que participam dos projetos de inclusão social no trabalho produtivo e carecem de negociações e inserções cada vez mais complexas que serão realizadas na medida das possibilidades concretas de quem as empreende.

Vimos, então, que o intercâmbio entre Saúde Mental e Economia Solidária possibilita aos sujeitos da experiência da loucura pensar e executar coletivamente sua atividade produtiva em uma perspectiva autogestionária. Diante da importância do trabalho, tanto na Saúde Mental, quanto na Economia Solidária, ressalta-se o significado deste na vida do ser humano que convive com o sofrimento psíquico, pois lhe é possível estruturar um saber imbricado com o fazer do trabalho, produzindo *práxis*.

Além disso, esse é um meio de inserção na sociedade, um aporte para viver para além do sofrimento, um meio de estar em contato com outras pessoas facilitando a troca de experiências e o combate à cronificação, evitando possíveis crises por conta do sofrimento psíquico.

Por fim, podemos afirmar que o trabalho remunerado, não necessariamente assalariado, proporciona o direito de produzir, reproduzir e prospectar a vida. Assim, promove autonomia, cidadania, emancipação e produção de outros modos de subjetivação.

Ademais, sobre o tempo vivido, sofrido e elaborado nos últimos quatro anos, gostaria de terminar com uma frase da música *O que foi feito deverá* de Milton Nascimento: “Se muito vale o já feito, mais vale o que será”.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, P. P. Autogestão. In: CATTANI, A. D. (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 20-25.
- ALVERGA, A. R.; DIMENSTEIN, M. A loucura interrompida nas malhas da subjetividade. In: AMARANTE, P. (Coord.). *Archivos de saúde mental e atenção psicossocial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2005. p. 45-66.
- AMARANTE, P. Loucura, cultura e subjetividade: conceitos e estratégias, percursos e atores da reforma psiquiátrica brasileira. In: FLEURY, S. (Org.). *Saúde e democracia: a luta do CEBES*. São Paulo: Lemos Editorial, 1997. p. 163-186.
- _____. *Saúde mental e atenção psicossocial*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.
- _____; TORRE, E. H. A constituição de novas práticas no campo da Atenção Psicossocial: análise de dois projetos pioneiros na reforma psiquiátrica no Brasil. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 58, p. 26-34, mai./ago. 2008.
- _____; TORRE, E. H. Protagonismo e subjetividade: a construção coletiva no campo da saúde mental. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 73-85, set. 2001.
- ANDRADE, M. C. O trabalho como interlocutor entre a saúde mental e a economia solidária no Brasil. In: HASHIMOTO, F. (Org.). *Psicologia e trabalho: desafios e perspectivas*. Assis: Ed. da UNESP, 2010. p. 241-266.
- _____. *Psicologia social e economia solidária: uma análise psicossocial do trabalho associativo e cooperativo na perspectiva da Economia Solidária*. 2004. 163 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.
- ARROYO, J. Economia Popular e Solidária. In: MEDEIROS, A.; MARTINS, P. H. (Orgs.). *Economia Popular e Solidária – Desafios Teóricos e Práticos*. Recife: Bagaço, 2003. p. 51-58.
- ARRUDA, M. Trabalho emancipado. In: CATTANI, A. D. (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 260-268.
- BARROS, D. D. A. *Desinstitucionalização italiana: a experiência de Trieste*. 1990. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1990.
- BASAGLIA, F. *A instituição negada: relato de um hospital psiquiátrico*. Tradutora Heloisa Jahn. 3. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- BENJAMIN, W. Experiência e pobreza. In: _____. *Magia e técnica, arte e política*. Tradutor Paulo Sérgio Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 114-119.
- BERNARDES, A. G.; GUARESCHI, N. M. de F. Trabalhadores da saúde mental: cuidados de si e formas de subjetivação. *Psicol. USP*, São Paulo, v. 15, n. 3, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642004000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 fev. 2012.

BIRMAN, J.; COSTA, J. F. Organização de instituições para uma psiquiatria comunitária. In: AMARANTE, P. D. C. (Org.). *Psiquiatria social e reforma psiquiátrica*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994. p. 41-72.

BOTTOMORE, T. et al. Autogestão (verbetes). In: _____. *Dicionário do pensamento Marxista*. Tradução Waltensir Dutra. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1988. p. 23-24.

_____. Práxis (verbetes). In: _____. *Dicionário do pensamento Marxista*. Tradução Waltensir Dutra. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1988. p. 292-296.

BRASIL. Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999. Dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais, visando à integração social dos cidadãos conforme específica. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção 1, p. 1, 11 nov. 1999.

_____. Ministério da Saúde. I Conferência Nacional de Saúde Mental. *Relatório final da 8ª Conferência Nacional de Saúde*. Brasília, DF: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1988.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Departamento de Assistência e Promoção à Saúde. Coordenação de Saúde Mental. Conferência Nacional de Saúde Mental. *Relatório final da 2ª Conferência Nacional de Saúde Mental*. Brasília, DF, 1992.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Comissão Organizadora da III CNSM. *Relatório Final da III Conferência Nacional de Saúde Mental*. Brasília, DF, 2002.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial*. Brasília, DF, 2004.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. *Reforma Psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil*. Brasília, DF, 2005a. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. *Saúde mental e economia solidária: inclusão social pelo trabalho*. Brasília, DF, 2005b.

_____. Portaria Interministerial nº 383, de 7 de março de 2005b. Institui o Grupo de Trabalho de Saúde Mental e Economia Solidária e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 2005c. Brasília, DF, 2005c.

_____. Portaria Interministerial nº 1.169/GM de 7 de julho de 2005. Destina incentivo financeiro para os municípios que desenvolvam projetos de inclusão social pelo trabalho destinados a pessoas com transtornos mentais ou transtornos decorrentes do uso de álcool e outras drogas. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 2005d. Brasília, DF, 2005d. Disponível em: <<http://www.inverso.org.br/index.php/content/view/12377>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

_____. *Relatório Final do Grupo de Trabalho Saúde Mental e Economia Solidária*. Instituído pela Portaria Interministerial nº 3531, de 7 de março de 2005. Brasília, DF, 2006a. Disponível em:

<http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=24364&janela=1>. Acesso em: 19 set. 2011.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. *Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005*. Brasília, DF, 2006b.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde/DAPE. *Saúde mental no SUS: acesso ao tratamento e mudança do modelo de atenção. Relatório de Gestão 2003-2006*. Brasília, DF, 2007a.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. *Relatório Final da II Oficina Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária: uma outra prática educativa acontece*. Brasília, DF: [s.n.], 2007b. Disponível em: <www.fbes.org.br>. Acesso em: 20 set. 2011.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Comissão Organizadora da III CNSM. *Relatório Final da IV Conferência Nacional de Saúde Mental*. Brasília, DF, 2010a.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. *Relatório da Conferência Temática de Cooperativismo Social*. Brasília, DF, 2010b. Disponível em: <<http://saudeecosol.files.wordpress.com/2010/06/relatorio-conf-tematica-de-cooperativismo-social.pdf>>. Acesso em: 4 mar. 2012.

CAMPOS, G. W. S. *Reforma da reforma: repensando a saúde*. São Paulo: Hucitec, 1992.

CARRETEIRO, T. C. Psicossociologia em exame. In: LÉVY, A. et al. *Psicossociologia: análise e intervenção*. Organizado e traduzido por Marília Novais da Mata Machado. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 107-108.

CARVALHO, R. A. A. de; PIRES, S. D. Em busca de novas solidariedades: os empreendimentos da economia social em questão. *Soc. Estado*, Brasília, DF, v. 16, n. 1-2, p. 159-185, dez. 2001.

CASTEL, R. *A ordem psiquiátrica: a idade de ouro do alienismo*. Tradutora Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

COELHO, F. D. Finanças solidárias. In: CATTANI, A. D. *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 153-163.

CORAGGIO, J. L. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. (Org.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE; UCSAL, 2000. p.91-142.

_____. Economia do trabalho. In: CATTANI, A. D. *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 88-95.

_____. Economia do trabalho. In: HESPANHA, P. et al. *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: Edições Almedina, 2009. p. 120-127.

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (CONAES). *Caderno Temático: II Conferência Nacional de Economia Solidária*. Brasília, DF, 2010.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Sistema único de Saúde. *Relatório Final da III Conferência Nacional de Saúde Mental*. Brasília, DF, 2002.

_____. Sistema único de Saúde. *Relatório Final da IV Conferência Nacional de Saúde Mental*. Brasília, DF, 2010.

COSTA-ROSA, A. *Intercessões e análises sobre o processo de produção saúde-adoecimento atenção no campo psíquico, num território municipal: produção de novas tecnologias para o implemento da atenção psicossocial no Sistema Único de Saúde*. Assis: UNESP, 2008. 22 f. Mimeografado.

_____. *Operadores fundamentais da atenção psicossocial: contribuição a uma clínica crítica dos processos de subjetivação na saúde coletiva*. 2011. 309 f. Tese (Livre Docência). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2011.

_____. O modo psicossocial: um paradigma das práticas substitutivas ao modo asilar. In: AMARANTE, P. (Org.). *Ensaio: subjetividade, saúde mental, sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. p. 141-168.

COTERA, A.; ORTIZ, H. Comércio Justo. In: HESPANHA, P. et al. *Dicionário Internacional da outra economia*. Coimbra: Edições Alamedina, 2009. p. 60-67.

CRUZ, A.; SANTOS, A. M. A Economia solidária e as novas utopias: permanências e rupturas no movimento histórico do associativismo econômico. In: HESPANHA, P.; SANTOS, A. M. (Org.). *Economia solidária: questões teóricas e epistemológicas*. Coimbra: Edições Alamedina, 2011. p. 57-82.

CUNHA, G.; SANTOS, A. M. Economia solidária e pesquisa em ciências sociais: Desafios epistemológicos e teóricos. In: HESPANHA, P.; SANTOS, A. M. (Org.). *Economia solidária: questões teóricas e epistemológicas*. Coimbra: Edições Alamedina, 2011. p. 15-56.

CUNHA, P. C. C. B.; VARANDA, A. P. M. *Acompanhamento e avaliação do Programa Nacional de Cooperativas Populares – Proninc: relatórios dos seminários e oficinas / FASE*. Rio de Janeiro, 2007.

DEFOURNY, J. Empresa social. In: HESPANHA, P. et al. *Dicionário internacional da outra economia*. Portugal: Edições Almedina, 2009. p. 188-192.

DELEUZE, G. ¿Que és un dispositivo? In: Michel Foucault, filósofo. Tradutor Wanderson Flor do Nascimento. Barcelona: Gedisa, 1990, p. 155-161.

_____. Os intercessores. In: DELEUZE, G. *Conversações*. Tradutor Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992. p. 151-168.

_____. *Foucault*. Tradutora Cláudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. GUATTARI, F. *Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1*. Tradutores Joana Moraes Varela e Manuel Maria Carrilho. Ed 403. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004.

_____. Introdução: rizoma. In: _____ *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Tradutores Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. v. 1, p. 11-39.

DELGADO, P. G. G. Perspectiva da psiquiatria pós-asilar no Brasil: com um apêndice sobre a questão dos crônicos. In: COSTA, N. R.; TUNDIS, S. A. (Org.). *Cidadania e loucura: políticas de saúde mental no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes: Abrasco, 1987. p. 171-202.

DRAWIN, C. R. Psicologia: dialética da fragmentação. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Org.) *Quem é o psicólogo brasileiro?* São Paulo: Edicon, 1988. p. 236-251.

_____. Subjetividade e constituição ética da Psicologia. In: NETO, F. K.; OLIVEIRA, R. T.; SILVA, R. de O. (Org.). *Subjetividade(s) e sociedade: contribuições da Psicologia*. Belo Horizonte: Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais, 2009. p. 45-60.

DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Tradutora Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

ENRIQUEZ, E. Perda do trabalho, perda da identidade. In: CARVALHO NETO, A.; NABUCO, M. R. (Org.). *Relações de trabalho contemporâneas*. Belo Horizonte: IRT/PUC, 1999. p. 69-83.

ESTELLITA-LINS, C.; OLIVEIRA, V. M.; COUTINHO, M. F. Clínica ampliada em saúde mental: cuidar e suposição de saber no acompanhamento terapêutico. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, fev. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000100026&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 dez. 2012.

EVARISTO, P. *Psiquiatria y Salud Mental*. 1. ed. Trieste, Itália: Asterios Editore, 2000.

FERNÁNDEZ, A. M. *Los asedios a la imaginación: homenaje a Pichón Riviére*. *Tramas*, México, DF, v. 23, p. 183-202, 2004.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. *Relatório Final da IV Plenária Nacional de Economia Solidária*. Brasília, DF: [s.n.], 2008. Disponível em: <www.fbes.org.br>. Acesso em: 20 set. 2011.

FOUCAULT, M. *A História da loucura na idade clássica*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

_____. O sujeito e o poder. Apêndice. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Tradutora de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-250.

FRANÇA FILHO, G. C. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 12, n.1, 2002. Disponível em: <<http://wiki.dcc.ufba.br/pub/PSL/EconomiaSolidaria/EconomiaSolidaria-FronteirasConceituais.pdf>>. Acesso em: 4 set. 2011.

FREUD, S. Psicologia de grupo e análise do ego. In: _____. *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 23, p. 89-182.

GAIGER, L. I. Eficiência sistêmica. In: CATTANI, A. D. *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 125-129.

GOLDBERG, J. Reabilitação como processo: o Centro de Atenção Psicossocial – CAPS. In: PITTA, A. (Org.). *Reabilitação psicossocial no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 33-47.

GOMES, A. D. Instituição e institucionalistas. *Análise Psicológica*, Lisboa, v. 2, n. 3, p. 345-352, 1979.

GONZÁLEZ REY, F. L. *Pesquisa Qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios*. Tradutor Marcel Aristides Silva. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

GRAMSCI, A. *Concepção Dialética da História*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Tradutor Carlos Nelson Coutinho. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GUATTARI, F. *As três ecologias*. Tradutora Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas, SP: Papirus, 1990.

_____. *Caosmose: um novo paradigma estético*. Tradutoras Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Ed. 34, 1992.

_____. Linguagem, consciência e sociedade. In: GUATTARI, F.; DELEUZE, G. (Org.). *Saúde e loucura*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

_____; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

GUERRA, A. M. C. Oficinas em saúde mental: percurso de uma história, fundamentos de uma prática. In: COSTA, C. M.; FIGUEIREDO, A. C. (Org.). *Oficinas terapêuticas em saúde mental: sujeito, produção e cidadania*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2008. p. 23 – 57.

_____. Rumo às cooperativas? Pensando as oficinas. In: SEMINÁRIO EXTERNO DO INSTITUTO RAUL SOARES, 1999., 2, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: [s.n.], 1999. p. 1-17.

HESS, R. O Movimento da Obra de René Lourau. In: ALTOÉ, S. (Org.). *René Lourau: analista institucional em tempo integral*. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 15-46.

ICAZA, A. M. S.; TIRIBA, L. Economia popular. In: CATTANI, A. D. (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

_____. Economia popular. In: HESPANHA, P. et al. *Dicionário Internacional da outra economia*. Coimbra: Edições Almedina, 2009. p. 150-155.

KAPLAN, H. I. Psiquiatria Comunitária. In: _____. *Compêndio de psiquiatria: ciências do comportamento e psiquiatria clínica*. Tradutora Dayse Batista. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 1997. p. 901-907.

KINOSHITA, R. T. Contratualidade e reabilitação psicossocial. In: PITTA, A. (Org.). *Reabilitação psicossocial no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 55-62.

_____. Saúde Mental e a Antipsiquiatria em Santos: vinte anos depois. *Cad. Bras. Saúde Mental*, Florianópolis, v. 1, n. 1, jan./abr. 2009. 1CD-ROM.

LACERDA, L. F. B. *Governar-se para quê? As práticas de gestão dos empreendimentos econômicos solidários: o caso da cadeia produtiva de algodão ecológico justa trama*. 2009. 196 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, Faculdade de Ciências Sociais, São Leopoldo, 2009.

LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I. Economia plural. In: HESPANHA, P. et al. *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: Edições Almedina, 2009. p. 145-149.

LEONTIEV, A. *O desenvolvimento do psiquismo*. Tradutora Hellen Roballo. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004.

LIBONI, M. T. L. Pais e filhos problematizando a economia solidária como alternativa de trabalho para os jovens. 2012. 308 f. Tese (Doutorado em Educação). – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

LIMA, E. A. Oficinas e outros dispositivos para uma clínica atravessada pela criação. In: COSTA, C. M.; FIGUEIREDO, A. C. (Org.). *Oficinas terapêuticas em saúde mental: sujeito, produção e cidadania*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2008. p. 59 – 81.

LIMA, M. E. A.; BRESCIA, M. F. Q. O trabalho como recurso terapêutico. In: GOULART, I. B. (Org.). *Psicologia organizacional e do trabalho: teoria, pesquisa e temas correlatos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 357-377.

LISBOA, A. M. Mercado solidário. In: CATTANI, A. D. (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 183-191.

LOURAU, R. Implicação e sobreimplicação. In: ALTOÉ, S. (Org.). *René Lourau: analista institucional em tempo integral*. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 186-197.

_____. Uma técnica de análise de implicações: B. Malinowski, diário de etnógrafo (1914-1918). In: ALTOÉ, S. (Org.). *René Lourau: analista institucional em tempo integral*. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 212-223.

LUCKÁCS, G. *Introdução a uma estética marxista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

MACHADO, R. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. VII - XXIII.

MACHADO, L. D.; LAVRADOR, M. C. C. Loucura: como dizer o indizível? In: _____. BARROS, M. E. B. *Texturas da psicologia-subjetividade e política no contemporâneo*. São Paulo: casa do psicólogo, 2002. p. 99-108.

_____. Loucura e subjetividade. In: MACHADO, L. D.; LABRADOR, M. C. C.; BARROS, M. E. B. (Org.). *Texturas da Psicologia: subjetividade e política no contemporâneo*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001. p. 45-58.

_____. Subjetividade e práticas institucionais: a reforma psiquiátrica em foco. *Revista Vivência*, Natal, n. 32, p. 79-75, 2007.

MAIRESSE, D. Cartografia: do método à arte de fazer pesquisa. In: FONSECA, T. M. G.; KIRST, P. G. (Org.). *Cartografias e devires: a construção do presente*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003. p. 259- 276.

MARCELLO, F. de A. Sobre os modos de produzir sujeitos e práticas na cultura: o conceito de dispositivo em questão. *Currículo sem Fronteiras*, v.9, n.2, p. 226-241, Jul/Dez. 2009.

MARTINI, R. B. de. *O dispositivo intercessor como meio de superação dialética da medicalização da saúde mental*. 2010. 95 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)– Universidade Estadual Paulista, Assis, 2010.

MARTINS, L. M. *As aparências enganam: divergências entre o materialismo histórico dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa*. Disponível em: <www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT17-2042--Int.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2009.

MARTINS, R. C. A. *Cooperativas sociais no Brasil: debates e práticas na tecitura de um campo em construção*. 2009. 193f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)– Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2009.

_____. *Direito e acesso ao trabalho: cooperativismo social no contexto da economia solidária*. Curitiba, 2011. Trabalho apresentado no XV Congresso Brasileiro de Sociologia, 26 a 29 de julho de 2011, Curitiba (PR). Disponível em: <http://www.sistemasmart.com.br/sbs2011/arquivos/6_6_2011_16_29_5.pdf>. Acesso em: 4 set. 2011.

MARX, K. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Tradutor João Maia, revisor Alexandre Addor. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *Manuscritos econômicos filosóficos e outros textos escolhidos*. Lisboa: Edições 70, 1989.

_____. Posfácio da Segunda Edição. In: _____. *O Capital: crítica da economia política*. Tradutor Reginaldo Sant'Anna. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. v. 1, p. 8-17.

MINAYO-GOMEZ, C.; BARROS, M. E. B. Saúde, Trabalho e Processos de Subjetivação nas Escolas. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 15, n. 3, p. 649-663, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v15n3/a18v15n3.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2012.

MORIN, E. *O problema epistemológico da complexidade*. 2. ed. Lisboa: Europa-América, 1996.

_____. *O Método 3: o conhecimento do conhecimento*. Tradutor Juremir Machado da Silva. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 1999.

_____. *Ciência com consciência*. Tradutoras Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. Ed. revista e modificada pelo autor. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001a.

_____. *Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro*. Tradutoras Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya: revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unesco, 2001b.

_____. *Amor, Poesia, Sabedoria*. Tradutor Edgar de Assis Carvalho. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001c.

_____. *O Método 5: a humanidade da humanidade*. Tradutor José Espadeiro Martins. Portugal: Europa América, 2003.

_____. *Em busca dos fundamentos perdidos: textos sobre o marxismo*. Tradutora Maria Lucia Rodrigues e Salma Tannus. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2004.

_____. O pensamento complexo, um pensamento que pensa. In: _____. LE MOIGNE, J. L. *A inteligência da complexidade*. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2000.

MOTHÉ, D. Autogestão. In: HESPANHA, P. et al. *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: Edições Almedina, 2009. p. 26-30.

NASCIMENTO, B. A. *Loucura, trabalho e ordem: o uso do trabalho e da ocupação em instituições psiquiátricas*. 1991. Dissertação (Mestrado)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991.

NICÁCIO, F. N.; MANGIA, E. F.; GHIRARDI, M. I. G. Projetos de inclusão no trabalho e emancipação de pessoas em situação de desvantagem: uma discussão de perspectivas. *Rev. Ter. Ocup. Univ., São Paulo*, v. 16, n. 2, p. 62-66, maio/ago. 2005.

OURY, J. *O Coletivo*. Tradutor Antoine Ménard et al. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2009.

PASSOS, E.; BARROS, R. B. A Construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. *Psic.: Teor. e Pesq.*, Brasília, DF, v. 16, n. 1, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722000000100010&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 14 jun. 2010.

PASSOS, I. C. F. *Reforma psiquiátrica: as experiências francesa e italiana*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

PAULON, S. M. A Análise de implicação como ferramenta na pesquisa-intervenção. *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 18-25, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v17n3/a03v17n3.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2010.

PEREIRA, E. C. *Ensaio de intercessão institucional em um CAPS – Centro de Atenção Psicossocial*. 2011. 115 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)–Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2011.

PEREIRA, W. C. C. *Nas trilhas do trabalho comunitário e social: teoria, método e prática*. Belo Horizonte: Vozes; PUC Minas, 2001.

PICHON-RIVIÈRE, E. *O processo grupal*. Tradução Marco Aurélio Fernandes Veloso e Maria Stela Gonçalves. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

POCHMANN, M. *O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

PORTAL da Saúde Mental. *Rede Nacional de Empreendimentos*: Convênio. Disponível em: <<http://www.cooperativismopopular.ufrj.br/saudemental/convenio.php>>. Acesso em: 19 set. 2011.

RAUTER, C. Oficinas pra quê? In: AMARANTE, P. (Org.). *Ensaio, subjetividade, saúde mental, sociologia*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. p. 267-277.

RESENDE, H. Política de Saúde Mental no Brasil: uma visão histórica. In: TUNDIS, S. A; COSTA, N. R. (Org.). *Cidadania e loucura*: políticas de saúde mental no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes: ABRASCO, 1997. p. 15-74.

RIBEIRO, M. A. Atelier de trabalho para psicóticos: Uma possibilidade de atuação em orientação profissional. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, DF, v. 18, n.1, p. 12-27, jul. 1998.

RIBEIRO, R. C. F. Oficinas e redes sociais na reabilitação psicossocial. In: COSTA, C. M. e FIGUEIREDO, A. C. (Org.). *Oficinas terapêuticas em Saúde Mental*: sujeito, produção e cidadania. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2008. p. 105 – 116.

_____. Oficinas terapêuticas. In: CONGRESSO MINEIRO DE PSIQUIATRIA, 1999., 9, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: [s.n], 1999. p. 1-10.

ROCHA, M. L. Educação em tempos de tédio: um desafio à micropolítica. In: TANAMACHI, E. R.; ROCHA, M. L.; PROENÇA, M. (Org.). *Psicologia e Educação*: desafios teórico-práticos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000. p. 185-208.

ROLNIK, S. O cartógrafo. In: ROLNIK, S. *Cartografia sentimental*: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina: Ed. da UFRGS, 2007. p. 65-72.

ROTELLI, F. Empresa social: construindo sujeitos e direitos. In: AMARANTE, P. (Org.) *Ensaio: subjetividade, saúde mental, sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. p. 301-306. (Coleção Loucura e Civilização).

_____. Superando o manicômio: o circuito psiquiátrico de Trieste. In: AMARANTE, P. D. C. (Org.). *Psiquiatria social e reforma psiquiátrica*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994. p. 149-169.

_____; LEONARDIS, O.; MAURI, D. *La empresa social*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1994.

SANTOS, A. de O.; NECHIO, D. E. G. A paixão de fazer: saúde mental e dispositivo grupal. *Fractal, Rev. Psicol.*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, abr. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922010000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 dez. 2012.

SANTOS, A. M. *O movimento da economia solidária no Brasil e os dilemas da organização popular*. 2010. 445 f. Tese (Doutorado)–Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social, Rio de Janeiro, 2010.

SANTOS, B. S. (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente*: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 13-31.

_____. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010a.

_____; Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos Saberes. In: _____; MENESES, M. P. (Org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010b. p. 31-83.

_____; MENESES, M. P. Introdução. In: _____; _____(Orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 15-27.

SARACENO, B. Reabilitação psicossocial: uma estratégia para a passagem do milênio. In: PITTA, A. (Org.). *Reabilitação psicossocial no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2001a. p. 13-18.

_____. Reabilitação psicossocial: uma prática à espera de teoria. In: PITTA, A. (Org.). *Reabilitação psicossocial no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2001b. p. 150-154.

SATO, L. Junta-Mon: o processo de construção de organizações cooperativas. *Revista de Psicologia USP*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 219-225, 1999.

SAWAIA, B. Introdução: exclusão ou inclusão perversa. In: SAWAIA, B. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. p. 7-13.

SINGER, P. Economia solidária. In: CATTANI, A. D. *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 116-124.

_____. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

_____; SOUZA, A. R. de (Org.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

SOLER, R. D. V. Y. Uma história política da subjetividade em Michel Foucault. *Fractal: Revista de Psicologia*, Niterói, v. 20, n. 2, p. 571-582, jul./dez. 2008.

SORDI, R. O. Os Materiais da autoria. In: FONSECA, T. M. G.; KIRST, P. G. (Org.). *Cartografias e Devires: a construção do presente*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003. p. 149-161.

SOUZA, I. D. *A primeira reforma psiquiátrica: uma história do Tratamento Moral*. 2001. 109 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva)–Instituto de Medicina Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

SPINK, P. Trabalho: um discurso em fragmentação. In: BERNARDES, J.; MEDRADO, B. (Org.). *Psicologia social e políticas de existência: fronteiras e conflitos*. Maceió: Abrapso, 2009. p. 59-70.

SUAYA, D. *Historia vital del trabajo: herramienta de atención en salud colectiva*. 1. ed. Buenos Aires: Cooperativa Chilavert Artes Gráficas, 2010.

SUNDFELD, A. C. Clínica ampliada na atenção básica e processos de subjetivação: relato de uma experiência. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312010000400002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 dez. 2012.

TENORIO, F. A reforma psiquiátrica brasileira, da década de 1980 aos dias atuais: história e conceitos. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v9n1/a03v9n1.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2011.

VASQUEZ, A. S. *Filosofia da práxis*. 1. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, Brasil, 2007.

YASUI, S.; COSTA-ROSA, A. Estratégia Atenção Psicossocial: desafio na prática dos novos dispositivos de Saúde Mental. *Saúde em Debate*. Rio de Janeiro, v. 32, n. 78/79/80, p. 27-37, jan./dez. 2008.

ZAPATA, T. *Desenvolvimento territorial à distância*. Florianópolis: SEaD, 2007.

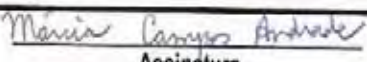
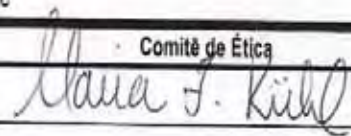
ZOURABICHVILI, François. *O vocabulário de Deleuze*. Tradução André Telles. Rio de Janeiro, Relume-Dumará: 2004.

ANEXOS

ANEXO 01



MINISTÉRIO DA SAÚDE
Conselho Nacional de Saúde
Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP

PROJETO RECEBIDO NO CEP		CAAE - 0248.0.093.000-10	
Projeto de Pesquisa O trabalho na Economia Solidária como produtor de subjetividade para além do sofrimento psíquico intenso			
Área(s) Temática(s) Especial(s) Não se aplica		Grupo	Fase Não se aplica
Pesquisador Responsável			
CPF 56069081668	Pesquisador Responsável Márcia Campos Andrade	 Assinatura	
Comitê de Ética			
Data de Entrega 22/06/2010	Recebimento:  Assinatura		

ANEXO 02



MINISTÉRIO DA SAÚDE
Conselho Nacional de Saúde
Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP

FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

FR - 350172

Projeto de Pesquisa

O trabalho na Economia Solidária como produtor de subjetividade para além do sofrimento psíquico intenso

Área de Conhecimento 7.00 - Ciências Humanas - 7.07 - Psicologia	Grupo Grupo I	Nível
Área(s) Temática(s) Especial(s) Pesquisa com Cooperação Estrangeira,	Fase Não se Aplica	

Unitermos

trabalho, economia solidária, sofrimento psíquico, produção de subjetividade, dispositivo intercessor

Sujeitos na Pesquisa

Nº de Sujeitos no Centro 30	Total Brasil 30	Nº de Sujeitos Total 30	Grupos Especiais	
Placebo NÃO	Medicamentos HIV / AIDS NÃO	Wash-out NÃO	Sem Tratamento Específico NÃO	Banco de Materiais Biológicos NÃO

Pesquisador Responsável

Pesquisador Responsável Márcia Campos Andrade	CPF 560.690.816-68	Identidade 12514507-8
Área de Especialização PSICOLOGIA SOCIAL E TRABALHO	Maior Titulação MESTRE	Nacionalidade BRASILEIRA
Endereço RUA PIONEIRO ALBERTO BIAZON, 692	Bairro VILA MARUMBI	Cidade MARINGÁ - PR
Código Postal 87005-310	Telefone 44 - 32614291 / 44 - 30290986	Fax
		Email maringa2008@yahoo.com.br

Termo de Compromisso

Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Res. CNS 196/96 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não.

Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima.

Data: 16 / 06 / 2010

Márcia Campos Andrade
Assinatura

Instituição Onde Será Realizado

Nome Universidade Estadual de Maringá	CNPJ 79.151.312/0001-56	Nacional/Internacional Nacional
Unidade/Órgão Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes/Departamento de Psicologia	Participação Estrangeira SIM	Projeto Multicêntrico NÃO
Endereço Av Colombo 5790	Bairro Zona 07	Cidade Maringá - PR
Código Postal 87020900	Telefone 44 2614242	Fax 44 2635177

Termo de Compromisso

Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Res. CNS 196/96 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não.

Nome: *Lúcia Cecília da Silva*

Data: 16 / 06 / 2010

Lúcia Cecília da Silva
- Chefe do Departamento -
Assinatura

ANEXO 03



Universidade Estadual de Maringá

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Comitê Permanente de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos

Registrado na CONEP em 10/02/1998

CAAE Nº. 0248.0.093.000-10

PARECER Nº. 417/2010

Pesquisador (a) Responsável: Márcia Campos Andrade

Centro/Departamento: CCH/ Departamento de Psicologia

Título do projeto: O trabalho na Economia Solidária como produtor de subjetividade para além do sofrimento psíquico intenso.

Considerações:

O objetivo do trabalho é realizar a intercessão/ pesquisa a partir do referencial teórico-metodológico do materialismo histórico, da psicanálise Lacaniana e da esquizoanálise, sobre a produção de subjetividade dos que lidam com o sofrimento psíquico intenso em sua relação com o trabalho nas oficinas terapêuticas do serviço de saúde mental e em sua relação com o trabalho na perspectiva da economia solidária, a partir da possibilidade de constituição de um empreendimento econômico solidário.

A metodologia se delinea de acordo com a análise dos envolvidos, uma vez que a pesquisa em Psicologia está vinculada à vivência da problemática, observada pela pesquisadora, o que envolve a questão ética e a razão prática.

O referencial metodológico se baseia em COSTA-ROSA, 2008, que aborda o Dispositivo Intercessor e o modo de produção do conhecimento. O número de sujeitos da pesquisa é 30.

A pesquisa ocorrerá junto às pessoas que lidam com o sofrimento psíquico no momento em que participam das oficinas terapêuticas do Centro de Atenção Psicossocial, em uma cidade próxima de Maringá.

Consta cronograma de execução com entrega de relatório prevista para dezembro de 2010.

Consta orçamento financeiro no valor de R\$ 1.484,00 a ser custeado pela pesquisadora.

Consta TCLE de acordo com a Res. 196/96-CNS.

Consta autorização da Secretaria Municipal de Nova Esperança.

Consta Folha de Rosto e autorização da chefe de Departamento de Psicologia da UEM.

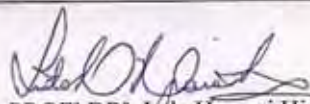
Parecer: Face ao exposto, somos de parecer favorável à aprovação do presente projeto.

Situação: APROVADO

CONEP: (X) para registro () para análise e parecer Data: 13/8/2010.

O pesquisador deverá apresentar Relatório Final para este Comitê em: dezembro de 2010.

O protocolo foi apreciado de acordo com a Resolução nº. 196/96 e complementares do CNS/MS, na 200ª reunião do COPEP em 13/8/2010.


PROFª.DRª. Ieda Harumi Higarashi
Presidente do COPEP

ANEXO 04



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
SUS – Sistema Único de Saúde
RUA S. DE MARCO, 950 – TELEFAX: (44) 3253-1300

Outão 2009/2010

AUTORIZAÇÃO DA SECRETÁRIA DE SAÚDE

Eu, Isabel Cristina Alixandre Vasconcelos, secretária de saúde, portadora do RG nº 3.943.651-5 e CPF 663.331.479-04 autorizo Márcia Campos Andrade portadora do RG 12.514.507-8 e CPF 560.690.816-68 (docente da Universidade Estadual de Maringá) a realizar a pesquisa intitulada "O trabalho na Economia Solidária como produtor de subjetividade para além do sofrimento psíquico intenso" no CAPS (Centro de Atendimento Psíquico Social) a qual tem por objetivo conhecer, através da participação da pesquisadora no cotidiano do campo de pesquisa, sobre a construção de outras possibilidades de sentir, pensar, expressar e projetar a vida (produção de subjetividade) pelos que lidam com o sofrimento psíquico intenso em relação com o trabalho nas oficinas terapêuticas do serviço de saúde mental e em sua relação com o trabalho na perspectiva da Economia Solidária a partir da possibilidade de constituição de um empreendimento econômico solidário. Além disso, construir metodologias de pesquisa e intervenção junto a empreendimentos econômicos solidários organizados pelos que lidam com o sofrimento psíquico intenso. É assegurado o anonimato sobre a identidade dos participantes, bem como do estabelecimento e da cidade em que a pesquisa será realizada. Cabe ressaltar que a mesma será submetida à apreciação do Comitê de Ética da Universidade Estadual de Maringá.

Nova Esperança, 01 de junho de 2010.

Isabel Cristina Alixandre Vasconcelos
Secretária de Saúde

Isabel Cristina A. Vasconcelos
SECRETARIA DE SAÚDE

ANEXO 05

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidá-lo a participar da pesquisa intitulada “O trabalho na Economia Solidária como produtor de subjetividade para além do sofrimento psíquico intenso”, que faz parte da pesquisa docente da professora mestre Márcia Campos Andrade da Universidade Estadual de Maringá/UEM. O objetivo da pesquisa é conhecer, através da participação da pesquisadora nas oficinas terapêuticas realizadas no Centro de Atenção Psicossocial I (CAPs) e no processo de acompanhamento da constituição de um empreendimento econômico solidário, a construção de outras possibilidades de sentir, pensar, expressar-se, relacionar-se e projetar a própria vida (produção de subjetividade) pelos que lidam com o sofrimento psíquico intenso em sua relação com o trabalho nas oficinas terapêuticas do serviço de saúde mental e em sua relação com o trabalho na perspectiva da Economia Solidária a partir da possibilidade de constituição de um empreendimento econômico solidário. Para isto a sua participação é muito importante, e ela se daria da seguinte forma: participando das oficinas terapêuticas no momento em que a pesquisadora estiver presente e, se tiver interesse, participando de um grupo de usuários que queiram trabalhar e organizar juntos uma atividade produtiva para tentar comercializar os seus produtos na cidade e gerar renda pra si mesmos. Além disso, relatar para a pesquisadora o que sente, pensa, o como lida com o que está vivendo em suas atividades de trabalho; como demonstra isso para as pessoas com quem convive e como se relaciona com as pessoas com quem trabalha, com as pessoas que compram seus produtos e com os profissionais do CAPS. Informamos que poderão ocorrer dias em que talvez, por algum motivo, você terá que faltar às oficinas terapêuticas ou ao grupo que pretende comercializar juntos seus produtos. Nesse caso, quando você novamente estiver presente será solicitado aos que estavam presentes que lhe contem o que aconteceu naquele dia. Pode acontecer, também, que em determinado momento você, mesmo querendo continuar participando da pesquisa, não queira falar com a pesquisadora a respeito do que está vivenciando em suas experiências de trabalho. Nesse caso, você será respeitado e não terá que conversar com a pesquisadora até que queira voltar a participar da pesquisa. Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Informamos ainda que as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa, e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar

a sua identidade. Os benefícios esperados são: que os que lidam com o sofrimento psíquico intenso, os trabalhadores dos serviços de saúde mental e os gestores de políticas públicas reflitam sobre o trabalho como um direito humano e construam juntos políticas intersetoriais de inserção social pelo trabalho; que através da constituição de um empreendimento econômico solidário como outra forma de trabalhar, produzir e viver diferente do trabalho no formato do emprego, os que lidam com o sofrimento psíquico intenso possam construir outras formas de existir e de se relacionar consigo mesmos, com suas famílias, com a equipe do serviço de saúde mental e com a sociedade da cidade onde vivem. Além disso, construir conhecimento no campo da Psicologia a respeito da temática da pesquisa, bem como metodologias de pesquisa e intervenção junto a empreendimentos econômicos solidários organizados pelos que lidam com o sofrimento psíquico intenso. Caso você tenha mais dúvidas ou necessite maiores esclarecimentos, pode nos contatar nos endereços abaixo ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da UEM, cujo endereço consta deste documento. Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada entregue a você.

Eu,..... (nome por extenso do
sujeito de pesquisa) declaro que fui devidamente esclarecido e concordo em participar
VOLUNTARIAMENTE da pesquisa coordenada pelo
Prof..... (nome do pesquisador responsável).

_____ Data:

Assinatura ou impressão datiloscópica

Eu, Márcia Campos Andrade, declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto de pesquisa supra-nominado.

_____ Data:.....

Assinatura do pesquisador

Qualquer dúvida com relação à pesquisa poderá ser esclarecida com o pesquisador, conforme o endereço abaixo:

Nome: Márcia Campos Andrade

Endereço: Av. Colombo, 5790. Campus Sede da UEM – Bloco 118/sala 11

44- 3011.4291 (UEM); 44 – 9146.1000 (cel.)

maringa2008@yahoo.com.br

Qualquer dúvida com relação aos aspectos éticos da pesquisa poderá ser esclarecida com o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa (COPEP) envolvendo Seres Humanos da UEM, no endereço abaixo:

COPEP/UEM

Universidade Estadual de Maringá.

Av. Colombo, 5790. Campus Sede da UEM.

Bloco da Biblioteca Central (BCE) da UEM.

CEP 87020-900. Maringá-Pr. Tel: (44) 3261-4444

E-mail: copep@uem.br